

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO RIO GRANDE DO SUL:  
A AÇÃO POLÍTICA LIBERAL-CONSERVADORA**

**RAFAEL FANTINEL LAMEIRA**

Porto Alegre

2012

**RAFAEL FANTINEL LAMEIRA**

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO RIO GRANDE DO SUL:  
A AÇÃO POLÍTICA LIBERAL-CONSERVADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2012

**RAFAEL FANTINEL LAMEIRA**

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO RIO GRANDE DO SUL: A AÇÃO  
POLÍTICA LIBERAL-CONSERVADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE) - Conceito A

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM) - Conceito A

Profa. Dra. Cláudia Wasserman (UFRGS) - Conceito A

Porto Alegre

2012

Àqueles que lutaram e, lutam por um mundo melhor e de igualdade.

Àqueles que entendem que não basta apenas interpretar o mundo, o que importa é transformá-lo.

## **AGRADECIMENTOS**

Um trabalho tão longo e permeado por complicações deixa um enorme rastro de dívidas pessoais. Os meros agradecimentos aqui não seriam suficientes. Contudo, é impossível deixar de citar algumas pessoas.

O Enrique, esse Uruguaio que me aguentou esse tempo todo, inclusive na ausência. E por aceitar terminar essa empreitada complicada. Te devo essa.

O Diorge, que depois de professor, virou amigo, camarada, parceiro. Além de tudo, continua a ser um mestre na acepção plena da palavra.

A banca, além do Diorge, Claudia e Gilberto que aceitaram a avaliação.

Ao Estado e as lutas de várias gerações por uma universidade pública, gratuita de qualidade e, claro, a UFRGS.

Os camaradas do Partido, principalmente ao Leandro, por me mostrar o sentido da prática além da teoria, e da política, além da academia; E a Jussara pelo exemplo de dedicação de uma vida a causa que acredita.

Aos amigos de bares, teorias, política e futebol, em especial, Thiago e “Xuxa”.

Por fim e mais importante,

A Mariana por ter me incentivado a terminar o que comecei. Pelo apoio nas horas mais difíceis, por tornar as tardes de escrita mais agradáveis com o companheirismo e as belas melodias do violino;

Aos meus pais, Angela e Paulo, os mais importantes, a quem os agradecimentos seriam inesgotáveis e transcendem as palavras. Isso eu faço pessoalmente.

## RESUMO

O objetivo dessa dissertação é compreender como os movimentos sociais e políticos conservadores e liberais atuaram na construção e consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964, a partir de sua atuação no campo hegemônico, político e, político-institucional no Rio Grande do Sul. Com este objetivo, o capítulo um trata dos temas referentes ao anticomunismo, à *Guerra Fria* e os embates ideológicos advindos desse contexto que produziu uma polarização crescente nas forças políticas brasileiras. O cimento ideológico que unifica as forças conservadoras, apesar de sua multiplicidade, no enfrentamento aos projetos reformistas é o anticomunismo, tendo na Igreja Católica e na Imprensa seus principais veículos de transmissão. No segundo capítulo, o objeto é a vanguarda política do segmento conservador da sociedade civil organizada, em especial, as auto identificadas como *classes produtoras*, tanto em sua dimensão urbana, através da FIERGS e da FEDERASUL, quanto a rural, com a FARSUL. No terceiro capítulo estudamos a atuação política institucional das forças liberais e conservadores, para apoiar e legitimar o Golpe Civil-Militar de 1964, através dos partidos políticos, PSD, UDN, PDC, PRP e PL, sua frente partidária, a ADP, e o fator decisivo na deflagração do Golpe de Estado, o governo Ildo Meneguetti, fundamental para o sucesso do Golpe civil-militar no Rio Grande do Sul. Nesta dissertação tentamos demonstrar, como os movimentos sociais e políticos liberais e conservadores atuam na construção e sustentação do Golpe, a partir da sua atuação política no campo das ideias, da opinião pública e no plano político institucional. Se podemos pensá-lo como um golpe preventivo, pois, trata-se de uma ação deflagrada contra a ascensão das lutas dos movimentos sociais e políticos nacionalistas e reformistas e seu programa, é importante destacar que, dialeticamente, trata-se de um movimento sócio-político que aglutina amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Resultado de um intenso trabalho conspiratório e de conquista da hegemonia política para efetivação do programa de crescimento econômico e modernização autoritária. A tomada de poder somente é possível porque este trabalho, arduamente desenvolvido, permitiu que boa parte da sociedade brasileira aceitasse, naqueles idos de 1964, o projeto de desenvolvimento autoritário.

**Palavras-chave:** Golpe Civil-Militar de 1964, Movimentos Sociais e Políticos Liberais e Conservadores, Governo Ildo Meneghetti, Política, Hegemonia, Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul, Brasil.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand how social-political conservative and liberal movements worked in the construction and consolidation of Coup d'État Civilian-Military of 1964, from his performance on the hegemonic, political and political-institutional fields in Rio Grande do Sul, Brasil. With this this objective, the first chapter treats the themes referencing to anticomunism, the Cold War and the ideological clashes that arose from this context that produced a growing polarization in the Brazilian political forces. The ideological glue that unifies the conservative forces, despite their multiplicity, in coping the project of the anti-reformists, has on the Catholic Church and the Press its main vehicle of transmission. In the second chapter, the subject is the political vanguard of the conservative segment of civil society organizations, in particular the self-labeled as *producing classes*, both in its urban extent, through FIERGS and FEDERASUL, and the rural, with FARSUL. In the third chapter we study the performance of the institutional and political liberals and conservatives forces to support and legitimize the Coup d'État Civilian-Military of 1964, through political parties as PSD, UDN, PDC, PRP and PL, their partisan front, the ADP, and factor decisive in triggering the coup, the government Ildo Meneguetti, fundamental for the success civilian-military coup in Rio Grande do Sul. On this dissertation, we try to demonstrate in practice how social-political liberal and conservative movements work in building and sustaining the Coup 'État, from its political action in the ideological field, on public opinion and at the political institutions. If we think of it as a preemptive strike, because it is an action triggered against the rise of social movements' struggles and nationalist politicians and reformers and their programs, it is important to highlight that, dialectically, we think about a social-political movement that brings together wide liberals and conservatives sectors on behalf of a project based on the formulations of the National Security and Development Doctrine. The takeover is only possible because of this work arduously growth, which allowed much of the Brazilian society to accept, back in 1964, the project of authoritarian development.

**Keywords:** Coupe d'État Civilian-Military of 1964, Social-Political Conservative and Liberal Movements, Government Ildo Meneghetti, Politics, Hegemony, Coupe d'État in Rio Grande do Sul, Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 O Governador e o General: Entre o Civil e o Militar .....	9
1.2 Sobre Teoria e Metodologia .....	17
1.3 Os Sujeitos desta História.....	24
1.4 Discussão Historiográfica.....	30
1.5 O Mapa do Caminho .....	56
<b>2. GUERRA FRIA E ANTICOMUNISMO NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	61
2.1 <i>A Guerra Fria</i> e o Processo Político Brasileiro .....	64
2.1.1 Jânio Quadros: Ambiguidade e Personalismo .....	67
2.2 O Anticomunismo Conservador: Fé Cristã, Patriotismo e Ordem .....	73
2.3 O Ponto Chave: da Campanha da Legalidade à Reação Conservadora .....	87
2.3.1 Leonel Brizola: Nacionalismo e Reformas Sociais.....	89
2.3.2 A Campanha da Legalidade.....	92
2.3.3 A Reação Conservadora .....	102
<b>3. A VANGUARDA POLÍTICA DAS CLASSES PRODUTORAS: FIERGS, FARSUL E FEDERASUL</b> .....	116
3.1 A FARSUL: o Protagonismo da Vanguarda Política Rural .....	124
3.2 FIERGS e FEDERASUL: a Vanguarda Urbana .....	151



<b>4. OS PARTIDOS POLÍTICOS E O GOVERNO MENEGHETTI.....</b>	<b>170</b>
4.1 Ação Democrática Popular: a Vanguarda Partidária.....	174
4.1.1 Candidaturas à Presidência da República: Projetos em Disputa .....	185
4.1.2 As Articulações Nacionais .....	198
4.2 O Governo Ildo Meneghetti: o Poder Institucional .....	204
4.3 O Golpe de Estado.....	225
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>242</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>248</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 O Governador e o General: Entre o Civil e o Militar

Às 18 horas e 10 minutos do dia três de abril de 1964, o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, fazia sua entrada em Porto Alegre, capital do estado, em pose triunfal. Sentia-se um vitorioso e assim sua imagem deixava transparecer. Estava acompanhado do novo comandante do III Exército, general Mário Poppe Figueiredo, que trajava seu uniforme militar de campanha verde, como quem tivera enfrentado uma dura batalha. Mais que enfrentara, vencera. Suas poses e seus amplos sorrisos transpareciam suas satisfações políticas e pessoais. Ambos retornavam de Passo Fundo, em um veículo militar de combate, liderando um cortejo de viaturas militares que conduziam forças do Exército e da Brigada Militar. Chegaram, junto a estes, o Comandante da Brigada Militar, cel. Otávio Frota, o Chefe da Casa Civil do governo, Plínio Cabral e o Chefe da Casa Militar, cel. Orlando Pacheco.

O tom triunfal, marcado pela cena apoteótica do simbolismo militar ficava por conta do êxito do Golpe de Estado que, no plano político mais visível, derrubou o então Presidente constitucional do Brasil, João Belchior Marques Goulart. A pose vitoriosa de ambos, do governador e do general, deveu-se ao fato de que ambos foram, no Rio Grande do Sul, as principais lideranças deste movimento civil-militar que, embora heterogêneo, aspirava comumente frear o processo de lutas políticas em curso. Representavam o cerne do movimento conspirador em suas faces civil e militar. Por isso, esta cena apoteótica sintetiza a essência do Golpe Civil-Militar de 1964, consumado no estado do extremo sul brasileiro apenas às 11 horas e 45 minutos do dia dois de abril, quando o presidente João Goulart retirou-se de Porto Alegre, voando em seu avião, rumo ao seu exílio no Uruguai, aonde chega somente no dia quatro de abril, e de onde jamais retornaria em vida. Naquela cidade, capital do Rio Grande do Sul, seu berço político e onde a sociedade resistiu à tentativa de golpe dos ministros militares em 1961, quando da Campanha da Legalidade, Jango, como era popularmente conhecido, tentou estabelecer sua última tentativa de resistência ao levante. Fracassara.

O regozijo público das forças vitoriosas, de imediato saudadas por seus apoiadores e sustentáculos políticos de primeira hora, as autodenominadas *Classes Produtoras* - como se auto identificavam os membros das organizações empresariais, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), grande parte da imprensa e a Igreja Católica, na figura do Arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer - mascarou o incômodo fato de que, dois dias antes, o próprio governador Meneghetti, acompanhado de seus assessores mais próximos, teve que fugir de Porto Alegre, diante do temor ao avanço da mobilização das forças de oposição ao Golpe de Estado.

Porém, esta é uma história que precisa ser contada desde o começo e com a sua devida complexidade. E este será o propósito deste trabalho. Mais do que contá-la, compreendê-la. Compreender, portanto, o processo de construção e consolidação política do Golpe de 1964 no estado do Rio Grande do Sul. Mas, como fazê-lo? O caminho passa, pela necessidade de estudar e entender a ação concreta daqueles que o promoveram. Entender o Golpe passa, portanto, pelo entendimento da ação das forças e movimentos sociais e políticos que o sustentaram. Por hora, antes de voltarmos no tempo para entender a história desde seu princípio, é necessário, primeiramente, voltar-nos ao nosso presente para justificar a importância do tema. Isto porque, felizmente, os estudos sobre o Golpe Civil-Militar e a Ditadura de Segurança Nacional, que este deu início, avançam considerável e qualitativamente.

\* \* \*

Afirmou o grande historiador Mach Bloch que a História sempre nasce da preocupação do nosso próprio tempo. O presente e o passado se interpenetram a tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício do historiador, são de sentido duplo. Se para quem quer compreender o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca, embora isso não esteja sempre tão nitidamente evidente, não é menos verdadeira.<sup>1</sup> Sendo assim, a busca pela História se completa no movimento recíproco entre o passado e o presente de tal forma

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 65.

que a história se apresenta como um processo de permanências e rupturas, onde os limites entre ambos não são fixos.

Partindo dessa reflexão, é de suma importância apontar que os debates públicos, as controvérsias e as disputas políticas dos temas relacionados à Ditadura de Segurança Nacional e sua herança estão mais presentes do que nunca na vida política brasileira. Diante da efervescência de acontecimentos e debates por parte de segmentos da sociedade brasileira que questionam os arbítrios cometidos pelos governos civil-militares, bem como a impunidade relativa à manutenção da lei da anistia aprovada pelo próprio governo, em 1979, nunca foi tão importante enfrentar os desafios da compreensão deste processo histórico tão significativo da História recente do Brasil a fim de compreender as linhas de continuidades e rupturas presentes na trajetória política do País.

Este processo histórico é recente e, portanto, permeado por permanências. Seus desdobramentos repercutem profundamente na nossa própria organização social e política contemporânea. Discutir o Golpe e a Ditadura faz parte do próprio amadurecimento da concepção sobre o tipo de democracia em vigor e os respectivos sujeitos políticos que a sustentam. Assim como pode ajudar a esclarecer sobre os distintos projetos democráticos em disputa, tanto naquele momento histórico, quanto atualmente, na medida em que esses projetos pouco se alteraram. O discurso conservador que identificou, e identifica, democracia com ordem e repudia a ampliação da participação decisória nas esferas de poder para segmentos mais amplos da sociedade, e que esteve na linha de frente da coalizão que assumiu o poder de Estado em 1º de abril de 1964, ainda é muito forte.

Destarte, o objetivo precípua deste trabalho é compreender como as forças e movimentos sócio-políticos liberal-conservadoras atuaram na construção e sustentação política do Golpe Civil-Militar de 1964, a partir da sua atuação política no campo das ideias, da opinião pública e no plano político institucional. Com este intento, identificar as forças que sustentaram, politicamente, o Golpe de Estado, compreender sua atuação e o projeto político que os norteava, desde o ensaio geral do Golpe, na tentativa dos ministros militares de impedir a posse de João Goulart, em 1961, até a consolidação do Golpe propriamente dito, nos primeiros dias de abril de 1964, são os objetivos fundamentais deste trabalho.

Trata-se, fundamentalmente, de tentar compreender a formação política recente do Brasil em duas dimensões: como, ao mesmo tempo este episódio é resultado, mas também

formador da cultura política brasileira e sul-rio-grandense. Isto porque os problemas sociais e políticos colocados pela conjuntura de radicalização política da década de 1960 ainda não foram enfrentados pela sociedade brasileira e os mais de vinte anos de Ditadura Civil-Militar no Brasil deixaram marcas profundas em sua formação social.<sup>2</sup> Entre estas, a imposição de uma *cultura política do medo*, apontada por Enrique Padrós para o caso latino americano, mas que pode ser pertinente para o brasileiro, que comprometeu profundamente os processos de transição pactuados e a própria participação política popular das democracias latino-americanas. As Ditaduras de Segurança Nacional, no dizer de Padrós, sob o pretexto de “manutenção da ordem e da democracia”, impuseram regimes de força e arbítrio assentados sob o conceito de Segurança Nacional, formulado no contexto da *Guerra Fria*.<sup>3</sup> Dito de outra forma, o pretexto de manutenção da democracia, suprimiu-se a própria democracia. O objetivo era claro, limitar a participação popular na política, através do caminho duplo do “convencimento”, através do consenso negativo de tais movimentos participatórios e, no limite, da repressão. Este projeto de elitização da política estava presente mesmo no cerne do objetivo próprio do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

Seguindo na trilha teórica de Antônio Gramsci, esse foi um momento de grande articulação da *dupla perspectiva da ação política*: os momentos da força e do consenso, ou da autoridade e da hegemonia, atuando mediada e imediatamente, não de forma mecânica ou simplesmente sucessivas no tempo, mas como relação dialética, e atuando de forma coordenada e contraditória, com maior ou menor preponderância de algum dessas perspectivas em dados momentos históricos.<sup>4</sup> O Golpe de 1964 foi, portanto, arquitetado e construído a partir da relação dialética de força e consenso. Enquanto a construção política e conspiratória foi o elemento do consenso, ou construção da hegemonia da necessidade da intervenção golpista e do programa liberal-conservador, o movimento militar e a ação do aparelho estatal a serviço do Golpe representou seu momento de força, ou a utilização da força e do aparelho militar para desfechar a parte mais visível do Golpe, sua face militar

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo: FREDERICO, Celso. 40 anos depois. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. O autor sustenta posição semelhante em relação à inconclusão deste processo histórico.

<sup>3</sup> PADRÓS, Enrique. América Latina: ditaduras, segurança nacional e terror de Estado. In: *Revista História & Luta de Classes: América Latina Contemporânea*, n. 4. Julho de 2007, p. 45.

<sup>4</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 4. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011, p. 33, 34 e passim.

repressiva. Esta compreensão teórica perpassará o conjunto do trabalho sem que, necessariamente, seja referida diretamente. É, no entanto, o momento da construção dessa hegemonia, ou consenso, o objeto específico e prioritário de estudo desse trabalho. Por isso, a ação conspiratória será tratada apenas quando tangenciar diretamente a construção política hegemônica. Não por ser menos importante, mas por estar largamente fundamentada historiograficamente, principalmente por René Dreifuss, e não ser parte do objeto específico deste trabalho.

Mesmo ainda identificado como um passado recente, permeado por mais traços de continuidade do que de ruptura, já está na hora de enfrentar os fantasmas deste passado que deixou marcas na sociedade brasileira. Como aponta Daniel Aarão Reis Filho: quase ninguém quer se identificar com a Ditadura Militar no Brasil, nos dias de hoje. Sobre o período a memória adquiriu uma arquitetura simplificada: de um lado, a Ditadura, o reino da exceção, os chamados *Anos de Chumbo*. De outro lado, a *Nova República*, regida pela Lei, a sociedade democrática. Embora tenha desaparecido gradualmente, em ordem e paz, a Ditadura Civil-Militar foi e tem sido objeto de escárnio, de desprezo, ou de indiferença, estabelecendo-se uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não o silêncio e o esquecimento de um processo, contudo, tão recente e tão importante.<sup>5</sup> Assim, enfrentar estes fantasmas, ir além de dicotomias simplificadas, superar certa indiferença e compreender este processo histórico são partes das metas a serem alcançadas por esta pesquisa. Isto porque o Golpe e a Ditadura não foram, como bem sabemos, um raio em céu azul.

Realizada esta breve incursão histórica pela justificativa da realização de um trabalho desta monta chegou a hora de adentrar nas questões mais densas colocadas pela pesquisa. Primeiro, serão apresentadas as questões históricas e hipóteses iniciais de trabalho para poder elucidar a arquitetura deste texto. A seguir, as considerações teórico-metodológicas iniciais que fundamentam o trabalho e os apontamentos historiográficos dos trabalhos com a qual se dialoga constantemente. O ponto de partida é o marco inicial da realização desta dissertação, que faz parte de uma trajetória de pesquisa iniciada da graduação em História na UFSM, orientada pelo Prof. Diorge Alceno Konrad, e que balizará boa parte das discussões aqui apresentadas.

---

<sup>5</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Em trabalho anterior, a monografia de conclusão de graduação, defendida no final de 2008, a tentativa foi de realizar uma compreensão global do processo de construção e consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, tendo como base o estudo do Rio Grande do Sul.<sup>6</sup> Tratava-se, pretensiosamente, de tentar romper com as generalizações dos casos de Rio de Janeiro e São Paulo como explicativos da totalidade da formação social brasileira. De fato, foi um trabalho inicial. Entretanto, foi fundamental para construir uma interpretação e uma compreensão global deste processo histórico tão complexo e marcante da nossa História recente. Em linhas gerais, são mantidas algumas das interpretações e conclusões daquele trabalho, fruto de mais de dois anos de pesquisa e estudo da bibliografia disponível acerca do tema, que construiu a base necessária para o prosseguimento dos planos de estudo sobre a Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul.

Se o trabalho possui problemas, como apontados nas próprias conclusões daquele texto, também apresenta avanços importantes. Esta Dissertação é, em essência, uma continuação e aprofundamento daqueles estudos. Em *Os movimentos sócio-políticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*, o objetivo era entender o Golpe de 1964 justamente a partir da radicalização política do enfrentamento dos dois projetos de sociedade em disputa naquele momento: de um lado, os movimentos sócio-políticos nacional-reformistas - que naquele momento lutavam pela realização de reformas que pudessem atenuar algumas desigualdades históricas da sociedade brasileira. Baseados numa plataforma nacionalista, de engrandecimento do País e conagração da nação, propunham as reformas como forma de fortalecimento do desenvolvimento nacional, com distribuição de renda. De outro, os movimentos do campo liberal-conservador que fundados num programa político essencialmente liberal, se caracterizavam por resistir às mudanças sociais e políticas em pauta. Defensores do alinhamento ao mundo cristão ocidental combatiam o programa de reformas e lutavam pela conservação das estruturas sociais e políticas vigentes. E mais, lutavam por seu programa de desenvolvimento econômico e democracia representativa, embora com uma matriz política essencialmente autoritária.

Entretanto, para dimensionar a radicalidade deste processo de luta e de seu desfecho é preciso entender que o Golpe Civil-Militar de 1964 pode ser compreendido apenas se

---

<sup>6</sup> LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os movimentos sócio-políticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Santa Maria: UFSM, 2008.

considerado dentro do movimento histórico no qual toma sentido e que ao mesmo tempo confere seu significado: a *Guerra Fria* e as disputas político-ideológicas que opõem o projeto capitalista-liberal ao projeto socialista, aberto pela Revolução Soviética de 1917, acirrado após a Segunda Guerra Mundial e intensificado na esteira da Revolução Cubana de 1959. O “centro de irradiação do comunismo internacional” chegava ao Hemisfério Ocidental e ameaçava o quintal da grande potência do Norte.

Assim, o Golpe de 1964 constituiu um evento que, simultaneamente e na mesma medida, toma significado a partir das estruturas sociais do século XX e confere significado às estruturas sociais brasileiras e sul-rio-grandenses, quais sejam: o elitismo e o conservadorismo políticos daqueles que se entendem e autoproclamam como “responsáveis pela pátria”, e a constante identificação de democracia com ordem e harmonia social.

Daquele trabalho inicial, foram mantidas muitas das interpretações, mas também, foram logrados uma série de avanços. E aqui está o argumento central amadurecido com as pesquisas e que sustentaram este trabalho: a deflagração do movimento político-militar do Golpe de 1964 foi a culminância e a parte mais visível de um amplo movimento civil-militar que não pode ser considerado de forma simplista ou com base em binômios explicativos. A oposição comumente estabelecida está na discordância do conteúdo deste fenômeno histórico, entre as teses da “contrarrevolução preventiva”, ou “golpe preventivo” com algumas variações quanto à amplitude do processo de lutas e a consequente reação e, em outro campo, as teses que sustentam tratar-se do colapso de um padrão de acumulação de capital sustentado por uma relação direta entre lideranças e massas, chamado populismo, ou as interpretações que ressaltam a face militar do Golpe de Estado. Por fim, as versões mais completas que tentam entender o Golpe como um processo, um movimento civil-militar construído intencionalmente por um novo bloco de poder, baseado num programa político.

Em termos conjunturais, podemos pensar o Golpe de Estado de 1964 como um golpe preventivo. Tratou-se de uma ação imediata deflagrada contra a ascensão das lutas dos movimentos sócio-políticos baseados, majoritariamente, naquele programa nacionalista e reformista. Porém, parece um tanto exagerado tratar aquele processo de lutas sociais como uma revolução em curso, como apontaram alguns autores. Mas, de fato, Gorender tem razão na compreensão de que se tratava do mais amplo e aberto processo de luta política por direitos



e transformações sociais desencadeados pelas classes subalternas brasileiras.<sup>7</sup> O que colocou a classe dominante em alerta e a incentivou a tomar uma iniciativa drástica. Tratava-se de conter a radicalização da luta política, que tomava cada vez mais contornos de luta de classes.

Entretanto, esta visão não pode limitar a percepção de que o Golpe tratou-se, também, de um movimento sócio-político que aglutinou amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto político baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Resultado de um intenso trabalho conspiratório e de conquista da hegemonia política para efetivação do programa liberal-conservador de desenvolvimento econômico e modernização autoritária, como já demonstraram os intensos e fundamentados trabalhos de René Armand Dreifuss e Maria Helena Moreira Alves. A tomada de poder somente foi possível por este trabalho arduamente desenvolvido e que permitiu que boa parte da sociedade brasileira aceitasse, naqueles idos de 1964, o projeto de desenvolvimento autoritário.

Dialeticamente, portanto, o Golpe Civil-Militar foi, ao mesmo tempo, a culminância de um amplo movimento político baseado no programa de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no plano conjuntural e, no plano processual, uma reação da classe dominante ao avanço do processo de lutas sociais por direitos, desencadeado e promovido pelas forças nacional-reformistas em meio ao contexto de polarização da *Guerra Fria*. Entender a complexidade deste processo passa pelo entendimento desta dupla dimensão. Ou ainda, a dupla perspectiva da ação política, em suas faces de consenso e força. É nela que passa a figurar o foco a partir de agora.

Embora haja a necessidade da compreensão global da totalidade deste processo de lutas políticas, não há condições de desenvolver este trabalho completo, como deveria ser realizado. Portanto, o recorte recaiu sobre a dimensão fundamental do fenômeno a ser entendido. O objeto de estudo é, dessa forma, o conjunto de forças, ou mais precisamente, os movimentos sociais e políticos liberais e conservadores. Este estudo tem por meta compreender a atuação destas forças na construção e consolidação do Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul. Mais especificamente, o interesse específico é na dimensão propriamente política desta atuação. O escopo é tentar responder a uma pergunta básica: como os

---

<sup>7</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

movimentos sociais e políticos liberais-conservadores se organizaram, se articularam e agiram, no Rio Grande do Sul, para construir uma hegemonia política, uma legitimidade pública, e para deflagrar o Golpe de Estado naquele primeiro de abril de 1964? Para responder esta pergunta, é preciso entender, também, quem eram estas forças, no plano real.

Para tornar mais clara esta opção de recorte, o objeto de pesquisa e o problema colocado, bem como as premissas iniciais do trabalho é preciso apontar os referenciais teórico-metodológicos e as bases historiográficas deste estudo. Trata-se de esclarecer os fundamentos e a arquitetura do trabalho para aprofundar as discussões pertinentes.

## 1.2 Sobre Teoria e Metodologia

As formas de representação da História remetem, no campo teórico, às diferentes dimensões temporais do movimento histórico. A compreensão de que existe uma realidade além da nossa percepção exige que nos voltemos às fontes em busca dos eventos, que se apresentam de formas diversas. Tal diversidade exige, por parte do historiador, aproximações metodológicas distintas. Desta forma, a unidade de sentido que faz dos diferentes acontecimentos um evento pode ser pensada como uma sequência de episódios presos a uma ordem temporal, que toma sentido somente a partir da significação posta pela investigação empírica e pela ordenação teórica destas fontes. Portanto, a pesquisa histórica se completa neste movimento dialético de diálogo entre as fontes e as hipóteses de trabalho, que dão significado a este material empírico.<sup>8</sup> Pesquisa esta que tem como referência a lógica histórica, conforme Edward Thompson, um método lógico de investigação adequado a materiais históricos destinados a testar hipóteses e eliminar procedimentos de

---

<sup>8</sup> A compreensão de tempo e representação é amplamente fundamentada em KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. Sobre a necessidade do trabalho empírico e do diálogo com as fontes, ver: THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria. Ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

autoconfirmação, em um diálogo entre conceito e evidência, conduzido por hipóteses sucessivas e pesquisa empírica.<sup>9</sup>

Segundo Reinhart Koselleck, a percepção histórica que opõe de forma abstrata eventos e estruturas é teoricamente arbitrária porque, na prática, ambas possuem extensões temporais distintas, e fixar a História desta ou daquela forma seria impor escolhas inapropriadas. Ambos os níveis, estruturas e eventos, remetem um ao outro sem que se dissolvam mutuamente. Mais que isto, eles se alternam em importância dependendo da natureza do objeto em estudo. Os eventos são possibilitados por condições estruturais passíveis de serem descritas. Inversamente, as estruturas só podem ser apreendidas nos eventos nos quais se articulam e por meio dos quais se deixam transparecer. Portanto, a forma mais adequada de se apreender o caráter processual da História é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa.<sup>10</sup> Assim, embora os historiadores estabeleçam métodos de abordagens distintos, selecionem evidências e privilegiem certas temáticas, o objeto real da História continua unitário, não como um agregado de histórias separadas, mas, uma totalidade contraditória.<sup>11</sup> Nesta, cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras e na medida em que estas ações dão origem a modificações que se tornam objeto de investigação, pode-se definir esta “soma” como um processo histórico, práticas ordenadas e estruturadas de maneira racional e dialética.<sup>12</sup> Esta compreensão também tenta se afastar da falsa dicotomia gerada pela contraposição arbitrária entre narração e interpretação, que nada mais são do que formas distintas e complementares de construção do conhecimento histórico, em que ambas se articulam, conforme aponta Eric Hobsbawm.<sup>13</sup> Objetivo extremamente difícil, mas que ainda precisa ser perseguido.

Para pensarmos o Golpe de 1964, no Brasil e no Rio Grande do Sul, é preciso considerar algumas especificidades teórico-metodológicas que comportam a tarefa de estudar

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P., *idem*, p. 49.

<sup>10</sup> KOSELLECK, Reinhart, *op. cit.*

<sup>11</sup> KONRAD, Diorge. *O Fantasma do Medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: Unicamp - IFCH, 2004. Tese de Doutorado.

<sup>12</sup> Soma está entre aspas porque discordo da formulação de simples soma que acaba nublando a perspectiva do método dialético na compreensão da realidade como um processo contraditório de somas, mas também de negações, contradições e rearranjos. O objetivo do método é, portanto, captar e compreender estas contradições em meio ao processo histórico estabelecendo as causações necessárias, embora nunca suficientes.

<sup>13</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 202 e *passim*.

um fenômeno histórico temporal e socialmente muito recente. Para o historiador Marcelo Badaró Mattos, por exemplo, o Governo Goulart e o Golpe de 1964 constituem o marco inicial da nossa História do tempo presente.<sup>14</sup> Para entender tal afirmação, é preciso considerar o tempo presente, suas especificidades, e sua inserção no processo histórico mais amplo. Da mesma forma, trata-se de um recorte essencialmente político. Mas de qual política estamos falando? Como o recorte refere-se à ação política das forças conservadoras na construção da hegemonia política e na intervenção institucional, também é fundamental considerar as especificidades metodológicas da abordagem propriamente política, mas que não a isole das outras dimensões da realidade. Vamos a estas questões.

Destarte, segundo Enrique Padrós parece consensual entender a História contemporânea como o processo de maturação e hegemonia do modo de produção capitalista em nível internacional. Entretanto, se o período comumente conhecido como História Contemporânea apresenta tal traço de continuidade, também possui elementos de ruptura. Tais elementos marcam subperíodos que apresentam lógicas diferenciadas. História do Tempo Presente, portanto, refere-se ao subperíodo atual e sua forma de abordagem.<sup>15</sup> Ou ainda, conforme Hobsbawm, o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, isto é, olhar em função do resultado de hoje, para um passado que sob essa luz adquire significação.<sup>16</sup> Embora apresente tais especificidades é importante não perder de vista que, conforme afirmam Serge Berstein e Pierre Milza, a História do presente é, primeiramente, e antes de tudo, História. Sem negar as especificidades que a marcam é fundamental considerar que seus objetivos, métodos e fontes não diferem dos outros campos do conhecimento histórico.<sup>17</sup>

Apesar destas definições bastante plausíveis, é preciso problematizar também a própria prática da História do presente. Pois, ainda segundo Berstein e Milza, a própria delimitação de uma fronteira cronológica entre uma História do passado e uma História do

---

<sup>14</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. O Governo João Goulart: novos rumos na produção historiográfica. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n. 55. São Paulo: ANPUH, Jan.-Jun. de 2008.

<sup>15</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, janeiro/dezembro. 2004, p. 200 e *passim*.

<sup>16</sup> HOBBSAWM, Eric, 1998, op. cit., p. 243 e *passim*.

<sup>17</sup> BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Àgnes; TÉTART, Phillip (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 127.

presente é mutável, variável e imprecisa, sendo inclusive possível seu próprio questionamento, pois não é clara uma solução de continuidade entre uma História do passado e do presente.<sup>18</sup> Por outro lado, se considerarmos insuficientes as elaborações teóricas que opõem tais dimensões temporais, passado e presente, como dimensões de tempo estanques, estaremos questionando a própria validade do termo História do presente. Isto porque, entendendo a História como um processo estruturado de construção da realidade, não linear, nem homogênea, muito menos harmônica, questiona-se, desta forma, a própria estatura de uma fronteira clara e visível entre um passado distante, portanto, concluso, e um presente, em aberto. Pois, inerente ao processo histórico são ritmos e dimensões diferentes de tempos e de eventos, como chama a atenção Koselleck, na medida em que o processo histórico é permeado tanto por permanências quanto por rupturas, formando movimentos sincrônicos e diacrônicos dentro da própria dinâmica do tempo e da realidade.<sup>19</sup>

A fim de refletir sobre tais problemáticas é preciso considerar as especificidades inerentes à operação historiográfica do tempo presente: proximidade cronológica entre o objeto de pesquisa e o historiador; a profusão de fontes diversas que irrompem na modernidade; a existência de testemunhas oculares; a conformação de eventos que podem ressignificar períodos anteriores e a imersão do historiador em seu próprio tempo. Especificidades que são desafios abertos aos historiadores a fim de pensar suas próprias práticas de ofício. Tais desafios são, portanto, um convite a refletir a respeito do arcabouço teórico e metodológico necessário a fim de entender a História como processo e não como fragmentação desarticulada, na perspectiva de que é fundamental fornecer uma base explicativa que, mesmo sendo provisória, seja plausível. Por isso, segundo Jacques Le Goff, o tempo presente exige, mediante pressupostos teóricos, o dimensionamento, a hierarquização e a contextualização dos eventos. Bem como sua inserção no processo histórico e sua relação com ele, sem perder de vista os procedimentos metodológicos básicos, como sintetizar o acontecimento com a profundidade histórica pertinente, trabalhar as fontes com o rigor crítico e os métodos adequados, explicar os fatos e hierarquizá-los, integrando-os numa longa

---

<sup>18</sup> Idem, p. 128.

<sup>19</sup> KOSELLECK, Reinhart, op., cit., p. 165.

duração.<sup>20</sup> Portanto, escrever sobre a história recente apresenta-se como uma tarefa complexa que deverá ser enfrentada a partir do trabalho com fontes empíricas diversas, permitindo uma aproximação efetiva da realidade, que não seja determinada por uma compreensão construída *a priori*, mas que também não se deixe dominar pelas fontes.

Em função da dificuldade de acesso a outras bases documentais, os periódicos impressos são instrumentos fundamentais de tal investigação empírica. Os jornais são fontes extremamente ricas e ao mesmo tempo bastante complexas, pois são formas específicas de intervenção intencional na realidade. São produzidas para convencer através de determinada versão. Por isso mesmo, podem tanto informar sobre o processo histórico quanto definir determinadas posições políticas, desde que se proceda a pertinente crítica das fontes a fim de que a versão expressa em suas páginas não seja tomada como verdade. Por isso, contar com uma pluralidade de fontes permite comparar e contrastar versões. Como aponta Michel Winock, no estudo do político e de seus discursos, a fonte jornal, que entre todos os meios de comunicação apresenta-se, de fato, como a mais rica, é “o pão de cada dia” da política contemporânea. Para o autor, ela espasa as inflexões da época, as nuances da conjuntura e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a “doutrina e os fatos”.<sup>21</sup> Entretanto, segundo Jean-Nöel Jenneney, é preciso tentar distinguir o verdadeiro e o falso e escutar, subindo contra a corrente, a verdadeira influência dos poderes públicos e dos diversos grupos de pressão sobre a mídia, neste caso, o jornal.<sup>22</sup> A fonte prioritária são os jornais de maior circulação no estado, com foco para o maior destes, o jornal *Correio do Povo*. Pertencente à companhia Caldas Júnior, era portador de uma linha editorial politicamente conservadora, expressando, em suas páginas, boa parte do discurso contra as reformas, contra as esquerdas e pela harmonia social entre as classes, tentando desqualificar posições políticas consideradas subversivas. Ademais, demonstrava ampla colaboração e alinhamento programático às *Classes Produtoras* do estado, principalmente, com os ruralistas e sua organização, a FARSUL.

---

<sup>20</sup> LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Phillip (orgs.), op., cit, p. 94 e *passim*.

<sup>21</sup> WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 282.

<sup>22</sup> JENNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: Idem, op. cit., p. 219.

Na perspectiva da construção do conhecimento histórico, portanto, é preciso articular as fontes históricas (documentos e jornais), as fontes bibliográficas (produção já existente) e o referencial teórico. Assim, poder-se-á partir da realidade empírica a fim de produzir um conhecimento fundamentado em uma crítica da sociedade, mas sem cair em análises mecânicas e deterministas da concretude histórica. O recorte espacial será o Rio Grande do Sul, pela importância política deste estado no cenário nacional, quando importantes conflitos se expressaram de forma clara, como a Campanha da Legalidade liderada pelo então Governador Leonel Brizola, em 1961, e a disputa final em torno do próprio Golpe em 1964. Entretanto, não se pode particularizar o regional em relação ao recorte nacional, mas estudá-lo como parte desse processo mais amplo, para não fazer uma história arbitrariamente totalizante, nem uma história em migalhas, que possa captar as generalidades e as especificidades da formação social brasileira e sul-rio-grandense. Preocupação marcante, portanto, é contribuir com a historiografia de forma a extrapolar as fronteiras do eixo Rio de Janeiro e São Paulo a fim de contribuir com a superação da visão de que exista, simplesmente, um centro decisório no País estabelecida nesse eixo do Sudeste e que estas explicações sejam globalmente válidas para o conjunto das realidades nacionais, ou, na mesma linha, compreendem outros casos regionais como reflexos mecânicos deste centro político. Dito de outra forma, a intenção é fugir da compreensão simplista de que exista uma “história do Brasil” feita e escrita no Rio de Janeiro e em São Paulo, no máximo em Brasília, e “histórias regionais” que ora são reflexos simples do centro político, ora são apresentados como relação mecânica de causa e efeito a partir do caso central.<sup>23</sup> Felizmente, o movimento historiográfico nessa direção é crescente e de qualidade. E nesse movimento que o trabalho apresentado tenta se posicionar.

O Golpe de 1964 é entendido pela historiografia em geral numa perspectiva temporal demasiadamente curta, perdendo de vista as articulações entre a conjuntura de radicalização política e aspectos de longo prazo na sociedade brasileira, como uma cultura política autoritária. Aqui é importante mencionar que há a necessidade de mitigar e até superar os estudos que vinculam excessivamente o Golpe Civil-Militar ao Governo do Presidente João Goulart, por motivos teóricos, na medida em que, pela extensão temporal restrita, perde-se a compreensão das permanências e rupturas do processo histórico. Opção esta, tributária da

---

<sup>23</sup> Concepção fundamentadas nas reflexões de KONRAD, Diorge. Op., Cit.

tradição de história política tradicional, que vincula inapropriadamente a História aos governos e às personalidades, em suma, às conjunturas institucionais, pois como apontam as formulações da história política renovada, esta, já está em condições de superar suas limitações teóricas sem, no entanto, cair em novos determinismos. Pois, segundo René Rémond, não podemos nos prender em uma definição estreita do político que o isole de outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual. Se o político possui características próprias, também tem relações com outros domínios da realidade, porque não é um setor separado, mas uma das modalidades da prática social. Consequente, não possui fronteiras fixas e imutáveis, mas variáveis conforme as influências externas, e as flutuações do espírito público, das contradições da sociedade. O aspecto que o político privilegia na abordagem da realidade global é, portanto, a resultante desta conjunção de elementos.<sup>24</sup>

Contudo, embora seja necessário compreender o Golpe de 1964 considerando uma conjuntura muito mais ampla, e processos históricos mais duradouros, as limitações inerentes a uma dissertação de mestrado, como tempo e espaço inviabilizam o estudo de períodos mais amplos, ou relações de determinações mais complexas da totalidade histórica, em função do seu próprio propósito, ficando, portanto, a ponderação e apontamento para trabalhos futuros.<sup>25</sup>

Reconstituir-se-á, portanto, a ação das forças políticas liberais-conservadoras no Golpe de 1964, na tentativa de construir uma hegemonia política que legitimasse essa sua ação de reorganização do Estado baseada no programa político da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, estudando o caso do estado do Rio Grande do Sul, como parte integrante e constantemente relacionada ao processo político no plano nacional. O objeto de síntese primordial, aqui, são os movimentos sociais e políticos ligados à este bloco liberal-conservador, porque, como afirmava Marx, o movimento social é ao mesmo tempo um movimento político e vice-versa.<sup>26</sup> Mas então quem são estes? Este ponto é fundamental porque são os homens que fazem sua própria História, embora não como querem, nem sob

---

<sup>24</sup> RÉMOND, René. Do político. In: Idem, op., cit, p. 442-443 e *passim*.

<sup>25</sup> Um exemplo bem sucedido de trabalho que faz essa relação entre o Golpe de 1964 e uma realidade estruturante na sociedade brasileira é a pesquisa acadêmica de Rodrigo Pato Sá Motta que estuda o Golpe de Estado na perspectiva, e como parte do anticomunismo no Brasil e que será retomado posteriormente. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil. 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

<sup>26</sup> MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Moscou: Progresso, 1979.



condições de sua própria escolha, mas sim sob circunstâncias com as quais se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado, portanto, construídas historicamente.<sup>27</sup> Por este motivo, doravante, temos que identificar os sujeitos dessa História. Aqueles que agem sob essas determinadas condições históricas. Sujeitos que, essencialmente coletivos, constroem seus destaques individuais, suas lideranças, ideias e atuação. Identificá-los de forma inicial é importante para balizar a análise sob a sua atuação que aprofundará sua própria compreensão, na medida em que é a relação dialética entre seu discurso e sua prática que determina sua identidade política e social.

### 1.3 Os Sujeitos desta História

Inicialmente, é importante identificar os sujeitos históricos que são fundamentais neste processo de lutas sociais e políticas. Embora não homogêneas, foi expressivo o grau de coesão e de reconhecimento dos interesses comuns das classes dominantes sul-rio-grandenses, em particular. Frequentemente era utilizada, pelos seus próprios membros, e pela imprensa escrita, a noção de *classes produtoras*, ou *classes conservadoras*, para designar os setores ruralistas, empresariais, comerciantes, financistas ou todos os indivíduos ou grupos proprietários, e/ou defensores de seus projetos de sociedade. Assim eles se autocompreendiam, expressando uma identidade coletiva, política, e de classe. As atividades dessa classe e suas frações foram constantes.

Para começar, vamos partir das organizações que se apresentam e atuam como a “vanguarda política” dessas *classes produtoras*, por sua constante atuação, legitimadas pelos segmentos que representavam. A FIERGS, a FEDERASUL e a FARSUL foram os principais protagonistas de um projeto hegemônico marcado pela importância do associativismo na defesa dos interesses de grupos e classes.<sup>28</sup> Aqui, o conceito de classe é entendido como uma relação histórica, uma compreensão de interesses e projetos coletivos em comum. Interesses

---

<sup>27</sup> MARX, Karl. *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelman*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 17.

<sup>28</sup> Para um histórico destas entidades veja-se o recente trabalho: GROS, Denise. *Associações de classe patronais e ação política*. In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

que expressam, são influenciados e influenciam determinada relação histórica na formação social capitalista.<sup>29</sup> Mas não mecanicamente como tentam fazer crer certas críticas *apriorísticas* de ranço antimarxista.<sup>30</sup> A atuação dessas entidades era ampla e ocorria em âmbitos políticos, institucionais, sociais e nos meios de comunicação, defendendo constantemente, seus interesses imediatos. Ainda entravam em temas que lhe diziam respeito diretamente, como a defesa de seu projeto político de sociedade calcado, na crença na livre iniciativa no plano econômico e na democracia representativa com uma matriz política essencialmente autoritária, repudiando a participação popular na política, tida como baderna, agitação e subversão. Tanto que a manutenção da ordem era, para essas entidades, mais importante que a democracia, como ficou patente em 1964. Imbuídas da ideologia anticomunista, eram defensoras do alinhamento automático ao mundo cristão e ocidental, liderado pelos Estados Unidos, combatiam o programa de reformas, e lutavam pela conservação das estruturas sociais e políticas vigentes. E mais, lutavam por seu programa de desenvolvimento econômico, com liberdade de iniciativa e conservação da ordem, com restrição do alcance das decisões democráticas. Nesse sentido, foram incansáveis na luta contra as mudanças sociais e políticas em pauta pelas reformas de base naqueles anos 1960, em função da defesa de seus privilégios de classe.

A FIERGS era, e ainda é, o órgão representativo dos industriais gaúchos e seus interesses. Criada em 1930, ainda como Centro da Indústria Fabril (CINFA) “para congregar a classe e servir de traço de união entre os poderes constituídos e as forças produtoras do estado”, sob a liderança de A. J. Renner, sua estrutura já se apresentava limitada ainda em 1937. Foi necessária a criação da FIERGS, para abarcar “todos os sindicatos de empregadores industriais”.<sup>31</sup> Dirigida pelos grandes empresários do estado, foi a entidade mais cautelosa na ação política, embora sempre tenha se apresentado como defensora dos princípios liberais que deveriam nortear a condução econômica do País e do estado, conforme sua concepção. Em

---

<sup>29</sup> THOMPSON, Eduard Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>30</sup> Caso de René Rémond, uma importante referência para a renovação dos estudos políticos na história quando afirma que o marxismo pensa a política mecanicamente a partir das condições econômicas ou como se os interesses políticos fossem diretamente aferíveis das posições de classe, conceito desqualificado como “categorias sócio-profissionais”. Ver: RÉMOND, René. *Por uma história política*, op. cit.

<sup>31</sup> GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. GERTZ, René (org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 261-263.

termos políticos, apresentou-se mais combativamente já nas vésperas do Golpe de Estado, embora tivesse participado ativamente de todo o processo de conspiração e construção social da Ditadura.

Embora os comerciantes do Rio Grande do Sul se organizassem em associações desde meados do século XIX, foi na década de 1920 que discutiram a criação de uma entidade estadual que representasse seus interesses de forma unificada. Foi assim que, no II Congresso das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, em 1927, foi aprovada a criação da FEDERASUL sob a presidência de Aberto Bins, então Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA). Já em 1928 foram estabelecidas as regras atuais, que a sede seria em Porto Alegre, no mesmo local da ACPA, e que o Presidente e o secretário da Associação de Porto Alegre seriam os respectivos Presidente e secretário da FEDERASUL.<sup>32</sup> Esta, aglutinava comerciantes, lojistas e vendedores, destacando-se por sua combatividade frente aos projetos e governos de orientação reformistas, pela defesa constante da propriedade privada e de uma economia de livre mercado, atribuindo a esses preceitos a essência da própria ordem democrática e, identificando, conseqüentemente, os comunistas como seus piores inimigos.

A FARSUL, no entanto, foi, provavelmente, a principal protagonista, e o sujeito político mais presente na defesa dos interesses políticos do bloco liberal-conservador, no embate contra os projetos de reformas sociais. Fundada no *Congresso de Criadores* de 1927, seu objetivo principal era o de liderar os produtores e organizar a busca das reivindicações da categoria naquele Congresso, como a repressão ao contrabando de gado e charque e a implantação de crédito rural. Dali para frente, seria uma entidade de classe cada vez mais organizada e ativa na política estadual, com grande representatividade entre seus associados. Não é de se estranhar, conseguinte, que no estado onde a produção rural e a propriedade da terra têm tamanha centralidade, compondo inclusive seu aspecto identitário e cultural, que o debate sobre a propriedade da terra, a reforma agrária e a organização rural fosse preponderante e alcançasse a maior repercussão. Ainda mais porque, grande parte da economia do estado era oriunda da produção rural. Os grandes proprietários de terra no estado, organizados pela FARSUL, foram, portanto, sujeitos políticos ativos na defesa de seu

---

<sup>32</sup> Idem, p. 259.

projeto e presença constante nas articulações políticas com as outras organizações patronais e com os partidos políticos conservadores.<sup>33</sup>

Foi Denise Gros, também, quem já apontou o apoio e participação dessa classe dominante gaúcha no Golpe e na defesa da Ditadura Civil-Militar, como ilustram, segundo ela, as manifestações dos industriais através da FIERGS, com posturas que eram comuns, também, às entidades representativas do comércio e da agricultura. Em 1964, nos diz a autora,

(...) a FIERGS expressou sua adesão ao regime militar e empenhou-se em conscientizar o empresariado gaúcho da importância da colaboração com as forças armadas para a consolidação do ‘movimento de março de 1964’, através do manifesto *Chamamento à Meditação*. Nesse documento, os empresários industriais relembavam suas apreensões com a pregação marxista e a tendência estatizante que identificavam na condução da política econômica do governo João Goulart. O texto afirmava ainda a responsabilidade que os empresários haviam assumido com a consolidação do ‘movimento de março de 1964’.<sup>34</sup>

Apesar do manifesto ser da FIERGS, esta postura foi comum as já citadas entidades patronais, representativas da classe dominante sul-rio-grandense.

A Igreja Católica também desempenhou importante ativismo nessa conjuntura, liderada pelo Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, ela foi de fundamental importância num estado profundamente marcado pela religião e pela tradição, principalmente na empreitada de construção de uma opinião pública contrária às reformas e aos projetos de esquerda, identificando-os com o comunismo ateu, contrário à tradição pacífica e cristã do povo brasileiro. Utilizando seu programa de Rádio, intitulado a “Voz do pastor”, seu espaço no jornal, que contava inclusive com uma coluna periódica e a respeitabilidade de sua opinião como líder religioso e católico, Dom Vicente Scherer, sempre aproveitava as oportunidades para lembrar seus fiéis dos perigos e maleficidades que os comunistas representavam, bem como o perigo representado pelas propostas de reformas sociais como subversão da ordem, principalmente da ordem de Deus. Mais uma vez, toda proposta de reforma social era taxada imediatamente de comunista, aqui cabendo toda a acentuação negativa que esse conceito carregava para os cristãos. Esse mesmo Arcebispo foi

---

<sup>33</sup> Idem, p. 259.

<sup>34</sup> Idem, p. 268-269.

uma das poucas vozes a se levantar contra a Campanha da Legalidade, pela influência comunista que, segundo ele, acarretaria, e foi um dos pilares do Golpe de 1964 na sociedade civil, apoiando-o desde a primeira hora e celebrando sua vitória.

Outras instituições contribuíram nesse processo. É o caso, por exemplo, da regional sul do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPESUL), desempenhando o papel de aglutinar as lideranças das *classes produtoras* em ações políticas diretas e, na batalha de opinião pública. Esta regional do IPES fazia parte da ligação com as elites conspiradoras nacionais. Era o espaço de articulação política mais ampla e de ações de construção hegemônica na sociedade das forças liberal-conservadoras, a partir da publicação de materiais educativos, reportagens encomendadas e realização de cursos e palestras pelo estado. Da mesma forma, organizações sindicais urbanas e rurais, como a Frente Agrária Gaúcha (FAG), os Círculos Operários e o Movimento Sindical Democrático (MSD), organizados pelas forças conservadoras, também se destacaram na tentativa de legitimar o “movimento de 1964”, tentando reduzir a influências das organizações sociais ligadas a projetos progressistas. Os movimentos ligados ao movimento estudantil, como o Movimento Democrático Universitário (MDU) e de mulheres, como a Ação Democrática Feminina (ADF), também contribuíram para legitimação do processo, procurando convencer seus segmentos sociais, de gênero e por atividades. Ressalte-se, contudo, que estes não são o foco do trabalho, merecendo atenção, mesmo que reduzida, nos momentos em que sua participação é mais relevante, como no caso da ADF, que de todas as citadas, envolve-se mais diretamente na disputa política em curso em final de 1963 e início de 1964.

No Rio Grande do Sul, a grande especificidade em relação ao que apontado pela historiografia como o cenário nacional é a ativa participação, legitimidade, fortes definições ideológicas e um grande respaldo social dos partidos políticos. Nesse caso, os partidos conservadores. Foram organizações combativas e centrais na defesa de seus projetos de sociedade. Representativos dos seus segmentos, e reconhecidos como tais, estabeleceram uma polaridade marcante tendo como corte divisor sua oposição aos projetos reformistas. Mesmo polarizados e aglutinados em frentes, os partidos mantiveram especificidades importantes. No campo conservador, o Partido Social e Democrático (PSD) assumiu o papel de grande partido aglutinador das forças conservadoras que, em nível nacional, era desempenhado pela União Democrática Nacional (UDN). O PSD se apresentava como o maior partido do campo conservador e tinha na sua base, as elites regionais remanescentes do Estado Novo, grandes

proprietários rurais e uma fatia de profissionais liberais. Já a UDN, no estado, possuía menor expressão, aglutinando forças mais ortodoxamente liberais e intransigentes. Foi o aliado mais fiel do PSD na frente antirreformas. O Partido Libertador (PL), liderado por Raul Pilla e ideologicamente parlamentarista, o Partido Democrata Cristão (PDC), sem maiores definições ideológicas (além do exacerbada defesa da religiosidade cristã e da moral) e o Partido da Representação Popular (PRP), herdeiro do integralismo, com força ideológica considerável e central na disseminação do anticomunismo no estado, bem como de participação decisiva nas eleições estaduais, e intensa participação nessa construção golpista, compõem o quadro partidário identificado com o projeto conservador de sociedade; embora não fossem todos liberais, unificavam-se na defesa do modelo econômico capitalista, antissocialista e antirreformista. Todos serão analisados apropriadamente. Inicialmente estes partidos compõem, de forma frágil e incipiente, uma aliança basicamente eleitoral, mas já com fortes traços de alinhamento programático, a Frente Democrática (FD) que já em 1962, concretiza, oficialmente, o que na prática já existia, a Ação Democrática Popular (ADP), uma frente parlamentar formada pelos partidos conservadores, antirreformistas, para enfrentar, no estado, a maioria trabalhista e nacionalista, consubstanciada, principalmente, na força do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A especificidade do quadro partidário sul-rio-grandense, já apontado por outros pesquisadores é a prematura “desgetulinização” do PSD, em função do forte crescimento do PTB, ainda no final da década de 1940. Tal especificidade, auxiliou as grandes disputas entre ambos, o que inviabilizou a repetição, no plano regional, da aliança nacional responsável por expressivas vitórias eleitorais e políticas entre PTB e PSD, possibilitando assim que o PSD gaúcho se aliasse, desde cedo, ao campo liberal-conservador.<sup>35</sup> De todos os partidos, a posição mais ambígua apresentou o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), dissidência trabalhista liderada por Fernando Ferrari, ora alinhado ao campo conservador, ora afastado dele, adotando, inclusive, postura ambígua, quando da deflagração do Golpe de 1964.

---

<sup>35</sup> Sobre os partidos no Rio Grande do sul: FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René (Org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007; CÂNEPA, Mercedes, M. L. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (194-1965)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2005; BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

Desta forma, definidos e apresentados os principais atores coletivos deste processo histórico, podemos passar à identificação das coordenadas historiográficas deste trabalho. Para isso, é preciso considerar e analisar as principais contribuições já produzidas, nas interpretações acerca do Golpe Civil-Militar de 1964. Serão tratados os trabalhos que de alguma forma contribuíram para a discussão proposta. Portanto, não se trata de um inventário bibliográfico, mas os trabalhos pontuais que contribuíram nas interpretações mais amplas dessa dissertação foram incorporados ao corpo do trabalho.

#### 1.4 Discussão Historiográfica

Nos últimos anos, os estudos historiográficos referentes ao Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar no Brasil se avolumaram consideravelmente. Se fôssemos estabelecer um marco cronológico para a irrupção destes trabalhos, poderíamos destacar o ano de 2004 quando da passagem dos 40 anos do Golpe. Ressaltar este marco, já apontado por outros historiadores é interessante, na medida em que, um dos argumentos centrais para tentar explicar tal quantidade crescente de estudos, refere-se ao distanciamento político possibilitado pelo afastamento temporal daqueles eventos dos idos de abril de 1964.<sup>36</sup> Em estudo recente, Carlos Fico afirma que este distanciamento permite enfrentar certos mitos e estereótipos, tanto das esquerdas, quanto das direitas, através de pesquisas factuais profissionais. Mesmo assim, este autor reconhece que a abordagem propriamente histórica do Golpe e da Ditadura é bastante recente, em um movimento de incorporação, pelos historiadores, das temáticas anteriormente teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos.<sup>37</sup>

No caso do Rio Grande do Sul, os trabalhos que tratam do Golpe de 1964 e da Ditadura de Segurança Nacional são extremamente escassos. Há uma relativa ausência de

---

<sup>36</sup> Ver FICO, Carlos (b). *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Também, DELGADO, Lucília. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 17.

<sup>37</sup> FICO, Carlos, 2004 (b), op. cit., p. 20.

estudos monográficos que se debruçam sobre as temáticas relativas a este assunto.<sup>38</sup> O trabalho que agora é apresentado tem, portanto, a intenção de contribuir para avançar no entendimento deste processo histórico recente, porém, fundamental para compreensão da contemporânea formação social brasileira, em geral, e sul-rio-grandense, em específico.

Porém, esta discussão não se inicia agora. Tendo isso em mente, é importante iniciar o trabalho com uma discussão um pouco mais cuidadosa da bibliografia com a qual foi preciso dialogar para elaboração deste trabalho. Tratam-se dos trabalhos mais importantes e que influenciaram o debate, não só historiográfico, mas também, político, nos últimos anos. Discutir-se-á, agora, as principais interpretações sobre o Golpe de 1964 e as correntes historiográficas que as elaboram a partir de um eixo argumentativo central. Por este motivo é que elas são tratadas em boco. Mas ao invés de partir da ordem cronológica o caminho da síntese será justamente o contrário. Começamos pelo fim, por um motivo que deve ficar claro no decorrer do texto. Facilita o entendimento do encadeamento dos argumentos e críticas entre as mesmas. Então, vamos a elas.

Mas então, porque iniciar justo pelo fim cronológico? Porque, recentemente, determinada vertente historiográfica se entendeu revisora de supostos equívocos contidos nos estudos anteriores. Fundamentada metodologicamente na teoria das escolhas racionais, têm imputado uma centralidade marcante à conjuntura política e à questão democrática no desencadeamento do Golpe de 1964. Tais formulações operam uma ruptura drástica entre as interpretações anteriores, portadoras de todos os defeitos, constantemente identificadas com o marxismo, dito determinista, simplista e baseada em crenças políticas, e as novas interpretações baseadas na valorização das ações dos indivíduos, na compreensão da complexidade do passado e no distanciamento do historiador. Como aponta Carlos Fico, passou a ser um lugar-comum antimarxista a crítica de que as análises predominantes sobre o tema enfatizariam os aspectos econômico-estruturais, para acabar concluindo pela inevitabilidade do Golpe. É o próprio autor, no entanto, quem esclarece que, na verdade,

---

<sup>38</sup> Para um estudo bibliográfico sobre as obras disponíveis: RODEGHERO, Carla. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul*. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre, 2008. A ausência de trabalhos também foi destacada pela mesma autora em: Carla Rodeghero. Regime Militar e oposição. In: GERTZ, René (Org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.



nenhuma pesquisa acadêmica restringir-se-ia ao que se poderia chamar de interpretação marxista economicista, ortodoxa ou vulgar, que descuidasse dos aspectos políticos nos quais as estruturas levassem ao Golpe sem mediações.<sup>39</sup>

Estas interpretações, presentes nos trabalhos de Jorge Ferreira, Argelina Figueiredo, Wanderley dos Santos, José Murilo de Carvalho e, em menor medida, Daniel Aarão Reis Filho, conferem uma hipervalorização às variáveis políticas no desencadeamento do Golpe de 1964.<sup>40</sup> A política, aqui em sua esfera predominantemente institucional, ou seja, o Estado, os partidos e, principalmente, o Governo do Presidente João Goulart compõem o eixo da análise. Estes trabalhos identificam na falta de apreço pela democracia, por parte de todos os sujeitos históricos daquela conjuntura, o principal fator que leva à Ditadura no Brasil. Esquerdas e direitas figuram como igualmente golpistas e João Goulart, como presidente reformista vitimado por ambos. Parece marcante, também, o fato do Golpe ser explicado por elementos quase puramente endógenos. A *Guerra Fria* e o contexto internacional não fazem parte de suas elaborações, se não marginalmente, como citação solta, como se o País pudesse ser uma ilha de tranquilidade em meio a um mar revolto. Desta forma, o papel da História, de captar as singularidades e relacioná-las a processos mais amplos fica comprometido.

Começemos por Argelina Figueiredo, pioneira neste campo de estudos, cujo argumento defende que o Golpe deve ser entendido a partir da radicalização na polarização do campo político entre os dois grandes blocos políticos em disputa naquela conjuntura. Para a autora, entre 1961 e 1964 escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram a oportunidade de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas. Para Figueiredo,

---

<sup>39</sup> FICO, 2004 (b), op., cit.

<sup>40</sup> Trata-se principalmente dos trabalhos de FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1964-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; SANTOS, Wanderley G. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003; REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Jorge Ferreira (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, também Idem. A Revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990; CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que a custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas.<sup>41</sup>

Assim, o confronto entre os grupos políticos competidores teria acirrado o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas. Desta forma, a autora conclui que o Golpe foi fruto tanto da radicalização dos grupos políticos em disputa, quanto da falta de apreço de ambos pelas regras democráticas. Argelina inaugura a argumentação que se foca no processo político, mas nomeadamente, no processo político partidário no Golpe de 1964. Seu objeto de estudo são o Estado, os partidos e organizações coletivas de matiz política institucional. Note-se que a autora elabora seu trabalho em um contexto onde a consolidação da democracia no Brasil, após 40 anos de Ditadura e, portanto, é compreensível, que sua preocupação central seja a questão democrática, mesmo que em sua forma representativa. No entanto, não parece ser a interpretação mais adequada, na medida em que, não existe um único modelo de democracia, aqui do tipo liberal, e se não há acordo com essa então, não é democrático. Qualquer crítica a esse modelo de democracia imputado como único pode ser acusado de golpismo. E não há, historicamente, nenhuma evidência da suposta falta de apreço pela democracia por parte das esquerdas, que pode-se aferir historicamente, foram as forças que mais sofreram com a ausência dela e as que mais lutaram pela sua manutenção e mesmo ampliação. Muito contrário dos abundantes exemplos existentes por parte das direitas e das elites do País. Confundir essa luta política e social, das forças de esquerda, por ampliação de direitos e de participação decisória do povo na política, com golpismo não é apropriado, nem correto do ponto de vista histórico. Tal opção só pode ser colocada com uma visão demasiado curta desse evento que não o coloca em perspectiva histórica, nem o papel das direitas, nem das esquerdas.

---

<sup>41</sup> FIGUEIREDO, Argelina C., op. cit., 1994, p. 202.

No entanto, é importante que se diga, parece bastante correta a avaliação da autora em relação à formação e alinhamento programático dos dois grandes blocos políticos apontados pela autora e a profunda radicalidade na polarização do campo político entre esses dois blocos, o nacional-reformista e o liberal-conservador. É fundamental, também, no estudo de Argelina Figueiredo a opção teórica de que escolhas e ações dos sujeitos fizeram a História tomar seu rumo, e não causalidades ou estruturas onipotentes, embora falte na sua compreensão do processo, as delimitações reais, econômicas, sociais, culturais e políticas que demarcam e estabelecem os limites possíveis das ações desses sujeitos, que estão além de sua própria escolha e independem de sua vontade, necessários a uma correta interpretação e síntese da realidade, como bem apontaram, entre tantos outros, Karl Marx e Edward Palmer Thompson.<sup>42</sup>

Seguindo na mesma linha da referida autora, o historiador Jorge Ferreira amplia esta argumentação, baseado no trabalho de Maria Celina de Araújo. Em sua elaboração, o Golpe foi resultado da falta de apreço pela democracia por parte de todos os atores históricos daquele período, mas foi, também, um Golpe contra o PTB, suas lideranças e suas práticas políticas. Nas palavras do próprio Ferreira:

Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-a para defender seus interesses. A segunda por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. (...) O Golpe Militar, avalia com razão Maria Celina D'Araújo, foi contra o PTB, sua prática política e suas lideranças. O partido surgiu aos olhos dos militares como um inimigo a ser combatido. A ruptura constitucional foi reação aos compromissos dos trabalhistas com as esquerdas no clima da Guerra Fria, as alianças que tentaram com setores militares, as propostas de fazer dos trabalhadores o sustentáculo privilegiado de poder e a estratégia de atuar pela via da participação direta.<sup>43</sup>

Podemos perceber a centralidade da dimensão política na análise, a tese da falta de apreço pela democracia, e o protagonismo do PTB e suas lideranças, como objetivo imediato do Golpe. Jorge Ferreira argumenta, também, que o Golpe não foi a favor de um projeto,

---

<sup>42</sup> Marx, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011; THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao materialismo de Althusser*. Tradução: Valtensir Dutra. [Porto Alegre]: Edição Independente, 2009.

<sup>43</sup> FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 400.

apenas contra, o objetivo imediato seria depor Goulart e fazer uma limpeza política. No entanto, me parece que a grande novidade na argumentação de Jorge Ferreira, na esteira das conclusões que ele partilha das referidas autoras é o deslocamento de sentido que põe as esquerdas como principais responsáveis pelo desencadeamento do Golpe. Para Ferreira, estas radicalizaram no confronto com as direitas a fim de realizar as reformas a qualquer preço. Acreditando em sua força, passaram, após sua vitória no episódio da Legalidade de 1961, de uma posição defensiva (da legalidade) à uma posição ofensiva (pelas reformas), unificando as forças conservadoras e isolando-se politicamente. Na esteira destes argumentos, João Goulart passa a ser representado como o presidente reformista que foi vitimado, tanto pelas esquerdas radicalizadas e inconsequentes, quanto pelas direitas, sempre golpistas, ambas sem apreço pela democracia.<sup>44</sup>

Daniel Aarão Reis Filho apresenta, em relação à compreensão do Golpe de 1964, uma trajetória peculiar. Em livro pioneiro, a *Revolução faltou ao encontro*, dedicado ao estudo das esquerdas brasileiras e a uma tentativa de compreender as sucessivas derrotas naquele processo de luta de classes, o autor apresenta sua compreensão, embora de forma breve, sobre a construção e desencadeamento do Golpe de 1964. Reis Filho identifica a primeira metade da década de 1960 como um período de debates e lutas, de alternativas em jogo, anos de crise. Em sua visão, as instituições políticas eram incapazes de conciliar os interesses dominantes e canalizar em ordem as pressões e insatisfações dos dominados. Para piorar o quadro político, os mecanismos de renovação do *regime* não funcionavam mais. Desta forma, as contradições sociais agravar-se-iam num ritmo mais veloz do que os prazos institucionais permitiriam.<sup>45</sup> O Golpe Civil-Militar consumado em 1º de abril de 1964, em seu

---

<sup>44</sup> Este argumento pode ser encontrado, além do trabalho referido de Jorge Ferreira, em outras obras de sua autoria, como: A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47 – 2004; Entre a história e a memória: João Goulart. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. O Historiador Jorge Ferreira possui uma grande produção, entre elas uma recente e volumosa biografia de João Goulart, que infelizmente não pode ser acrescentada nesse estudo que já estava em fase final, e não é possível fazer uma avaliação mais detida ou uma análise desse vasto trabalho, ficando as indicações bibliográficas pertinentes.

<sup>45</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 21-22.

argumento, resultado também de sucessivas crises econômico-financeiras, destruiu uma correlação de forças aparentemente equilibrada, instalando uma Ditadura Civil-Militar e reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder.<sup>46</sup>

Notável, no entanto, é a avaliação que o autor faz do papel das esquerdas no processo político que culmina no Golpe de Estado. Para ele, a derrota das esquerdas é resultado inelutável de elementos constitutivos da própria formação marxista das organizações atuantes no pré-64. Em primeiro lugar, o autor salienta que para estas organizações manter os princípios revolucionários sempre foi mais importante do que assegurar a sintonia com o processo vivo da luta de classes, resultado direto do que ele chama de condições de Estado-Maior da revolução das organizações de esquerda e sua qualidade de vanguarda política do proletariado. Este descompasso seria resultado direto da cópia de modelos revolucionários externos e sua aplicação quase mecânica à realidade nacional. Por fim, a hegemonia de intelectuais de classe média afastaria estas organizações de esquerda da realidade objetiva da classe operária. Uma de suas conclusões é a de que os comunistas se preparariam para a revolução se afastando da realidade que pretendiam revolucionar. Desta forma, o Golpe de 1964 embora, segundo ele, anunciado e antecipado, eliminaria utopias e surpreenderia a todos os comunistas e esquerdistas.

No entanto, em trabalho recente, o autor agrega novos elementos à sua análise, se aproximando da corrente que liga o Golpe de 1964 tanto à falta de apreço pela democracia por parte de todos os sujeitos políticos daquele momento, inclusive, e, principalmente, as esquerdas, quanto à oposição conservadora aos projetos reformistas de Goulart e do PTB.<sup>47</sup> Desta forma, para Daniel Reis Filho os vencedores do movimento civil-militar, que desfecharam o Golpe contra Goulart, formavam uma frente bastante heterogênea, unidos pela profunda aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira, depois de 1945, legitimada pela tradição trabalhista, identificada com o PTB.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Idem, p. 22. Aqui o conceito de regime é do próprio autor.

<sup>47</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Jorge Ferreira (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>48</sup> Idem.

A partir de uma matriz um tanto diferenciada, mas baseada em premissas muito semelhantes, Wanderley Guilherme dos Santos defende que o Golpe foi resultado de um processo de paralisia política, ou um emperramento do sistema político. Assim, o que o autor considera um Golpe Militar, resultou mais da imobilidade do governo Goulart do que de qualquer política coerentemente patrocinada ou executada por este. Santos, apresenta sua tese, como um modelo genérico amplo, para dar conta da explicação de qualquer tipo de crise institucional do gênero. Assim, para o autor, em sistemas polarizados de poder

uma crise de paralisia decisória é o resultado mais provável do confronto político quando os recursos de poder se dispersam entre atores radicalizados em suas posições, mais ou menos equidistantes de hipotético, mas já esvaziado um esvaziado centro, de tal forma que se configura o que denomino de *equilíbrio político*.<sup>49</sup>

Para ele, os prognósticos desse modelo, indicaram que a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória, ou seja, um colapso do sistema político, resultante de sua cadente capacidade operacional (isto é, tomar decisões sobre questões conflitantes), antes que a consequência de algum programa governamental consistentemente implementado. Além disso, esse autor chama a atenção para a alta rotatividade ministerial, o que indicaria uma instabilidade política e a consequente necessidade de tentar conciliar interesses de propostas reformistas com necessidade de equilíbrio institucional.

Seu trabalho, que traz uma constante reivindicação para a centralidade das variáveis políticas, no entanto, como aponta a crítica de Carlos Fico, não traz nenhuma definição do que seja o político ou o “sistema político”.<sup>50</sup> Desta forma, suas teses apontam para a política apenas em sua dimensão institucional, desvinculada de relações sociais mais amplas, e, desta forma, pairando acima da sociedade a que deveria representar. Ainda mais, as ações políticas dos atores parece condicionada ao modelo proposto. Sua tese, se plenamente demonstrada ensinaria que nenhuma força teria condições de fazer seu projeto prevalecer o que, de fato, não aconteceu.

Por seu turno, José Murilo de Carvalho parece reduzir a questão. Para este autor 1964 significou, simplesmente, um passo atrás na marcha histórica, quase linear em direção a uma

---

<sup>49</sup> SANTOS, Wanderley G. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Rio de Janeiro: UFMG, IUPERJ, 2003. p. 22.

<sup>50</sup> FICO, Carlos, op. cit., p. 48.

cidadania plena. Passo atrás que se deveu ao reduzido compromisso dos atores políticos com a democracia.<sup>51</sup> Seu livro tem por objeto o estudo da construção da cidadania no Brasil baseado no modelo proposto por T. A. Marshal.<sup>52</sup> Partindo da constatação de que esta é um fenômeno complexo e historicamente determinado, Carvalho envereda pelo arenoso terreno de separar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, estabelecendo uma ordem histórica, cronológica e lógica de desenvolvimento desses direitos, primeiro os civis, depois os políticos e, por último, os sociais.<sup>53</sup> Em capítulo intitulado *Passo atrás, passo adiante*, o autor aponta que em 1964, assim como em 1937, o rápido aumento da participação política levou à uma reação defensiva e à imposição de um regime ditatorial em que os direitos civis e políticos foram restringidos pela violência.<sup>54</sup> Na hipótese de José Murilo de Carvalho, a resposta para a falência da democracia, justamente no momento em que se consolidava, com fortalecimento dos partidos, por exemplo, está, justamente, na falta de convicção democrática das elites tanto de esquerda quanto de direita. Para ele:

Os dois lados se envolveram em uma corrida pelo controle do governo que deixava de lado a prática da democracia representativa. Direita e esquerda preparavam um golpe nas instituições. A direita para impedir as reformas defendidas pela esquerda e para evitar o que achavam ser um golpe comunista-sindicalista em preparação. A esquerda, com Leonel Brizola á frente, para eliminar os obstáculos às reformas e neutralizar o golpe de direita que acreditavam estar em preparação. (...) As lideranças caminharam na direção de um enfretamento fatal para a democracia.<sup>55</sup>

O autor adverte, porém, que pelo lado da direita, o golpismo não era novidade, na medida em que o liberalismo brasileiro não conseguiu assimilar a entrada do povo na política, considerado apenas massa de manobra de demagogos que perturbavam o funcionamento da democracia dos liberais que não poderia sair do controle de suas elites esclarecidas. Avaliação que encontra forte respaldo numa perspectiva histórica conforme já apontado por diversos autores, inclusive já citados aqui, e o próprio trabalho sobre o alcance dos direitos políticos. No entanto, afirma que para ambos os lados, esquerda e direita, a democracia era, assim,

---

<sup>51</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>52</sup> MARSHAL. T. A. *Cidadania, classes sociais e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

<sup>53</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op.; Cit., p. 8-10.

<sup>54</sup> Idem, p. 157.

<sup>55</sup> Idem, p. 150-152.

apenas um meio que podia e devia ser descartado desde o momento que não tivesse mais utilidade. Isto agravado pelo fato de que, sendo a democracia incipiente, não havia organizações civis fortes e representativas que pudessem refrear o curso da radicalização.<sup>56</sup>

Seu trabalho apresenta um engessamento provocado pelo estabelecimento de um modelo de cidadania a priori, dividindo-a em elementos distintos e evolutivos, por assim dizer. Uma sociologia onde os sujeitos quase não desempenham função, a linearidade histórica do trabalho fica evidente ao apontar o Golpe como um passo atrás na marcha rumo à uma cidadania plena. Ainda sim, o argumento da falta de apreço pela democracia por parte de todos os atores históricos, para retomar o argumento já utilizado, estabelece um modelo único e fechado de democracia, o modelo representativo liberal consagrado pela revolução dos Estados Unidos,<sup>57</sup> e não concordar com este, ou mesmo formular críticas, é considerado golpismo. Não há nenhuma evidência histórica de que as esquerdas estivessem preparando um golpe contra as instituições, ao contrário do que o processo demonstrou efetivamente sobre as direitas.

Tais trabalhos foram construídos em oposição frontal à outras vertentes historiográficas: primeiro, às que identificam o Golpe de 1964 como uma insurreição preventiva contra a mobilização dos movimentos sociais reformistas; segundo, às teorias que atribuem papel central ao populismo como prática política que acentuaria as contradições sociais naquela conjuntura e desencadearia o Golpe; terceiro, aos trabalhos que advogam a centralidade da conspiração militar na construção e deflagração do Golpe de Estado e, por fim; às teses que conferem papel central a conspiração golpista das forças conservadoras.

Tese clássica na historiografia é a que se refere ao Golpe como um movimento preventivo das forças políticas conservadoras, a fim de barrar o avanço dos movimentos sociais progressistas, bem como das demandas referentes às reformas de base. Tais reformas ou mudanças seriam um conjunto de medidas que tinham por objetivo atenuar as históricas desigualdades sociais do Brasil, tais como as reformas agrária, fiscal, educacional, política, entre outras. Entre os principais autores que defendem estas ideias estão Jacob Gorender,

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Sobre o conceito de democracia, modelos, críticas e sobre o modelo liberal representativo, nascido nos Estados Unidos, apontado como único possível ver: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.



Florestan Fernandes, Moniz Bandeira e Caio Navarro de Toledo.<sup>58</sup> Para estes, o Golpe de 1964 tinha o objetivo de barrar a participação das classes populares na política e impedir o avanço das mudanças sociais. Dependendo do enfoque escolhido, o Golpe foi interpretado também como uma contrarrevolução preventiva. Uma reação das classes dominantes às mudanças que podiam estar em vias de serem efetivadas, pela primeira vez, encampadas por um governo que, embora vacilante, se apresentava como reformista. A tese do Golpe Civil-Militar como um golpe ou uma contrarrevolução preventiva, diante de um processo revolucionário desencadeado pelas lutas sociais, apenas acentua a perspectiva e a amplitude da mobilização e ação política das classes trabalhadoras, e das forças reformistas, durante àquele momento de breve experiência democrática. Não se tratam de interpretações distintas, mas de ênfases divergentes na amplitude do processo de luta de classes daquela conjuntura.

Jacob Gorender tem por objetivo estudar a luta armada contra a Ditadura, mas não foge a possibilidade de uma interpretação ao desencadeamento do *regime*. Em sua tese, o Golpe foi uma contrarrevolução preventiva contra os avanços das forças reformistas e aos processos de mudança em curso. Para Gorender, o Golpe de Estado objetivou a imposição, por parte de setores da burguesia industrial que já gozava de incontestável preeminência econômico-social, de um governo forte e repressivo capaz de negar concessões aos trabalhadores e forçá-los a aceitar as medidas recessivas de um período de crise do capitalismo brasileiro. Desta forma, a crescente mobilização do momento pré-1964 se tornava, para o autor, uma real ameaça às classes dominantes e ao imperialismo, que optou por uma “modernização conservadora”, ceifando os movimentos populares e desmobilizando o que ele chama de “o ponto mais alto da luta de classes no Brasil”. Esta radicalização estaria esboçando, para Gorender, uma situação pré-revolucionária. Desta forma, para o autor, o que define o “Golpe direitista” é o seu caráter contrarrevolucionário.<sup>59</sup> As direitas teriam, portanto, motivos para agir antes que o perigo ficasse ainda maior. No entanto, o autor parece

---

<sup>58</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998. Ver também FERNANDES, Florestan. O significado da Ditadura Militar. In: TOLEDO, Caio N. (org.). 1964: Visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1997; BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Cf. também, TOLEDO, Caio Navarro de *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Idem. 1964: o Golpe contra as reformas e a democracia. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

<sup>59</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., 1998.

superestimar a capacidade de mobilização das forças de esquerda, bem como a politização de suas demandas e o alcance das lutas políticas daquele período. Além disso, parece que essa reação conservadora, contra os processos reformistas, não foi somente uma exigência do estágio do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas também, uma opção política da classe dominante a fim de não comprometer sua hegemonia social. Não era um processo revolucionário, contudo, que estava em curso, a partir dos movimentos populares, mas sim, uma luta social e política em busca de direitos, dentro dos marcos do regime liberal.

Já para Moniz Bandeira, o Golpe foi uma reação burguesa à política reformista do presidente João Goulart que, mesmo tentando uma conciliação com setores mais conservadores, a fim de ganhar estabilidade para implantar as reformas de base, sempre quis permanecer fiel as suas origens políticas que lhe davam sua principal sustentação, as esquerdas.<sup>60</sup> O autor é enfático:

(...) banqueiros, industriais, comerciantes, latifundiários, ricos e privilegiados, todos os exploradores e todos os parasitas festejavam a vitória. Menos os trabalhadores. Eram os derrotados. / Assim, pelo seu caráter contra-revolucionário, o Golpe de Estado, antinacional e antipopular, que derrubou Goulart não se conteria nos limites formais de uma legalidade já estuprada. Para assegurar sua continuidade o amordaçamento dos trabalhadores e suas organizações não bastava. Era preciso erradicar todos os focos de contestação, existentes no país, sobretudo dentro do congresso e das Forças Armadas.<sup>61</sup>

Para o autor, que mitifica a imagem de João Goulart, carregando nas tintas na positivação da imagem de João Goulart (tido como reformista e democrático), ou para ele, “Jango” como um líder trabalhista, do povo, em função da “democrática” estância gaúcha, e por isso “Jango” não poderia ser considerado como populista, porque este, o *populismo*, mesmo sendo um fenômeno complexo, pressupõe um estilo individualista de cunho demagógico com base pequeno-burguesa, apoiada na manipulação das massas, e Jango era um reformista.<sup>62</sup> Sua abordagem soa excessivamente partidária (favorável a Goulart) e mecânica, carregada do próprio linguajar contemporâneo, marca da sua opção de ter nos depoimentos as fontes principais. Apesar disso, traz elementos importantes para a

---

<sup>60</sup> BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>61</sup> Idem, p. 186.

<sup>62</sup> Idem.

interpretação do Golpe contra Goulart e seu caráter conservador. Além disso, o Estado e o governo aparecem como os sujeitos centrais da análise; numa visão de política excessivamente institucionalista. As duas maiores críticas metodológicas aplicáveis a este trabalho de pesquisa são o procedimento de se basear fidedignamente nos depoimentos dos personagens envolvidos no processo golpista, de ambos os lados, transformando assim, memória em História; e, em segundo lugar, ao tratar as lutas sociais de uma forma estritamente vinculada à institucionalidade, ou seja, as lutas sociais emanavam ou eram tuteladas pelo governo Janguista, tomado como principal agente histórico da intensa luta de classes em curso no início dos anos 1960. Os movimentos sociais continuam no papel de quadruvantes na construção de suas demandas e de sua própria História.

Caio Navarro de Toledo, por sua vez, acentua a hipótese da necessidade de impedir a passagem de uma democracia restrita, para uma, ampliada, marcando a opção da burguesia por uma “modernização conservadora”.<sup>63</sup> O Golpe, segundo Toledo, foi resultado da reação das classes dominante frente à guinada à esquerda empreendida pelo governo populista de Goulart, que radicalizou sua luta pelas reformas de base a partir de meados de 1963. Jango, que já era visto com desconfiança pela classe dominante, agora era claramente um grande risco contra seus interesses. Segundo ele, o equívoco das esquerdas foi acreditar que a suposta burguesia nacionalista iria apoiar as reformas no sentido de modernizar o capitalismo brasileiro, contra os interesses imperialistas e oligárquicos. Para Toledo, o Golpe foi a opção da burguesia por uma “modernização conservadora”, na medida em que as reformas necessárias ao capitalismo brasileiro seria implementadas repudiando o nacional reformismo, através de um Estado Burguês-militarizado, que excluiria a participação perigosa da classe operária e dos movimento sociais da cena política.<sup>64</sup> Em suas próprias palavras:

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (do campo e da cidade); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982; Ibid. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Ibid., op. cit., 2004, p. 15.

Seu estudo traz uma elaboração metodológica muito interessante, em relação às críticas realizadas pelos trabalhos vinculados às análises prioritariamente políticas, bem como as elaborações mais fortemente estruturais. Para Toledo,

As transformações do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos.<sup>66</sup>

Observação esta que é muito pertinente e precisa ser levada a sério, na tentativa de fugir de falsas dicotomias, como, aliás, suas análises, em relação ao Golpe, e ao processo político que o desencadeia, são muito importantes na vinculação da esfera do político a outras dimensões da realidade, sem deixar de relacionar, conforme já mencionado nesta consideração metodológica, causas estruturais com elementos conjunturais, posição teórica muita cara a este trabalho. No entanto, sua tese que vincula apenas à um projeto político negativo, ou seja afirmar que tratou-se apenas de um Golpe contra as reformas e contra democracia, parece equivocada em relação ao processo histórico. Havia um projeto político e social que embasava e sustentava tanto a ação conspiradora, quanto o Golpe e a Ditadura que se seguiu. Programa que tinha por função articular forças sociais tão heterogêneas, um programa liberal-conservador que embasou a modernização autoritária, sustentado na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.<sup>67</sup>

Mesmo que todos os trabalhos desta última corrente historiográfica tragam em si, em maior ou menor medida, as formulações que ligam de alguma forma o Golpe de 1964 ao modelo político denominado de *populismo*, enquanto dinâmica própria do processo político deste momento histórico, é em outro conjunto de trabalhos que apareceu melhor elaborado. No entanto, estas interpretações que tendem a identificar o Golpe de 1964 ao “colapso do populismo”, ou a crise do modelo de substituição de importações que teria seu correspondente, no plano político, na chamada política de massas, não gozam mais de boa

---

<sup>66</sup> Idem, p. 56.

<sup>67</sup> As grandes referências para pensar esse projeto da classe dominante são os trabalhos de René Armand Dreifuss e Maria Helena Moreira Alves. Além da argumentação que o trabalho tenta desenvolver.

reputação acadêmica, embora muito difundida socialmente. O “colapso do populismo”, em sua formulação clássica, designa o rompimento de um padrão de acumulação de capital baseado na substituição de importações e na crescente industrialização, com o seu modelo político de gestão do Estado e de relações entre líderes e massas.<sup>68</sup> O *populismo*, como relação entre lideranças demagógicas e um povo manipulável aparece, em maior ou menor medida, na maioria dos estudos que identifica o Golpe como preventivo ou contra-revolucionário. Esta tese toma, no entanto, centralidade explicativa maior no trabalho clássico de Otávio Ianni.<sup>69</sup>

Segundo Otávio Ianni, o Golpe pode ser explicado pelo surgimento, apogeu e colapso do populismo. Populismo que aparece utilizado, também, com outras designações, como política de massas, modelo *getuliano* ou simplesmente *getulismo*. O “colapso do populismo” designa assim, o rompimento de um padrão de acumulação de capital baseado no modelo de substituição de importações e na crescente industrialização com o seu modelo político de gestão do Estado e de relações entre líderes demagogos e massa proletária, o *populismo*.<sup>70</sup> O populismo é entendido, pelo autor, como uma relação sócio-política de organização das massas utilizadas como forças políticas, independentemente de partidos, através de líderes carismáticos e demagogos que manipulam as massas operárias para sustentar um compromisso nacional baseado na conciliação de interesses entre as classes para o desenvolvimento da nação. A estrutura sindical varguista, através dos líderes “pelegos”, seria uma peça chave neste intrincado jogo de forças que sustentaria o incipiente modelo industrial de desenvolvimento econômico. Na lógica deste autor, quando o equilíbrio do sistema é rompido com a entrada em massa de capitais estrangeiros no País, e o desenvolvimento de interesses internacionalistas na burguesia, a fim de romper com o modelo nacionalista de desenvolvimento e com a política populista que ameaça cada vez mais a radicalização das demandas operárias, esta burguesia rompe o pacto populista.

Desta forma, para Ianni, o Golpe era inevitável na medida em que se aprofundava a contradição entre o desenvolvimento econômico internacionalizado e a política de massas baseada no compromisso populista. Na encruzilhada da História a burguesia solapou então o modelo getulista de desenvolvimento, aprofundando a sua ligação com o imperialismo

---

<sup>68</sup> IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

internacional, adotando políticas autoritárias para implementar os ajustes estruturais necessários, como arrocho salarial aos trabalhadores, ao aumento de sua acumulação de capital num desenvolvimento associado e dependente, através de um Golpe de Estado, no qual a burguesia impôs sua ordem através da tutela dos militares. Era o “colapso do populismo”.<sup>71</sup>

Depois de ter alcançado ampla repercussão, e praticamente pautar o debate sobre o processo político brasileiro nesta conjuntura, a teoria do populismo vem sendo alvo de muitos questionamentos. Principalmente, no que se refere à validade da utilização do próprio conceito *populismo* como categoria explicativa para um conjunto de fenômenos sócio-políticos díspares, criando generalizações totalizantes nos padrões de organização política. Tais teorias se referem, principalmente, à classe operária, tomada como sujeito passivo da História, sem condições de formular um projeto próprio, ou de atuar independentemente de líderes demagogos ou sindicalistas “pelegos”, responsáveis pela manipulação das massas. Por outro lado parte dessas críticas acabam realizando deslocamentos e determinismos semelhantes, ao pensar numa autonomia total ou completa identidade de interesses entre políticas reformistas e movimentos sociais.<sup>72</sup> Este estudo não pretende entrar no âmbito desta polêmica, na medida em que meu objeto se refere às forças políticas liberal-conservadoras e sua atuação. Fica, portanto, o registro da importância do debate sobre o papel do populismo neste debate, que parece longe de alcançar seu eclipse.

Retomando as correntes interpretativas do Golpe de 1964, trataremos agora de uma linha interpretativa anteriormente minoritária, mas agora ascendentemente relevante, pela repercussão que tem alcançado dentro e fora da academia, que compreende o Golpe em sua dimensão essencialmente militar. Alfred Stepam, Thomas Skidmore e Carlos Fico conferem papel central na ação militar para a deflagração do Golpe de Estado de 1964. Essencialmente, em seu argumento, se houve articulação e conspiração com participação de civis, e esta foi importante, a deflagração do Golpe se deveu, essencialmente, à ação militar. Com suas especificidades, talvez seja a corrente mais heterogênea. Em comum, entre eles, o que parece ser uma sobrevalorização do elemento militar na ação golpista.

---

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Idem. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. REIS FILHO, Daniel Aarão, Idem., p. 346.

Thomas Skidmore foi um dos precursores dos estudos históricos sobre o Golpe de 1964 no Brasil. Ancorado numa história essencialmente político-institucional, com forte matiz daquela conhecida história tradicional, o autor realiza uma narrativa essencialmente cronológica e linear marcada por um grande empirismo.<sup>73</sup> Entretanto, traz a defesa de elementos interpretativos importantes que serão relegados a um segundo plano ou até mesmo combatidos por outras matizes historiográficas. Para Skidmore, a derrubada de Goulart pode ser interpretada em diversos níveis, separáveis apenas para fins analíticos. Mais especificamente em três que ele denomina o político, o social e o econômico. Primeiro, o impasse político imediato, dado pela ação dos protagonistas. Este impasse fazia parte de uma crise institucional mais profunda, resultante do fracasso em criar instituições e processos políticos que pudessem canalizar e dirigir as rápidas mudanças sociais e econômicas que transformaram o Brasil desde 1930. Por sua vez, a crise política era, para o autor, o corolário inevitável do retardamento do crescimento econômico, exacerbado pelas pesadas dívidas externas a curto prazo.<sup>74</sup> Para ele, ainda, “nenhum estudo da moderna política brasileira pode se dar ao luxo de ignorar a maneira pela qual as pressões econômicas restringiram as opções das chamadas elites”.<sup>75</sup> Skidmore, com isso, percebe a necessidade de articulação entre várias dimensões analíticas, bem como a necessidade de se considerar as variáveis econômicas dos conflitos sociais e políticos daquela conjuntura. O que posteriormente será equivocadamente tachada de mecanicista e determinista utilizada, essencialmente, como argumento antimarxista. Além disso, este autor percebe outra necessidade analítica acertada. Para ele, a polarização tão evidente em março de 1964, tinha raízes bem mais profundas do que a controvérsia imediata que cercava os atos de Goulart como presidente.<sup>76</sup>

No entanto, as intenções metodológicas parecem não se traduzir no trabalho de pesquisa concreto. Skidmore carrega na avaliação da inabilidade e desacertos de Goulart e sua potencial incapacidade política, personalizando excessivamente o processo histórico. Além disso, relega a participação política civil a segundo plano. Para ele:

---

<sup>73</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>74</sup> Idem, p. 17-18.

<sup>75</sup> Idem, p. 20.

<sup>76</sup> Idem, p. 18.

João Goulart foi deposto por uma revolta militar. Sua fuga não tinha sido o resultado de ação da elite política civil. Ao contrário, os oponentes de Goulart no Congresso sequer haviam tentado procedimento de *impeachment*, pois sabiam não contar com os votos necessários para vencer um tal teste, exatamente como os antigetulistas não tinham votos suficientes em 1954./ O fato era que em 1964 a iniciativa pertencia aos militares e os políticos sabiam./ Os militares extremistas, logo conhecidos como ‘linha dura’, estavam agora ansiosos para ganhar o controle da política brasileira./ Estavam decididos a não repetir o erro de entregar o poder a outro subgrupo da elite política que poderia levar de volta o Brasil ao beco sem saída da ‘corrupção’ e da ‘subversão’.<sup>77</sup>

Desta forma, Skidmore, que escreveu antes de Dreifuss realizar seu vultoso trabalho de pesquisa detalhando as ações dos conspiradores civis, subestima a importância da ação política civil, tanto na conspiração, quanto na construção pública de um consenso sobre a necessidade do Golpe de Estado. Com esta conclusão, o autor parece inclusive relegar a um papel secundário suas próprias preocupações metodológicas de articular diversos níveis de análise, já que, em última instância, o elemento essencial foi a questão militar, mesmo que movida por motivações políticas.

Por outro lado, Alfred Steman, ao contrário de Skidmore, já tem no cerne de sua proposta de interpretação a instituição militar. Esta, para ele, não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político. Até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento, entre militares e civis, caracterizado pelo autor como “padrão moderador”, onde os militares eram acionados para intervir quando necessário, como depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, em função, mesmo das próprias dúvidas em relação a sua capacidade e legitimidade para governar. A singularidade de 1964 estaria justamente na mudança de tal padrão. Além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares sentiram-se diretamente ameaçados pelo que consideraram anarquia social e a possível quebra de hierarquia e disciplina. Estes, somados a outros fatores, teria levado a mudança no padrão, pois os militares passaram a supor a necessidade de um governo militar autoritário que pudesse fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos. Além disso, a doutrina de segurança nacional e o treinamento na Escola Superior de Guerra (ESG) deram aos militares um programa, embasamento e a crença de que estavam tecnicamente preparados para

---

<sup>77</sup> Idem, p. 370-372.



governar. Para o autor, também, as razões do que ele denomina como “revolução”, derivam diretamente da inabilidade de Goulart em reequilibrar o sistema político em crise.<sup>78</sup>

Como já apontou Carlos Fico, as principais insuficiências teóricas do trabalho de Stepan estão na própria análise do “padrão moderador”, já que existiam interferências diretas dos militares na política brasileira antes de 1964 e é bastante problemática a visão do ‘subsistema militar’ como variável dependente do sistema político global. Além disso, o trabalho de Stepan parece não dar conta integralmente do problema da heterogeneidade política dos militares.<sup>79</sup> Ainda sim, a forma como o autor concede autonomia à ideologia e a ação militar, como se estivessem descoladas de seu contexto, bem como a forma como subestima os processos de disputa política e organização política civil, tornam o trabalho mais frágil e insuficiente por afastar-se de evidências concretas.

O historiador Carlos Fico provavelmente é autor mais conhecido desta corrente interpretativa. Estudioso da *Ditadura Militar*, não se furtou a desenvolver sua própria elaboração acerca do Golpe de Estado no mesmo trabalho em que apresentou, também, um excelente balanço historiográfico dos temas correlatos ao Golpe e a Ditadura que se seguiu, junto a uma discussão sobre as principais controvérsias e discussões historiográficas acerca dos mesmos. Fico parece não desconsiderar as descobertas acerca do processo conspiratório e articulação golpista civil. No entanto, mesmo que afirme a complementaridade de fatores acaba ressaltando a atuação do militares como decisiva, condição *sine quo nun* para a efetivação do Golpe. Para ele

é incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto quanto foi fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas na caserna. Não são fatores contrapostos. Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe media, etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

<sup>79</sup> FICO, Carlos, op. cit., p. 31.

<sup>80</sup> Idem, p. 42.

Por fim, Carlos Fico conclui por sua concordância a tese de que ao contrário da ação de “desestabilização civil”, que foi bastante articulada, a ação militar não foi inteiramente planejada, com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevistas. Porém, mesmo apontando a necessidade de articular níveis distintos de análise, o autor acaba sendo enfático ao afirmar que “se a preparação do golpe foi de fato civil-militar, no golpe propriamente, sobressaiu o papel dos militares”.<sup>81</sup> Assim, o autor reafirma a tese da preponderância militar no processo de construção do Golpe de 1964 que já tinha ficado implícita na passagem anterior. Além das movimentações de tropas, para Fico, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo. E vai além. O autor afirma que, embora se trate de explicar o Golpe, não se pode descurar da crescente militarização posterior do regime. As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, (...) também demonstra a feição militar do regime. Somando esses a outros argumentos, o autor reafirma que se é possível falar de um Golpe Civil-Militar, trata-se, contudo da implementação de um regime militar – “em duas palavras: de uma ditadura militar”.<sup>82</sup>

De todas as elaborações sobre a preponderância militar no Golpe, a de Fico certamente é a mais completa e coerente. Com elas, este trabalho pretende dialogar como um todo. Mas algumas críticas podem ser inicialmente apontadas. Primeiro parece incorreto separar a “desestabilização civil” da conspiração e ação militar. Desestabilização, conspiração e Golpe devem ser consideradas partes de um mesmo processo que envolveu, como demonstrou Dreifuss, civis e militares. Esta separação operada por Carlos Fico o leva a hierarquizar ações e personagens de forma que acaba perdendo o elo de articulação entre eles. Como exemplo, a ação militar teve como condicionante, também a ação de conquista de hegemonia operada pela ação mais propriamente política, além de um discurso e programa que a concederam legitimidade, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, com sustentação, também, na propaganda anticomunista. Estas são algumas das especificidades que marcam a diferença entre o golpe frustrado em 1961 e do exitoso, em 1964, por exemplo.

---

<sup>81</sup> Idem, p. 38.

<sup>82</sup> Idem.

Por fim, voltemos a atenção à interpretação historiográfica que compreende o Golpe de 1964 como um amplo movimento civil-militar, capitaneado pelo complexo IPES-IBAD, fundamentado num programa político, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a fim de impor uma nova hegemonia à sociedade brasileira e reorganizar o Estado, com base em seu programa de modernização autoritária. Esta vertente, embora recentemente criticada ainda possuiu ampla legitimidade e base empírica considerável, a despeito de algumas recentes tentativas de desqualificação. Tratemo-las com vagar, porque este conjunto constitui a base teórica deste estudo. São, além disso, contribuições fundamentais e que possuem as mais complexas e coerentes bases explicativas amparadas empiricamente.

Começemos pelo mais conhecido e amplo estudo sobre o Golpe propriamente dito. Para René Dreifuss, o Golpe de 1964 foi o resultado de um amplo movimento civil e militar que teve como objetivo estabelecer, no Brasil, um novo bloco de poder multinacional e associado, através de sua elite orgânica agindo conscientemente pelos seus interesses. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) mobilizaram as classes dominantes e os setores médios urbanos conservadores, servindo como elo entre as articulações conspiratórias e realizando uma grande campanha ideológica e político-militar em frentes diversas contra Goulart e as reformas sociais. O Complexo IPES-IBAD esteve em articulação direta com a oficialidade do Exército ligada a Escola Superior de Guerra (ESG), responsável, no Brasil, pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional, que expressava a visão maniqueísta da *Guerra Fria* e a necessidade de combater o inimigo interno, tanto quanto o externo. A ESG foi o eixo de ligação entre os conspiradores civis e militares.<sup>83</sup>

Maria Helena Moreira Alves, em seu estudo sobre o Estado de Segurança Nacional e sua relação dialética com a oposição no Brasil, entre 1964 e 1985, nos ajuda a compreender os elementos que estão na base deste Estado e que são o fundamento ideológico para o processo de construção do Golpe Civil-Militar de 1964.<sup>84</sup> Em primeiro lugar, é importante apontar que, para a autora, o desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associado formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração

---

<sup>83</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>84</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.

civil e militar que derrubou o Governo constitucional de João Goulart, em 1964. Conspiração esta fruto de uma série de tendências e contradições que ganharam vulto naqueles anos. Entre eles, a ampliação das políticas nacionalistas, as propostas de reformas sociais e, principalmente, a ampliação da organização e participação política de setores da sociedade até então marginalizados, o que provocou um confronto entre interesses irreconciliáveis e levou as classes clientelísticas brasileiras a desempenhar papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado.<sup>85</sup> É neste contexto que se pode compreender a ideologia de segurança nacional, a base da formação da doutrina correspondente e que foi um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.

Partindo da centralidade do tema e sua relação com este trabalho, atenções especiais merecem os recentes trabalhos que enfatizam o papel do contexto internacional, do anticomunismo e na participação direta do Governo dos Estados Unidos no Golpe Civil-Militar de 1964. Carlos Fico, em grande trabalho recente, demonstrou empiricamente a ativa participação do Governo dos Estados Unidos, tanto na campanha de desestabilização de Goulart, quanto no plano conspiratório que levou ao Golpe de Estado. Participação que se materializou no Plano de Contingência que previa, entre outras coisas, a *Operação Brother Sam*, construída pelo Departamento de Estado dos EUA e o seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, em conjunto com os conspiradores brasileiros, como os Generais Ulhoa Cintra e Castello Branco. Esta, expressou a disposição intervencionista dos Estados Unidos, e também comprometeu seus idealizadores com um longo processo de justificação da Ditadura Brasileira. Portanto, se as principais causas do Golpe estavam de fato no Brasil e sua deflagração deveu-se a personagens brasileiros, também é certo que a participação norte-americana foi decisiva.<sup>86</sup> E só pode ser entendida em meio ao contexto da *Guerra Fria*, quando os EUA precisavam manter o seu domínio sobre a América Latina.

Desta forma, para Carlos Fico, a possibilidade de afastar Goulart da presidência da República do Brasil parece ter se constituído como uma necessidade para o governo dos EUA

---

<sup>85</sup> Idem, p. 24-27.

<sup>86</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

no final de 1963, quando a hipótese passou a ser seriamente considerada, inclusive em termos de ajuda efetiva aos golpistas. Desde meados de 1963, Lincoln Gordon iniciou esta discussão desenhando cenários hipotéticos em estudos chamados de “Planos de Contingência”. Tais planos são esforços de discussão de conjecturas que buscam antecipar desdobramentos de situações a fim de estabelecer previamente planos de ações alternativas. Há certa confusão entre o plano de contingência e a “Operação Brother Sam”. Na verdade este faz parte daquele primeiro que é mais amplo o “plano 2-61 do USCINCSO”. É preciso reparar que, ao contrário do que afirma o ex-embaixador, o plano não foi feito às pressas nem poderia ter sido, dado seu caráter. A versão final é datilografada em 11 de dezembro de 1963, portanto iniciado ainda na gestão Kennedy, em novembro. O plano estipulava que a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos conspiradores brasileiros para se manter informada e exercer influência, ou seja, agiria clandestinamente. O plano presumia que os militares brasileiros eram a única força nacional capaz de alterar regime. O documento, apesar dos quatro cenários e quatro possibilidades advogava um ponto de vista estabelecido. Presuma um golpe e uma possível resistência.<sup>87</sup>

Por esta intervenção explícita, além das hipóteses levantadas até agora, se sobressai a necessidade de compreendermos o papel da *Guerra Fria* e do anticomunismo. Neste tema, Rodrigo Patto Sá Motta realiza um trabalho pioneiro de estudo sobre o anticomunismo no Brasil, que auxilia na compreensão desse anticomunismo na construção do Golpe de 1964. Para o referido autor, anticomunistas são indivíduos ou grupos dedicados a luta contra o comunismo, compreendido como o marxismo-leninismo, pela palavra ou pela ação. Estes foram responsáveis pelo principal argumento que animou as duas intervenções políticas que abriram as duas ditaduras mais duradouras da História Republicana Brasileira: 1937, o Golpe do Estado Novo e 1964, o Golpe Civil-Militar.<sup>88</sup> Estas intervenções teriam resultado de uma

---

<sup>87</sup> FICO, Carlos, op. cit., 2008, p. 86-90. A “Operação Brother Sam” envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros carregados com 100 toneladas de armas (inclusive gás lacrimogêneo para controle de multidões) e quatro navios petroleiros que traziam combustíveis. É provável que a totalidade da operação só se agrupasse em alguns dias, pois havia a necessidade de reunir petroleiros e providenciar o completo carregamento de armas e munições. Porém, o general Castelo Branco entrou em contato com o embaixador Lincoln Gordon no dia 1º de abril e disse que não precisaria do apoio logístico norte-americano, assim a Operação Brother Sam começou a ser desmontada. Isto demonstra a articulação estreita entre os golpistas brasileiros no planejamento da operação. Idem, p. 98.

<sup>88</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. Sobre 1937 no Rio Grande do Sul, ver: KONRAD, Diorge A. *O fantasma do medo: O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*.

complexa combinação de motivações como o temor de uma possível ascensão dos comunistas ao poder, rejeição a mudanças sociais e o desejo de um aparato estatal autoritário, a fim de manter a ordem e a estabilidade social. Para o autor, mesmo com alguns excessos, e manipulações propositais, o desejo de combater o comunismo, contra o “totalitarismo vermelho” era sincero.

No caso do Rio Grande do Sul, Carla Rodeghero, analisando o anticomunismo católico, sustenta que a Igreja Católica se esforçou em diferenciar o campo ocupado pelos cristãos daquele ocupado pelos comunistas. Para a autora, isso se deu pelo estabelecimento de identidades excludentes, o “nós” (católicos, bons, cristãos, ordeiros, lícito, moral, etc.) em oposição a “eles” (ódio, barbárie, errados, luta de classes, ilícitos, etc.).<sup>89</sup> O argumento aqui trabalhado é de que o discurso anticomunista servia para justificar a intransigência da oposição das forças conservadoras do Rio Grande do Sul a qualquer proposta de reformas sociais. Isso se deu, até mesmo em acusação às lutas reivindicatórias dos movimentos sociais, acusados de desordeiros, agitadores, comunistas (no sentido pejorativo demonstrado por Rodeghero), incentivadores da luta de classes e de não cooperar com a Pátria. Fé cristã e patriotismo são os grandes signos que aglutinam as forças conservadoras anticomunistas rio-grandenses. Somadas ao discurso de contornos liberais e a utilização do termo democracia como sinônimo de ordem, formam, em contornos gerais, a base ideológicas dos movimentos sociais e políticos conservadores.

Como o recorte espacial deste trabalho é o Rio Grande do Sul, é importante considerar também, os trabalhos que servem de suporte para a compreensão do caso específico aqui em questão, bem como a inserção do estado no cenário político nacional, não apenas como periferia, mas como parte integrante. Entretanto, no caso do Rio Grande do Sul, é muito escassa a produção que se vincula diretamente ao Golpe e a Ditadura de Segurança Nacional e os disponíveis concentram-se fundamentalmente, na Ditadura propriamente dita.

---

Campinas: Unicamp - IFCH, 2004. Tese de Doutorado. Ou ainda, KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho*. Campinas: Unicamp, 2006. Tese de Doutorado.

<sup>89</sup> RODEGUERO, Carla. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1954-1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

Cláudia Wasserman demonstra a importância do Rio Grande do Sul, em se tratando do Golpe de 1964, como a própria autora chamou, na qualidade de ser o celeiro do País. Para Wasserman não é mais possível ignorar o papel das diversas forças estaduais brasileiras no Golpe de 1964.<sup>90</sup> Desta forma, o Rio Grande do Sul apresentava-se como particularmente importante nas disputas políticas nacionais por causa, por exemplo, da liderança de Leonel Brizola, da influência de João Goulart e do PTB. Wasserman compreende que, se o Golpe de 1964 foi desferido supostamente contra os comunistas, alvo dos Estados Unidos e seus aliados da *Guerra Fria*, também, foi desferido contra o governo João Goulart e, os políticos que defendiam o projeto nacionalista, como os ex-governadores do Rio Grande do Sul e Pernambuco, Leonel Brizola e Miguel Arraes, respectivamente.<sup>91</sup> No estado, para a autora, o Golpe teve como principal sustentação o governo Meneghetti. Tese que pareceu, ao longo deste trabalho, a mais correta em grande medida, embora precise de alguns acréscimos, como o papel dos partidos no processo além do próprio governo. Mas, por exemplo, o secretário de segurança de Meneghetti, o deputado Udenista Poty Medeiros (ex-Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul na década de 1930), mantinha encontros sistemáticos com o comandante do III Exército, general Benjamim Galhardo e com o general comandante da 6ª divisão, Adalberto Pereira dos Santos. O Círculo Militar também fazia parte da conspiração que se reunia num apartamento alugado na Av. Salgado Filho, no centro de Porto Alegre. Assim, o relacionamento entre civis e militares conferiu ao ato golpista, posteriormente, uma significativa coesão dos dois ambientes, ao menos entre os setores reacionários de um e de outro. Meneghetti, membro de primeira hora da conspiração, lançou, no dia do Golpe, a *Operação Farroupilha*, tentando evitar manifestações e reação popular ao Golpe, tentando, inclusive, requisitar as rádios do estado para evitar uma nova Cadeia da Legalidade. Falhara, no entanto. E assim mudou a sede do governo para Passo Fundo.<sup>92</sup>

O jornalista Luiz Cláudio Cunha publicou recentemente, na coletânea pioneira sobre a Ditadura no Rio Grande do Sul, um importante trabalho que nos dá conta da atuação da

---

<sup>90</sup> WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, Enrique. Et alli. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

<sup>91</sup> Idem, p. 53.

<sup>92</sup> Idem, p. 59. Não encontrei nas fontes referências ao nome Operação Farroupilha, embora todas as ações do Governo para garantir o apoio ao Golpe de Estado estejam trabalhadas no último capítulo.

Imprensa durante a Ditadura, inclusive, acerca do Golpe de 1964.<sup>93</sup> Este texto contém importantes referências sobre os meios de comunicação, especialmente os jornais, do Rio Grande do Sul e sua atuação no que o autor chamou de tormenta de 1964. Cunha argumenta que, se parte da imprensa esboçou alguma reação à censura e ao autoritarismo pós-1968, no Golpe, até o AI-5, teve um papel mais que colaboracionista. Assim, para ele,

(...) o passado condena, na remissão das origens da conspiração que levou ao Golpe de 1964. Nele está a digital da mídia que ajudou, por atos, fatos e versões, na criação do clima político que aguçou posições e lançou o país num abismo autoritário de 21 anos. A revisão da imprensa, a partir da radicalização do AI-5, que a fez engolir versos e receitas de bolo, não apaga seu envolvimento original no golpe militar.<sup>94</sup>

Assim, concluiu o autor, o apoio da mídia a 1964 foi quase unânime no País, até mesmo por suas ligações ideológicas e operacionais com os membros do complexo IPES-IBAD. Com exceção do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, fiel até o fim à João Goulart e ao PTB, todos os grandes jornais foram ostensivamente partidários do Golpe, antes e depois. Em alguns casos, mais do que apoio da mídia, houve adesão ao novo regime, chegando ao extremo da colaboração.<sup>95</sup>

Em termos regionais, no caso de Santa Maria, Diorge Konrad mostra como a cidade estava dividida, pois era, ao mesmo tempo, uma trincheira trabalhista e nacionalista, através de ferroviários e estudantes, e um reduto conservador, através da forte presença dos militares.<sup>96</sup>

Estes trabalhos apresentados e discutidos compõem a base historiográfica da qual a pesquisa em questão partiu, e na qual se apoiou dialogando permanentemente, mesmo que isso não esteja escrito em cada parte do texto, sendo como caminho a ser seguido, pela concordância com a posição, seja como referência de discordância, que muito contribuiu para o amadurecimento da temática e revisão de determinados princípios que não se sustentaram, e

---

<sup>93</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique. Et alli. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

<sup>94</sup> Idem, p. 184.

<sup>95</sup> Idem, p. 202.

<sup>96</sup> KONRAD, Diorge Alceno. Sequelas de Santa Maria: memórias de apoio e de resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone-Sul*. Porto Alegre: CORAG/Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura, 2006.



pela inclusão de novos matizes, temas e perspectivas. No entanto com o recente crescimento da produção teórica e acadêmica acerca dos temas relativos ao Golpe de 1964 e a Ditadura de Segurança Nacional não foi possível acompanhar a evolução historiográfica dos temas relacionados e das contribuições pertinentes. Contudo, a base bibliográfica utilizada abarca uma considerável gama de trabalhos representativos das principais contribuições a História recente do Brasil relativos ao processo de construção do Golpe Civil-Militar e da Ditadura aberta por este, apontando os caminhos pelos quais o texto originado da pesquisa vai percorrer, e ainda em que lugar historiográfico ele se posiciona. Feito isso, agora é preciso apresentar a estrutura do trabalho e os capítulos que tentam dar forma ao caminho e aos resultados alcançados pela pesquisa.

### **1.5 O Mapa do Caminho**

Realizadas as devidas discussões historiográficas e menções necessários as obras e elaborações a que se deve tributo na elaboração da pesquisa, está na hora de avançar no trabalho. O argumento central é de que diferentes formas de interpretar o Golpe de 1964, tanto a partir de causas estruturais, quanto de conjunturas políticas da sociedade brasileira, não são mutuamente excludentes, embora às vezes sejam contraditórias. É na síntese entre as múltiplas determinações que devemos buscar os encadeamentos e nexos explicativos que ajudem a compreender a História como uma contradição em processo. Tentando ser coerente com esta proposta, o texto está dividido em três capítulos. Os capítulos são temáticos e perpassam temporalmente o recorte estudado. Sua ordem de construção se deve aos principais nexos e encadeamentos explicativos desta síntese de múltiplas determinações e dizem respeito aos três grandes objetos e temáticas da dissertação. Quais sejam o anticomunismo e o papel da imprensa, a atuação da classe dominante sul-rio-grandense e dos segmentos conservadores da sociedade civil, e a atuação dos partidos políticos conservadores e do Governo Meneghetti na construção do Golpe de 1964.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Concepção baseada no método da crítica da economia política de Marx n'O Capital. MARX, Karl. *O Capital*. A crítica da economia política. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

No primeiro capítulo, o tema tratado é o contexto da *Guerra Fria* e, na esteira deste, dos programas e ações anticomunistas que são a base ideológica da construção do discurso político que tem por objetivo legitimar o Golpe de Estado de 1964. Trata-se, desta forma, do papel da imprensa, da Igreja Católica e, onde o tema tangenciar, das *classes produtoras* e dos partidos políticos conservadores na campanha de construção de um consenso positivo, baseado mais especificamente no argumento anticomunista, em relação à necessidade de golpear as instituições para afastar a ameaça do inimigo comunista. Portanto, o foco será o anticomunismo e o contexto de radicalização política que estão na base do Golpe, bem como, sub-repticiamente, as ações liberais conservadoras na empreitada de difundir seu programa. Um objeto desta natureza requer uma fonte que permita avaliar as discussões e ações políticas que se confrontam, cotidianamente, e como estas chegam ao conjunto da população. A fonte prioritária são os jornais de maior circulação no estado, com foco para o maior destes, o jornal *Correio do Povo*. O fundamento teórico perpassa pela compreensão da necessidade de construção de uma hegemonia política, baseada num programa efetivo, para alterar as estruturas orgânicas do Estado, como aponta Antonio Gramsci.<sup>98</sup> Esta construção hegemônica por parte das forças políticas conservadoras, fundadas no apoio da grande imprensa, foi um elemento central na articulação e construção da legitimidade do Golpe de 1964.

No segundo capítulo, o tema será a ação política das *classes produtoras* em busca da hegemonia política e social. Ou, dito de outra forma, as formas que a classe dominante sul-rio-grandense buscou a fim de difundir seu programa e tentar convencer segmentos mais amplos da sociedade civil, e até mesmo da sociedade política, da necessidade de reorganização do Estado, com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Aqui já entramos numa fase de ampliação da radicalização política, e de confronto aberto de dois programas políticos distintos. O foco, contudo, é o programa liberal-conservador e suas ações no plano político e social a fim de convencer a sociedade, ou pela menos parte dela, tanto da necessidade de agir contra o projeto de reformas sociais e seus promotores políticos, quanto de reorganizar o Estado brasileiro em novas bases, em um novo modelo de modernização autoritária. Para melhor entendimento da atuação tratamo-las em suas especificidades e em suas inter-relações.

---

<sup>98</sup> GRAMSCI, Antonio, op. cit.

Primeiro, definimos com mais precisão as principais organizações da classe dominante, incluindo um pequeno histórico para, depois disso, analisar sua atuação. A luta pela propriedade da terra foi o principal tema político mobilizador das diferentes classes sociais em disputa nessa quadra histórica, no estado, gerando um debate e uma disputa apaixonada e acirrada e por isso a fração rural da classe dominante merece uma atenção destacada. A FARSUL foi a grande protagonista na luta contra a reforma agrária, na defesa da grande propriedade da terra e do programa ideológico dos ruralistas, mantendo fortes vínculos com a imprensa e com políticos dos partidos conservadores, que frequentemente atuavam como porta vozes da categoria, que era fundamental para a economia do estado, baseada e muito dependente da produção agropecuária. E esse poder era habilidosamente utilizado pelos ruralistas e sua entidade, que socialmente, era respeitada e legitimada por representados e interlocutores. Desempenhou papel fundamental na crítica aos projetos de reformas sociais, à dita subversão e aos comunistas e na defesa de um ideário baseado na livre iniciativa, direito a propriedade e “ordem política conservadora”.

Na sequência, as *classes produtoras* urbanas, que compartilhavam a maior parte dos eixos programáticos de atuação e interesses concretos. Empresários, industriais e comerciantes organizados na FIERGS e na FEDERASUL. Embora menos envolvidas diretamente nos temas políticos, foram ferrenhas defensoras do programa liberal e conservador, da livre iniciativa, da restrição da participação do povo na política, também no combate as reformas sociais, e na desestabilização do governo de João Goulart, arrogando-se sempre de uma autoridade que lhe-confeririam a condição de produtores de riqueza e trabalho do Brasil, ou a classe que supostamente gerava as riquezas do País. No fim do capítulo, são tratadas, embora de forma menos completa pequenas organizações auxiliares dessa vanguarda política da classe dominante, a organização feminina chamada ADF, que usava o discurso da defesa da família e dos valores morais cristãos para combater as propostas reformistas, trabalhistas e comunistas, além de defender a ordem conservadora. Assim como, pequenas organizações sociais que sempre utilizavam a designação de democráticas, que nesse momento recebia o significado de antirreformas e ante esquerdas, sempre com um tom agressivo e alarmista sobre uma suposta campanha de “comunização” do Brasil. Tinham no anticomunismo sua principal bandeira.

No terceiro e último capítulo o assunto central será a atuação política institucional das forças liberal-conservadoras a fim de tentar conquistar maioria política e social para legitimar

o Golpe Civil-Militar de 1964. Mais especificamente, como as forças liberal-conservadoras construíram e consolidaram o Golpe Civil-Militar no estado, através dos partidos políticos e de seu principal meio de atuação naquela conjuntura, o próprio governo do Estado na gestão de Ildo Meneghetti (ADP). Aqui, além da disputa hegemônica, que continua central, as ações no plano conspiratório e desestabilizador se tornam fundamentais. De posse do Governo do estado, de poderosas bases econômico-sociais e da imprensa, os partidários do Golpe saíram em uma ofensiva explícita, declarada e decidida. As articulações políticas e militares já tomavam as ruas, os gabinetes, e a imprensa. O Governo do estado, liderado pelo *pessedista* Ildo Meneghetti, bem como seu sustentáculo institucional, os partidos conservadores aglutinados em torno da Ação Democrática Parlamentar: PSD, UDN, PL, PDC e PRP, são as personagens principais desta construção política.

Primeiro, serão tratados os partidos conservadores, PSD, UDN, PDC, PL e PRP e sua organização em uma frente político-partidária de forte coesão ideológica a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Sua atuação é constante e de extrema combatividade em torno do programa fundado nos princípios já bastante descritos, a democracia representativa e restritiva, no plano político, e a economia baseada nos princípios de livre mercado, mas também, e centralmente, no combate as propostas de reformas sociais das forças nacionalistas, principalmente, em função da base social do Rio Grande do Sul, contra a Reforma Agrária, as nacionalizações da produção e a reforma política, na carona no combate a organização de movimentos sociais populares e reformistas. Parece repetitivo, mas é preciso dizer que tinham no anticomunismo o cimento ideológico central e inicial da união dos partidos. Pela imprensa, nas tribunas, em eventos, em governos, em entidades de classe, de muitas maneiras e por vários meios, tentavam construir um consenso em torno do seu programa, mas fundamentalmente, da necessidade de agir contra o bloco reformista, liderado, em sua visão, pelo Presidente João Goulart. Criaram, para isso, até mesmo uma estratégia argumentativa de criar uma oposição entre o Congresso Nacional, baluarte da democracia, contra o Governo Federal, disposto, no discurso conservador, a sacrificar a democracia pelas reformas sociais. Dois assuntos interessantes que apareceram durante as pesquisas e que podem auxiliar muito no entendimento dos projetos em disputa e o papel do Rio Grande do Sul no processo nacional, a discussão das candidaturas a eleição para Presidência da República de 1965, que começaram em 1964 e a articulação nacional das frações regionais dos partidos em questão.

Na sequência, os partidos conservadores, por meio da ADP conquistam o poder político no estado, com a eleição de Ildo Meneghetti ao governo do Rio Grande do Sul. Com a máquina e a estrutura do estado na mão, a atuação, influência e o poder dos partidos conservadores foram amplificados. O Governo foi, no estado, o principal responsável e articulador pelo Golpe de 1964, capitaneando as forças sociais e políticas defensoras da intervenção, ou simplesmente, contra o projeto de reformas sociais e o Presidente João Goulart. Todo o trabalho conflui para o desfecho. Para encerrar a dissertação, o episódio do Golpe Civil-Militar, propriamente dito, será tratado detalhadamente no final do capítulo. Depois disso, só as considerações pertinentes a fim de costurar o texto e as hipóteses levantadas.

Por fim, realizamos um balanço do trabalho, das hipóteses e conclusões apresentadas, seguida de uma avaliação do próprio trabalho. Vamos adiante.

## 2. GUERRA FRIA E ANTICOMUNISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Como o objetivo deste trabalho é compreender a ação política das forças liberal-conservadoras na construção do Golpe de Estado de 1964, é necessário analisar o programa político que norteia essa ação bem como sua base ideológica. Relembrando Marx, para quem os homens não fazem História sob as condições de sua própria escolha, é necessário, neste mesmo eixo de pesquisa, situar este programa político, bem como a ação que ele norteia, em seu devido contexto histórico, ressaltando o elemento comum e unificador das forças conservadoras, o anticomunismo.

É disto que trata esse primeiro capítulo. Primeiro, dos limites estabelecidos aos sujeitos históricos pelo contexto da *Guerra Fria* e o conflito político e ideológico promovido por ela. Segundo, da reação das elites brasileiras e sul-rio-grandenses ao movimento comunista, a doutrina do anticomunismo e como ela se expressou e foi mobilizada pelas forças conservadoras em sua luta contra o programa reformista e as forças políticas que mobilizavam esse ideal. O ponto de partida é a Campanha da Legalidade, a qual garantiu a posse do Vice-Presidente João Goulart em 1961, contra a tentativa de golpe dos ministros militares. Porém para o entendimento do episódio é preciso passar primeiro por elementos do governo de Jânio Quadros, sua instabilidade política e a posição dos sujeitos objeto desse trabalho frente a esse momento. Além dos movimentos liberal-conservadores, o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer é uma figura fundamental para dar corpo e disseminar o anticomunismo através do seu denunciamento pelos grandes meios de comunicação do Estado, e das missas da Catedral Metropolitana.<sup>99</sup> Sua atuação foi de extrema colaboração com os partidos conservadores do estado. Seu principal alvo era o então governador do Rio Grande do Sul, líder do campo reformista, protagonista da Campanha da Legalidade, Leonel de Moura Brizola (PTB). A grande imprensa, liderada pelo jornal *Correio do Povo* e a companhia jornalística Caldas Júnior, que também publicava o *Folha da Tarde*, cumpria o

---

<sup>99</sup> D. Vicente Scherer possuía um programa de rádio chamado “A Voz do Pastor”, o qual era sempre transcrito no jornal *Correio do Povo*. Além disso, tinha muitos artigos publicados em espaço de opinião e entrevistas constantemente veiculadas pela imprensa.

papel de veículo de transmissão da ideologia anticomunista e dos ataques ao Governador e aos partidos e, projetos reformistas.

Inicialmente, algumas explicações precisam ser ensaiadas. A divisão da exposição da pesquisa, fracionando a ação política do programa que a norteia é meramente didática. Mesmo tendo um recorte essencialmente político, este trabalho norteia-se, como já apontado, pela perspectiva de que o processo histórico só pode ser entendido como uma totalidade estruturada. Totalidade composta por múltiplas determinações que precisam ser, no entanto, dissecadas para serem recompostas como uma concretude racional e dialeticamente estudada.<sup>100</sup> Por conseguinte, não podemos nos basear em uma definição estreita da política, que a isole das outras instâncias da sociedade ou que a autonomize frente à outras dimensões da realidade, porque está inserida numa relação de múltiplas determinações e, se possui elementos próprios, também tem limites estabelecidos por outras condicionantes e isolá-la pode levar a perder essa cadeia de inter-relações e a formação de uma visão voluntarista e idealista da prática política.<sup>101</sup>

No mesmo caminho Antonio Gramsci já demonstrou como as ideias, ou mais especificamente, as disputas pela hegemonia da sociedade e pela formação do consenso são fundamentais no embate político entre as diferentes forças sociais e políticas. Forças que em momentos radicalizados assumem, progressiva e mais nitidamente, contornos de classe.<sup>102</sup> Não se pode presumir, é preciso reforçar, que as ideias pairam no espaço, ou se apresentam autonomamente frente ao mundo e por isso os sujeitos dessa História já foram identificados e situados em seus respectivos lugares e programas. Será recorrente, neste estudo, a relação constantemente construída e reconstruída entre as ideias, os programas e sua base social. Tal estudo pretende, no momento seguinte, apontar como estas ideias nortearam a ação das forças liberal-conservadoras neste momento de radicalização política.

---

<sup>100</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Tradução e organização: Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>101</sup> BORON, Atílio. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: BORON, Atílio Et. ali. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009, p. 177.

<sup>102</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Destarte, o objetivo deste capítulo do trabalho será demonstrar como essas forças políticas liberal-conservadoras tentaram convencer a sociedade da necessidade de uma intervenção que barrasse o avanço das propostas de lutas e reformas sociais, através da leitura do anticomunismo, para combater seus adversários e inimigos políticos, no contexto de radicalização da *Guerra Fria*. No momento seguinte, do consenso negativo, sobre a necessidade de combater o comunismo, a ação passa também ao consenso positivo, ao tentar tornar hegemônico na sociedade o programa liberal-conservador. Embora essas duas dimensões estejam diretamente ligadas, pode-se, grosso modo, estabelecer um recorte entre elas, para trilhar o caminho do entendimento da ação em sua totalidade.

A hipótese inicial é de que tais forças liberais e conservadoras usaram a arquitetura teórica e política da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento para combater as propostas de reformas sociais, através da centralidade do elemento do discurso anticomunista. Uso facilitado pela radicalização crescente em torno do conflito ideológico da *Guerra Fria*. No entanto, não se tratou apenas de convencer a sociedade sobre a necessidade de barrar o avanço do comunismo, identificado com qualquer proposta de desenvolvimento social e político, mas também, posteriormente, de mostrar à sociedade a pertinência do projeto político contrário, fundado nos preceitos econômicos liberais e na compreensão política conservadora, que foram a base programática da modernização autoritária promovida pela Ditadura de Segurança Nacional instalada pelo Golpe de Estado, em 1964.

É necessário, a seguir, identificar e definir a centralidade das disputas e polarizações políticas promovidas pela *Guerra Fria* no Rio Grande do Sul, o papel do anticomunismo e da ideologia anticomunista no discurso, e em seguida na prática, das forças liberal-conservadoras na construção do Golpe de Estado. Este anticomunismo foi um importante instrumento político, o cimento ideológico, base da unidade das forças conservadoras e da arregimentação de um segmento social heterogêneo, mas significativo, convencido da conveniência de promover mudanças significativas na conjuntura política, a fim de conservar inalteradas as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira, sob o pretexto do *perigo vermelho*, na expressão usada por Rodrigo Patto Sá Mota.<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.



## 2.1 A *Guerra Fria* e o Processo Político Brasileiro

A forma mais apropriada de pensar a dinâmica do breve Século XX, conforme demonstrou Hobsbawm, é a partir do conflito que marcou o mundo pós-Revolução Russa, quando dois projetos distintos de sociedade disputavam a hegemonia internacional. De um lado, o projeto capitalista e liberal com a defesa da livre iniciativa, da empresa privada, da não intervenção direta do poder público na esfera da produção, da democracia representativa sob os auspícios da ordem e da harmonia social. De outro, o projeto socialista, através da defesa da planificação econômica, da igualdade social, e da democracia operária.<sup>104</sup> Porém, é necessário destacar que entre os discursos e as respectivas práticas efetivas se estabeleceram significativas distâncias. No plano político concreto da ordem mundial, durante a *Guerra Fria*, as duas grandes potências tomaram para si a defesa destas concepções de mundo. Os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tornaram-se as vanguardas de ambos os projetos em nível internacional, mesmo que sob os sacrifícios de seus próprios princípios.<sup>105</sup>

O ponto de partida dessa concepção apresentada é de que o Golpe Civil-Militar de 1964 pode ser compreendido apenas se considerado dentro do movimento histórico no qual toma sentido e ao mesmo tempo confere seu significado. Ou seja, dentro dos marcos da *Guerra Fria* e das disputas político-ideológicas que opõem o projeto capitalista-liberal ao projeto socialista, no contexto de radicalização política no processo histórico aberto após a Segunda Guerra Mundial e acentuado com a Revolução Cubana de 1959. O “centro de irradiação do comunismo internacional” chegava ao Hemisfério Ocidental e ameaçava o quintal da grande potência do Norte.

O argumento a ser desenvolvido, portanto, refere-se ao fato de ser possível compreender o Golpe Civil-Militar a partir do contexto da radicalização político-ideológico da *Guerra Fria*, na década de 1960, sob o impacto da Revolução Cubana (um encrave socialista no “mundo livre ocidental”). Tal contexto confere significado não só ao

---

<sup>104</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o Breve Século XX. 1917-1989*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

<sup>105</sup> Ibid.

anticomunismo, base do discurso que intentava deslegitimar as propostas de esquerda, mas também ao projeto político liberal-conservador.<sup>106</sup>

Neste sentido, o Golpe de 1964 que confere significado às estruturas sociais e políticas brasileiras e sul-rio-grandenses. Quais sejam: o elitismo e o conservadorismo políticos daqueles que se compreendem como os donos dos rumos do País, ou próximo a sua linguagem, os “responsáveis pela pátria”; o constante discurso de harmonia social, contrastante com a pesada repressão aos movimentos sociais, que nas brechas do discurso corporativo, lutavam por seus direitos, seguidamente negados pelas classes dominantes, ou como elas mesmo se compreendiam, *classes produtoras*.

Portanto, há dois projetos de sociedade em confronto nesse contexto. De um lado o projeto nacional-reformista, ou nacionalista. Este projeto foi construído por forças que acreditavam na possibilidade de transformação da sociedade brasileira pela via das reformas sociais. Dele partilharam setores trabalhistas, socialistas e comunistas. Tinha na defesa de um capitalismo nacional e independente seu ponto fundamental e na luta pelas reformas sociais para atenuar as históricas desigualdades da sociedade brasileira e construir um capitalismo mais humano, muito influenciados pelo Estado de bem-estar-social europeu.

Do outro lado, o projeto liberal-conservador na defesa intransigente dos preceitos do capitalismo liberal, pautado na livre iniciativa de mercado e na propriedade privada da produção e do lucro, que, somado a um conservadorismo político, nascido da plena restrição da participação do povo na política, criou uma inabalável crença na vocação ocidental e cristã do “povo brasileiro” e permitiu a construção de um forte discurso conservador que identificava democracia com ordem, portanto, avesso a mudanças ou reformas sociais. Estas forças viam, ou pelo menos afirmavam ver, em qualquer manifestação de defesa de direitos sociais ou políticos, no esteio da Ideologia de Segurança Nacional, um plano de “implantação do comunismo bolchevista”, uma “ideologia exógena”, contrária a “tradição e a vocação ordeira e cristã do povo brasileiro”. Portanto, é imerso neste momento histórico que a Doutrina de Segurança Nacional toma significado. A partir disso, é possível entender a intervenção direta dos Estados Unidos na implantação das Ditaduras de Segurança Nacional

---

<sup>106</sup> Aqui o caminho parte de ALVES, Maria Helena Moreira, op., cit.; MOTA, Rodrigo Patto Sá, op., cit.

na América Latina e no Brasil, em especial, como já demonstrou o historiador Carlos Fico em estudo recente.<sup>107</sup>

Seria um equívoco interpretar o Brasil como uma ilha de tranquilidade em meio a um mar revolto, imune aos seus efeitos e tensões. O clima de radicalização das forças políticas, nesta conjuntura, faz parte de um movimento de forças em nível internacional que tem seus efeitos potencializados quando o governo oriundo da Revolução Cubana se define socialista, em 1961. Defender o contrário pode significar, no plano teórico e metodológico, retirar os eventos do contexto que lhe confere significado. Os eventos históricos e as estruturas são, conforme Reinhart Koselleck, reciprocamente determinados. Isolar um do outro denota, portanto, perder de vista o caráter processual da História, tornando-a apenas singular, obscurecendo os movimentos sincrônicos e diacrônicos que constituem o processo histórico, com suas permanências e rupturas, em sua constante dialética.<sup>108</sup>

Além do contexto da *Guerra Fria*, a superação do estágio simples de substituições de importações é fundamental para a compreensão das tensões sociais. Aqui é preciso retomar a argumentação de Maria Helena Moreira Alves, uma das bases da concepção deste estudo, que apontou a necessidade de considerar o modelo de desenvolvimento dependente e os específicos interesses, internacionais e nacionais, a ele associados, que formaram o pano de fundo indispensável para a conspiração civil-militar que derrubou João Goulart em 1964. Assim, ela permite compreender o papel central desempenhado pela Ideologia de Segurança Nacional que legitimou a perpetuação por meios não democráticos de um modelo explorador de desenvolvimento dependente.<sup>109</sup>

Para atingir os objetivos apontados para o presente capítulo, vamos partir agora, para uma síntese mais detalhada do processo político brasileiro e sul-rio-grandense, em sua concretude, a partir da chave do anticomunismo e da polarização ideológica da *Guerra Fria*.

---

<sup>107</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão*. Fazer esta constatação, não significa atribuir a culpa pelo Golpe ao “outro” ou ao estrangeiro, conferindo os males e os problemas da nossa sociedade ao exterior. Muito menos dirimir as responsabilidades dos sujeitos internos, tornando os “atores” externos os protagonistas principais, mas tão somente colocar as questões históricas em seus devidos contextos. É inaceitável, do ponto de vista teórico, pensar que apenas fatores endógenos possam explicar os processos históricos de qualquer sociedade, ainda mais quando se pensa que na década de 1960 o frágil equilíbrio de forças internacionais, a constante nova divisão internacional do trabalho e a renovação tecnológica das comunicações tornaram as tensões ainda maiores.

<sup>108</sup> Referenciado em KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*.

<sup>109</sup> ALVES, Maria Helena, op., cit.

Para uma correta avaliação do recorte do estudo é importante, primeiro, entender as implicações da instabilidade provocada por Jânio Quadros, as reações postas pelo sujeitos em estudo e a conseqüente radicalização no Brasil, decorrente da Crise da Legalidade em 1961.

### 2.1.1 Jânio Quadros: Ambigüidade e Personalismo

O Governo de Jânio Quadros, eleito pelos partidos conservadores é um momento chave neste processo. O objetivo aqui não é o estudo mais profundo do governo, mas identificar alguns elementos importantes que devem ser apontados neste momento político, na medida em que sua ambigüidade e seu personalismo, num momento de tensão ideológica, o levaram a entrar em choque tanto com as forças conservadoras que o elegeram, quanto com as forças reformistas. Sem sustentação política, sua renúncia, quando da viagem de João Goulart à China, abriu a crise que marcará a sorte da incipiente democracia brasileira. Marcou a efetivação da Campanha da Legalidade e a reação conservadora que se construirá, finalmente, no Golpe de 1964.

Em fevereiro de 1961, tomou posse na Presidência da República do Brasil, Jânio Quadros, eleito pela UDN, mas que no Rio Grande do Sul foi apoiado por grande parte do PSD,<sup>110</sup> pelo PDC e pelo PL, além de uma dissidência do PTB, chamado de MTR. Este, no Rio Grande do Sul, alçou expressivos resultados sob a liderança de um deputado federal muito popular entre trabalhadores e empresários, Fernando Ferrari. Tais partidos, que se denominaram de *Frente Democrática*<sup>111</sup>, se insurgiram contra a candidatura do Marechal Lott,

---

<sup>110</sup> O PSD, no Rio Grande do Sul, estava dividido entre ortodoxos e dissidentes. A divisão se deu em torno da campanha para Presidência da República, quando os dissidentes apoiaram a candidatura de Jânio em oposição a orientação do partido da candidatura Lott. Em fevereiro, Ildo Meneghetti, presidente do diretório, e Perachi Barcelos se desentenderam com Filinto Müller, que exercia a direção nacional, na ausência do presidente Amaral Peixoto, que afirmou não reconhecer autoridade na direção do partido no estado. Logo após a eleição presidencial, os grupos políticos conservadores no Rio Grande do Sul formaram a Interpartidária Janista no estado, a qual contava com Daniel Krieger (senador da UDN), Tarso Dutra (deputado federal), Walter Perachi Barcelos, Fernando Gay da Fonseca, Alfredo Hoffmaister, Loureiro da Silva, Julio Brunelli, Honório Severo, com o intuito de aglutinar no estado as forças que se unificaram em nível nacional para a eleição de Jânio Quadros, provavelmente já com os olhos na sucessão estadual de 1962.

<sup>111</sup> A Frente Democrática foi o embrião da ADP que aglutinará os partidos conservadores para eleição de Meneghetti (PSD) em 1963 e se consolida como frente partidária programática.

visto como incentivador da agitação e “cúmplice dos comunistas”. Fernando Ferrari, inclusive, lançou sua candidatura à vice-presidência contra seu próprio companheiro de Partido, João Goulart, sendo mais votado, no estado, que o vice-presidente eleito.

Logo após a posse, Jânio Quadros apresentou seu programa, o qual tentava conciliar de forma ambígua, medidas liberais em termo de política econômica, com ações de fundo nacionalista, como uma política externa independente acompanhada da defesa de reformas sociais. Em seis de fevereiro de 1961, o ministro das relações exteriores Afonso Arinos anuncia a nova política externa do Brasil que incluía o reatamento com a URSS e a China Popular, cordialidade com Cuba e apoio a emancipação Afro-asiática.<sup>112</sup> Parece haver uma relação direta entre tais anúncios e o imediato início das pressões e boatos de intranquilidade social, de políticos militares e religiosos, como veremos a seguir. Embora, no plano econômico o governo de Quadros, através do Ministro Mariani, anunciasse uma política econômica liberal, com consolidação da dívida externa, estabilização fiscal e financeira, controle dos gastos e estímulo ao capital privado, interno e externo.<sup>113</sup>

O governo de Jânio Quadros contava com a simpatia e o apoio das *Classes Produtoras* do estado. Em 1º de Fevereiro de 1961, quando Jânio Quadros e João Goulart tomaram posse na Presidência e Vice-Presidência da República, a FEDERASUL e a ACPA enviaram calorosa, sincera e “efusiva” saudação ao novo presidente, através de um telegrama, publicado pelo *Correio do Povo*, onde também se colocavam a “inteira disposição” para a colaboração nos objetivos tão do novo governo, apontando assim, a consonância entre o discurso da eleição do Presidente e algumas das reivindicações da classe. Tema que será retomado no capítulo dedicado as organizações da sociedade civil da classe dominante.

Também em quatro de março de 1961, uma missão das mesmas *classes produtoras gaúchas*, com delegados das associações comerciais, da FARSUL, da FIERGS e do Sindicato dos Bancos realizou, em Brasília, uma reunião com o Presidente Jânio Quadros a fim de tentar esclarecê-lo sobre as peculiaridades do Rio Grande do Sul para a elaboração do plano de ação do novo governo. Integraram a comissão: Álvaro Coelho Borges, Presidente da FEDERASUL, Diego Blanco, Presidente da FIERGS, Oscar Carneiro da Fontoura, Presidente

---

<sup>112</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 7, p. 16.

<sup>113</sup> *Ibid.*

da FARSUL e José Rasgado Filho, Presidente do Sindicato dos Bancos. Demonstrava-se um clima de entrosamento entre entidades e o Presidente.<sup>114</sup>

No entanto, apesar dos seus apoios e relações políticas, as posições ambíguas de Jânio Quadros o levaram a enfrentar sucessivas crises políticas e militares. A situação militar, particularmente, foi constantemente tensa, manifestos e discursos, principalmente de oficiais eram veiculados constantemente, em sua maioria, criticando a linha estabelecida pelo Presidente, principalmente no tocante à sua orientação para a política externa do País. Tal procedimento deu origem à repetidas punições e prisões de militares envolvidos, a ponto de a própria oposição advertir Quadros para a situação delicada e grave que sua conduta estava criando.<sup>115</sup> Neste sentido, é preciso concordar com João Roberto Martins Filho, para quem os militares eram parte integrante e indissociável do poder, no Brasil, depois de 1930. Eram sujeitos políticos ativos, portanto, com concepções próprias e objetivos específicos. Por isso, “não é possível afirmar que as Forças Armadas eram como uma página em branco a espera que um grupo escrevesse em suas linhas um programa político”.<sup>116</sup> Nem mesmo que os militares exerciam um poder supostamente moderador até 1964, quando intervíram diretamente no poder com o Golpe. É preciso ponderar que, nesta pesquisa, os militares não fazem parte do objeto da síntese em si, somente quando relacionadas ao elemento mais estritamente político da ação golpista.

Ainda no tema da intervenção ideológica dos militares, dois eventos importantes podem ser apontados. Primeiro, em dezesseis de fevereiro de 1961, reconduzido ao Ministério da Guerra por Jânio Quadros, o Marechal Odílio Denys, ao ser homenageado pelo seu comando, proferiu um discurso reiterando a superioridade militar e sua vocação para manter a ordem:

(...) somos uma organização que tem na ordem uma das suas mais caras aspirações, e por isso mesmo cerramos fileiras no apoio e defesa dos poderes constituídos, cooperando leal e decididamente, para que possam eles agir em ambiente de

---

<sup>114</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 4, p. 11.

<sup>115</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 28, p. 7.

<sup>116</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

completa tranquilidade, obtendo o rendimento desejado em suas superiores atividades.<sup>117</sup>

Essa intervenção fornece indícios da intervenção dos militares nesse contexto. A defesa da tranquilidade, ou mais propriamente da ordem, era a questão central. No entanto, a defesa dos poderes constituídos valia apenas quando serviam a um determinado poder político, como demonstrou o veto dos ministros militares, liderados pelo próprio Marechal à posse do Vice Presidente João Goulart, quando Jânio Quadros renunciou à presidência.

Segundo, uma nomeação merece destaque, pois no futuro se mostrará fundamental. Ao assumir o comando do III Exército, o General Machado Lopes, em abril de 1961, fez uma declaração que deve ser levada em conta. Segundo o general, ele era “liberal e democrata por convicção”, pois tinha combatido as manifestações da esquerda, em 1935, e da direita, em 1938.<sup>118</sup> Esquerda e direita eram usados como sinônimos de comunismo e fascismo; a democracia era por essência liberal e estava acima das posições políticas e ideológicas. Isso representava uma prática secular na política brasileira. Neste momento histórico, assim como ainda acontece hoje, era difícil algum político brasileiro se admitir de direita. Todos se identificavam como democratas e de centro e isso será recorrente durante todo o texto. Ninguém queria se identificar com a direita ou com os chamados radicalismos. Os extremismos eram duramente condenados enquanto a moderação, por sua vez, muito admirada, incentivada e cultivada, pois em geral, era entendida como sinônimo de conservação e ordem. O General Osvaldo Alves, por sua vez, ao deixar o comando do III Exército, e dar lugar a Machado Lopes, pregou a “união do Exército em torno da paz e harmonia social necessária ao trabalho e progresso da pátria”.<sup>119</sup> O III Exército era fundamental, pois responsável pelas forças de terra em toda a Região Sul do País, compreendendo os territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Era considerado o maior Exército do Brasil e sua sede era em Porto Alegre.

---

<sup>117</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 17, p. [?]

<sup>118</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, [?], p. [?].

<sup>119</sup> *Idem*.

Jânio Quadros, acuado e pressionado, mas tentando manter sua independência, em vinte e três de maio de 1960, declarou em tom veemente: “ai de quem tentar dar o Golpe”, pois a nação, segundo o Presidente, seria limpa custasse o que custasse, sendo que as Forças Armadas estavam mais unidas que nunca. Quatro dias depois, o Ministro da Justiça de Jânio, Pedroso Horta, afirmou que não existia “clima para qualquer espécie de golpe”, negando a existência de um dispositivo militar golpista e reafirmando “a tradição democrática do povo brasileiro”.<sup>120</sup> Tais declarações tiveram lugar num ambiente de profundas críticas e acusações de Carlos Lacerda à política externa de Jânio Quadros. A anunciada crise militar recrudesceu quando parte da diretoria do Clube Militar divulgou um manifesto em que acusava o Presidente Jânio Quadros de promover uma política externa independente, mas no plano interno, adotar uma política antinacional. Como consequência, o Presidente do Clube Militar, General Justino Alves Bastos, “expulsou” sete dos quatorze membros de sua diretoria, contornando uma crise de cerca de seis meses. Entre estes, estava o Vice-Presidente do Clube, General Oromar Osório. O Presidente da entidade assim, simplesmente nomeou novos membros de sua confiança para a diretoria.<sup>121</sup>

Tentando estabilizar seu governo, em cinco de julho o Presidente apresentou, em reunião do seu ministério, as chamadas Reformas Estruturais, afirmando que anunciaria publicamente as medidas para o dia seguinte (incluindo reforma agrária, fiscal, do ensino, disciplinarização da remessa de lucros, e a lei antitruste). No mesmo dia, declarou que o Brasil não aceitaria imposições de interesses imperialistas de potências estrangeiras e já no dia seguinte anunciou a realização das reformas para o segundo semestre de 1961.<sup>122</sup> As pressões dos movimentos sociais reformistas alcançavam grande repercussão. Jânio Quadros teve que dar respostas ao mesmo tempo em que tentava se mostrar independente das pressões externas ao governo e, também, dos partidos que compunham sua base de apoio.

Mesmo o Presidente eleito pelos partidos conservadores não escapou dos ataques do anticomunismo. A política externa, que previa o reatamento das relações com a URSS e com a China comunista, além do respeito a Cuba, gerou profundas insatisfações em sua própria

---

<sup>120</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1960, maio, 24, [?].

<sup>121</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 17, p. [?].

<sup>122</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, julho, 6 e 7, passim.



base, mas principalmente nos setores militares e religiosos, como nos demonstrará Dom Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre.

Alguns argumentos que podem ser levantados, os quais se referem ao contexto político daquela conjuntura são importantes. As denúncias de um possível golpe das “forças ocultas” foram razoavelmente constantes. Igualmente, a pressão dos militares, principalmente, capitaneados por oficiais superiores, que se viam como legítimos defensores da ordem e das instituições. As reformas sociais já estavam na agenda política havia algum tempo, antes mesmo da eleição de Jânio, que as precisou incluir em seu programa. Como se verá a seguir. Portanto, já é possível antecipar que não podemos tributar ao PTB e nem a João Goulart, exclusivamente, as bandeiras das reformas. Nem mesmo, por conseqüente, imputar o clima de golpismo, presente no pré-1964, apenas ao seu governo e muito menos afirmar que o Golpe foi contra o PTB e o governo trabalhista, argumento que será retomado em momento oportuno.<sup>123</sup> A menos que se queira defender, que a bandeira das reformas eram exclusivamente do PTB e que todos os outros movimentos sociais e políticos fossem dependentes deste, o que parece, mesmo a primeira vista improvável e até contraditório.

Ao anunciar sua ida para a China comunista em missão comercial, João Goulart concedeu uma entrevista na qual afirmava que tinha plena convicção no espírito patriótico das Forças Armadas. Por isso não acreditava que fosse desfechado qualquer golpe militar contra o Governo. Perguntado sobre o assunto, afirmou que o PTB não estava fazendo o jogo do Partido Comunista e nem de nenhum outro partido, que o operariado brasileiro já estava maduro e não se deixava mais enganar por manobras que não atendessem os seus interesses.<sup>124</sup> Tal declaração pode ser considerada como apontamentos dos limites estabelecidos entre o PTB e as demais forças políticas, fundamentalmente, os comunistas.

---

<sup>123</sup> Não podemos esquecer que, segundo o senador do PTB, Caiado de Castro, a infiltração comunista estava prejudicando o partido, pois estaria retirando mais votos do que os agregando. E, como anticomunista convicto, isto o preocupava. Neste quadro, João Goulart estaria tentando evitar que o PSD lançasse o PTB em tenaz oposição a Jânio, pois permaneceu com uma postura ambígua, mesmo com alguns conflitos. Da mesma forma, em 14 de julho, o deputado Lutero Vargas manifestou-se contrário ao processo de “bolchevização” do PTB da Guanabara, através da infiltração comunista. Disse estar disposto a repetir no plano estadual o que fez seu pai, Getúlio Vargas, quando combateu os comunistas de armas na mão.

<sup>124</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, junho, 6, p. 7.

Se Jânio era visto com muita desconfiança por aliados e opositores, civis e militares, recebendo pesadas críticas de ambos os lados, ao extremo de quase romper relações com seu principal aliado, o Governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN), se manteve no poder graças ao voto de confiança da classe dominante brasileira e pela desconfiança do bloco conservador no Vice-Presidente João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, ser maior ainda. Além disso, Jânio Quadros também contava com a fidelidade de alguns dos partidos conservadores como o PL e o PDC, embora estivesse com as relações estremecidas com a UDN. Seu programa independentista foi aplaudido, também, pelos nacionalistas, o que descontentou justamente sua principal base de apoio. No entanto, sua política econômica ortodoxa lhe dava crédito junto a estes. Tal política ambígua e a necessidade de se afirmar independente de grupos de pressão ou partidos, tornou sua situação muito delicada.<sup>125</sup>

A situação, no entanto, se agravou a ponto de Jânio Quadros renunciar. Não há provas concretas, e a discussão sobre o tema é longo, mas tudo indica que a intenção do Presidente era tentar um Golpe de Estado, sabendo das restrições do Exército ao vice-presidente João Goulart que, para piorar a situação, encontrava-se em viagem oficial a China Popular. A saída pretendida, não obteve êxito. Sua renúncia foi aceita. Saindo do Brasil, numa indicação clara de sua intenção, Jânio declarou teatralmente que “um dia voltaria como Getúlio o fizera”. Tal frase permite supor que a manobra pretendida era justamente obter poderes discricionários, pela oposição dos militares e do bloco conservador a João Goulart, como denunciou seu próprio aliado Lacerda, ou sair vitimado, para retornar com maior popularidade e então retomar seu propósito. Entretanto, o “tiro saiu pela culatra”.

## **2.2 O Anticomunismo Conservador: Fé Cristã, Patriotismo e Ordem**

Colocados os elementos iniciais, para seguir a argumentação, é importante compreender o papel desempenhado pelo anticomunismo, elaborado desde a eclosão da Revolução Socialista

---

<sup>125</sup> Seus titulares ministeriais sempre foram muito criticados. Nunca conseguiu montar uma equipe de trabalho qualificada ou que tivesse o mínimo respaldo político. Nossa impressão é que ele se esforçava ao máximo para realizar um governo pessoal.

na Rússia, no contexto da radicalização dos anos de 1960, momento que Rodrigo Patto Sá Motta chamou de Segundo Grande Surto Anticomunista.<sup>126</sup> Este segundo surto pode ser entendido como uma reação tanto ao acirramento da *Guerra Fria*, quanto pela onda de grande crescimento do Partido Comunista do Brasil (PCB), após a redemocratização de 1945. Tais fatores são ampliados quando o socialismo invade o “quintal” ocidental com o exemplo cubano, e com a reestruturação do PCB, após o golpe da cassação de seu registro, em 1947, além das crises que o abalaram, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

O anticomunismo se expressava cotidianamente: Nas falas dos políticos, em geral, dos membros da Igreja, das *classes produtoras*, do “ruralismo”, etc. Todos viam o “perigo vermelho” como ameaça a ordem social e política, que seria natural do brasileiro, ordeiro, cristão e pacífico. Desta forma, havia, nestas representações, uma “ideologia natural”, democrática e cristã, e uma exótica, exógena estranha a “nossa gente”, o comunismo materialista e ateu. Carla Rodeghero já demonstrou como a Igreja Católica associava os comunistas ao mal e a tudo que fosse imoral, até mesmo ao diabo, como diz o título do seu trabalho. E mais, para ela, o anticomunismo foi um fator revelador do posicionamento católico ao lado dos grupos economicamente dominantes no estado e no País e uma justificativa para que esses reconhecessem e valorizassem a autoridade da Igreja Católica, enquanto instituição.<sup>127</sup> Esse discurso encontrava bastante eco em determinados setores da sociedade. A Igreja, principalmente na figura do Arcebispo de Porto Alegre, gozava de muito respaldo social e político, a despeito da suposta laicidade do Estado. Frequentemente utilizava este respaldo para intervir no campo político, principalmente no campo ideológico, a fim de combater as propostas de reformas sociais, identificadas como “comunismo”, como se por si só este argumento fosse deslegitimador, como para a Igreja de fato o era.

Assim, por exemplo, em vinte e três de fevereiro de 1961, quando recebia “expressivas homenagens” de autoridades e personalidades do Rio Grande do Sul, inclusive do Governador Leonel Brizola, no aniversário de 44 anos de sua sagração episcopal, em uma solenidade da Catedral Metropolitana, o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, afirmou: que com receio assistia as “manifestações favoráveis ao reatamento com a União Soviética”. Em

---

<sup>126</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op., Cit. O primeiro grande surto levou ao Golpe do Estado Novo, em 1937.

<sup>127</sup> RODEGHERO, Carla, op., cit.

seu discurso de agradecimento à homenagem, afirmou que além das dificuldades econômicas de imensas parcelas da população preocupavam ao Arcebispo e ao povo católico,

o crescimento e a propagação das forças anticristãs demoníacas do comunismo no Brasil e em todo o mundo. Não tememos pela igreja que tem promessas comprovadas de perenes indefectibilidade. Receiamos pela sorte do nosso povo ameaçado por uma nova escravidão, sob vários aspectos mais aviltante e insuportável, do que a dos miseráveis alforriados pela magnanimidade da princesa Isabel. (Sic.)<sup>128</sup>

Assim, no Brasil, os comunistas estariam buscando posições, se infiltrando em todos os setores da sociedade, angariando simpatias e criando uma situação oportuna para tomar de assalto o poder a fim de, derrotado e humilhado “pela primeira vez em sua história cinco vezes secular”, colocá-lo sob a órbita do poderoso Estado Soviético. Dessa forma, o reatamento das relações diplomáticas abriria caminho para a propaganda ideológica do comunismo e, assim, o povo estaria à mercê da pregação desta “ideologia exógena”, pois todas as representações diplomáticas soviéticas seriam agências de propaganda política, utilizando, inclusive, “modernas técnicas de psicologia para sugestionar os indivíduos e as multidões”. Por isso, seriam necessários “homens de ação para defender a civilização cristã”. O “povo ingênuo e inculto” seria alvo fácil, portanto.<sup>129</sup> Tais declarações, foram uma reação clara ao anúncio do reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS proposta e executada por Jânio Quadros, em 1961, visto como um caminho aberto para propagação do “materialismo ateu”. A posição dessa autoridade religiosa, no caminho já apontado por Carla Rodeghero, identifica os comunistas e seu programa político com o demônio, procurando uma forma de escravizar o povo incauto, no mínimo uma ideologia contrária à índole pacífica e ordeira do povo brasileiro, algo antinatural. Por isso, era preciso agir contra o comunismo e, conseqüentemente, todo o seu programa de reformas sociais, conforme apelo do Arcebispo.

A preocupação de segmentos sociais bastantes específicos da classe dominante e da pequena burguesia urbana com o comunismo era tão grande que uma organização internacional foi fundada no Brasil com o intuito de conter o avanço do “perigo vermelho”, através da retomada de valores morais. O Rearmamento Moral, como se denominava, publicou uma página inteira no *Correio do Povo*, logo após o anúncio do reatamento das

---

<sup>128</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 24, p. 16.

<sup>129</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 24, p. 16.

relações diplomáticas do Brasil com a URSS, alertando a população para a guerra que estava sendo travada, em nível internacional, e na América Latina, em especial. Seu apelo brandia: “Não temos tempo a perder, eis a resposta, pelo amor de Deus, acordem!”<sup>130</sup> Afirmava que a América estava em guerra ideológica, contra o comunismo materialista e ateu e estava sendo derrotada. A saída seria retomar os valores morais tradicionais, outrora abandonados, para barrar o avanço da doutrina vermelha. Tal era o nível da oposição ideológica nesta conjuntura.

O denunciismo chegava aos limites do absurdo. Nos dias que antecederam a semana santa, o noticiário se ocupou de uma “nova campanha antissemita” em Porto Alegre, cuja origem ainda não tinha sido apurada. O fato preocupou a Delegacia de Ordem Política e Social em função das várias denúncias apresentadas por membros da comunidade israelita da cidade. A provável existência de um plano terrorista, que incluiria ataques a judeus e seus templos, foi tornada de conhecimento público depois que “membros influentes” da colônia judaica sofreram ameaças e “avisos” de uma organização secreta a *União Anti-Judaica* que nestas comunicações afirmava haver uma campanha de hostilidade contra os judeus – “vampiros do povo em todas as épocas”. Os avisos traziam “o carimbo de uma cruz suástica e, como assinatura, o título de secretário da mencionada organização”. Embora com certa investigação policial nenhuma responsabilidade foi apurada. O assunto passou para segundo plano até que o Arcebispo D. Vicente Scherer voltou à cena, emitindo sua opinião aos jornalistas, admitindo “que o movimento contra os judeus tinha origem comunista”. Segundo ele, estas campanhas apareceriam periodicamente de forma mais ou menos intensa em várias partes do mundo. Segundo ainda a declaração do arcebispo havia “fundadas suspeitas de que os comunistas queiram, com estes movimentos, suscitar antipatias e criar dificuldades ao governo da Alemanha Ocidental, como se este alimentasse propósitos de ressurreição da ideologia e do regime nazista.” Ainda segundo ele, os próprios comunistas estariam empreendendo uma terrível perseguição aos israelitas na União Soviética.<sup>131</sup> Mesmo todos os indícios apontando para uma organização nazista, o arcebispo tentava inculpar os comunistas. Não é para menos que nada foi apurado, porém, permaneceu a dúvida e a acusação de um homem público e “autoridade religiosa” influente.

---

<sup>130</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 26, p. [?].

<sup>131</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 9, p. 52 e 26.

No esteio do anticomunismo, a Revolução Cubana certamente foi um elemento central. No dia vinte de março de 1961, ao chegar ao Rio Grande do Sul para uma visita de três dias, o embaixador dos EUA no Brasil, John Cabot afirmou que uma intervenção russa em Cuba inquietava não só ao seu país como a todo o Hemisfério. Em entrevista coletiva abordou questões como os corpos de Paz, a ajuda financeira e, principalmente, a questão cubana e o “perigo comunista”; segundo o diplomata, a mediação do conflito com Cuba seria possível apenas se este se afastasse do bloco soviético, acrescentando que o objetivo de Cuba seria exportar a revolução comunista pela América Latina, se infiltrando no “mundo livre ocidental” e justamente por isso preocuparia, ou deveria preocupar, todo o Hemisfério.<sup>132</sup> Isto, dois dias depois de o Presidente John Kennedy fazer um apelo pelo esforço conjunto da América com a Aliança para o Progresso, contra o comunismo.<sup>133</sup>

Tais episódios aconteceram em um momento marcante, poucos dias antes da invasão do território cubano pelos EUA, junto com as forças cubanas de oposição à revolução. Esse episódio alcançou repercussão gigantesca no Brasil e no Rio Grande do Sul, pondo em franco confronto conservadores anticomunistas e nacionalistas reformistas. Muitas manifestações pelo Brasil pró ou contra Cuba foram realizadas ante a tentativa de invasão. Mesmo os parlamentares federais, pelo menos os que se pronunciaram, consideraram que esta invasão feria o princípio de autodeterminação dos povos, por isso deveria ser condenada. A Frente

---

<sup>132</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 21, p. [?].

<sup>133</sup> Nesse apelo, o então Presidente, mostra parte da concepção das “liberdades democráticas” seguida pelos liberais a exemplo do “mundo livre” que tinha como liderança os EUA. O Presidente Kennedy, em discurso à Associação Norte-Americana de Proprietários de Jornais pediu aos Jornalistas que “meditassem sobre suas obrigações à luz do perigo que ronda o mundo” e que exercitassem a “obrigação do autocontrole” ao apresentar as notícias ao público. Afirmou não estar sugerindo “qualquer nova modalidade de censura, ou novos tipos de classificação por razões de segurança”. Solicitou, também, a todos os jornais que se interrogassem a respeito de cada artigo a fim de verificar não somente se o mesmo seria notícia, como também se estaria de acordo com o “interesse da nação”. Exigiu, maior autodisciplina por parte da imprensa em momentos quando, segundo disse “não há guerra e nenhuma jamais pode ser agora declarada de forma tradicional”, mas observou que “nosso estilo de vida está sob ataque”. Segundo Kennedy: “o perigo nunca foi mais patente e sua presença jamais foi tão iminente. Isto requeria, em sua visão, uma modificação de perspectiva, uma alteração de táticas, uma mudança na missão de cada um – do governo, o povo, de cada homem de negócios, de cada líder operário, de cada jornalista. Tais declarações deixam um forte indício da postura do governo dos EUA na necessidade de abrir mão das tão propaladas liberdades democráticas. A solicitação de autocensura era clara, mesmo por sua culposa autonegação. A predominância da “segurança nacional” a fim de enfrentar a todos os custos o inimigo externo e a percepção da iminência do perigo, pode indicar um pouco da disposição da potência norte-americana em enfrentar o comunismo ou qualquer ameaça política abrindo mão de qualquer liberdade política ou “democrática”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 28, p. 16.

Parlamentar Nacionalista (FPN) enviou uma mensagem a Kennedy, através do embaixador estadunidense no Brasil, repudiando a invasão do território cubano.

No Rio Grande do Sul, do lado das forças nacionalistas, o Governador Leonel Brizola (PTB) manifestou sua repulsa e inconformidade ante a “criminosa invasão” do território cubano, em telegrama ao Presidente Jânio Quadros. No mesmo dia em que trabalhadores, líderes sindicais filiados ao Comando Sindical de Porto Alegre, estudantes de diversos cursos secundários e superiores, realizaram pela parte da noite, uma grande manifestação contra a invasão de Cuba pelas “forças da reação”. No largo da Prefeitura, tais entidades realizaram um comício, com discursos de “alguns estudantes e dirigentes de trabalhadores”, bem como os dirigentes do “*movimento 26 de julho do Rio Grande do Sul*”, todos condenando a agressão contra Cuba. Após o comício, os manifestantes percorreram as principais ruas da cidade, dirigindo-se, por fim, ao Palácio Piratini, onde realizaram novas manifestações contra a invasão do território cubano.<sup>134</sup>

Já as poucas manifestações no estado que defenderam a empreitada dos Estados Unidos partiram fundamentalmente dos partidos da FD. Uma das únicas manifestações públicas favoráveis à tentativa de invasão militar, além dos partidos, foi a dos “Estudantes Livres de São Leopoldo”. Em nota a imprensa, na qual se solidarizavam com os contrarrevolucionários cubanos, “patriotas que arriscariam seus lares e suas vidas, aos milhões, defendendo os mais legítimos e intocáveis direitos do homem massacrados por ‘um punhado de paranoicos comunistas e sanguinários’.”<sup>135</sup> Seus líderes, Che Guevara e Fidel Castro teriam traído uma legítima revolução em favor do comunismo internacional, sem paz e liberdade, “sufocando com fuzis e prisões qualquer protesto democrático”. Por fim, condenam as “manifestações pueris pró-ditadura de Fidel Castro de alguns estudantes inocente-úteis do comunismo internacional, ocorridas em nossa capital, lembrando-lhes aos colegas que lhes

---

<sup>134</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 19, p. 7. Não encontrei nenhuma outra referência sobre este movimento 26 de julho, nem na literatura nem nos jornais.

<sup>135</sup> No argumento desses estudantes, os líderes da Revolução Cubana, Che Guevara, e Fidel Castro teriam traído uma legítima revolução em favor do comunismo internacional, sem paz e liberdade, “sufocando com fuzis e prisões qualquer protesto democrático”. Por fim, condenam as “manifestações pueris pró-ditadura de Fidel Castro de alguns estudantes inocente-úteis do comunismo internacional, ocorridas em nossa capital, lembrando-lhes aos colegas que lhes não assiste o direito de falar em nome de todos sem consultar-nos.” Essa manifestação era uma resposta aos estudantes que participaram da organização do comício pró-cuba, no dia anterior

não assiste o direito de falar em nome de todos sem consultar-nos.”<sup>136</sup> Era uma resposta aos estudantes que participaram da organização do comício pró-cuba, no dia anterior.

No plano partidário, o deputado Hélio Jobim, vice-líder da bancada do PSD na Assembleia Legislativa, em nove de maio de 1961, leu uma mensagem da bancada e do presidente do diretório regional do partido Ildo Meneghetti. Seu discurso afirmava que o sistema de governo socialista cubano representava grave ameaça aos países democráticos da América.<sup>137</sup> Por sua vez, o PRP (antiga Ação Integralista Brasileira), em dezesseis de maio de 1961, através de sua bancada na Assembleia Legislativa, enviou uma carta ao presidente Jânio Quadros, alertando sobre o perigo que representava para o Brasil, e para o Hemisfério, a implantação do comunismo em Cuba. Criticava, também, a “autodeterminação dos povos”, afirmando que este princípio não se aplicaria ao referido País, pois esta estaria negando, a própria existência e essência da democracia.<sup>138</sup>

Mesmo com o clima de anticomunismo acirrado, é possível ter uma avaliação inicial de que, afora os partidos conservadores, o movimento contra a invasão cubana foi majoritário no estado. Pelo menos, em relação aos setores organizados da sociedade civil e política. Embora seja precipitada uma afirmação definitiva, os indícios sugerem tal hipótese. A simpatia pela necessidade de reformas sociais e pela tese de “autodeterminação dos povos” parece muito em voga, no Rio Grande do Sul. O que, pelo silêncio intencional, deve ter preocupado bastante as forças liberal-conservadoras, convencidos, provavelmente, cada vez mais da necessidade de combater o perigo vermelho, e seu possível caminho no Brasil: as reformas sociais.

Numa tentativa de justificar a campanha ofensiva dos EUA contra Cuba, ainda em oito de abril de 1961 o jornal *Correio do Povo*, publicou uma transcrição de uma reportagem do jornal *O Globo*, onde esse acusa a China, país socialista, de estar assumindo o papel de propagandista internacional da “revolução comunista” no lugar da União Soviética que estaria naquele momento, também, defendendo a coexistência pacífica com o mundo ocidental. A esperança chinesa na América Latina teria aumentado com Fidel Castro, em Cuba, “um

---

<sup>136</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 20, p. 16.

<sup>137</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, maio, 10, p. 7.

<sup>138</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, maio, 17, p. 7.



campo fértil para suas caçadas e conquistas”. Os jornais acusam, ainda, as ligas camponesas de serem as “cabeças de lança” do movimento no Brasil, inspiradas e fomentadas por Pequim. Isto se deve através da distribuição no Brasil de um folheto intitulado “Táticas de Guerrilhas”, editado na China e baseada em escritos de Mao Tsé-Tung. Segundo os periódicos:

Em suma, a República Popular e Democrática da China prega, neste folheto criminoso que os quinta-coluna comunistas devem estar espalhando pelo país, a queda do governo, a luta contra as instituições e campanha de guerrilhas contra o Exército Nacional, numa intervenção franca e deslavada em nossos assuntos internos que deve ser divulgada para que os inocentes úteis abram os olhos, compreendam a extensão do perigo e *não se iludam com as verdadeiras intenções dos ‘povos amantes da paz e dos que neste país os defendem e aplaudem.* (Sic.)<sup>139</sup>

Podemos perceber, aqui, a compreensão política que estabelece uma distinção maniqueísta e utilitária. Os democratas versus os comunistas maus e, como joguetes destes, os inocentes úteis. Todas as táticas para desprestigiar os comunistas em geral, e os movimentos sociais reformistas, em particular são utilizadas. Parece claro, também, que as elites políticas não acreditavam que o povo pudesse ter condições de escolhas próprias pelos projetos reformistas, e até mesmo socialistas, a partir de sua própria experiência de desigualdades sociais. Esta é uma postura elitista que se repetia na maior parte das manifestações dos movimentos liberal-conservadores e de setores majoritários da imprensa que passou de aliada à uma aliada fundamental, declarada e fortemente atuante nesses momentos de crise, principalmente quando a unidade programática é estabelecida em torno do anticomunismo. Não apenas no grande destaque, simpatia e apoio à atuação e às propostas dos setores conservadores, mas também na propagação do ideário liberal e conservador, na maioria das vezes, sobre a pretensa áurea de neutralidade com que tentava se encobrir. Aqui está, portanto, outro argumento fundamental para todo o trabalho. A importância central do papel desempenhado pela imprensa a fim de construir a hegemonia do discurso liberal-conservador na sociedade, desqualificar as propostas e os movimentos nacional-reformistas, bem como construir, no discurso público, a necessidade de intervenção direta contra o Governo Goulart, em 1964. A imprensa, no Rio Grande do Sul, e em especial o *Correio do Povo*, mais

---

<sup>139</sup> Correio do Povo. Porto Alegre: 1961, abril, 8, p. 1. O título da reportagem era sugestivo: “Comunistas fazem distribuição no país de folheto sobre tática de guerrilhas”

decididamente, atuou como canalizadora e difusora do discurso político conservador e golpista, sempre tendo o anticomunismo como eixo central do embate.

Em meio a esse clima de radicalização progressiva é que acontece um dos momentos mais marcantes da radicalidade do anticomunismo no Rio Grande do Sul, na década de 1960, quando o líder comunista Luiz Carlos Prestes esteve no estado para a realização de uma série de palestras e atividades em 1961. Luiz Carlos Prestes, já havia estado em Porto Alegre para pronunciar uma conferência sobre a conjuntura política brasileira, no cinema Baltimore, realizada no dia nove de abril de 1961. No mesmo dia, um convite bastante expressivo em tamanho é publicado no jornal, dirigido ao público em geral para assistir à referida conferência. O mesmo, é assinado somente pela comissão promotora.<sup>140</sup> Tudo aconteceu de forma absolutamente normal e em plena tranquilidade pública, ao menos não há nenhuma referência em contrário, o que seria muito provável de haver considerando o grande interesse de parte da imprensa em divulgar as ações dos comunistas, ainda mais quando se tratasse de algum problema com relação a isso.

No entanto, em uma segunda agenda de atividades do líder comunista ao estado, os acontecimentos tiveram um rumo diverso. Desta vez, foi programada uma série de palestras em várias cidades do interior. Dia quinze de maio, em Caxias do Sul, Prestes realizava uma destas, no cinema central, quando ocorreu um “grave conflito”, provocado pelos “estudantes que protestavam contra a presença de Prestes na cidade” contra a polícia, que “fazia a garantia da ordem pública”. Oito pessoas teriam ficado feridas. Já em Passo Fundo, por conseguinte, Prestes foi impedido de terminar o seu discurso pelos manifestantes sob vaias e gritos de “Viva o Brasil!”. Além disso, os manifestantes, que somariam duas mil pessoas, segundo o periódico, teriam realizado o enterro simbólico do “líder vermelho”. Segundo o *Correio do Povo*, nas três cidades do interior que Prestes percorreu, Caxias do Sul, Santa Maria e Passo Fundo, houveram manifestações populares contra a presença do líder do PCB e os comunistas, bem como conflitos entre manifestantes e a polícia que tentava manter a ordem e assegurar o direito constitucional de reuniões públicas e liberdade de expressão, conforme esclarecido posteriormente, por determinação do Governador do estado, Leonel Brizola.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, abril, 8 e 10, p. 7 e 16.

<sup>141</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, maio, 17, p. 18.

Contudo, certamente, o momento mais tenso se deu durante a palestra realizada por Luiz Carlos Prestes no Cinema América, em Porto Alegre. Acompanhado pelo ex-deputado federal do PCB, João Amazonas, e pelos vereadores de Porto Alegre, Eloy Martins, Alberto Scherter e Marino dos Santos, Prestes teria tentado cumprimentar o grande número de pessoas que foram o assistir e que o aguardavam na entrada do cinema. Entretanto, os manifestantes, em sua maioria estudantes, o teriam impedido de fazê-lo, agredindo-o com ovos podres, ao mesmo tempo em que o vaiavam e gritavam “vivas ao Brasil”, cantando, também, o hino do Brasil. A polícia, ao tentar “manter a ordem pública”, em função das ameaças de invasão do cinema, entrou em conflito com os manifestantes. Quando os ânimos se acalmaram, estes manifestantes organizaram um “minicomício de protesto”, enquanto dentro do cinema, um “menor de quatorze anos jogou uma bomba gerando grande confusão”. O “menor” declarou, depois de detido pela polícia, que estava a mando de Edson Pereira, que não foi identificado. Diversos moradores da região próxima ao teatro, na Avenida Assis Brasil, no 4º Distrito, manifestaram à reportagem sua indignação pelo fato de os proprietários do cinema terem o emprestado para a realização da atividade do líder comunista. O jornal não perdeu a oportunidade de criticar Prestes, afirmando, na legenda da foto veiculada, que ele estava “indiferente ao que acontecia na rua”, como um homem frio, sem compaixão, ou insensível.<sup>142</sup>

A visita de Prestes gerou um forte debate na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O Vereador pelo Partido Republicano (PR), Alberto Scherter, que apoiou a sua vinda, manifestou estranheza em torno do episódio. Salientou que no ano anterior, quando o mesmo Prestes teria estado no Rio Grande do Sul, fora bem recebido, e agora, logo após os incidentes de Cuba, contra o direito constitucional de liberdade de expressão, tais incidentes foram tão violentos. As contestações se referiam ao mesmo argumento de hostilidade do povo ao comunismo ateu. Na Assembleia Legislativa, os debates foram mais intensos e muito mais agressivos. Alguns deputados estaduais do Rio Grande do Sul criticaram a posição do Governador Leonel Brizola, que recomendou ao secretário de segurança e à força policial que resguardassem a segurança de Prestes e a liberdade de expressão, durante sua passagem pelo estado. A oposição (os partidos conservadores) justificou que o PCB, por estar fora da lei, não teria a mesma liberdade de expressão dos membros dos outros partidos legais. Além do mais,

---

<sup>142</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, maio, 17 e 18, passim.

estaria pregando a subversão, o comunismo internacional e a revolta das “classes assalariadas”, sob a conivência do Governo, o que era inaceitável. Pois, segundo, por exemplo, Hélio Jobim, filho do ex-governador Walter Jobim, não se poderia confundir liberdade de pensamento com licenciosidade política, e não se poderia permitir a baderna e a subversão dos comunistas.

Mesmo os deputados trabalhistas defenderam apenas a ação de manutenção da ordem pública e a posição do governador Brizola. De nenhuma forma eram simpáticos aos comunistas, pelo contrário. Sereno Chaise (PTB), líder do governo, afirmou que “o lugar de Prestes e dos comunistas traidores da pátria era na prisão”, como havia feito Getúlio Vargas, expressando mais uma vez o anticomunismo e mesmo a intolerância do próprio PTB, tido por alguns autores como a vanguarda política das reformas sociais e da democracia no Brasil. Além dessas manifestações, uma série de outras opiniões foram veiculadas a respeito do tema. Todas contrárias a presença de Prestes no estado, como, por exemplo, o Centro de Estudos Brasileiros Alberto Pasqualini, a União dos Amigos de Sapucaia, o Centro de Indústrias Fabris de Caxias do Sul e o próprio colunista do *Correio do Povo*, Fay de Azevedo. Em todas as manifestações, estavam presentes a noção de Prestes como “entreguista da Pátria”, “seguidor do credo de Moscou” ou “assassino de 1935”. Apenas a Seção do Rio Grande do Sul, em defesa da Brigada Militar, manifestou apoio à liberdade de expressão, mas principalmente a atuação da entidade que estava sendo advogada, a Brigada Militar.<sup>143</sup>

Em posição de defesa, através de manifesto datado do dia vinte e cinco de maio de 1961, os comunistas foram a público, mais uma vez, a fim de justificar o que teria sido o verdadeiro sentido das manifestações contra o líder comunista Luiz Carlos Prestes, no Rio Grande do Sul. Segundo o manifesto, o “Cavaleiro da Esperança” teria visitado o estado sulino uma série de vezes, sendo sempre bem recebido, inclusive pelas autoridades. Desta vez, no entanto,

(...) menores e outros elementos, aliciados e chefiados abertamente por elementos do clero, atacaram a maneira tipicamente fascista os locais onde se realizavam atos públicos com a Presença de Prestes, em flagrante atentado contra a constituição e aos direitos fundamentais do homem.<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, de maio, 19, p. 7.

<sup>144</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, maio, 26, p. 7.

Os incidentes não teriam sido piores em função da serenidade com que agiram os comunistas. Tratar-se-ia, na verdade, de um “desesperado plano de caráter terrorista”, que as “forças reacionárias” tentavam levar a prática, após a derrota da tentativa de invasão de Cuba, para “aterrorizar o povo”, “visando o amordaçamento das liberdades democráticas e a completa submissão do país aos desígnios do imperialismo norte-americano”. Os comunistas associavam, a este plano, a postura provocativa de Carlos Lacerda, a formação da Ação Democrática Parlamentar por deputados direitistas a fim de se contrapor à Frente Parlamentar Nacionalista, a criação de um pseudo “Movimento de Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres”, que visava dividir o proletariado. As “forças reacionárias” estariam irritadas com os avanços de Cuba e com a política independente de Quadros. Além do mais, para os comunistas,

(...) para levar adiante os objetivos do imperialismo norte-americano é preciso esmagar as liberdades democráticas em todos os países latino-americanos. Como as forças ultra-reacionárias a serviço do imperialismo não tem condições de mobilizar a opinião pública em favor de seus propósitos entreguistas, não lhes resta outro caminho senão o recuso a prática do terrorismo. O que pretendem é amedrontar o povo, forçar o governo de Jânio Quadros a mudar de política com relação à Cuba ou derrubá-lo se eventualmente resistir apoiado no povo. O que querem é conduzir o Brasil para uma ditadura terrorista pró-imperialista, onde pontifiquem os Lacerdas e Penna Botos. / Os fatos ocorridos em nosso estado estão ligados à execução deste esquema.<sup>145</sup>

Os ataques seriam frontalmente dirigidos aos comunistas, porém, seriam destinados, também, à todas as forças democráticas, nacionalistas e progressistas. Entretanto, seria um erro, segundo o próprio manifesto, superestimar a ação desta “minoría inexpressiva”, que a maioria do povo deveria condenar as práticas fascistas, porque estariam em jogo, como em outros momentos da História, as próprias liberdades democráticas. Declararam ainda que: “*Nós, os comunistas, estamos dispostos a defender intransigentemente as liberdades democráticas e lutar pelo direito de difundir nossas idéias. Não nos atemorizamos, nem nos atemorizaremos.*”<sup>146</sup> (Sic.) Por fim, afirmaram saber distinguir os sentimentos religiosos do povo, os quais respeitavam, e as “ações terroristas da violência e da reação”. Destarte, os

---

<sup>145</sup> *Correio do Povo*, 1961, maio, 26, p.7.

<sup>146</sup> *Ibid.* Grifo do autor, p. 7.

autores do texto do manifesto utilizaram, aqui, um tom otimista como se estas forças não tivessem espaço na sociedade e, por fim, fizeram um chamamento para que os trabalhadores se unissem pelas liberdades democráticas. Assinaram o manifesto Júlio Teixeira, Eloy Martins, João Amazonas, Mariano dos Santos e Otto Ohlweiller.<sup>147</sup>

Tal manifestação estava condizente com a política do PCB, naquela conjuntura, de valorizar a democracia representativa liberal como caminho para alcançar as reformas sociais, através da mobilização popular, com o objetivo de chegar ao socialismo pacificamente. Questiona certas versões de falta de apreço pela democracia por parte das forças de esquerda, pois, mesmo quando se tentam negar seus direitos à ordem democrática burguesa, eles insistem em defendê-la até com certa ingenuidade e otimismo. Seus argumentos deixam claro, além da defesa das reformas e da necessidade de liberdade política aos comunistas, o alerta para o enfrentamento autoritário provocado pelas forças conservadoras, a crença no servilismo ao imperialismo por parte da elite brasileira, e a crença na organização do povo e na incipiente democracia brasileira. O tom é brando, conciliador e apaziguador. Não interessava taticamente, nesse momento, o confronto direto e a radicalização da posição dos comunistas, embora tenham sido apontados os responsáveis pela intolerância, setores do clero e forças conservadoras e a serviço do imperialismo.

Em resposta aos comunistas, em oração de encerramento da procissão de “Corpus Christi”, na catedral metropolitana, Dom Vicente Scherer voltou a ofensiva, criticando o socialismo e os comunistas, defendendo que “o mundo ocidental estava acalentando as víboras que iriam-no ferir de morte”. Em meio às críticas ao regime da URSS e de Cuba, afirmou que a “propalada autodeterminação dos povos”, defendida pelos comunistas, era uma “impostura” e “uma farsa cruel”. Declarou, também, que as manifestações ocorridas contra o “chefe do comunismo russo no Brasil” expressavam a angústia e a inquietação do povo frente os acontecimentos de Cuba e a “intensificação da propaganda comunista”. Negou que tais manifestações anticomunistas tivessem sido comandadas pelos dirigentes das escolas católicas e afirmou que o significado destas ações deveria chegar às autoridades públicas e responsáveis pela ordem, porque representavam tão somente a repulsa ao comunismo por

---

<sup>147</sup> Ibid. p.7.

parte do povo, que teria sido indiretamente prestigiado por autoridades do estado.<sup>148</sup> A referência ao Governador é evidente. Novamente, o Arcebispo, desempenhando papel político abertamente, usa sua autoridade para atacar os comunistas e mobilizar, como não poderia deixar de ser, o conjunto do imaginário do anticomunismo católico, e alinhando-se aos setores conservadoras e às elites. Em caminho contrário ao discurso das lideranças comunistas, Scherer, por sua vez, defende que as manifestações anticomunistas eram a manifestação sincera e espontânea do povo. Mas fica a pergunta, se isso fosse verdade, porque nas outras vezes, mesmo pouco tempo antes, essas manifestações não aconteceram? Pelo contrário, condizem com o momento de organização e radicalização anticomunista e a possibilidade concreta é de que, como indícios do próprio jornal apontam, tais ações foram organizadas e orquestradas em todo o estado pelos movimentos conservadores e anticomunistas já como parte de suas ações políticas.

O anticomunismo atingia, também e fortemente, os partidos políticos, nesse processo. Mesmo os que tentavam se apresentar como reformistas, como o PTB. O que dizer então dos partidos conservadores que possuíam o anticomunismo em seu “DNA” e em seu programa político. No princípio de julho de 1961, dessa forma, trinta e três deputados estaduais do Rio Grande do Sul assinaram um telegrama endereçado ao Presidente da República, Jânio Quadros, contra a volta à legalidade do Partido Comunista, proposta em debate naquela conjuntura. Segundo o texto, os representantes do estado não poderiam deixar de denunciar, face os recentes movimentos “que se esboçavam em alguns pontos”, visando à oficialização daquele partido. Para os deputados, essa “manobra perturbadora em prol da reimplantação de um partido ateu e materialista”, era completamente contrária “à formação cristã do povo brasileiro, e destruidor das liberdades democráticas essenciais e do princípio de autodeterminação dos povos”. O telegrama partiu da iniciativa do deputado Arlindo Kunzler, do PSD, sendo que o mesmo texto foi enviado também ao Vice-Presidente da República, ao Presidente do Senado Federal, João Goulart e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. O texto foi assinado por trinta e três deputados de todos os partidos.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, junho, 3, p[?].

<sup>149</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, julho, 3, p. 7. Os deputados signatários são: Gustavo Langsch, José Zachia, Henrique Henkin, Romeu Scheibe, Sereno Chaise, Getúlio Marcantonio Milton Rosa, Antonio Fornari, Marcirio Loureiro, Pedro Fogliatti, Gudbem Castanheira, Lauro Leitão, Antonio Bresolin, Auclides Kliemann,

Ironicamente, quem criticou o telegrama dos deputados foi o colunista do *Correio do Povo*, Fay de Azevedo, primeiro pelo erro de endereço, pois a legalização dos partidos era de competência do Judiciário e não do Executivo ou Legislativo, e, segundo, porque seriam antidemocráticos, citando inclusive exemplo de países que permitiam o Partido Comunista na legalidade, como EUA, Itália e França, afirmando, ainda, que o comunismo era uma realidade que precisava ser enfrentada e não ignorada. A legalidade aos comunistas facilitaria inclusive o monitoramento de suas atividades e seu controle.<sup>150</sup> Mesmo o argumento de defesa da legalidade do PCB girava em torno do controle das ações deste, e no máximo, como tolerância institucional.

### 2.3 O Ponto Chave: da Campanha da Legalidade à Reação Conservadora

A maior parte da historiografia concorda em situar o principio das articulações contra João Goulart e as esquerdas após a Campanha da Legalidade de 1961.<sup>151</sup> Isto, por dois motivos. Primeiro, porque levou ao governo um homem que sempre inspirou desconfiança na classe dominante e nas forças conservadoras. João Goulart, trabalhista, gaúcho de São Borja, latifundiário caminhou nas trilhas do projeto proposto por Getúlio Vargas. Não bastasse ser herdeiro político de Getúlio Vargas e ser muito popular, elegendo-se duas vezes vice-presidente da República, Jango, como era conhecido, parecia estar disposto à ir mais longe que o próprio padrinho político para realizar os objetivos de harmonia entre o capital e o trabalho. Parecia estar disposto a finalmente promover as reformas sociais reivindicadas pelas forças nacionalistas e reformistas. Pelo menos, depois de ter tentado uma aproximação da classe dominante, mas ter sido isolado por esta.<sup>152</sup>

---

Adão Fett, Alcides Costa, Hélivio Jobim, Seno Ludwig, Porcinio Pinto, Mariano Beck, Mario Mondino, Ariosto Jaeger, Onil Xavier, Zaire Nunes, Naio Lopes, Harry Sauer, Daniel Ribeiro, Luciano Machado, Osmany Veras, Egon Renner, Tasis Gonzáles e Afonso Anschau.

<sup>150</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, julho, 9, p. 7.

<sup>151</sup> Ver a discussão historiográfica na introdução deste trabalho.

<sup>152</sup> As referências sobre João Goulart são inúmeras. Personagem muito controverso, debatido e estudo, raramente se encontra um trabalho que não se posicione com simpatia ou antipatia por Goulart, mesmo aqueles com tom acadêmico. Cito, como exemplos, BANDEIRA, Moniz, op. cit. FERREIRA, Jorge. Entre História e memória:



Segundo, e mais preocupante para as forças conservadoras, este episódio, mostrou o poder de mobilização das forças nacionalistas e reformistas, ampliando sua bandeira até mesmo a setores moderados da sociedade, na defesa da legalidade. Mostrou a disposição de boa parte da população, naquele momento histórico, em resistir a novas tentativas de rompimento democrático. A impressão era de que as coisas tinham mudado, e a sociedade não aceitaria mais as soluções de força historicamente e utilizadas pela elite do País para solucionar certos “problemas políticos” que rompessem os limites toleráveis de ação por ela imposta. Mostrou que novas tentativas de golpe, naquela conjuntura, não encontrariam respaldo social e político, e, na mesma medida, as forças de esquerda tinham ampliado suas bases e sua força. Junto com essas forças, e um ponto muito problemático para as forças conservadoras, mostrou a capacidade de liderança e a força política do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Um líder ainda jovem, outro gaúcho do interior, cunhado de Goulart e identificado com o trabalhismo varguista.

As forças liberais e conservadoras se convenceram que a conjuntura tinha mudado, e não encontrariam bases para suas soluções impostas e fora das regras democráticas. A solução buscada, pela minoria por hora derrotada, foi armar um amplo trabalho de conspiração político-militar. A formação e articulação do complexo IPES-IBAD se inserem nesta conjuntura. Rene Dreifuss já demonstrou como essas forças se organizaram e armaram um complexo processo de desestabilização do Governo Goulart, mas, e ao mesmo tempo, também de conquista de hegemonia social e política para reorganizar o estado brasileiro a partir de um novo bloco de poder, multinacional e associado. Bloco esse, pautado pela economia de mercado e pela inspiração política autoritária e conservadora, que constroem, assim, uma Ditadura, baseada nos conceitos de Segurança Nacional e Desenvolvimento de vinte anos.<sup>153</sup>

É neste ponto que o trabalho se concentra a partir de agora. Primeiro, entender o processo de mobilização e ação política da Campanha da Legalidade para, a partir daí, entender a reação provocada que pode ser pensada, primeiro, como uma reação ainda vacilante. Depois, a ofensiva tomou força, organizou-se e ampliou-se consideravelmente.

---

João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>153</sup> As referências bases para essa leitura do Golpe e da Ditadura são DREIFUSS, René, op. cit., e ALVES, Maria Helena Moreira, op. cit.

Tratou-se, neste primeiro momento, de uma investida de construção de um consenso negativo em relação às forças reformistas e nacionalistas, identificando-as com o comunismo e tudo que representava esse contexto já delineado de *Guerra Fria* e polarização política. Depois dessa reação imediatista, e além dela, houve uma campanha anticomunista, que mais ampla, foi conjunturalmente atrelada à este processo golpista. São coisas distintas, o anticomunismo e o processo conspiratório. O primeiro é mais amplo e independe do segundo. Mas neste momento, ambos caminharam lado a lado.

Antes de passar a Campanha da Legalidade, parece importante esclarecer um pouco da atuação do principal líder do levante popular contra o golpe militar de 1961, embora não seja o foco do trabalho, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Porque, se é reconhecido que não são somente os ditos grandes personagens que fazem a História, não é, porém, menos correto de que não podemos menosprezar o papel dos indivíduos na História, ainda mais quando se trata de uma grande liderança que aglutina e representa amplos setores sociais e um projeto político em ascensão. Portanto, liderança e sua atuação política, como expressão de sua concepção e programa político precisam ser minimamente compreendidos para avaliar corretamente, a atitude ousada, corajosa e forte de enfrentar um golpe militar, com inicialmente, condições muito desfavoráveis.

### 2.3.1 Leonel Brizola: Nacionalismo e Reformas Sociais

No Rio Grande do Sul, apesar das controvérsias que se levantam ao nome deste político, os movimentos sócio-políticos reformistas e nacionalistas tinham um aliado para alguns problemas, no governo do estado. Leonel de Moura Brizola, jovem liderança do PTB, que teve uma carreira política vertiginosa, até ser eleito ao governo do estado, em 1958. No governo, sua administração foi vacilante, ora atuante e defensora, no discurso, mas principalmente, na prática, das reformas sociais, fundamentalmente a reforma agrária, e da nacionalização dos recursos naturais, ora cautelosa e vacilante. Embora seja mais conhecido pela resistência ao golpe militar de 1961, sua liderança no estado e no Brasil, no campo trabalhista, advém de um governo que em sua etapa final, principalmente, encampou propostas de reformas sociais. Apesar de, ou talvez por isso, duramente atacado, como

demagogo, agitador, populista e caudilho, justamente pelos movimentos liberal e conservadores e seus porta vozes, setores da grande imprensa e seus representantes, os partidos da ADP.

Sinteticamente, no período pertinente a este trabalho, é importante demonstrar um pouco da atuação de Brizola para justificar o papel que ele desempenhou neste processo político. Governador do Estado, no dia primeiro de janeiro de 1961, inaugurou oficialmente a Caixa Econômica Estadual, criada com a finalidade de atuar em investimentos no e do estado do Rio Grande do Sul, no mesmo dia em que anunciou a criação da siderurgia estatal Aços Finos Piratini, com capital de até 2 bilhões de cruzeiros. Estas medidas foram ao encontro de sua proposta de desenvolvimento de um capitalismo nacional.<sup>154</sup> Já no dia doze de janeiro de 1961, em Brasília, em busca de recursos para o estado, afirmou que o Brasil não poderia entregar a exploração da energia elétrica a grupos estrangeiros, defendendo radicalmente a criação da Eletrobrás. A proposta de criação da estatal de energia elétrica foi impulsionada pela encampação da Companhia Bond and Share (companhia de energia elétrica pertencente a uma empresa internacional, responsável pelo abastecimento do estado), realizada no seu governo, e pela qualificação dos serviços e barateamento dos custos. Segundo ele, o Rio Grande do Sul gozava de tarifas mais baixas e pôde elaborar um plano de expansão e distribuição, com construção de barragens e redes de distribuição. Isto, no mesmo dia em que o Governador já estava acertando empréstimo com o banco interamericano, através do engenheiro Cleanto de Paiva Leite, para construção de usinas hidrelétricas no Rio Passo Fundo e na cidade de Alegrete, além da criação da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT).<sup>155</sup> Em fevereiro do mesmo ano, Brizola anunciou a entrega de duas mil novas escolas no estado, e de máquinas do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) para prefeituras com dificuldades financeiras.

Polêmico, denunciou constantemente a política econômica que ele classificava de predatória ao estado, praticada por Juscelino Kubitschek. Até mesmo por isso, provavelmente, em função de posturas semelhantes de Jânio Quadros em início do seu governo, o governador rio-grandense tenha se aproximado e declarado tímido apoio ao novo presidente, que

---

<sup>154</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, janeiro, 1, p. 7.

<sup>155</sup> *Correio do Povo*. 1961, janeiro, 10, 11 e 12, passim.

prometeu adotar novas posturas no campo da política econômica e das relações internacionais, o que agradou à Brizola. Em vinte e sete de março de 1961, por exemplo, Brizola endereçou um telegrama “elogioso” ao Presidente Jânio Quadros, referente à sua atuação e suas “decisões acertadas” no seu encontro com governadores do Extremo Sul, reconhecendo, que “trabalhou mais que todos e agiu com segurança e objetividade”. Tal telegrama, que foi agradecido na mesma proporção de elogios, o que parece ser indicio de um bom relacionamento entre as duas autoridades.<sup>156</sup> Hábil, no dia seguinte ao encontro de governadores, Brizola foi a Assembleia Legislativa prestar contas aos deputados da reunião e dos seus resultados.<sup>157</sup>

Brizola era bastante combativo e não tinha medo de desferir suas pesadas críticas a quem quer que fosse, o fazendo angariar muitas antipatias e desafetos. Em fevereiro de 1961, o governador concedeu uma entrevista ao *Correio do Povo*, defendendo a tese de que a política de Juscelino Kubitschek havia sido nefasta e predatória ao estado e a necessidade de reformas sociais a fim de romper o ciclo da pobreza e do subdesenvolvimento. Para Brizola, toda ordem jurídica era ultrapassada quando não servia a justiça social. Citava o problema da terra, em que alguns poucos possuíam quilômetros extensivos ou improdutivos, enquanto milhares não possuíam terra para morar e trabalhar. Isso gerava miséria, fome, ódio e revolta. Assim, seria preciso romper com os fatores do entorpecimento, verdadeiras amarras internas que faziam a nação se sacrificar para produzir a fim de entregar as riquezas a alguns grupos privilegiados internos ou externos. O advento da grande indústria teria, ainda, tornado o fardo insuportável.<sup>158</sup> Já em oito de fevereiro, o Governador afirmou que sem medidas concretas, na órbita federal, o estado tenderia a pauperização. Marcou palestras de rádio e convocou uma reunião com os prefeitos de todo o estado para tratar destes problemas.<sup>159</sup>

Sua atuação no campo político em geral, mas na política de massas, em especial, era constante e bastante talentosa. Inspirava bastante simpatia da população. Em dez de fevereiro, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande

---

<sup>156</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 28, p. 7.

<sup>157</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 29, p. 7.

<sup>158</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 1, p. 7.

<sup>159</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 9, p. 7.

do Sul (UFRGS), Brizola proferiu a primeira palestra sobre o processo de marginalização do Rio Grande do Sul. Defendeu os trabalhadores que se esforçavam para se sustentar, mas que não poderiam romper a barreira da pobreza sem a ajuda dos poderes públicos, traçando um paralelo com Cuba, onde para ele a miséria gerou intranquilidade e a revolução. Reafirmou que o Brasil era uma nação espoliada e era preciso uma transformação de estrutura para dinamizar a economia.<sup>160</sup> Neste sentido, Brizola sabia usar os meios de comunicação para fazer política e propaganda de seu governo e de sua atuação. Sempre publicando notas e discursos em jornais, sabia dialogar com “o povo”, proferia palestras no Palácio Piratini, abertas ao público, sobre a conjuntura política nacional e, nas rádios, sobre temas correlatos.

Como o objetivo do trabalho não é estudar o Governo Brizola, embora esta empreitada seja importante, pois ainda não foi realizada, foram realizadas estas citações das suas ações para justificar a grande liderança que Brizola exercia junto a setores trabalhistas e aos movimentos sociais reformistas. Sua administração se esforçou para dar conta das demandas que o próprio governador defendia, mas foi após o episódio da Campanha da Legalidade que o Governo Estadual assumiu uma postura mais radical no confronto pela realização das reformas sociais, com as *classes produtoras* sul-rio-grandenses.

### 2.3.2 A Campanha da Legalidade

Dia vinte e seis de agosto de 1961, depois de enfrentar instabilidades políticas, crises militares, indisposição com aliados e receber pesadas críticas de muitos setores da sociedade civil e política, quando pressionado por todos os lados, Jânio Quadros, inesperadamente, num arroubo, renunciou ao mandato de Presidente da República. O então Vice-Presidente eleito João Goulart estava em viagem oficial, planejada com o próprio Presidente, a vários países orientais e europeus, em missão comercial. No momento da renúncia, Goulart estava na China. Inicialmente, suspeitando que Jânio fora vítima de um golpe militar, Brizola, entrou em contato com o presidente renunciante com a intenção de convidá-lo para resistir no Rio

---

<sup>160</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 10, p. 7.

Grande do Sul, pois estava obstinado a não permitir que o golpe se efetivasse. “Dessa vez não darão o golpe pelo telefone!” declarou o Governador publicamente.<sup>161</sup> Ao saber que a renúncia era voluntária, Brizola passou a exigir publicamente a posse imediata do Vice-Presidente constitucional, João Goulart. Isto porque, logo nos primeiros momentos após a renúncia, os rumores sobre o impedimento da posse de Goulart, pelos ministros militares e sua prisão, caso voltasse a território nacional, se fizeram presentes.<sup>162</sup> O marechal Henrique Lott, conhecido oficial legalista, procurado por líderes civis e militares, declarou, no primeiro momento, a necessidade de manutenção da legalidade constitucional a qualquer preço, com a posse de Goulart, já suspeitando, é claro, das intenções de Odílio Denys, Ministro da Guerra de Quadros. Lideranças do PTB já cogitavam a hipótese de estabelecer um governo no Sul com Goulart, caso este não fosse oficialmente empossado em Brasília.<sup>163</sup>

Quando da renúncia de Quadros e a viagem do Vice-Presidente, o Presidente da Câmara Federal assumiu o cargo de Presidente da República interinamente, a princípio. No entanto, logo se percebeu que a crise recrudesceria, quando os únicos ministros a permanecer nos cargos foram os três ministros militares. Marechal Odílio Denys, do Exército, Brigadeiro Grum Moss, da Aeronáutica e Almirante Silvio Heck da Marinha. Os ministros militares vetaram, também, a posse de João Goulart ao cargo que tinha direito, por considerarem o líder trabalhista perigoso para as instituições. Seu retorno ao País foi considerado inconveniente pela Junta Militar que efetivamente estava detendo o poder, e, conseqüente, passaram a trabalhar para conquistar apoios políticos e militares a fim de efetivar um “golpe de baixo

---

<sup>161</sup> Para um relato bastante completo da crise da legalidade: LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Também em FERREIRA, Jorge. Op., Cit.(b).

<sup>162</sup> Mesmo que as declarações de Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente da República Interino, e da oficialidade das Forças Armadas afirmassem que João Goulart seria empossado, tão logo retornasse ao Brasil. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, agosto, 27, 28 e 29.

<sup>163</sup> *Ibid.* Muitos mistérios pairam sobre a renúncia de Jânio Quadros. Rumores davam conta que seria em função da negativa dos ministros militares de intervir na Guanabara, para depor Lacerda, em função das pesadas críticas que este lhe vinha fazendo. Como o presidente já havia demonstrado sua impossibilidade de receber críticas... Apesar disso, as denúncias de continuísmo, são as mais plausíveis conforme já apontado anteriormente, inclusive por suas declarações ao deixar o país, de que um dia retornaria ao poder como Getúlio. Lacerda, porém, nas primeiras horas afirmou que a renúncia tinha motivos mais graves que não poderiam ser revelados naquele momento.

custo”. Muito embora Mazzilli estivesse, mesmo que discretamente, apoiando os ministros e até mesmo trabalhando em conjunto com estes.<sup>164</sup>

As forças militares do III Exército foram colocadas de prontidão, embora se afirmasse que tudo permanecia em “calma e ordem”, no estado. Igualmente, o Governador Brizola colocou a Brigada Militar e a Polícia Civil de prontidão. A Câmara Municipal de Porto Alegre divulgou nota oficial apoiando a posse de Goulart e o respeito à Constituição. Os jornais anunciavam o ambiente de tranquilidade no Rio Grande do Sul e a confiança nas forças armadas na “defesa da democracia”. Porém, as autoridades civis e militares permaneciam de sobreaviso para eventualidades. A União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) e a União Estadual dos Estudantes (UEE) decretaram ainda, dia vinte e seis de agosto, greve geral dos estudantes do Rio Grande do Sul, em apoio a UNE e à legalidade constitucional. A Assembleia Legislativa do estado entrou em sessão permanente, “com as galerias completamente lotadas”, para acompanhar os acontecimentos, e declarou, por unanimidade, sua posição em defesa da legalidade constitucional, expressão que passou a tônica dos discursos desde então: *Legalidade*. Já o deputado Raul Pilla (PL), histórico parlamentarista, desde este primeiro momento defendeu a implantação do Parlamentarismo como solução para superar o impasse. Alguns ainda, deslocados da realidade, reivindicavam o retorno à normalidade com a volta de Jânio Quadros, ou mesmo, essa era uma argumentação para, contrários à posse de João Goulart, não defender publicamente o golpe dos militares.<sup>165</sup>

Brizola, com apoio popular e político institucional deu início e liderou o movimento nacional conhecido como Campanha da Legalidade. No dia vinte e seis de agosto, o País amanheceu em estado de sitio não oficial. O Palácio Piratini, por sua vez, foi transformado em fortim de defesa, armado e protegido por metralhadoras. O povo de Porto Alegre passou a apoiar inteiramente o Governador e o movimento. Uma massa popular calculada em dez mil pessoas entrou em prontidão junto ao palácio, defendendo a legalidade e a atitude do governador. Foram organizados, pelas forças da resistência ao golpe, os Comitês de Resistência Democrática. Os operários fizeram coletas de recursos junto à população para

---

<sup>164</sup> Ibid.

<sup>165</sup> Ibid.

sustentar o esforço de guerra. As atividades das repartições públicas foram paralisadas.<sup>166</sup> Porto Alegre se transformou, nas palavras de Jorge Ferreira, em uma “cidade rebelada”.<sup>167</sup>

A ação mais conhecida do episódio se refere à criação da Cadeia Radiofônica da Legalidade. Ainda, no dia vinte e seis de agosto, a Brigada Militar, fiel a Brizola, invadiu os estúdios da Rádio Guaíba, colocando-a a disposição da Secretaria de Segurança. Tratava-se de uma manobra defensiva, pois o Governo Federal impôs pesada censura às rádios que publicavam os manifestos do governador. A Rádio Guaíba, desta forma, passou a ser transmitida do Palácio Piratini e sua antena transmissora foi guarnecida por um batalhão da Brigada Militar. A Cadeia da Legalidade, centralizando a transmissão de 150 outras rádios no estado, no País e no exterior, foi fundamental para o movimento, pois rompeu a censura dos militares, difundindo discursos do governador e manifestações da opinião pública nacional e, conquistando apoios importantes.<sup>168</sup>

A maior parte das opiniões manifestadas em público, no Rio Grande do Sul foram em defesa da legalidade constitucional, contra o Golpe de Estado. Contudo é importante destacar a atitude dúbia e vacilante do Arcebispo D. Vicente Scherer, que declarou “confiar nas autoridades institucionais”, pedindo paz e ordem, não deixando clara sua posição. O que, neste momento de euforia pela legalidade, provavelmente representava ser contrário à posse de João Goulart. No mesmo sentido, se manifestou a FARSUL. No Rio Grande do Sul, portanto, coma maioria da sociedade defendendo a solução legal e constitucional, e por conseguinte, contrários ao Golpe de Estado. Aqueles que apoiaram o Golpe, ou pelo menos que não se opuseram a ele, ficaram em silêncio ou optaram por declarações dúbias, vacilantes e evasivas, como Vicente Scherer e a FARSUL.<sup>169</sup>

Dezenas de manifestações no Brasil hipotecaram apoio a Brizola e a Goulart. Entretanto, apenas o Governador de Goiás, Mauro Borges entrou na campanha juntamente

---

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O autor também apresenta um interessante relato sobre a campanha no estado e no País.

<sup>168</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, agosto, 28 e 29, p. 7 e 18. Ver também: FERREIRA, Jorge, op., cit. 2003 (b), p. 328.

<sup>169</sup> Ibid.



com Brizola, afirmando que defendia a legalidade a qualquer custo, inclusive dando armas ao povo e marchando sobre Brasília. Todos os outros governadores se mantiveram em atitude discreta, a exceção de Carlos Lacerda (UDN), da Guanabara, que apoiou efusivamente o Golpe Militar. As informações dos jornais dão conta de que repressão, censura à imprensa e prisões de lideranças de esquerda foram a tônica na Guanabara e em outros estados, onde o Exército permaneceu fiel aos ministros militares, como o I Exército no Sudeste e o IV, no Nordeste.<sup>170</sup>

A esperança de sucesso da Campanha da Legalidade aumentou, no entanto, quando o General Machado Lopes, comandante do III Exército se manifestou a favor da legalidade e contrário a intervenção militar. Tomou esta decisão, segundo sua declaração, após ter recebido ordens do Marechal Denys de bombardear o Palácio Piratini. Rapidamente as tropas de Machado Lopes, entraram em movimentação defensiva apoiadas por destacamentos da Brigada Militar. As informações prestadas dão conta de que efetivamente as tropas do Rio de Janeiro e de São Paulo iniciaram a movimentação de operação militar contra o Sul. Os ministros militares, ao saber da posição de Machado Lopes, tentaram substituí-lo pelo gen. Cordeiro de Farias, oficial leal aos ministros. Entretanto, este general não conseguiu sequer desembarcar no estado, pois não encontrou apoio na tropa, nem na oficialidade, fieis a Machado Lopes e prontos a deter o general caso desembarcasse em Porto Alegre. Milhares de soldados no País seguiram o exemplo de Machado Lopes, declarando fidelidade a Constituição, desertando, ou viajando para Porto Alegre a fim de se apresentar ao comandante. Os ministros militares tentaram a todo custo enfraquecer Lopes, exonerando-o do cargo, decretando sua prisão, exigindo que se apresentasse em Brasília, retirando da alçada do III Exército, por decreto, as guarnições militares de Paraná e Santa Catarina, mas nada adiantou. As tropas permaneciam leais ao general Lopes e em posição defensiva. Centenas de oficiais foram presos no País por manifestar apoio à causa da Legalidade e se insubordinar contra os comandantes militares, entre eles o marechal da reserva Henrique Lott.

Dia 1º de setembro de 1961, João Goulart chegou ao Rio Grande do Sul sob a garantia do III Exército e do governador Brizola, recebido entusiasticamente pela população e com a disposição da resistência de instalar um Governo no Sul. O impasse estava colocado. De um

---

<sup>170</sup> Ibid.

lado o dispositivo golpista, liderado pelos ministros militares e pelo governador da Guanabara. De outro, a resistência, liderada pelo governador Brizola e pelo III Exército, que era considerado a maior força militar do País, com um grande poderio bélico que não poderia ser desprezado pelos golpistas. A opinião pública, majoritariamente, parecia estar ao lado da Legalidade, pelo menos, a maior parte dos pronunciamentos e declarações públicas a respeito foram neste sentido. Entretanto, o Rio Grande do Sul, em geral, e Porto Alegre, em específico, foram praticamente isolados do resto do País pelo Governo Federal, o qual decretou pesadas sanções econômicas ao estado, suspendendo inclusive o abastecimento de gêneros alimentícios e combustíveis da capital.<sup>171</sup>

A solução ao impasse foi urdida pelo campo moderado, composto pela maioria dos governadores que excluíram Brizola das negociações e lideranças parlamentares nacionais que, a toque de caixa, aprovaram a emenda parlamentar, dia dois de setembro, para tentar equacionar a crise. Apesar das negociações, as tropas do II Exército e navios de guerra da marinha, liderados pelo ‘Minas Gerais’ se deslocavam para o Sul. Na mesma proporção em que o III Exército tomava posição de combate, tendo a Brigada Militar como força de retaguarda. Somente após a aprovação da emenda parlamentarista os ânimos pareceram se acalmar. Os ministros militares, sem apoio necessário recuaram. A medida parlamentarista foi compreendida, no Sul, majoritariamente como Golpe Branco ou Golpe Legal se referindo a “ilegalidade e imoralidade” da aprovação da emenda, “na calada da noite”, sob clima insurrecional, como vedava a própria constituição de 1947, ainda em vigor, bradaram os legalistas.<sup>172</sup>

Encerrando a Cadeia da Legalidade, no dia cinco de setembro de 1961, Leonel Brizola dirigiu um agradecimento a todos que apoiaram a causa da legalidade, em especial o povo do Rio Grande do Sul. Ainda, aproveitou para elogiar a postura da Assembleia Legislativa, do III Exército e da Brigada Militar.<sup>173</sup> Em sete de setembro, João Goulart prestou compromisso no

---

<sup>171</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 2, p. 18.

<sup>172</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 4, p. 7. Um episódio que ainda não está esclarecido, mas que tomou mesmo os jornais, refere-se a uma suposta *operação mosquito*, posta em prática por oficiais da FAB, que pretendiam impedir a posse de Goulart a todo custo, inclusive abatendo o avião em que o Presidente viajava para Brasília. O perigo era tão iminente que o embarque do Presidente foi cercado de operações de segurança. Enquanto as tropas continuavam mobilizadas. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 5, p. 7.

<sup>173</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 6, p. 7.

Congresso Nacional e assumiu a Presidência, mesmo com as tropas nas ruas e as atividades lentamente voltando ao normal no estado. Os discursos políticos, por parte principalmente dos golpistas, já indicavam a necessidade de “desarmar os espíritos” e de volta a tranquilidade.<sup>174</sup> Entretanto, apenas em torno dos dias nove e dez de setembro as tropas do Exército e da Brigada Militar iniciavam a desmobilização e a volta aos quartéis.<sup>175</sup>

A saída encontrada pelo Congresso Nacional para a crise, a aprovação da Emenda Parlamentarista, e a concordância de Goulart em assumir com poderes reduzidos, frustraram a resistência, principalmente Brizola, que inclusive se recusou a ir à posse do Presidente, em Brasília, um Golpe Branco, ao reduzir os poderes do Presidente, e capitulação desse, por aceitar a solução imposta, na medida em que achavam ser possível vencer, sem ceder. Após a crise, Goulart foi amplamente felicitado pelas forças conservadoras por “sua moderação e equilíbrio”.<sup>176</sup> Nesta onda de conciliação, o primeiro gabinete parlamentarista foi chamado de “gabinete da conciliação nacional”, pois contava com membros de todos os partidos, incluindo a UDN, histórica adversária dos trabalhistas e de João Goulart. O primeiro ministro era o reconhecido e moderado Tancredo Neves (PSD), intermediador junto ao Presidente da aprovação do próprio parlamentarismo.

Logo após a posse de Goulart, em setembro de 1961, começaram as mudanças do chamado dispositivo militar do governo, promovidas pelo novo comando, com a saída dos ministros militares golpistas. Ao passar o comando da 3ª Divisão de Infantaria no Rio Grande do Sul, sediada na cidade de Santa Maria, ao general Mourão Filho, o general Peri Bevilacqua pronunciou um discurso elucidativo. Nele afirmava ser necessário suprimir “tanto o despotismo sindical, quanto o despotismo militar”, expressando um pensamento corrente no seio do Exército: nacionalismo legalista. O que de forma nenhuma significava simpatia pela esquerda, muito menos pelos comunistas, como revela o General em sua fala.<sup>177</sup> O novo

---

<sup>174</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 8, p. 7.

<sup>175</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 10 e 11, passim.

<sup>176</sup> Ao revelar sua posição na crise da renúncia, pouco tempo depois, João Goulart já firmava a sua posição pacífica. Declarou, em homenagem prestada a ele em São Borja que transigiu para não marcar com sangue seu caminho para a presidência. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, novembro, 7, p.[?].

<sup>177</sup> Bevilacqua teve atuação destacada na defesa da legalidade, e por isso foi indicado ao comando geral da 3ª Região Militar, correspondente ao Exército do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 19, p. 7.

comandante do III Exército, general Penha Brasil, reafirmou, no mesmo sentido, que não havia “divisão ideológica no seio das Forças Armadas”, como era a tônica das declarações dos militares naquele momento, embora hoje se saiba que a realidade não era tão simples. Por sua vez, o ministro da Guerra, em novembro de 1961, quando de sua visita ao Rio Grande do Sul, manifestou “confiança na postura democrática do Exército no Brasil”.<sup>178</sup>

Este episódio político marcou profundamente a experiência de Brizola e do conjunto das forças nacionalistas. Representou uma virada na postura do Governador do Rio Grande do Sul. A partir de então, suas posições políticas se radicalizaram ainda mais, e a crença na necessidade das reformas sociais e no nacionalismo se tornaram ainda mais fortes. Além disso, sua popularidade aumentou expressivamente. Foi declarado cidadão de centenas de cidades brasileiras, incluindo São Paulo e Recife e homenageado por diversas associações nacionais como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Uma de suas falas foi esclarecedora, ao ser recebido com grandes festas populares no Rio de Janeiro, para ser homenageado pela atuação na crise, afirmou ao ser perguntado sobre uma possível candidatura a Presidente:

Não faço planos para o futuro, principalmente a longo prazo. Não tendo ilusões quanto ao meu futuro pessoal, porque a *convivência com os problemas administrativos, vem me conduzindo para uma posição radical*, e isso é um grande pecado na carreira de um homem público, dentro dos quadros tradicionais da política brasileira (grifo meu).<sup>179</sup>

Nos primeiros momentos após a crise, ainda a defesa da legalidade foi a tônica geral. Dia dezoito de setembro foi aprovado um projeto de lei declarando o General Machado Lopes e o Governador Mauro Borges cidadãos sul-rio-grandenses, além de outras autoridades militares ativas na crise. As comemorações da Semana Farroupilha foram transformadas, por iniciativa do governo do estado, em “festa da legalidade”, com desfile militar e dos “batalhões da resistência”, e missa de ação de graças. Na noite do dia vinte de setembro, em sessão solene na Assembleia Legislativa do estado, Mauro Borges, e os oficiais do III Exército, como

---

<sup>178</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, novembro, [?].

<sup>179</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 25, p. 7.

o comandante Machado Lopes receberam títulos de cidadãos sul-rio-grandenses, na presença do Governador Brizola.<sup>180</sup>

O clima de otimismo na democracia, entretanto, não era geral. Na reunião no Rio de Janeiro, a comissão permanente das organizações sindicais, na sede do Sindicato dos Gráficos, o presidente da Federação Nacional dos Estivadores, Osvaldo Pacheco, alertou os trabalhadores para a possibilidade de um novo golpe. No alerta, afirmava que a crise não havia terminado, “apenas haviam sido colocadas cinzas por cima das brasas”. Ainda na opinião dos dirigentes sindicais, o governo tinha aceitado a conciliação com golpistas e não alterou os quadros militares que apoiaram o Golpe premeditado, o que trazia risco de novas crises em função dos interesses das forças da reação.<sup>181</sup> Opinião semelhante manifestou Brizola ao ser homenageado no dia vinte de setembro, afirmando que o golpismo apenas tinha “hibernado” e era preciso manter a vigilância e a prontidão. Além disso, seria necessário manter a prontidão “frente aos interesses que querem subjugar o povo e tardar o desenvolvimento econômico e social do Brasil”.<sup>182</sup> O recado contra as forças conservadoras estava dado. Brizola efetivamente partiria para a ação, pouco tempo depois.

Considerando a experiência da Campanha da Legalidade, o historiador Jorge Ferreira faz uma indagação muito interessante. Para ele, é intrigante como em menos de três anos a partir da derrota, ao menos parcial, das forças golpistas, a sociedade brasileira tenha assistido, sem maiores reações, ao Golpe de 1964. Segundo Ferreira,

(...) se abandonarmos as interpretações que denunciam a toda-poderosa conspiração direitista-imperialista ou as que ressaltam os inelutáveis fatores econômicos estruturais, é no mínimo curioso como, em período tão curto, a sociedade brasileira, combativa e ciosa da legalidade democrática em 1961, tenha aceito a solução autoritária em 1964, como se nenhuma outra alternativa existisse, além dela.<sup>183</sup>

A problematização é interessante, entretanto, além da desqualificação, ele não apresenta nenhum motivo palpável para “abandonar” a hipótese da conspiração, que realmente foi fundamental. Essa dissertação já começou a tentar delinear algumas causas

---

<sup>180</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 19 a 21. Passim.

<sup>181</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 21, p. 7.

<sup>182</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 21, p. 18.

<sup>183</sup> FERREIRA, Jorge, op., cit., 2003(b), p. 336.

possíveis para essa inflexão democrática, porque e como o Golpe foi a solução conservadora em 1964. Primeiro, o papel da *Guerra Fria* e da radicalização do anticomunismo. Segundo, o trabalho de René Dreifuss nos deu a melhor possibilidade de interpretação sobre o papel dos conspiradores civis e militares que agiram no sentido de golpear as instituições em 1964, através do complexo IPES-IBAD e da ESG. O estudo de Dreifuss mostrou empiricamente a ativa participação política dos empresários, através destas organizações articulada à oficialidade das Forças Armadas no Golpe de 1964, mostrando que os estudos que privilegiam unicamente o movimento militar são insuficientes. Se por si só a conspiração civil-militar não seria suficiente para desencadear o Golpe, sem ela provavelmente teria fracassado, como a experiência demonstrou em 1961, quando a Campanha da Legalidade impediu um golpe, deflagrado sem maiores preparos pelos ministros militares, certos de sua superioridade, contra Goulart. Para isto é preciso considerar a conspiração como o complexo processo composto pela ação política, de propaganda, organização, construção de hegemonia e de ação. Desta forma ocorreu no Rio Grande do Sul, uma ação muito semelhante e subsidiária à demonstrada por René Dreifuss no plano nacional. No estado, o complexo de propaganda e ação política conquista parte da opinião pública e incentiva a ação desencadeada pelos grupos conservadores. Por hora, é central reafirmar a concordância com René Dreifuss quando este afirma que 1964 foi o resultado de um amplo e bem articulado movimento civil-militar que tinha por objetivo reorganizar o Estado de acordo com seus interesses multinacionais e associados, por isso a opção pela modernização conservadora e autoritária.

Os grupos liberais e conservadores possuíam um projeto político e lançaram mão de uma ação organizada. Por isso é preciso discordar das análises que afirmam ser o Golpe apenas uma reação das classes conservadoras, ou um Golpe preventivo e sem um projeto. Embora, também tenha sido sim uma reação da classe dominante ao avanço dos projetos reformistas e de esquerda. Mas não só. A dimensão de conquista do Estado pela ação política direcionada para reorganizá-lo através de um projeto político de modernização conservadora, e um modelo de gestão política autoritária, não exclui a dimensão de uma reação ao avanço das mobilizações sociais. O Golpe de 1964 também tinha o interesse de estancar a radicalização das demandas pelas reformas de base. Ambos os aspectos se complementam, pois para implantar seu projeto político, as classes dominantes, tiveram que restringir a participação política nos espaços decisórios e exercer maior controle sobre os movimentos sócio-políticos nacional-reformistas, ou alijá-los, por meio dos aparelhos repressivos.

Estas questões passam a ser tratadas a seguir. Mas primeiro, é importante começar com a forte e ostensiva reação dos movimentos sociais e políticos conservadores à força demonstrada pelas forças reformistas e o avanço de suas bases sociais na Campanha da Legalidade.

### 2.3.3 A reação conservadora

Logo após a superação do episódio da Legalidade, e da vitória parcial da mobilização popular e das forças de esquerda, garantindo a posse de João Goulart, mesmo que com poderes limitados, os partidos conservadores, capitaneados pela UDN voltaram à ofensiva. Em episódio que pode esclarecer um pouco da cultura política das elites, Pedro Aleixo, deputado da UDN, faz duras acusações à Goulart, logo após sua posse. Segundo Aleixo, o novo Presidente teria “tomado a bandeira da intranquilidade e da agitação ao defender, na posse, o direito do povo se manifestar em relação ao parlamentarismo”; isto porque os parlamentares teriam a legitimidade de alterar a Constituição por serem os “legítimos representantes do povo” e possuírem poderes para tal. Diversos depoimentos neste sentido foram realizados pelos partidos conservadores, se opondo ao plebiscito, pois este, seria “impatriótico e inoportuno”, “conclamará à agitação e à intranquilidade” do País. Temos de um lado, portanto, a defesa da participação popular nos rumos do País e nas decisões políticas; de outro, a defesa da restrição desta participação, em nome da ordem, e da conservação das estruturas vigentes. Chama a atenção, no entanto, que depois da crise todos pareceram querer levar o bônus. Todos eram democráticos e legalistas. Parecia que não havia uma tentativa de Golpe de Estado, que ninguém havia apoiado o Golpe, muito menos participado dele. A Legalidade teve muitos pais declarados, mas poucos de fato.

A mobilização pela legalidade animou boa parte das forças identificadas com o nacionalismo e com as reformas sociais, principalmente, aquelas que acreditavam na democracia e contavam com o povo para tal fim. A percepção geral era de que a democracia no Brasil, embora limitada, já estava consolidada e a sociedade não toleraria mais soluções de força e arbitrariedades ilegais historicamente utilizadas pela classe dominante brasileira e pelos militares, como golpes de estado. A exemplo disso, Luiz Carlos Prestes, em entrevista

de quinze de setembro de 1961, onde comentou a crise na perspectiva do PCB, se mostrou impressionado com a mobilização popular e com o grau de politização da sociedade brasileira, embora descontente com a saída parlamentarista negociada e com o novo ministério de Goulart.<sup>184</sup> Neste sentido, conseguinte, a sensação quase geral no campo reformista, era de que a vitória não havia sido completa, exceto para os conservadores, que aplaudiram a saída ordeira e pacífica, colocando o Presidente Goulart com poderes limitados. Uma restrição imposta a um Presidente potencialmente perigoso, pois simpático ao reformismo e herdeiro de Getúlio Vargas. Por isso, imediatamente, as manifestações públicas das lideranças trabalhistas passaram a exigir um plebiscito para confirmar o novo sistema de governo. O que foi amplamente rechaçado pelos partidos conservadores. Entendiam, eles, que democracia era representativa, os deputados possuíam a legitimidade para aprovar as mudanças institucionais e o plebiscito poderia gerar inquietação e agitação política e social, o que seria prejudicial para a ordem.

Nesse sentido, a reação conservadora à vitória da legalidade não tardou. Na abertura do Segundo Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas, que aconteceu em Porto Alegre, o deputado Abreu Sodré afirmou, em seu discurso, que

Há em circulação pelo país um certo nacionalismo que nada tem de nacional porque importado e dirigido e por isso mesmo oposto a um autêntico e necessário nacionalismo, que é a mais pura expressão de sentimento de pátria e dedicação ao povo./ Para o falso nacionalismo, as crises que nos debatemos geradoras da Fome, da Miséria e da Doença, são motivos para tentar lançar o povo contra as instituições democráticas como se fossem elas – e não a omissão de muitos dos nossos líderes – os responsáveis pela situação crítica que vive nosso país. Para o autêntico nacionalismo elas são desafios a fim de se poder demonstrar que só na Democracia, autenticamente praticada se encontram os meios capazes de dar ao povo o bem estar compatível com sua dignidade.<sup>185</sup>

Não podia faltar a noção de que estas forças estariam tentando “desviar o País de sua rota historicamente traçada por nossos maiores, sob inspiração dos ensinamentos cristãos”.<sup>186</sup> Podemos perceber, portanto, o discurso que enaltecia os valores cristãos, repudiava as mudanças sociais, manifestando seu conservadorismo político, e a afirmação que existia um

---

<sup>184</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 16, p. 18.

<sup>185</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 28, p. 7.

<sup>186</sup> *Ibid.*



verdadeiro nacionalismo e um falso, não identificando o que era verdadeiro ou falso. Apenas usava o argumento afim de desqualificar uma postura política da qual discordava, como era comum dos conservadores naquele momento. Críticas às instituições, que deveriam ser partes constitutivas da democracia, mesmo em seu modelo liberal, eram classificadas como manobras a fim de jogar o povo manipulável contra as próprias instituições. Ora, em pleno “regime democrático”, fazer críticas as instituições parece parte integrante do jogo político e não golpismo.

Após a crise da Legalidade e a solução conciliatória, a culpa sobre os problemas e a preocupação das direitas e mesmo do Exército recaiu, novamente, sobre os comunistas. A própria resistência ao Golpe foi acusada, em determinado momento de ser parte do jogo comunista. O comunismo era a pecha política para todas as acusações políticas contrárias aos interesses conservadores. Pode-se perceber que todos os movimentos sociais e políticos que defendiam reformas sociais, direitos dos trabalhadores ou dos sem terra e a participação do povo na política eram acusados de comunistas, agitadores, inimigos da ordem, tudo que aquele adjetivo poderia “significar nos quadros da tradicional política brasileira”, como referiu Brizola. Pode-se concluir, aqui, que a força demonstrada pelos movimentos populares causou muito receio nos setores conservadores da sociedade, na classe dominante e principalmente nos partidos de direita que, desta forma, voltaram ao ataque com mais intensidade. Além do mais, o prestígio de Brizola, e do seu partido, o PTB, e mesmo dos comunistas, certamente causava desconforto e desconfiança, pois ele era visto como incentivador destes movimentos de “agitação”.

Após o desfecho da Campanha da Legalidade, o debate político partidário voltou a tona, com força. Em discurso na Assembleia Legislativa, o deputado Luciano Machado, do PSD, um dos únicos parlamentares que não aderiu à Campanha da Legalidade, defendeu que os episódios da crise precisavam ser melhores esclarecidos. Segundo ele, o governador se utilizou da crise e agiu para recuperar sua popularidade, através de cenas novelescas, demagógicas e boatos infundados. Em defesa do marechal Odílio Denys, este deputado, defendeu a tese de que o comandante não teria ordenado o bombardeamento do Palácio Piratini.<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, setembro, 27, p. [?].

As críticas ao governador não tardaram e ainda foram intensificadas. Para sintetizar os argumentos dos deputados opositores, eles asseveravam que “não pressentiam nenhum perigo de golpe no país” e que “tudo estava calmo” e por isso se preocupavam não com a legalidade constitucional, mas “com o clima de agitação e intranquilidade” patrocinado pelos “agitadores incentivados por Brizola”. Afirmavam, também, que o Golpe estava sendo “explorado”, pois Brizola não teria esclarecido quem pretendia golpear quem. Na opinião dos deputados da FD, existia de verdade o problema econômico-social e que ele deveria ser cuidado, mas deixando o Golpe de lado. Era preciso retomar a normalidade e voltar à administração. Acusaram, por fim, o governador de não tomar medidas concretas no sentido de realizar as reformas sociais, como na questão da reforma agrária. Criticaram, mais uma vez, na trilha aberta pelos argumentos de Pedro Aleixo, da UDN, a defesa do plebiscito para o retorno ao presidencialismo, porque era um “incentivo à agitação”, dos subversivos e um “desrespeito ao Congresso Nacional”, por contrariar sua decisão. De fundo, obviamente, o medo da participação popular e a mudança nos limites impostos e no controle em João Goulart, para este governar. Mais uma vez fica explícita a cultura política autoritária e conservadora da classe dominante e dos partidos de direita.<sup>188</sup>

Pouco tempo após a crise, o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre novamente veio a público cumprir papel político de destaque naquele contexto. Numa entrevista que causou grande repercussão, de seis de outubro de 1961, Dom Vicente Scherer afirmou taxativamente que “elementos do governo”, pelo menos aparentemente, favoreciam “movimentos de fundo nitidamente comunista, existentes no estado”. Esses movimentos seriam os Centros de Resistência Democrática, fundados durante a crise político-militar aberta com a renúncia de Jânio Quadros, quando os militantes comunistas estariam assumindo a direção para realizar propaganda marxista, e a Associação de Agricultores Sem Terra, fundada na cidade de Encruzilhada do Sul e que obedeceria à mesma orientação das Ligas Camponesas, do deputado Francisco Julião, promovendo a sublevação rural, segundo “conhecidos métodos comunistas que levariam o homem do campo a escravidão, muitas vezes pior que a miséria”.<sup>189</sup> A tática era explícita, associar a Campanha da Legalidade, o governo do Estado, e

---

<sup>188</sup> Tais críticas, são uma síntese do conjunto do debate realizado pelos deputados da FD naquela conjuntura e as palavras e expressões entre aspas dizem respeito aos conceitos utilizados por eles.

<sup>189</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 7, p.[?].

Brizola ao “comunismo internacional”, à Revolução Cubana e à subversão social. Tal tática tinha destino: os setores conservadores e a população que acreditava na Igreja e no anticomunismo do Arcebispo. Seu objetivo era claro: enfraquecer, ou desgastar Brizola e as esquerdas, bem como minar a legitimidade da Legalidade e o prestígio que esta trouxe às organizações e partidos nacionalistas e reformistas.

As acusações do Arcebispo fizeram com que Brizola, irritado, exigisse que ele revelasse os supostos nomes das autoridades apontadas como favorecedoras dos “movimentos de fundo comunista” do estado. Repudiou as declarações e reafirmou a sua oposição aos comunistas e ao PCB, bem como seu trabalho para não favorecer qualquer extremismo, e não apenas os comunistas, tentando apresentar uma resposta, mesmo que tímida, ao “reacionarismo” do Arcebispo.

Todavia, em nova declaração, Vicente Scherer, apesar de não citar nomes, nem responder a Brizola, reiterou os termos de sua entrevista anterior e “cordialmente”, manifestou satisfação com a afirmação do governador de oposição aos comunistas e de que seu governo trabalhava no sentido de não favorecer qualquer extremismo. Na esteira dessa acusação, o deputado Paulo Brossard, do PL, solicitou que a fala do Arcebispo constasse nos anais da Assembleia Legislativa. O mesmo deputado estimou em mais de mil, o número de comunistas estranhos ao Rio Grande do Sul, “infiltrados no movimento da legalidade”. Da mesma forma, Brossard acusou o governador Brizola, “baseado em fontes que considerava idôneas”, de estar “vivamente empenhado em promover uma generalizada subversão da ordem”. Portanto, ele estava “contra a legalidade, a constitucionalidade e a democracia.”<sup>190</sup> Isto, porém, sem apontar fonte, identificar nomes nem ações do governo ou do governador nesse sentido, ficando apenas a acusação. E neste emaranhado político tornavam-se evidentes os pontos de coincidência e colaboração da Igreja, através do Arcebispo, com os partidos conservadores e seus líderes e o papel político desempenhado por D. Vicente Scherer.

Tentando dirimir o impacto das acusações, o Governador Brizola instalou uma Comissão Especial de Inquérito, composta pelo Procurador do Estado, Francisco D’Ávilla e pelo Secretário de Interior, Francisco Brochado da Rocha, a fim de apurar as denúncias de D. Vicente Scherer. A Comissão deveria procurar investigar e esclarecer o que havia de

---

<sup>190</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 9, p. 7 e passim.

“legítimo e de ilegítimo” nos centros de resistência democrática e na Associação de Agricultores Sem Terra, a influência dos comunistas e o papel dos servidores e autoridades do governo do estado, além de investigar as atividades dos estudantes sul-rio-grandenses. Ainda assim, até o dia nove de outubro, tais acusações promoveram intensos debates na Assembleia Legislativa, em que todos condenavam o comunismo e os comunistas, mas negavam seu envolvimento com ele, acusando o seu adversário de fazê-lo.<sup>191</sup>

Exceção a essa regra foi o Deputado Hélio Carlomagno, do PSD, Presidente da Assembleia Legislativa e um dos responsáveis pela organização dos comitês de resistência democrática no estado. Segundo ele, o Arcebispo estava mal informado a respeito das verdadeiras intenções dos Comitês, uma vez que, surgindo no calor dos acontecimentos da tentativa de um golpe militar, o movimento não se preocupou em operar divisões da opinião pública. Pelo contrário, “aceitava todos que quisessem concorrer para a defesa da legalidade democrática”, sendo que todos “teriam se comportado exemplarmente, unidos na defesa da ordem constitucional”. Advertia ainda, que o perigo maior eram as tentativas golpistas e anti-democráticas, pois o objetivo maior das forças políticas deveria ser preservar a democracia. Assim, um movimento dessa monta deveria ter legitimidade social e agregar a todos que a ele se somassem.<sup>192</sup> Em outra oportunidade o mesmo deputado reafirmou a necessidade do movimento de resistência pela legalidade, e que, sendo assim, ele continuava a existir, e isso desagradava aos golpistas que não podiam avançar no terreno, desta forma, com resistência.<sup>193</sup>

Este debate teve lugar no mesmo momento em que a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), em reunião realizada no Rio de Janeiro, divulgou um documento denunciando a “perigosa infiltração comunista no meio rural”, mostrando mais que o apoio, mas uma ação católica orquestrada nacionalmente. Neste quadro, o Arcebispo de Porto Alegre, no programa denominado “Voz do pastor”, utilizou seu espaço para voltar a realizar acusações políticas, apresentando, como prova da ação comunista, a suposta distribuição dos livros de Che Guevara, na capital, durante a crise da Legalidade. Vicente Scherer afirmou que a Igreja sim defendia “com mais afinco as reformas sociais do que os comunistas”. Ao

---

<sup>191</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 7 à 10.

<sup>192</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 10, p. 7.

<sup>193</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 18, p. 7.

contrário do que estes últimos costumavam afirmar, a fim de desqualificar a primeira. Porém, a Igreja Católica, ao contrário dos “vermelhos”, não teria a intenção de suprimir as liberdades em nome da igualdade.<sup>194</sup>

O mesmo Arcebispo, alguns dias depois, enviou um telegrama ao Presidente João Goulart, felicitando-o pela utilização de extensas passagens da encíclica *Mater et magistra*, a fim de justificar as intenções de uma economia independente e as reformas sociais, que teriam agradado ao próprio papa João XXIII. D. Vicente Scherer não perdeu a oportunidade de manifestar o desejo de que o desenvolvimento econômico e social do País fosse expresso dentro dos princípios do “memorável documento pontifício”, a encíclica papal, para “preservar o nosso povo da odiosa escravidão comunista”.<sup>195</sup> Ou seja, tentava se apresentar como alternativa aos projetos de reformas sociais das esquerdas, genericamente acusadas de comunistas, e mesmo dos próprios comunistas, sempre perseguidos, através de um suposto interesse pelas reformas e claro, da desqualificação do seu adversário, mais uma vez através da chave do anticomunismo. A leitura, conseqüentemente, denota que qualquer projeto social de reformas fora da sua órbita era comunista. Portanto, eram reformas contra a ordem, contra a Igreja e contra Deus. Desta forma, a Igreja Católica, através da hierarquia no estado, continuava a combater os movimentos sociais e políticos nacionalistas e reformistas, simplesmente pela acusação de serem “comunistas”, com todo o significado que isso carregava naquele momento histórico.

Este assunto continuou provocando fortes debates e até mesmo uma crise no governo do Estado do Rio Grande do Sul, que culminou com a saída do secretário de Agricultura, Alberto Hoffmann, e no rompimento do seu partido, o PRP, com o governo de Brizola. Diante das pressões e críticas, e da ausência de indícios a Comissão Especial de Inquérito foi suspensa, sem resultados.<sup>196</sup>

Contudo, depois de um momento acuado, o Governador Brizola rompeu o silêncio e, juntamente com o deputado Tasis Gonzalez (PTB), defendeu-se das acusações e as liberdades democráticas. Para ele, no Brasil, naquela experiência democrática, cada cidadão tinha o

---

<sup>194</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 10, p. 7.

<sup>195</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 15, p. 7.

<sup>196</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 10 a 15.

direito de pensar livremente, de seguir a orientação política que desejasse e de tecer críticas às autoridades, respeitando as ordens legais e as instituições. Para Brizola:

O cidadão brasileiro pode ser trabalhista, pessedista, libertador, pode ser udenista, pode pertencer ou não a qualquer dos partidos políticos registrados de acordo com a lei eleitoral, não pode obviamente pertencer ao partido comunista, já que esta antiga agremiação política teve seu registro cassado, e como partido, não tem, existência legal. Se o cidadão brasileiro, porém, não tem direito de pertencer ao partido comunista, uma vez que este não exista, tem o direito de esposar as idéias comunistas. (...) ninguém é preso ou maltratado neste país pelo simples fato de dizer-se comunista.<sup>197</sup>

Contudo, afirmava o governador que não acreditava que qualquer “homem público do Rio Grande do Sul”, particularmente seus correligionários do Partido Trabalhista Brasileiro, podiam “de sã consciência”, tomar qualquer atitude que viesse “favorecer a ação dos comunistas” no estado.<sup>198</sup> Mais uma vez reafirmando suas diferenças, e do seu partido, com os comunistas. Se fora um discurso para acalmar os ânimos acirrados, principalmente dos conservadores e da Igreja, ou mesmo uma posição política, Brizola recuou na defesa da democracia, das liberdades políticas e na luta do campo de esquerda pelas reformas sociais. Note-se, também, que, mesmo na posição trabalhista, a não possibilidade de existência do Partido Comunista não era visto como ausência de democracia ou de liberdade política e, ademais, insistia em negar qualquer ligação do seu partido e do seu governo com os comunistas ou com o socialismo. Pelo contrário, o anticomunismo trabalhista só permitia uma tolerância mínima, quando necessário.

A oposição, através da figura do deputado Paulo Brossard (PL), não perdeu a chance de renovar e reafirmar as críticas à Brizola, defendendo a posição de que a comissão nomeada pelo governador para investigar as atividades dos comunistas e dos comitês da Legalidade, teria nascido morta, apenas como uma jogada de propaganda e *marketing*, sem intenção efetiva de investigar, como a própria ausência de resultados teria demonstrado. Não perdeu a oportunidade, mais uma vez, de manifestar apoio e concordância com as declarações de D. Vicente Scherer contra o Governo do Estado.

---

<sup>197</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, outubro, 19, p. 7.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 7.

O anticomunismo religioso de D. Vicente Scherer coincidia com a forte tendência das elites políticas brasileiras e sul-rio-grandenses, como já demonstraram Carla Rodeghero e Rodrigo Patto Sá Motta.<sup>199</sup> O matiz religioso é, no entanto, apenas uma das múltiplas dimensões e faz parte do complexo fenômeno do anticomunismo. Contudo, desempenhou papel muito importante no discurso e na ação dos anticomunistas do Rio Grande do Sul, sempre reafirmando a vocação cristã do povo, a intolerância política e um grande corporativismo, na defesa da harmonia social entre as classes. Existira assim, uma “natureza” do povo, cristã, ordeira, democrática e “liberal”, e outra, uma ideologia exógena, ateia, subversiva, totalitária e antidemocrática que enganava e escravizava os povos.

A construção política e ideológica do anticomunismo representava, naquele momento, como em muitos outros, uma profunda resistência, por parte da classe dominante, e dos setores conservadores que se identificavam com suas propostas, da participação popular na política, ou da organização de movimentos sociais reivindicatórios. Tal rótulo foi usado como tentativa de desqualificar qualquer movimento, partido ou organização que defendesse reformas sociais contrárias às esposadas pelas forças conservadoras, como tentativa de acusar, ou simplesmente negar. Como se por si só tal acusação fosse um demérito. Era um rótulo amplo, portanto, que se prestava a diversos usos conforme a necessidade e a conveniência. Se este discurso não foi totalmente eficaz em parcelas grandes da população brasileira, que se opuseram a estas práticas, não se pode subestimar o alcance e o poder da Igreja Católica, e de seu representante máximo no estado. Também, por sua suposta autoridade moral e religiosa, na construção desse discurso, num País e num estado de maioria católica e de uma cultura política marcadamente conservadora. Tal discurso, diretamente tributário da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, serviu como elemento aglutinador e cimento ideológico dos movimentos sociais e políticos conservadores, para a formação do programa político para a intervenção civil-militar e para a reorganização do Estado em suas bases políticas e econômicas.<sup>200</sup>

Uma asseveração do Governador, a qual merece atenção, afirmava que as declarações do Arcebispo fizeram muito mal ao estado. Isto porque, as denúncias de infiltração comunista

---

<sup>199</sup> RODEGHERO, Carla, op., cit.; MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op., cit.

<sup>200</sup> ALVES, Maria Helena Moreira, 2005, op. cit.. Ver, principalmente, a introdução e o capítulo I.

eram feitas, até então, por políticos sem crédito, como Lacerda, ou por jornais como o *Estado de São Paulo*, pelo *O Globo* ou pela *Tribuna da Imprensa*, e não alcançavam maior significação. As palavras de Dom Vicente Scherer teriam vindo dar impressão de veracidade àquelas explorações. O Governador enumerou os efeitos das acusações e afirmou que o Rio Grande do Sul era o estado com “menor numero de comunistas na Federação”, reafirmando sua disposição contra esta “doutrina” e enumerando suas ações como católico. A posição, portanto, sempre na defensiva, negando envolvimento com comunistas, nunca avançando no sentido de defender o ideal democrático de liberdade política. Isto ajuda a compreender um pouco da limitação do que constantemente se afirma como esquerda progressista e radical, quando se aponta Brizola como sua principal liderança. Essa declaração reforça a tese da força política e social da posição e da ação política do Arcebispo da Igreja Católica no estado e seu papel central neste processo histórico.

O General Bevilacqua, comandante da 3ª Região Militar declarou que o Arcebispo, de boa fé, no entanto, foi levado pelos frustrados, e as denúncias só interessariam aos golpistas. Assim, desafiou aos críticos a mostrarem que qualquer outra guarnição ofereceria maior segurança contra o comunismo do que o III Exército, afirmando: “os comunistas também andam pelo Rio Grande do Sul, mas se botarem as cabeças para fora nos as cortaremos”.<sup>201</sup> Poucos anos depois, se constataria que tal afirmação não seria apenas figura de retórica, mas uma prática real do Exército Brasileiro durante a Ditadura. Mesmo a figura de retórica já é forte e mostra a disposição do combate e de repressão aos comunistas. A crítica do general poupa, contudo, D. Vicente Scherer, como se este fosse apenas vítima dos golpistas e utilizado como instrumento por causa do prestígio e respaldo social que possuía.

Pouco tempo depois, uma moção de solidariedade ao Arcebispo de Porto Alegre e apoio à suas posições foi publicada no *Correio do Povo*. O texto afirmava “total e irrestrita solidariedade às denúncias da participação de agentes marxistas no governo do estado, mostradas pela crise”. A moção fora assinada por centenas de personalidades e autoridades dos partidos conservadores (PL, PSD, UDN, PDC, PRP), professores, médicos, advogados, enfim uma ampla base social consubstanciada em setores identificados com interesses liberais

---

<sup>201</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, novembro, 2, p.[?].



e conservadores.<sup>202</sup> O texto, além do apoio ao Arcebispo e suas declarações, atacava Brizola e seu governo como, além de incompetentes, agitadores e incentivadores da subversão.

A partir destas observações, uma hipótese, no entanto, deve ser aventada e se relaciona à suposta fragilidade das esquerdas, dos comunistas e de suas propostas na conjuntura que leva ao Golpe de 1964. A preocupação demonstrada por todas estas autoridades, principalmente pela autoridade religiosa, denota que alguma força real as mobilizações de esquerda possuíam. Como já expressou Rodrigo Motta, se sempre há aqueles que se aproveitam das ideologias de má fé, há também aqueles que exageram a fim de se autopromover e generalizar o medo, mas é difícil pensar que toda esta propaganda anticomunista tenha sido apenas engodo, embora tenha forte dose de histeria.<sup>203</sup> Tratava-se, claro, de uma grande propaganda ideológica, que se intensifica a partir de 1961, a qual seguirá até 1964, a fim de desqualificar e reduzir a base social dos comunistas, através da cultura do medo e da insegurança. Mas se a propaganda é necessária, provavelmente havia motivos para a preocupação, pois como afirmou o Arcebispo de Porto Alegre, o momento era de inquietação e de indignação com a injustiça social, sendo que a bandeira das reformas sociais ganhava terreno e sua necessidade tornava-se inegável a cada dia. Portanto, não se pode tomar o crepúsculo da experiência democrática como explicativo de sua totalidade. Se o Golpe foi vitorioso, os movimentos sociais e políticos reformistas alcançaram grande expressão, construindo lutas, conquistando direitos e cavando espaços de participação política, mesmo que por dentro das estruturas de Estado, com governos mais progressistas, ou mesmo pelos movimentos sociais reivindicatórios.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, novembro, 7, p. 7.

<sup>203</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op., cit.

<sup>204</sup> Mesmo não tendo tido lugar no Rio Grande do Sul, dois grandes exemplos da ação anticomunista podem ser exemplares. O primeiro foi o caso de um general (ex-interventor de Vargas) em Minas Gerais que mandou “empastelar” (deprestar, fechar) um jornal por ter sido acusado de “fascista”. Para resumir, depois de prender meia dúzia de deputados e o redator do jornal, o general foi afastado do seu comando. Porém, o que pareceria obviamente um atentado a liberdade de expressão e violência arbitrária, foi revertido em acusação aos comunistas. De agressor, o general passou a vítima, sendo alvo, portanto, de uma conspiração comunista para destituí-lo do seu comando. Pior ainda, o militar passou a receber amplo apoio de políticos, de outros militares e até de parte da imprensa. Ficou comprovado que não havia comunistas envolvidos, mas o general apenas foi para a reserva, a despeito do pedido de punição por amplos setores sociais, e o caso foi abafado. O segundo, e já um tanto conhecido, no início de 1962, em meio a uma onda de atentados terroristas promovidos pelo Movimento Anti-Comunista (MAC), a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi metralhada e a acusação novamente recaiu sob os comunistas que estariam armando um plano para se tornar as próprias vítimas e desqualificar os “anticomunistas sinceros”. Mais uma vez as investigações não alcançaram objetivos e o caso foi

Por fim, e para já apontar na direção do próximo capítulo, outro aspecto importante neste processo diz respeito à organização dos setores conservadores e a estratégica de atuação utilizada desde então. Paulo Brossard, deputado do PL, em discurso na Assembleia Legislativa, fez um apelo veemente pela “união das forças democráticas contra os movimentos de inspiração totalitárias” que estariam em atuação no estado e no País. Enunciando o que seria a marca da campanha política que culminaria no Golpe de Estado, o deputado afirmava que não era hora de divisão das forças “democráticas”, em função de seus pontos de divergência; pelo contrário, era de união para conter o avanço da “ideologia totalitária e da subversão”.<sup>205</sup> O chamamento era para superar as divergências e unificar as forças conservadoras por aquilo que era comum. Esse apelo pela unidade passou a ser um mantra sempre entoado até 1964. Forças democráticas era o sinônimo autoproclamado pelas próprias forças e organizações conservadoras e anticomunistas que protagonizaram o Golpe de 1964. Era a demarcação política e ideológica contra os movimentos nacionalistas e reformistas; tratados indistintamente como comunistas pelo jargão conservador.

Por tudo isso, se pode perceber que o clima de intolerância e de radicalidade daqueles que se opunham aos comunistas ou às esquerdas, muito antes dos movimentos sociais ligados a esquerda radicalizarem suas posições em defesa das reformas sociais, se aprofundava. Tal constatação, portanto, pode indicar o equívoco das interpretações que defendem ser o clima de radicalização política desta conjuntura provocado, majoritariamente, pelas esquerdas, incluindo os comunistas, em seu sectarismo político e postura anticonciliatória, de confronto com as direitas, como sugerem recentemente alguns historiadores, principalmente alinhados na corrente de sobrevalorização da política institucional como elemento central do Golpe de 1964 e que marginalizam, quando não ignoram, o anticomunismo e a radicalização da *Guerra Fria* de suas interpretações. Ou seja, que os conservadores teriam apenas reagido à radicalização das esquerdas, que assim como as direitas, não tinham nenhum apreço pela democracia, na luta sectária e golpista pelas reformas “na lei ou na marra”. O que se verifica, contudo, é que a ofensiva conservadora estava ligada ao clima de radicalização política, tendo

---

abafado. A raia do limite da repressão possível em uma experiência democrática chegou-se a cogitar até a demissão de todo e qualquer funcionário público comunista do país. Ou seja, a intolerância contra os comunistas era tamanha que as autoridades eram coniventes com verdadeiros ataques contra a democracia, “em nome da democracia”.

<sup>205</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, dezembro, 5, p. 7.

no anticomunismo seu elemento central, contra um projeto de sociedade que pretendia realizar reformas sociais e reduzir desigualdades sociais, quando estas ganhavam cada vez mais legitimidade. Isto, no entanto, em meio ao contexto de radicalização da *Guerra Fria*, com a Questão Cubana e o reatamento das relações diplomáticas com os países socialistas, promovido pelo Governo de Jânio Quadros. Até mesmo na suposta esquerda nacionalista, como o PTB, o anticomunismo e a intolerância eram marcantes. A noção de combate contra o inimigo externo e interno era flagrante. Inclusive as liberdades e os direitos constitucionais não se aplicariam aos “vermelhos inimigos da pátria”, no jargão utilizado.

Certamente, o anticomunismo trabalhista era diferente daquele apresentado pelas forças conservadoras. Advinha da conjunção de um trabalhismo inglês com a doutrina social da Igreja, conforme apontou Miguel Bodea, em estudo pioneiro para o caso do Rio Grande do Sul, elaborado justamente, para retirar a classe trabalhadora da égide ou da influência das ideias socialistas.<sup>206</sup> Esse anticomunismo objetivava elaborar uma alternativa ideológica aos comunistas para o operariado europeu no século XIX, defensora de reformas sociais, mas dentro dos marcos da ordem vigente e de harmonia de classes. Embora, sistematicamente os autores que trabalhem recentemente com o PTB e o trabalhismo e mesmo questionam a categoria de populismo, por exemplo, deixem este assunto de lado. Como se vê ainda uma ideologia de conservação da ordem, portanto, mais palatável à classe dominante, temerosa de perder o controle da situação. Salta aos olhos, no entanto, que mesmo o trabalhismo encontrou forte resistência e oposição por parte da classe dominante brasileira nesse contexto de radicalização política, denotando sua própria e extremada radicalidade conservadora e intolerância com propostas que mesmo oriundas do Estado de Bem-Estar-Social europeu e não do socialismo.

Destarte, compreendendo a importância e a função do discurso e das práticas de combate ao comunismo, e conseqüentemente às forças reformistas, é imprescindível passar a entender a ação das forças liberais e conservadoras na construção de uma hegemonia política a fim de impor seu projeto. O anticomunismo, e a construção do consenso negativo em relação às forças nacionais e reformistas continuam presentes constantemente e perpassam as ações políticas e ideológicas. Entretanto, o foco passa, justamente, para as articulações e

---

<sup>206</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

construções do consenso positivo em relação ao projeto liberal conservador e a necessidade de intervenção extralegal no Estado brasileiro contra Goulart e o projeto de reformas sociais.

Ou seja, passamos ao estudo de como as forças liberal-conservadoras saíram da reação e passaram à ação sistemática e progressivamente organizada. Ou, dito de outra forma, o objetivo é analisar as formas que as elites buscaram para difundir seu programa e convencer segmentos da sociedade civil da necessidade de reorganização do Estado. O foco é o programa liberal-conservador e suas ações no plano político e social a fim de convencer a maioria da sociedade tanto da necessidade de agir contra o projeto de reformas sociais, e seus promotores políticos, quanto de reorganizar o Estado brasileiro em um novo modelo de modernização autoritária. No próximo capítulo, o objeto de interpretação são as organizações da classe dominante, ou *classes produtoras* como elas se reconheciam.

### 3. A VANGUARDA POLÍTICA DAS *CLASSES PRODUTORAS*: FIERGS, FARSUL E FEDERASUL

Antonio Gramsci concebe o Estado como o conjunto dialético formado por sociedade civil e sociedade política. Em sua concepção, a sociedade civil organizada é parte fundamental do processo de luta política e de construção de uma hegemonia social calcada em fortes alicerces estruturais. São sujeitos determinantes do momento de consenso. Sua organização é a primeira expressão da luta política organizada, concentrando-se, basicamente, nas questões imediatas e corporativas da sociedade, como os grupos de pressão, associação de classes e sindicatos.<sup>207</sup> A influência das organizações representativas da classe dominante na construção da sua hegemonia é fundamental porque articula as demandas do plano imediato com a visão de classe que representam em nível político. Mais especificamente, as organizações civis da classe dominante articulam as necessidades da pequena política com o projeto da grande política na construção da sua hegemonia social. E é por esse motivo que elas desempenharam papel destacado na construção do Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, com uma cultura política marcada pelo associativismo, pela organização institucional e por posicionamentos fortes e demarcados, as organizações das autodenominadas *classes produtoras*, como se reconheciam as organizações da classe dominante em sua expressão de identidade de classe desempenharam papel de liderança e construção pública da opinião da sua classe, sob o manto de uma suposta imparcialidade, tentando, assim, fazer com que a sociedade aceitasse suas posições como, universais. Contudo, havia o embate aberto das forças nacionalistas e reformistas que obrigou as organizações da classe dominante sul-rio-grandense intensificar sua ação pública e reconstruir sua atuação política.

É essa atuação política o objeto de estudo deste capítulo. Como as organizações políticas das *classes produtoras*, ou as forças políticas liberais e conservadoras em suas instituições da sociedade civil organizada, atuaram na construção da hegemonia social e política para seu projeto de modernização conservadora, baseada na Doutrina de Segurança

---

<sup>207</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel, notas sobre política e Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Nacional e Desenvolvimento, e no embate às forças nacionalistas e reformistas, e, conseqüentemente, na construção do Golpe de 1964 no âmbito do Rio Grande do Sul.

Para iniciar o aprofundamento da discussão sobre a atuação das organizações que podem ser identificadas como a “vanguarda política” das autointituladas *classes produtoras*, por sua constante atuação, legitimadas pelos segmentos que representavam, na construção do Golpe de 1964, em meio ao processo político do Rio Grande do Sul, é preciso delimitá-las mais claramente.

A FIERGS, a Federação das Associações Comerciais (FEDERASUL) e a FARSUL foram os principais protagonistas de uma cultura política marcada pela importância do associativismo na defesa dos interesses de grupos e classes.<sup>208</sup> Não raro, mantinham relações abertas com os partidos políticos conservadores aglutinados na ADP: UDN, PSD, PL e PRP. Mais contundentes foram suas relações diretas e de extrema afinidade política e ideológica com o segundo Governo de Ildo Meneghetti (PSD) nos momentos cruciais de construção do Golpe de 1964.

A FIERGS era o órgão representativo das indústrias, proprietários e seus interesses diretos. Dirigida por grandes empresários do estado era a entidade de classe mais cautelosa na ação política, embora sempre se apresentasse como defensora dos princípios liberais que deveriam nortear a condução econômica do País e do estado, conforme sua concepção. Foi fundada em 1937 para aglutinar todos os sindicatos de empregadores industriais e suprir as carências organizacionais do antigo Centro de Indústria Fabril (CINFA), que havia sido criado em 1930 para aglutinar as forças dos empresários do estado, sob a liderança de A.J. Renner, e que mudou de caráter em 1951 para incluir todos os tipos de indústrias, passando, então, a se chamar Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS). As duas entidades, FIERGS e CIERGS (que havia sido fundada como CINFA), desde suas fundações, atuaram e funcionaram conjuntamente, contando com o mesmo presidente e a mesma sede, apenas com focos de atuação distintos.<sup>209</sup> Para o trabalho aqui desenvolvido, a entidade que fará parte do

---

<sup>208</sup> Para um histórico destas entidades veja-se o recente trabalho: GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

<sup>209</sup> GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. GERTZ, René (org.). *República: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 257-272.

estudo é a FIERGS, a qual atuou politicamente de forma direta no processo histórico em questão.

A FEDERASUL aglutinava comerciantes, lojistas e comerciantes e proprietários de comércios. Destacou-se por sua combatividade frente aos projetos e governos de orientação reformistas, pela defesa constante dos preceitos de uma economia de livre mercado, baseada na propriedade privada, atribuindo inclusive a esses a essência da própria ordem democrática, identificando, também, os comunistas como os seus piores inimigos. Os comerciantes do Rio Grande do Sul organizavam-se em associações desde meados do século XIX, com a criação das associações das cidades polos da economia do Estado, Rio Grande (1844), Porto Alegre (1858) e Pelotas (1873). No entanto, foi na década de 1920 que os representantes do comércio do estado discutiram a criação de uma entidade que representasse os interesses do setor de forma unificada em todo o Rio Grande do Sul. Essa foi a principal proposta apresentada no II Congresso das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, em 1927. Consequente, a resolução final desse II Congresso de 1927 aprovou a criação da FEDERASUL sob a presidência de Aberto Bins, então Presidente da ACPA. O estatuto da entidade, no entanto, foi aprovado apenas em 1928, quando foi estabelecido que a sede seria em Porto Alegre, no mesmo local da ACPA e que o presidente e o secretário da Associação de Porto Alegre seriam os respectivos presidente e secretário da FEDERASUL.

A FARSUL, no entanto, foi a principal protagonista, e o sujeito político mais presente na defesa dos interesses políticos do bloco liberal e conservador, no embate contra os projetos de reformas sociais. Fundada no Congresso de Criadores do Rio Grande do Sul, que contou com a participação de representantes de vinte associações rurais do estado, em 1927, realizada no Theatro São Pedro, com o nome de Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, seu objetivo era liderar os produtores e organizar a busca das reivindicações da categoria aprovadas naquele Congresso, como a repressão ao contrabando de gado e charque e a implantação de crédito rural. Dali para frente seria uma entidade de classe cada vez mais organizada e ativa na política do Rio Grande do Sul, com grande representatividade entre seus associados. Não é de se estranhar, portanto, que no estado onde a produção rural e a propriedade da terra possuíam, como ainda possui, tamanha centralidade, compondo inclusive seu aspecto identitário e cultural, como o Rio Grande do Sul, que o debate sobre a propriedade da terra, a reforma agrária e a organização rural fosse o preponderante e alcançasse a maior repercussão. Os grandes proprietários de terra no estado, organizados pela

FARSUL, foram, portanto, sujeito políticos ativos na defesa de seu projeto, e presença constante nas articulações políticas, principalmente, no que tange ao combate às propostas reformistas, sobretudo, a reforma agrária.

É mister ponderar, em princípio, que estas organizações agiam em uma escala articulada nacionalmente. Embora vinculados à política do Rio Grande do Sul, a ação destes grupos foi vinculada ou influenciada pelas suas congêneres nacionais, ou mesmo suas federações ou agrupamentos corporativos. A FARSUL integrava a Confederação Rural Brasileira (CRB). A FIERGS e a FEDERAUL se articulavam a suas congêneres nacionais. A FEDERASUL ainda se organizou em torno da Confederação Nacional das Associações Comerciais (CNAC). Em março de 1964, também foi fundada a Confederação Nacional das *classes produtoras* (CNCP), que apresentou como objetivo central organizar e articular a atuação da sua classe aos moldes de uma central sindical.

Os limites das relações políticas entre sociedade civil e sociedade política são, no entanto, tênues. Portanto, não claramente, distinguíveis. As organizações das classes conservadoras participavam continua e ativamente das esferas políticas e de opinião pública. Sua intervenção era forte e possuía um peso muito significativo, ainda mais, porque respaldados e amplificados pelos meios de comunicação, em especial, os jornais impressos. No caso mais significativo, o *Correio do Povo*, jornal de maior circulação e repercussão no estado, de linha editorial eminentemente conservadora, sem o menor pudor de defender os partidos conservadores, atacar as forças reformistas e respaldar os movimentos sociais e políticos liberais e conservadores. A influência das organizações das classes dominantes, na esfera da política institucional, como partidos e governos, advinham tanto da necessidade da defesa dos seus interesses sociais e econômicos, quanto do seu próprio poder econômico, de condução da economia, como foco de pressão e garantia de legitimidade e respeitabilidade as suas posições. Como argumenta Edward Palmer Thompson, é inútil procurar a determinação econômica das relações sociais e políticas na longínqua última instância, se não, nas mais simples e cotidianas relações de poder, porque ela se manifesta todo o tempo, não ditando o rumo dos acontecimentos, mas sim estabelecendo limites, exercendo pressões em todos os momentos, usando sua força para tentar conduzir, inclusive o processo político, e mesmo que não obtenha seu êxito sempre, porque ela também está sujeita as relações de força da



sociedade, sempre se faz presente e atuante, de forma a influenciar o curso dos acontecimentos.<sup>210</sup>

Outras organizações de menor espaço político tiveram uma importante atuação no estado, embora, com menos visibilidade pública e de menor enquadramento no tema desta dissertação. Contudo sua relevância merece ser destacada, embora, por falta de bibliografia disponível, materiais suficientes de pesquisa, e pelo excessivo espaço que demandariam, serão deixadas de lado. Em primeiro lugar, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul, seção regional do IPES tão bem trabalhado por René Dreifuss, que teve atuação destacada na conspiração golpista e no estado agia totalmente articulado às Classes Produtoras. Sobre o tema, recentemente foi publicada uma excelente dissertação de mestrado em História defendida na PUC-RS, de Thiago Moraes, que merece a recomendação, pelo pioneirismo e qualidade.<sup>211</sup> De menor participação no estado, mas presente, a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Associação dos Diplomados da ESG (ADESG).

As mulheres conservadoras tiveram, também no estado, papel ativo nesse embate político através da ADF, que possuía estreitas ligações com o Arcebispo D. Vicente Scherer e que tratei de forma mais profunda na monografia de Graduação. Fazia parte do conjunto de organizações femininas católicas e conservadoras que o IPES assistia financeiramente, auxiliava organizacionalmente e orientava politicamente no processo de desestabilização e conspiração contra as forças nacionalistas e João Goulart.<sup>212</sup> Provavelmente, a ligação entre a ADF e o IPES fosse realizada pelo IPESUL.

Algumas organizações e associações menores e de pouca expressão foram criados na tentativa de, possivelmente, construir certa impressão de força política e numérica. Ou mesmo a partir da crença real da necessidade de combater o “perigo vermelho”. Embora pequenas, de pouca expressão e sem muitas referências, desempenharam algum papel na tentativa de

---

<sup>210</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução: Valtensir Dutra. [Porto Alegre]: Edição Independente, 2009.

<sup>211</sup> MORAES, Thiago Aguiar. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

<sup>212</sup> DREIFUSS, René, op., cit., p. 295.

construção da hegemonia das forças conservadoras do estado. Entre elas, a União dos Homens Livres do Brasil (UHLB), o MDU e o Comando Geral Democrático (CGD).

No plano nacional, as *classes produtoras* do Rio Grande do Sul viveram as mesmas contradições e as ambiguidades das, do País, no período de governo de Jânio Quadros (PDC). No entanto, o período de João Goulart (PTB) foi marcado, majoritariamente, por conflitos e oposição declarada. No plano regional ocorreram intensas tensões, disputas e oposição ao governo de Leonel Brizola (PTB); em contrapartida, a relação com o Governo Meneghetti (ADP) foi caracterizada por pareceria e afinidades. Entender essas articulações, embora não seja o foco do trabalho, também faz parte da compreensão da atuação das organizações da classe dominante do Rio Grande do Sul, tanto na articulação que tenta legitimar o Golpe Civil-Militar no estado, quanto na participação no Golpe no País.

A atuação integrada dessas forças políticas ao plano político institucional era constante e parte integrante de sua estratégia política. O governo de Jânio Quadros contava a princípio, com a simpatia e o apoio das *classes produtoras* do estado. Em 1º de Fevereiro de 1961, quando Jânio Quadros e João Goulart tomaram posse na Presidência e Vice-Presidência da República, a FEDERASUL e a ACPA enviaram calorosa, sincera e “efusiva” saudação ao novo presidente. O telegrama foi assinado por Álvaro Coelho Borges, presidente de ambas as entidades. Neste telegrama, publicado pelo *Correio do Povo*, as associações também se colocavam a “inteira disposição” para a colaboração nos objetivos tão almejados e patrióticos do novo governo, apontando assim, a consonância entre o discurso da eleição do Presidente e algumas das reivindicações das classes:

(...) confiantes em sua firme orientação, almejam sinceramente que v. exa. realize o mais profícuo governo atendendo aos legítimos anseios de bem estar do povo brasileiro, criando condições de estímulo as atividades econômicas, e concedendo as forças produtoras os meios adequados ao seu desenvolvimento harmônico indispensável para a prosperidade da nação.<sup>213</sup>

Essas classes produtoras estiveram sempre na primeira linha da luta política e ideológica. Sempre na defesa de seus interesses específicos, inclusive com apoio de políticos de projeção nacional, como o deputado Daniel Faraco, que em palestra na Faculdade de Ciências Econômicas de Passo Fundo sobre os trustes e monopólios, afirmou: “não há abuso

---

<sup>213</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 1, p.[?].

do poder econômico onde haja efetiva liberdade de concorrência”, fazendo a defesa do capital privado e do liberalismo<sup>214</sup> Havia, como será demonstrado, uma grande relação política entre os líderes das *classes produtoras* e os políticos ligados a FD, que mais tarde formaram a ADP.

A batalha de opinião pública e de espaços políticos era constante. E as forças conservadoras investiram pesado nela. Por exemplo, em vinte e dois de fevereiro de 1961, o Presidente da Federação do Comércio Varejista do Rio Grande do Sul, Manoel Alfeu Silva, teceu severas críticas ao projeto de lei que pretendia nacionalizar a indústria farmacêutica no Brasil, apresentado pelo deputado Sérgio Magalhães (PTB) na Câmara Federal . O projeto foi qualificado como “inquietante” tanto nos meios comerciais quanto clínicos; pois,

(...) por força do intervencionismo estatal, na esfera das atividades privadas, intervencionismo conduzido no Brasil sob métodos quase sempre divorciados da realidade e dos processos que estruturam a economia de um país jovem na infância do capitalismo, vivemos os que lidamos no comércio e na indústria, num clima de constantes sobressaltos e surpresas. (...) A Liberdade de iniciativa encontra restrições nos princípios da Lei Maior./ Todavia, quando se trata de legislar em harmonia com estes princípios, surgem o desvario, o xenofobismo e a tática de confundir os verdadeiros interesses da comunidade com uma falsa filosofia do nacionalismo.<sup>215</sup>

Fica claro, nestes pronunciamentos, um objetivo político, mas também, uma proposta quase pedagógica, tentando difundir os preceitos do liberalismo ante a opinião pública. Sua luta se referia a uma tradição política no Rio Grande do Sul: a forte influência do positivismo, que tinha entre seus princípios a defesa da harmonia e da cooperação entre as classes para o progresso da pátria. Representava uma franca oposição à compreensão marxista que via na dinâmica do processo histórico, a luta de classes como um de seus principais fatores.

Também em quatro de março de 1961 uma missão das mesmas *classes produtoras gaúchas*, com delegados das associações comerciais, da FARSUL e do Sindicato dos bancos procurou esclarecer o presidente sobre as peculiaridades do Rio Grande do Sul para a elaboração do plano de ação do novo governo. Integraram a comissão: Álvaro Coelho Borges (FEDERASUL), Diego Blanco (FIERGS), Oscar Carneiro da Fontoura (FARSUL) e José

---

<sup>214</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 29, p. [?].

<sup>215</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, fevereiro, 23, p. 7.

Rasgado Filho, Presidente do Sindicato dos Bancos. Demonstrava-se um clima de grande entrosamento e cumplicidade.<sup>216</sup>

Em função das propostas de reformas, as *classes produtoras* do Rio Grande do Sul tornaram a agir. Em dezessete de junho de 1961 a Confederação Nacional do Comércio (CNC), com participação ativa da FEDERASUL se manifestou com muitas restrições e mesmo sua desaprovação ao projeto que regulamentaria as remessas de lucros ao exterior (de empresas eternas sediadas no Brasil), em trâmite no Congresso Nacional. Segundo a entidade era um projeto “inviável e nocivo à nação”.<sup>217</sup> Pouco tempo antes, em onze de maio de 1961, a FEDERASUL já havia enviado telegramas a líderes do senado pedindo a rejeição do projeto que regulamentava o direito de greve afirmando que esta lei “ameaçaria a harmonia que deveria reger as relações entre capital e trabalho”.<sup>218</sup>

No Rio Grande do Sul, entretanto, o principal tema de debates, que tomou a maioria das atenções, e criou os maiores conflitos, foi o da Reforma Agrária. Não poderia ser diferente, no estado que têm sua formação histórica, econômica, política e cultural, baseada na cultura da grande propriedade de terra, ou, latifúndio, e possuía uma classe dominante “ruralista” muito bem organizada através das suas Associações Rurais e lideranças políticas, todos aglutinados em torno do seu órgão de representação, a FARSUL, entidade modelo e destaque na organização ruralista nacional, junto à CRB. Aliás, a consciência dos interesses comuns dos latifundiários que se auto reconheciam como “ruralistas”, é notável.

Merece destaque, também, o debate sobre a Lei de Remessa de Lucros, aprovada ainda em dezembro de 1961. Alvo de forte oposição das *classes produtoras* e políticos tradicionais. A bolsa de valores cai vertiginosamente após sua aprovação. Os discursos afirmavam que, sendo péssima para o desenvolvimento do País, ela levaria ao caos e à falência do Brasil. Aqueles que a defendiam, afirmavam a necessidade de valorizar o capital nacional e o bom capital estrangeiro, como o próprio presidente.<sup>219</sup>

---

<sup>216</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, março, 4, p. 11.

<sup>217</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, junho, 18, p. [?].

<sup>218</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, maio, 12, p. [?].

<sup>219</sup> A FLN publicou no *Correio do Povo*, em dezessete de dezembro de 1961, um “A pedido”, no qual usa frases e posições de Vargas que tentavam legitimar a necessidade dessa lei. A disputa durante este mês foi acirrada,

Postos esses exemplos e situado o caminho do capítulo, agora cabe apontar que ele tenta aprofundar o estudo de cada uma das frações da classe dominante no Rio Grande do Sul, através de suas organizações. O destaque, pela sua maior presença política, sua combatividade política, tradição de representação da classe, além do motivo já apontado de centralidade do tema da reforma agrária e do debate sobre a produção agrária no estado, é a FARSUL. O material disponível, assim como sua atuação política, é farto e, aparentemente, bastante elucidativo quanto as suas posições e sua ação concreta. De presença menos forte e incisiva, com mais cautela, porém igualmente importante, as organizações dos industriais e comerciantes, FIERGS, CIERGS e FEDERASUL, que serão tratadas em conjunto.

Destarte, o objetivo deste capítulo é reconstituir a participação das organizações da classe dominante no Rio Grande do Sul na construção do Golpe Civil-Militar de 1964. Estudar a articulação e atuação política dos movimentos sociais e políticos liberal-conservadores no contexto de radicalização política e ofensiva anticomunista é o caminho metodológico para compreensão do papel dessas classes dominantes organizadas no que lhe foi precípuo, que seja, a construção de um consenso social em torno do seu projeto de sociedade, baseado no liberalismo econômico e no conservadorismo político, e da necessidade de combate e destruição das forças reformistas e nacionalistas. Isto claro, para além da própria articulação e financiamento do Golpe, no qual foram agentes centrais. Ação essa já desnudada com primazia por René Dreifuss.<sup>220</sup>

### **3.1 A FARSUL: o Protagonismo da Vanguarda Política Rural**

A reforma agrária, no Rio Grande do Sul, foi o tema mais presente e polêmico em termos dos debates acerca das reformas sociais ou as chamadas reformas de base. Não poderia ser diferente em um estado que têm sua formação histórica, econômica, política e cultural, baseada no latifúndio e na grande propriedade da terra, com uma categoria “ruralista” muito

---

sendo que os contrários à lei contavam com mais espaço público para defender suas posições, embora o projeto tenha efetivamente sido aprovado com maioria no Congresso Nacional.

<sup>220</sup> DREIFUSS, René, op, cit.

bem organizada, com uma consciência de interesses comuns. Esses autoproclamados “ruralistas” foram fundamentais nas campanhas contra os comunistas e seus supostos cúmplices Brizola e Goulart.

Neste ponto, contavam com um forte apoio do jornal *Correio do Povo*, que publicava constantemente matérias sobre a reforma agrária, mas todas com o mesmo sentido de fundo. Publicava opiniões e “estudos” apenas dos próprios ruralistas, afirmando-os como confiáveis, imparciais e legítimos. Por exemplo, quando anuncia a opinião de Flodoardo Silva, apresentado como “um legítimo homem da terra – de um homem do campo e veterano ruralista, que vem dedicando toda a sua vida a pecuária, (...) figura de destaque do ruralismo gaúcho”, a opinião, claro, versava sobre a gravidade da situação. Referenciava-se na agitação rural e no movimento dos camponeses, e sobre as “ameaças demagógicas e levianas”, numa referência aos que defendiam a reforma agrária que os ruralistas consideravam “inapropriada”. Para eles, “distribuição de terra não era reforma agrária”. Assim, propunham “estudos aprofundados” que retardavam cada vez mais o processo de discussão, afirmando, como já fez o deputado, que a reforma agrária deveria ser feita com as terras não ocupadas, ou de propriedade do estado. Dessa forma, explicitava verdadeira aversão à ideia da divisão de suas grandes propriedades rurais.<sup>221</sup> Em visita ao estado, no final de 1961, o próprio Presidente Goulart declarou aos ruralistas, na intenção de acalmar a categoria, que a reforma agrária não poderia ter um caráter “subversivo ou de agitação”, para uma comissão de representantes da FARSUL.

Mas para compreender este tema, e a oposição frontal dos ruralistas ao governador Brizola, é importante considerar que o governo passa do discurso à prática efetiva. No dia quatorze de novembro de 1961, o Governador Brizola criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), órgão responsável por criar projetos de distribuição de terras, políticas agrárias para o estado e “melhorar as condições sócio econômicas das populações rurais”, fato duramente criticada pela oposição, que afirmava ser o IGRA instrumento de “opressão do governo ao meio rural do estado” e um instrumento pessoal do governador de manipulação e autopromoção.<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, dezembro, 6, p.[?].

<sup>222</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1961, novembro, 15 e 16. Passim.

Em virtude destes debates e da presença constante o tema reforma agrária na pauta, a FARSUL intensificou suas ações, preparando a realização, com antecedência e forte divulgação, uma grande “Concentração Rural” na cidade de Santa Maria, com o objetivo de “congraçamento e união da classe rural”, marcada para janeiro de 1962. Segundo seu presidente, Antonio Saint-Pastous de Freitas, esse congresso era preparatório a VI Conferência Rural Brasileira e justificada pela “impossibilidade da classe rural adiar ou ficar alheia as grandes discussões do momento político”.

Em princípios de 1962, em seu programa “Voz do pastor”, D. Vicente Scherer declarou que os “grandes proprietários rurais deveriam se conformar com a redução dos seus haveres”, com o fim de reduzir a agitação social no meio rural e evitar o avanço do comunismo.<sup>223</sup> Tal mensagem foi repercutida pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, organizado em 67 municípios do estado:

Por favor, senhores grande proprietários reunidos em Santa Maria, se nossos clamores não chegam até vós, ouçam a recomendação da Exa. Revma. D. Vicente Scherer: “os grandes proprietários, proclamamo-lo sem cessar devem conformar-se com a redução dos seus haveres. A disseminação da propriedade é um postulado fundamental de uma ordem social aceitável e justa”. (A “Voz do pastor”. 1-1-1962.)

Queremos ser proprietários e não simples agregados ou parceiros. Queremos a nossa própria terra para viver e trabalhar com as nossas famílias. Até agora só cuidamos a terra dos outros e continuamos na miséria e nossos filhos sem futuro. Se todos nós somos cristãos e iguais perante Deus, não é a própria negação do cristianismo, uns com tanta terra e morando nas cidades, e milhares e milhares de famílias vivendo em ranchos pelos campos ou como marginais, sem ao menos uma pequena propriedade? Viva a reforma agrária! Ela é abençoada por Deus.<sup>224</sup>

Este apelo por uma reforma agrária “cristã e democrática” foi desconcertante do ponto de vista das declarações desses próprios proprietários que afirmavam a necessidade de uma reforma agrária cristã e democrática. Esta mesma mensagem foi ignorada pelos ruralistas, pelo congresso e pelas outras autoridades. Um estranho silêncio no ar. Talvez, não tão estranho assim, se acompanharmos o desenrolar deste debate no Rio Grande do Sul. Chama

---

<sup>223</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 3, p. 7.

<sup>224</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 4, p.[?]. Manifesto intitulado “Apelo ao Congresso de Santa Maria” e assinado por Milton Serres Rodrigues.

atenção, no entanto, o grau de politização e consciência de interesses sociais deste manifesto, bem como sua feição bastante católica.

Também, chama atenção a declaração do presidente da associação rural de Pelotas, Rui Simões Lopes. Segundo ele, a reforma agrária era condição para o aumento da produção agrícola diante do crescimento demográfico. Ao mesmo tempo, responsabilizava os “poderes públicos pela deficiência da produção agrícola”, porque apenas ao governo caberia fornecer os meios de produção necessários, como estradas, assistência técnica, crédito, energia, etc. Contraditoriamente concluía que “a classe rural” estaria disposta a dar sua contribuição ao que chamava de crise do momento, reconhecendo que os ruralistas eram “intransigentes com o que representava o alicerce da sua formação, como o direito à propriedade, à liberdade e à autodeterminação”. Encerrava, declarando desejar que os menos favorecidos se tornassem mais ricos, mas não comungavam com a ideia de tornar os ricos, pobres. A saída seria buscar um equilíbrio social enriquecendo os pobres.<sup>225</sup>

Parece uma clara alusão às declarações do Arcebispo e do movimento. Mas a concepção de liberalismo conservador também é instigante, pois a responsabilidade pela improdutividade seria do governo, ao mesmo tempo em que afirmavam a necessidade de liberdade. O governo teria responsabilidade e obrigação de prover os meios de produção, mas as rendas e propriedades são prerrogativas exclusivas dos ruralistas. Uma concepção similar à ideia de socialização das perdas bastante vigente na Primeira República e no governo Vargas, a respeito da produção cafeeicultora. Tal discurso liberal atribui toda a ineficiência ao Estado, enquanto todas as qualidades à iniciativa privada.

A mencionada concentração rural da FARSUL, realizada em Santa Maria, iniciada em seis de janeiro de 1962, contou com mais de 1000 delegados de todas as associações rurais do estado, contando com considerável respaldo político da classe e de políticos ligados ao ruralismo. O principal tema do encontro foi a Reforma Agrária; as diretrizes apontadas no final do evento e que orientava a atuação da classe naquela conjuntura de reivindicação de reformas sociais constituíram a carta de princípios divulgada pela FARSUL; as mesmas estiveram presentes nos inúmeros depoimentos, discursos políticos e ações concretas que tomaram corpo no pré-64. O inusitado é que no encerramento, o orador oficial tentou

---

<sup>225</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 5, p. 16.



reafirmar que aquilo não era “um acampamento de reacionários”, completando que desejavam “uma reforma agrária, mas sem emoções, paixões subalternas ou interesses escusos”. Ou seja, uma declaração dúbia que permite aferir que qualquer proposta que desagradasse a classe, seria considerada emocional, passional ou escusa.<sup>226</sup>

A proposta aprovada foi significativa: a organização em âmbito regional e federal de um Movimento Ruralista com poderes para influir decisivamente nos resultados das eleições. Isto, sob a tese que o ruralismo deveria se organizar como força política, a fim de sair da defensiva em que se encontrava e lançar-se numa ofensiva enérgica em defesa de seus interesses.<sup>227</sup> Fica claro, portanto, o objetivo do Congresso: organizar e unificar os interesses dos grandes proprietários para combater a legitimidade social das demandas por reformas de base, em especial da reforma agrária, coordenar a defesa de seus interesses de classe e intervir como força política. O que ocorrerá efetivamente dali em diante.

A carta merece atenção especial do *Correio do Povo* que, em editorial, manifestou amplo apoio às decisões do Congresso, afirmando que “os construtores da riqueza agropastoril do estado” admitiam a distribuição da terra, contanto que fosse no “preceituário da vigente constituição federal”. Afirmava o editorial que a divisão das terras *não poderia ser realizada por preceitos e pressões coletivistas*, e apenas sob o respeito à propriedade privada se tornaria social a função desta. O editorial afirmava ainda que se pudessem distribuir as terras inaproveitadas, adotada a priorização da colonização das terras que se encontravam no vasto domínio do Estado e da União. A opinião do jornal era encerrada com a aprovação, entre outras coisas, das “deliberações que reivindicam a *paz no campo* e a *estabilidade da família rural* e com respeito a concepção democrática de vida cristã e ocidental”.<sup>228</sup>

Na prática tentava-se impor uma série de restrições à realização da reforma agrária, sendo mais clara a recomendação de que fosse realizada a reforma desde que não se dividisse as terras, mas sim, fosse usado o “vasto domínio do Estado e da União”. Ou então, conforme a Constituição, reforma agrária somente com indenização prévia em dinheiro, o que na prática seria uma grande chance de especulação fundiária.

---

<sup>226</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 7, p. 16 e 7.

<sup>227</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 10, p[?].

<sup>228</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 11, p. 7. (grifos meus).

Concomitante ao fim da concentração ruralista teve início um movimento organizado regional de reforma agrária no município de Nonoai, onde camponeses se organizaram para ocupar terras públicas e de uma empresa uruguaia a fim de distribuí-la com o apoio do prefeito local, do PTB. Segundo o próprio jornal, o clima na cidade era de calma, apoio e satisfação da população local em relação ao movimento e a distribuição de terras.

Dias depois, por solicitação do Secretário de Agricultura, atendendo aos apelos dos prefeitos de Nonoai, Passo Fundo e Sarandi, o Governador Brizola assinou o ato de desapropriação da área da Fazenda Sarandi. De propriedade das Estâncias Julio Mailio, de Montevidéu, com aproximadamente 25 mil hectares, a fazenda foi considerada de utilidade pública.<sup>229</sup> Certamente, este ato faz parte da intenção do governador de apoio às reformas sociais e seus reiterados apelos pela necessidade de ação.

Esta ação que parecia dispor de boa aceitação pública foi, no entanto, seriamente atacada por deputados da oposição, classificada como primária e demagógica, insufladora da agitação rural, enquanto a situação tentava justificar o ato em base social, além do respaldo constitucional. Em nota oficial, a FARSUL veio a público tecendo serias críticas ao governo e se postando contra a desapropriação da área, reafirmando as posições da carta de Santa Maria, classificando o ato do governo de antidemocrático.<sup>230</sup>

No entanto, a convite do próprio governador, os proprietários das terras foram a Porto Alegre negociar. O caso teve uma solução de acordo com uma comissão composta por um representante de cada parte, que avaliou as terras e estabeleceu um depósito judicial inicial que o estado rapidamente pagou e, posteriormente, estabeleceu indenização. No entanto, a comissão acabou discordando dos valores e, em meados de 1962, a justiça questionou a desapropriação. Esta questão só foi resolvida no final da gestão de Brizola. Aproveitando a discussão inicial, o Governador manifestou sua opinião numa clara resposta à FARSUL. Sugeriu que era importante a organização associativa dos interesses em jogo e a fim de chegar-se a negociações, e afirmou ser importante os “pequenos e humildes se organizarem para só assim chegarem as mesas de negociações”. Além disso, sugeriu, a partir de estudo que

---

<sup>229</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 16, p. [?].

<sup>230</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 18, p. 7.

o estado realizou, a formação de comunidades agrícolas que se organizassem para produzir.<sup>231</sup> Está presente, na fala do governador, a necessidade clara de organização social em busca da conquista de direitos.

Logo após a resolução da questão de Sarandi eclodiu outro movimento organizado, com cerca de 1500 camponeses sem terra reivindicando que o estado loteasse e vendesse a eles umas terras conhecidas como Banhado do Colégio, em Camaquã. Tratar-se-ia de terras de propriedade da União e do estado, mas que à medida que os governos iam drenando a área, *proprietários próximos iriam se apropriando indevidamente dos espaços*. A polícia foi acionada para “manter a ordem”. Desta vez, os proprietários rurais reagiram mais violentamente, principalmente a Associação Rural do município, acusando o governo de ser conivente com movimento demagógico e chegando ao limite de solicitar tropas do Exército, a fim de manter a ordem local. O suposto temor seria a forma como o problema estava sendo conduzido, gerando reação intensa nos meios rurais perante a suposta falta de garantias.

Em meio aos debates a cerca do caso, o governo foi acusado de já ter planejado previamente a ocupação da Fazenda Sarandi. Tais acusações repercutiram amplamente, inclusive no Rio de Janeiro, na VI Conferência Rural Brasileira. Esta divulgou nota crítica ao Governo do Rio Grande do Sul e à falta de garantias à propriedade privada, no estado. Contudo, o encontro defendeu, também, a “necessidade de uma reforma agrária democrática, cristã e técnica”.

O Ministro da Agricultura do Governo Federal também veio ao Rio Grande do Sul para se colocar a par da situação e assinar convênios com o Governo do estado. Este apoiou o movimento e o loteamento das terras. Em meio aos conflitos, através de um decreto o Governador regulamentou a reforma agrária no Rio Grande do Sul, estabelecendo tributação especial ou desapropriação para terras improdutivas e a organização de planos de colonização e organização de fazendas coletivas nas terras distribuídas aos camponeses.<sup>232</sup> Um dia depois o estado declarou de urgência a distribuição de dezenove hectares de terra drenadas, pelo governo, na área do banhado.

---

<sup>231</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, 21, p. 7.

<sup>232</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, janeiro, p. [?]. O decreto é de 29 de janeiro.

Das críticas, a oposição passou às acusações. Daniel Krieger, senador gaúcho (UDN) e Aleomar Baleeiro (deputado da UDN) declararam que o governador era um “agitador que incentivava as invasões de terras” e formularam uma denúncia vaga de uma suposta tentativa de apropriação por parte dele e do ex-Presidente Getúlio Vargas na fazenda Sarandi. Apesar de Brizola reputar as críticas nada foi provado ou levado adiante. Mas a tensão era tanta que o Governador foi chamado a Brasília por Goulart para discutir a questão. O presidente da FARSUL, também partiu para a acusação, afirmando que a reforma agrária era apenas cortina de fumaça para “desencadear a perigosa agitação subversiva no país”. O PSD divulgou nota criticando o governo e a “agitação rural”, traduzida sob a ideia de “intranquilidade dos proprietários”. Enquanto isso novos movimentos de menor expressão surgiam em Tapuã e Alegrete.

A tensão aumentou, enquanto os ruralistas convocaram uma assembleia da FARSUL a fim de debater as questões, condenando a política do governador gaúcho, tida como “demagógica e subversiva”. Após uma denúncia de possível “agitação subversiva” no estado, o comandante do III Exército, Penha Brasil, declarou que a “ordem legal seria plenamente mantida a todo o custo”.

Cedendo as pressões, o governo propôs aos ruralistas uma comissão técnica mista que avaliasse os problemas da questão agrária. A FARSUL concordou e a comissão foi instalada com a participação tanto do Governador quanto do Presidente da entidade. No entanto o governo queria um trabalho objetivo. A FARSUL, por seu lado, pretendia prolongar as discussões para evitar ações. A FARSUL e o governo estabeleceram suas intenções e propostas, entretanto, o acordo não aconteceu. Uma nota do governo solicitando proprietários que tivessem intenção de colaborar no plano de reforma agrária irritou os dirigentes da entidade máxima dos ruralistas, que voltou a formular pesadas críticas ao governo. Em meio a esta série de debates polarizados foi fundada a FAG, uma organização católica que definia por objetivo levar os fiéis a participar da associação e da vida sindical rural, dentro dos princípios católicos.

No mesmo momento destas discussões, o governo do Rio Grande do Sul decretou a encampação da Companhia Telefônica, subsidiária da International Telegraph and Telephone, a fim de estabelecer uma estatal de telecomunicações. A empresa multinacional recorreu da decisão e a disputa se prolongou. O ato, porém, teve base legal e foi realizado a partir de

estudo de uma comissão especial. O governador então, se recusou a negociar e estabeleceu a indenização indicada pela comissão, considerada insuficiente pela companhia, que reconhecidamente não prestava bons serviços e não investia no estado. Brizola, diante de críticas sobre sua postura “antiamericanista”, afirmou que não se tratava de hostilidade aos EUA, mas de defesa dos interesses do Rio Grande do Sul. A Companhia Rio-Grandense de Telefonia (CRT) consolidava-se afinal.

A efetivação da desapropriação das fazendas Sarandi e do Banhado do Colégio só foi realizada em 26 de novembro. Neste dia, o Governador do estado publicou, no Diário Oficial, seu decreto declarando de utilidade pública e de interesse social, a Fazenda Sarandi, em Nonoai, o Banhado do Colégio e terras em Lavras do Sul. Relembrando, estas áreas já haviam sido desapropriadas, mas entraves judiciais e desacordos entre as partes dificultaram os procedimentos.<sup>233</sup> Pouco tempo depois, novamente o próprio governador colocou à disposição de um projeto de habitação uma fazenda de 1000 hectares, de sua própria propriedade, a fim de formar núcleos agrícolas. O certo é que os conflitos agrários e a ação do governo em torno das reformas sociais tiveram efeito de unificar a oposição. A comissão interpartidária “janista” que vinha se reunindo desde a eleição de Jânio Quadros, e embrionariamente formavam a FD, intensificou suas atividades. No início de abril de 1962, firmou-se no Rio Grande do Sul a ADP, composta por PSD, UDN, PDC, PL e PRP, a fim de disputar a sucessão estadual. Frente que teve o nome de Ildo Menegheti (PSD), ex-governador (1955-1958) considerado candidato ao governo do estado, pois tinha condições de enfrentar os trabalhistas e era o único que permitiu manter a unidade entre as cinco siglas.

A possibilidade de realização da reforma agrária, e as lutas sociais no campo, pela realização da mesma, colocaram os ruralistas, a fração da classe dominante mais ativa nas lutas políticas do estado, em verdadeiro estado de guerra. O clima entre os membros da FARSUL era de confronto aberto e total. Clima este compartilhado pela CRB e pelas associações rurais do resto do País. A aprovação do estatuto do trabalhador rural, em meados de 1962, e o processo de sindicalização do trabalhador do campo eram realidades praticamente inaceitáveis para os ruralistas. A CRB, por exemplo, expressando a visão de suas associações, classificou a sindicalização do trabalhador do campo de “agitação

---

<sup>233</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1962, novembro, 27, p. 16.

demagógica no meio rural”, com a “infiltração de elementos estranhos a classe, aventureiros interessados em instalar a baderna”.<sup>234</sup> A possibilidade de luta por direitos dos trabalhadores rurais parecia não agradar os proprietários, uma vez que, para os proprietários em geral, neste momento, qualquer tentativa de luta por direitos tratava-se de agitação, demagogia, baderna ou subversão. No meio urbano isto já era claro, no meio rural, não seria diferente.

Abrindo um novo contexto de atuação da entidade, no dia 16 de julho de 1963 em assembleia geral que reuniu trinta e oito das cento e quatorze associações rurais do estado, a FARSUL elegeu por unanimidade a nova diretoria responsável pela condução da entidade pelos dois anos subsequentes, sob comando do presidente eleito Oscar Carneiro da Fontoura. O consenso foi uma mostra da unidade da entidade e das articulações políticas entre as associações, que apontava para necessidade de unidade de atuação na defesa de seus interesses e contra, fundamentalmente, as forças reformistas. A assembleia, além de um grande espaço na imprensa, principalmente no *Correio do Povo*, contou com a presença do secretário de agricultura do novo Governo de Ildo Meneghetti, Adolpho Fetter, que não só prestou contas sobre a política da pasta, como também, assumiu a presidência dos trabalhos por indicação do Presidente da FARSUL Antonio Saint-Pasteous, tamanho grau de afinidade entre movimento ruralista e o governo do Estado na gestão das forças conservadoras sob o comando da ADP, harmonia ressaltada pelo próprio Presidente com mandato findo em sua manifestação, como oportuna para organização e lutas políticas do ruralismo, indicando também “completa colaboração” destes com o governo.<sup>235</sup>

É importante mencionar que neste contexto histórico o próprio presidente Goulart, ante aos ataques virulentos das forças conservadoras já estava iniciando uma campanha mais sistemática de defesa das reformas sociais, as chamadas reformas de base. Efetivamente, já havia criado a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e estava anunciando um decreto de desapropriação de terras improdutivas as margens das rodovias federais. As esquerdas pressionavam o presidente a tomar medidas mais decididas e enérgicas em direção as reformas. Este, por sua vez, ainda tentava aglutinar apoios nas forças conservadoras a fim de realizar as devidas reformas no congresso com apoio do PSD. Em relação ao decreto de

---

<sup>234</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, fevereiro, 24, p. 7.

<sup>235</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, julho, 17, p.16 e 12.

desapropriação, que ficou conhecido como “decreto da SUPRA”, foi veementemente atacado por ruralistas e políticos vinculados a ADP, pois o decreto seria simplista, primário e “demagógico”. Segundo a opinião “ruralista”, dividir terras não era reforma agrária.<sup>236</sup> Mesmo que no estado, o governo fortemente apoiado por estes, organizados em torno da FARSUL, a comissão de reforma agrária instituída pelo governador Meneghetti chegou a conclusão, depois de 10 meses de trabalho, que a má distribuição de terras comprometia a produtividade agrícola no estado. Sua conclusão era a necessidade de dividir a grande propriedade em parcelas menores e mais produtivas.<sup>237</sup>

Tendo em vista seus vários temores, em função da possibilidade da reforma agrária, acentuada após o anúncio da desapropriação de terras às margens das rodovias estaduais, através do decreto da SUPRA, os ruralistas passariam a denunciar constantemente um clima de tensão no “meio rural”, como forma de criar um clima de desconfiança quanto à seguridade da propriedade e da garantia de segurança pelo Governo Federal. Alertavam, conseqüentemente, sobre a “insegurança para o trabalho” e da “ameaça à propriedade privada”, mesmo como pretexto para sua auto-organização paramilitar. Em face destes temores, os proprietários rurais afirmaram a disposição de se organizar para defender a propriedade e as instituições “a qualquer custo”. Respondendo aos anseios dos ruralistas, o Governador Ildo Meneghetti, em quatro de março de 1964 declarou aos ruralistas, que garantiria a ordem, a tranquilidade e o direito a propriedade privada em todo o estado a todo custo.<sup>238</sup>

Contra a suposta desenfreada pregação subversiva, que segundo os ruralistas estavam dominando o campo, a FARSUL alertou a opinião pública e o Governo do Estado, identificado como o maior aliado como ficará claro a seguir, para “o clima de perigosa tensão criado no estado, principalmente, em Bagé”. Favorino Mercio, Presidente da Associação Rural de Bagé (ARB), declarou também, que os ruralistas estavam mantendo a unidade contra os “contínuos ataques de conhecidos agitadores”. Reafirmou apoio ao Governador Meneghetti e à FARSUL, já que seus objetivos também eram de defender os interesses da classe rural,

---

<sup>236</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 20, p. 16.

<sup>237</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 25, p. 40.

<sup>238</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 4, p. 20.

“mantendo a propriedade privada e as liberdades democráticas”.<sup>239</sup> A posição do governador e da ADP ficavam cada vez mais claras, portanto.

Já nos primeiros dias de março, o Presidente da FARSUL, Oscar Carneiro da Fontoura, retorna de seu afastamento com a missão de combater as propostas de reforma agrária e as ações das forças reformistas no estado. Em sua primeira ação pública, transpareceu as linhas gerais que seriam a atuação da FARSUL e do movimento ruralista naquele processo de embate político. Já no dia primeiro de março tomou uma série de medidas organizativas para entidade, chamou uma reunião de diretoria para o mesmo dia, e outra do conselho deliberativo da entidade para o final da semana. O objetivo era montar o plano de atuação da categoria e afinar o discurso em defesa de seu projeto político. Mas as suas linhas gerais já estavam elaboradas e faziam parte do embate político nacional das forças conservadoras contra os projetos de reformas sociais, principalmente, aqui, à reforma agrária. O propósito da FARSUL era claro, o “de combate frontal à campanha de agitação que está instalada”. Com economia de palavras, fica clara a menção ao enfrentamento direto, político e ideologicamente, à campanha por reformas sociais no Brasil, liderada pelas forças reformistas e nacionalistas, neste momento, já sendo parte do projeto do Presidente João Goulart. Com a entrada do Presidente na luta pelas reformas, o que era uma preocupação para as forças conservadoras, passou a ser motivo de desespero. Representava uma possibilidade concreta de realização das mesmas, e portanto, precisava ser combatida a qualquer custo e urgentemente.

As diretrizes de atuação dos ruralistas já estavam desenhadas pelo Presidente Oscar da Fontoura que as submeteu à diretoria da FARSUL na reunião do dia 2 de março, para unificar a luta do movimento ruralista, com suas próprias palavras:

- a) Protestar veementemente contra as sistemáticas invasões de terras que estão ocorrendo no estado e que são evidentemente comandadas e estipendiadas por organismos oficiais ou oficiosos;
- b) Examinar o decreto a ser promulgado pela SUPRA, que vai trazer agitação e perturbar consideravelmente a vida rural;

---

<sup>239</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 10, p. 24.



- c) Levar solidariedade ao Governador Ildo Meneghetti (ADP) pela atitude ponderada que está tendo, na defesa legítima de propriedades, invadidas por grupos comandados por conhecidos comunistas;
- d) Convocar o conselho da FARSUL e, se preciso for, um congresso rural, a fim de manifestar o mais veemente protesto contra a agitação teleguiada que está sendo feita em todo o país;
- e) Levar solidariedade aos ruralistas mineiros, que estão defendendo seus direitos e as suas prerrogativas, garantidas pela constituição.

Essas diretrizes marcarão a atuação da FARSUL e do ruralismo nessa fase de intensificação dos embates políticos e de construção do Golpe de 1964. O denunciamento, principalmente contra a “agitação”, com a suposta participação e conivência do Governo Federal, os ataques a Reforma Agrária e à SUPRA, que sempre estão adjetivadas de agitadora e perturbadora, e não como distribuição de grandes propriedades rurais ociosas, pareceria e apoio político recíproco com o governo do Estado, comandado pelos partidos conservadores em torno da ADP em torno do governador Meneghetti (PSD), intensa mobilização da base ruralista, com congressos, encontros e reuniões regionais, uma verdadeira campanha ruralista para enfrentar “frontalmente” a campanha por reformas sociais e por fim, uma articulação e integração nacional deste movimento que representava uma classe, e no caso dos ruralistas, uma fração de classe, que possuíam seus interesses e seu projeto político e de sociedade. E para defendê-los lançou mão de suas organizações, entidades representativas e partidos políticos, e seus meios de luta. A conquista da legitimidade e da hegemonia de suas opiniões era um dos principais meios neste momento e a atuação na imprensa foi constante.<sup>240</sup>

Além das diretrizes gerais já apontadas, apresentadas pelo Presidente, a diretoria da FARSUL, em uma reunião que apesar de convocada às pressas obteve um alto quórum, pela gravidade do contexto político, decidiu marcar uma audiência com o governador Meneghetti para “manifestar-lhe solidariedade pela posição adotada contra a campanha de agitação no

---

<sup>240</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 1, p. 48.

meio rural e também para sugerir novas medidas no mesmo sentido”. E, além disso, telegrafar ao Presidente da República protestando contra o projeto da SUPRA, “nos termos em que foi divulgado”, alegando que não eram contra a reforma agrária, mas contra este projeto. Por fim, a reunião do conselho deliberativo foi convocada para o dia 10 de março a fim de “justificar a adoção das medidas de defesa da propriedade rural, contra as invasões e contra a campanha de agitação” que estariam tumultuando a vida do Estado e do País.<sup>241</sup>

Como deliberado em sua reunião a FARSUL divulgou publicamente o texto dirigido ao presidente João Goulart, e remetido com cópias aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. O texto, que tinha como o centro a desaprovação ao projeto de reforma agrária do Governo Goulart, consubstanciado no projeto da SUPRA, também aproveitava para fazer, publica e nacionalmente, uma declaração de princípios políticos e sociais, carregada de anticomunismo e antirreformas. Era mais uma etapa do processo de lutas políticas e articulações golpistas, sinalizando a disposição ao confronto do ruralismo do Rio Grande do Sul, um dos mais fortes do País. No telegrama a FARSUL “apelava” para que o decreto elaborado pela SUPRA não fosse publicado nos termos em que estava elaborado, justificando que o estado do Rio Grande do Sul seria praticamente todo atingido, levando “profundas perturbações à vida rural, já frequentemente agitada por elementos irresponsáveis” que estariam “provendo invasões às propriedades privadas”. O decreto da SUPRA, como era chamado, estimularia ainda esses supostos “atentados” e ainda atrapalharia as transações de imóveis rurais, ou investimentos pelo temor de desapropriações. Mais uma vez, os responsáveis pela agitação seriam os comunistas, agora incentivados por órgãos oficiais do Governo Federal, que estariam esperando apenas a promulgação oficial do decreto para promover “invasões” generalizadas nas áreas declaradas de utilidade social. Porém, a parte final aparece como um aviso. Uma justificativa prévia. Essas “agitações” dariam margem

(...) à justas reações por parte dos proprietários, que estão dispostos a defender a de qualquer maneira seus legítimos direitos. (...) Os ruralistas gaúchos desejam tranquilidade para poder produzir cada vez mais e melhor, mas sentem-se no dever de advertir que defenderão intransigentemente os direitos que lhe são assegurados pela constituição do país.”<sup>242</sup>

---

<sup>241</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 3, p. 3.

<sup>242</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 4, p. 20.

O telegrama termina com apelo ao Presidente pra que não assinasse o decreto que abriria caminho para o que eles chamaram de “maus brasileiros”. O aviso aparece quase como uma ameaça. Um alerta que talvez não tenha sido levado às devidas consequências naquele momento pelas forças reformistas, mas que deixava clara a postura de enfrentamento de uma classe que, com uma firme consciência coletiva e ciência de seus interesses, usou suas estratégias de enfrentamento político e contribui muito para a construção política e social do Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul.

A pressão da FARSUL foi tão forte e sua relação de proximidade política com o governo do Estado, sob a égide dos partidos conservadores aglutinados na ADP, era tão estreita que o Governador Ildo Meneghetti (PSD), publicou no dia cinco de março de sessenta e quatro uma nota oficial com a posição do governo do estado quanto ao decreto da SUPRA, nos mesmos termos que reivindicavam os ruralistas, distribuída pelo gabinete de imprensa do Palácio Piratini. Dizia a nota que frente a rumores de que “elementos mal intencionados, irresponsáveis e com intuits demagógicos”, pretendiam desvirtuar o objetivo do decreto de desapropriações elaborado pela SUPRA que tinha promulgação anunciada para o dia treze de março, o Governo do Estado afirmava sentir-se no “dever de tranquilizar a população ordeira do Rio Grande do Sul” informando que 1) a “simples” promulgação do decreto declarando as terras de utilidades públicas ou de interesse social das terras as margens das rodovias, ferrovias e açudes federais, não autorizava a ocupação ou invasão dessas terras “por elementos estranhos” uma vez que as mesmas continuariam no domínio privado; 2) que a desapropriação só se tornaria efetiva após acordo ou decisão judicial e 3) que nestas condições, “fiel aos dispositivos das constituições federal e estadual”, não permitiria “qualquer perturbação da ordem” que visasse “alterar a tranquilidade do Estado, advertindo que empregará, se necessário for, todos os meios a seu alcance, para conter qualquer violência ou tentativa de invasão de terras do domínio privado”.<sup>243</sup>

A mensagem do Governo do Estado, de proteção da propriedade privada e dos interesses dos ruralistas fica clara na nota oficial.<sup>244</sup> O tom na defesa da tranquilidade e da

---

<sup>243</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 6, p. 18.

<sup>244</sup> A confluência política e de interesses era tão estreita que, mesmo na base do movimento ruralista, esse estreitamento era percebido e saudado. Por exemplo, ante as atitudes do governador e de sua publicamente declarada oposição ao decreto da SUPRA, o “cabanheiro” Flodoardo Martins Silva, membro da FARSUL,

ordem também fica evidente. As classificações de agitadores, demagógicos, e elementos estranhos aos defensores das reformas sociais, criando um campo de oposição, além da mesma direção do discurso político alinham ruralistas, FARSUL e Governo do Estado e os partidos que o sustentam. Tanto que o mesmo foi muito elogiado pelos ruralistas através do Presidente da FARSUL, Oscar da Fontoura, em declarações à imprensa no dia 6 de março de 1964. Na mesma entrevista, tentou legitimar publicamente a nova linha de atuação da entidade e justificar a sua nova política agressiva. Mais uma vez, deixou clara a parceria com o Governo Estadual e sua convergência política em torno de um projeto conservador, com fundamento no direito a propriedade privada, tendo nas reformas, e no interesse social da propriedade, adversários a serem enfrentados e exterminados para que as *classes produtoras* pudessem “continuar a produzir com tranquilidade”. Mais uma vez deixou claro que os ruralistas defenderiam as propriedades a qualquer custo e voltou a atribuir às propostas de reforma agrária a um projeto nacional de agitação liderado pelos comunistas.<sup>245</sup>

A influência dos ruralistas era tão forte e sua articulação política tão eficaz que suas posições repercutiram fortemente. A imprensa conservadora, através de seu principal órgão, o *Correio do Povo*, manifestou apoio e alinhamento político com a FARSUL, mas também, e com elogios, ao governo do Estado. Em seu editorial do dia sete de março de sessenta e quatro o *Correio do Povo*, ao reproduzir o posicionamento e as diretrizes do governador Meneghetti, reafirmou seu apoio a conduta e à linha política adotada por este mandatário. O editorial do periódico em questão foi categórico: “O Governo do Estado (...), fêz exatamente o que lhe cumpria fazer, dentro de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o resguardo da ordem jurídica e material no Rio Grande do Sul” (Sic), citando, também a fundamentação da posição do governo sob o argumento dos demagogos, agitadores em sua campanha liderada por comunistas de desvirtuar o decreto da SUPRA. E continua:

(...) não atravessasse o país a conjuntura demagógica-subversiva, que está atravessando, e a nota, certamente seria desnecessária. Porque ninguém se abalançaria à prática da ilegalidade e violência temida; a invasão de terras não efetivamente desapropriadas, o clamoroso atentado ao direito a propriedade e à

---

“parabenizou” o governador Meneghetti pela posição contrária ao decreto da SUPRA. Para o líder ruralista, o governador estaria “demarcando o reencontro moral e cívico com o Rio Grande do passado, que nunca foi caudatário dos grandes movimentos que defendem a ordem e a dignidade nacional”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 12, p. 4.

<sup>245</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março 7, p. 4.

ordem jurídica, que isso representa e todas as encadeadas e danosas consequências daí advindas. A verdade dos fatos, porém, desgraçadamente, é, como se sabe, muito outra.”<sup>246</sup>

Além de fazer a defesa da atitude do governo, o periódico ainda imputa a responsabilidade dos atos do governo à suposta campanha de ilegalidade e violência rural, classificando como um atentado à propriedade e a própria ordem, a tentativa de reforma agrária, aqui tomada como simples agitação e afronta à ordem. E sua interpretação é dada como a verdade dos fatos. Sem mencionar o tom dramático imposto ao texto que leva a uma interpretação de uma situação crítica. E não para por aí. O *Correio do Povo* prossegue e ataca mais frontalmente o Governo Federal que “ao invés de se fazer o que se tinha de fazer, porque (...) reclamado pelo interesse nacional” o que estaria se fazendo, “inclusive através da perturbadora e impatriótica demagogia da Superintendência de Reforma Agrária é insuflar o desassossego, a intranquilidade e a desordem no meio rural, para completar o que já se vinha e vem verificando no meio urbano.”<sup>247</sup> A solução, o que deveria estar sendo feito pelo Governo Federal, embora essa lacuna tenha sido deixada aberta, não escrita, mas claramente compreendida por quem lê o editorial e conhece a conjuntura daqueles dias, era “conter o processo inflacionário e explicar-se ao povo a necessidade de aceitar todos os sacrifícios e dificuldades resultantes das medidas para tanto imprescindíveis”.<sup>248</sup> Na lógica conservadora, que tinha como parceira a grande imprensa, a saída para a crise deveria ser, mais uma vez, como tradição da elite política brasileira, paga pelo povo, pelos trabalhadores, em suma, pelas classes subalternas. Essa concepção já desnuda, mais uma vez, mesmo que já não precisasse a concepção esposada naquele momento histórico por aqueles que eram contra as reformas sociais, nesse caso, as forças liberais-conservadoras. E, embora não cite diretamente, o Governo Federal e os “comunistas agitadores” seriam responsáveis num plano nacionalmente orquestrado, incluindo trabalhadores urbanos, através dos sindicatos, e os trabalhadores rurais (eles chamam de falsos trabalhadores rurais), de instalar a agitação e a baderna. Nesse caso, o povo, que deveria pagar a conta, estar lutando por seus direitos e por reformas sociais para atenuar os efeitos da histórica desigualdade social no Brasil, era tido como uma ameaça a

---

<sup>246</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 7, p. 4.

<sup>247</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 7, p. 4.

<sup>248</sup> *Idem*.

ordem. Tem-se que admitir que considerando a concepção política dessas forças conservadoras, de fato, talvez fosse uma ameaça à *sua ordem*.<sup>249</sup> Este trecho, clareia a posição da classe dominante, e o apoio da imprensa a essas posturas, jogando no lixo, qualquer tese sobre a imparcialidade ou isenção dessa e de seus agentes.

Não é por acaso, no entanto, o denunciamento e o estado de alerta e combate aberto à Reforma Agrária por ruralistas, governo do estado, e imprensa no rio Grande do Sul. No dia seis de março de 1964, chegou ao Rio Grande do Sul o Ministro da Agricultura de João Goulart, Osvaldo Lima Filho, para tratar das polêmicas envolvendo a reforma agrária no estado, e as supostas invasões de terras. Um dos seus principais destinos foi Bagé, foco de tensão e local de um assentamento da reforma agrária, na fazenda cinco cruzeiros. Já na passagem por Porto Alegre, foi recepcionado pelo Prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise (PTB), pela direção do partido no estado, mas somente pelo Cel Orlando Pacheco, representando o governo do estado. O ministro saiu em defesa da Reforma Agrária. Só seriam desapropriadas terras improdutivas ou mal aproveitadas, com objetivo de redistribuição, justiça social e conseqüentemente, aumento da produtividade.<sup>250</sup> Aqueles que tivessem terras produtivas nada deveriam temer. A fala do ministro objetivava mostrar ao público a real intenção do governo e tentar acalmar os produtores no estado. Já sobre as supostas “invasões” de terras, o ministro desconversou, disse que verificaria a situação; sua presença no estado também se devia a ter que tratar desse tema.

Na visita à Bagé, no mesmo dia seis de março, o ministro foi acompanhado de diversas autoridades, realizou uma série de reuniões e visitou o acampamento dos sem-terra, onde foi homenageado e recebeu as reivindicações das lideranças do movimento. O ministro disse que apesar de não poder contemplar a todos naquele momento, com a entrega de um lote do loteamento de 545 hectares da fazenda cinco cruzeiros à 40 famílias, num prazo de 30 dias, aos trabalhadores sem terra, como parte de uma política de reforma agrária do governo, a SUPRA já estaria trabalhando para chegar à distribuição de 1000 hectares de terras para

---

<sup>249</sup> Muitos estudiosos classificam esse período como pré-revolucionário. A maioria, no entanto, defende como um dos mais ricos períodos de lutas sociais do povo brasileiro na luta por direitos. Para acompanhar esse debate vide a revisão bibliográfica deste trabalho.

<sup>250</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 7, p. 18.

reforma agrária naquela fazenda, mas fez a ponderação dirigida, de que tudo seria feito dentro da ordem e com critérios.

Como resposta, ao que soou como o apoio do Governo Federal ao movimento dos sem-terra, e sua convicção na reforma agrária, com a visita e as declarações do Ministro da Agricultura na cidade de Bagé, a Associação Rural de Bagé (ARB) convocou uma reunião para o dia nove de março, poucos dias após a estadia do Ministro, para tratar dos conflitos políticos e cimentar a unidade da categoria e unificar o discurso político. O resultado foi um documento, um manifesto intitulado “declaração de princípios do ruralismo bageense”. O Presidente da entidade, Favorino Thomaz Mércio, declarou que a ARB empenhava “amplo apoio ao governador do estado e ao Presidente da FARSUL, já que seu objetivo é (era) também defender os interesses da classe, mantendo a propriedade privada e todas as liberdades democráticas (Sic).”<sup>251</sup> O documento é longo e reproduz os argumentos já tratados, majoritariamente até aqui ou que serão detalhados a seguir, portanto, não será tratado especificamente. A questão central, no entanto, é a reação, e o desencadeamento à crescente mobilização que se estabelece entre os ruralistas a partir de então, no enfrentamento direto às propostas de reforma agrária, e mais, partiram pra ação política a fim de construir a hegemonia social e política dos seus pressupostos, enfraquecer João Goulart e as forças reformistas e nacionalistas no Rio Grande do Sul, utilizando o anticomunismo dominante e associando seus adversários à todos os males possíveis, centralmente, como comunistas perturbadores da ordem, e agentes internacionais, com objetivo de estabelecer uma ditadura no Brasil. A cada ação positiva do Governo Federal, a cada ação das forças reformistas, era respondido com uma reação intensa das forças conservadoras, dando forma a quase uma guerra de posições. Cada milímetro de espaço do terreno político era intensamente disputado pelos discursos e ações.

Como decorrência dessa mobilização, em inícios de março de sessenta e quatro a FARSUL remeteu à Associação Rural de Uruguaiana, assim como à outras associações rurais do estado, um telegrama, com uma mensagem alarmante com intuito de por a classe em alerta e unificá-la em torno da bandeira antireformista e anticomunista. Sua intenção parece evidente: mobilizar a categoria para a batalha política que estava sendo travada, e sendo

---

<sup>251</sup> Correio do Povo, 1964, março, 10, p. 24.

radicalizada cada vez mais, e cimentar a unidade de ação, através do foco na defesa do seu direito a propriedade privada da terra e produção, supostamente ameaçado pelos reformistas, liderados pelos comunistas, como parte de um plano nacional de agitação, rumo à uma revolução socialista. Esse apelo somava-se ao contexto mobilizatório que desembocaria nas chamadas “concentrações rurais”, grandes reuniões organizativas e mobilizadoras, que aconteceriam logo em seguida, em meados de março de 1964. Exemplo dessa mensagem é o telegrama, tornado público, da Associação Rural de Uruguaiana, uma das mais ativas e atuantes associações rurais no próprio embate político. Outros devem ter sido enviados, de fato, mas este causou maior repercussão, pela organicidade e combatividade dessa Associação. Dizia a mensagem:

Em face das crescentes ameaças de invasão de terras particulares, *comandadas por comunistas dentro de um plano de agitação nacional*, julgamos de absoluta conveniência que esta associação advirta os proprietários rurais no sentido de defenderem, *de qualquer maneira*, suas terras contra essas invasões, que atentam contra o direito a propriedade garantido pela constituição./ Lembramos ainda que *essa Associação organize grupos de defesa, bem orientados, para colaborar com o governo do Estado, na manutenção da ordem* em qualquer ponto do município. Salientamos a urgência dessas providências face da disposição dos agitadores de aproveitar a publicação do decreto da SUPRA, anunciado para treze do corrente, para promoverem invasões de terra, em todas as zonas declaradas de utilidade social.<sup>252</sup> (grifos meus)

O telegrama é assinado diretamente pelo Presidente da FARSUL, Oscar Carneiro da Fontoura, portanto, será considerado como posição da entidade e da direção política da classe que essa federação representa. O texto da mensagem estabelece as diretrizes políticas da ação e deixa seus objetivos muito claros e os campos políticos demarcados. Insere a disputa do momento, o debate sobre a reforma agrária, no contexto mais amplo do anticomunismo e relaciona-o diretamente, embora sem pronunciar diretamente do governo do Presidente João Goulart, e as forças políticas que advogavam as reformas sociais. Apela, indicando ainda a urgência da ação, pela mobilização dos produtores e proprietários rurais, exortam a defesa “de qualquer maneira”, podendo-se aferir dessa expressão significados que apontam inclusive para defesa extralegal, armada e miliciana, como se veio a especular posteriormente. Invoca, como no discurso golpista em ascensão, a constituição como fonte de legitimidade, mesmo que sua intenção seja a defesa ilegal da propriedade. Essa compreensão de que os ruralistas

---

<sup>252</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 11, p. 20.



preparavam defesas milicianas é apoiada pela exortação a necessidade de organizar “grupos de defesa”, autônomos ao poder público, e aqui uma parte fundamental, “para colaborar com o governo do Estado, na manutenção da ordem”. Ou seja, demarca seu campo político, definindo seu aliado, o governo do Estado (na gestão da ADP, Governador Meneghetti), e seu suposto objetivo, manutenção da ordem, concebida como defesa dos *status quo* social, contra manifestações popular ou à suposta ação agitadora do povo, onde os reformistas são associados a agitadores, fora da ordem e a margem da constituição. O Governo do Estado, tendo a sua frente a coligação liberal-conservadora da ADP e o governador Ildo Meneghetti, do PSD, que posicionou-se no campo que organizou e defendeu o Golpe de Estado de 1964, contra o Presidente João Goulart, já acusado diretamente de não garantir a ordem social e até mesmo de ser incentivador da transgressão do direito à propriedade e da constituição através de um plano nacional de agitação. Aparecem, no discurso político conservador, inclusive, a associação desse plano e da ação do Governo Federal com o comunismo e os comunistas, usado, como era comum, como acusação política das mais graves, desqualificadora do acusado, naquele contexto anticomunista.

No caso de Uruguaiana, no mesmo dia da chegada do telegrama, a Associação Rural do município, sob a presidência de Gregorio Beheregaray Filho, conseguiu mobilizar uma reunião, bastante concorrida segundo o periódico *Correio do Povo*, para dar conhecimento à “classe”, do telegrama e seguir as orientações do mesmo, para organização dos ruralistas daquela associação, descrito pelo próprio jornal como “a necessidade de organizar a classe para sua defesa na hipótese de invasão das estâncias pelos “sem-terras” (Sic), comandados por comunistas”, reiterando os próprio termos da organização ruralista e tornando publicamente a versão desta classe como a versão verdadeira para o próprio público. O telegrama, e seus encaminhamentos, foram aprovados por unanimidade, e uma comissão, presidida pelo próprio Presidente da Associação Rural de Uruguaiana, foi imediatamente formada para organizar e arregimentar produtores para a defesa das propriedades. Outro ponto que chama a atenção é a última resolução da reunião. Uma nova comissão foi formada para se reunir e tratar com o general da divisão de cavalaria da cidade e à delegacia de polícia do município, para informar as resoluções da categoria.<sup>253</sup> Isso pode sugerir uma cumplicidade na relação com as forças

---

<sup>253</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 11, p. 20.

armadas e policiais daquele município, na medida em que a resolução da categoria dos proprietários rurais indica claramente a formação de milícias para-militares para supostamente defender suas propriedades das invasões e dos comunistas. Poderia ser também uma tentativa de salvaguarda para legitimar uma atitude extralegal através da conivência das forças legais locais.

Tendo em vista as declarações da ARU, outra análise precisa ser realizada. A disposição de combate e a radicalidade do desafio imposto pelos ruralistas à legalidade é gritante. Paradoxalmente, não houve ocupações de terras na Região, nem mesmo no estado, pelo menos que fossem tornadas públicas. Provavelmente se tratava mais de criar o clima de confronto e de insegurança nos proprietários e na opinião pública do estado. Por mais que houvesse movimentos sociais rurais reivindicando a reforma agrária, dificilmente o desafio seria ao ponto de a reação ser tão forte. Não sem que os mesmo ruralistas fizessem um barulho maior ainda, posteriormente. O que não aconteceu. Mas alguns pontos ficam evidentes. Primeiro, o desafio aberto à legalidade e à ordem constitucional, expresso na condição de defesa, a qualquer custo, da propriedade, tirada desta afirmação todas as conclusões cabíveis em função da formação dos “grupos de defesa”, provavelmente armados, já que foram formuladas denúncias sobre tráfico de armas ilegais para a Região, como para a Guanabara, onde a denúncia foi comprovada. No estado, no entanto, as autoridades fizeram “vistas grossas”. Nada foi apurado. Portanto, provavelmente, temos verdadeiras milícias rurais, semelhante ao que vinha acontecendo em outros locais do País, como Goiânia e Guanabara, por exemplo. Segundo, não só a conivência, quanto ao apoio do governador do estado; mesmo sendo aberta e declaradamente contra a lei, não sofreram nenhuma espécie de sanção ou crítica. Nem mesmo foram acusados de agitadores do meio rural, o que de fato estavam sendo. Os responsáveis pela agitação, pelas denúncias e pela atuação extra-legal eram na verdade os ruralistas e não os movimentos dos sem-terra. Terceiro, a passividade do Governo Federal, e das forças reformistas, com estas atitudes foi gritante.

Para demonstrar que Uruguaiana não foi um caso isolado, também em Bagé, no dia seguinte, onze de março de sessenta e quatro, o Presidente da Associação Rural de Bagé, Favorino Tomas Freitas Mércio, em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, declarou que o ambiente em Bagé era de “expectativa e de tensão”. Mas que existia, no seio da categoria, ou como referido por ele, da classe rural, “da necessidade da defesa da propriedade privada”. Finalizou categoricamente: “A classe está unida a fim de dar apoio ao governador e ao

Presidente da FARSUL”.<sup>254</sup> Chama atenção a repetição da fórmula de apoio ao governador Meneghetti e aqui, ainda ao Presidente da entidade representativa da categoria. Essa afirmação demonstra, junto com a posição do Presidente da ARB, a crescente organização e unidade dos ruralistas em torno da sua entidade, compreendida como legítima representante da categoria, inclusive, pela pro atividade com a qual a FARSUL estava enfrentando aquela luta política na defesa de sua concepção e seu projeto de sociedade. A referência ao governo, mais uma vez demonstra o alinhamento político e a compreensão de projetos políticos comuns, baseados nos pressupostos da defesa da ordem vigente e da grande propriedade, neste caso em específico. Deixa implícito, novamente, uma oposição entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul, como mantenedor da ordem, e o Governo Federal, concebido como incentivador das invasões de terras, e da suposta “baderna” que representava para a classe dominante a crescente luta por reformas sociais.

Neste caso o apoio do governo do Estado à visão da FARSUL, através da força policial fica mais evidente. Mais uma vez a posição do *Correio do Povo* fica também manifesta. Segundo a reportagem, a cidade vivia momentos de expectativa, em face das “anunciadas invasões de terras” do dia treze de março, quando se realizaria o comício da Central do Brasil, por reformas sociais, lideradas pelo presidente Goulart. O teor da reportagem e a forma como é conduzida, caminha para legitimação das opiniões das entidades ruralistas. Ainda mais importante para o tema em questão, o delegado de polícia de Bagé, Romaiana Mendes, declarou que, face as ameaças de invasão de terras, a polícia estaria aparelhada para assegurar a ordem pública e, além disso, já estaria tomando medidas para garantir sua manutenção, como proibição da venda de armas e munições a exceção das “pessoas com autorização especial da polícia”. Fica a dúvida de quem seriam essas pessoas autorizadas pela polícia. Mesmo com a garantia do delegado das condições de manter a ordem pública, anunciava-se o reforço do efetivo da Brigada Militar na cidade, pelo destacamento de efetivo de Porto Alegre para auxiliar no trabalho de policiamento preventivo.<sup>255</sup> Fica aparente a preocupação com o conflito rural anunciado em Bagé, mas, sobretudo, com as supostas ameaças de invasões, por sem terras, “comandados pelos comunistas”, e com a manutenção

---

<sup>254</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 12, p. 3.

<sup>255</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 12, p. 3.

da ordem e da integridade da propriedade. É preciso ponderar que não se encontra nenhuma evidência, nem mesmo declarações que indicassem a intenção de ocupar propriedade ou realizar esse movimento de “conflito”, por parte das forças reformistas. E nem mesmo se confirmaram as preocupações dos denunciistas alarmantes. Porém, as acusações já estavam postas, a opinião pública massacrada por esse bombardeio cotidiano não tinha acesso à nenhuma linha de reparação, retificação ou negação das denúncias. Cada vez mais a população em geral era alvo das bravatas e do *lacerdismo* conservador, sem que, como é comum nas democracias de tipo liberal, as forças reformistas e nacionalistas pudessem disputar a opinião pública à altura do que fazia a imprensa de grande circulação.

Para manter o foco nesse contexto de conflito em torno da reforma agrária, e na organização dos ruralistas, a Associação Rural de Cachoeira do Sul, no mesmo dia, divulgou, por intermédio do Vice-Presidente em exercício, Pedro Walter Gomes Bartmann, um telegrama, datado do dia nove de março, dirigida pela entidade ao Presidente da República, João Goulart. Seu teor dava conta do apoio a uma reforma agrária “democrática e cristã”, mas jamais de feição “arbitrária e subversiva” aos moldes do que estariam fazendo os “falsos nacionalistas da SUPRA”, tirando a tranquilidade da “produção rural brasileira”, com ameaças de invasão à propriedade privada e criação de clima de insegurança com prejuízos à produção agrária. Mais uma vez, seria “o braço homicida dos apátridas para o assalto a propriedade privada, num primeiro passo para a *cubanização* do país (Sic).” Porém, os ruralistas de Cachoeira do Sul, estariam organizados e dispostos à luta, para supostamente fazer frente a tradição do Rio Grande do Sul, não permitindo que isso acontecesse sem uma “nova batalha de Caibaté. (Sic)”<sup>256</sup> Embora, a própria imagem do Presidente ainda seja preservada, o Governo Federal é acusado de promover um ataque organizado a propriedade rural para reproduzir a Revolução Cubana no Brasil. É preciso mencionar que não houve, nem há relação à reforma agrária e a revolução cubana. Mais importante, nesse caso, é a utilização da imagem de Cuba socialista em meio ao contexto de anticomunismo exacerbado naquele momento de tensão política, como justificativa a sua posição em defesa da ordem.

Em meio a esse contexto de radicalização e, principalmente, de organização das entidades de classe dos ruralistas, foi realizada, no dia doze de março, na cidade de Caçapava

---

256 *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 12, p. 3.

do Sul a anunciada e primeira das reuniões promovidas pela FARSUL como protesto ao chamado decreto da SUPRA e o projeto desapropriações de terras para realização da reforma agrária pelo Governo Federal. Mas, sobretudo, foi uma reunião de organização, mobilização e unificação do discurso em torno do seu programa, do seu projeto político e de sua versão do contexto da luta política. Cerca de mil e quinhentos ruralistas, líderes de Associações Rurais de 8 municípios compareceram à chamada *concentração rural*: Rosário do Sul, São Gabriel, São Sepé Lavras do Sul, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Dom Pedrito e Pinheiro Machado. Embora regionalizada, destaca-se o fato de serem justamente estas, algumas das mais proativas associações ruralistas nesse momento de embate político, somadas a Uruguaiana. Participaram da atividade política, Oscar Carneiro da Fontoura, Presidente da FARSUL, Alberto Severo, Vice-Presidente da FARSUL, e Remy Gorga, Secretário Geral da mesma organização. Toda a cúpula da Federação estava empenhada, o que demonstra a importância dessa atividade e na luta política em curso. O encontro ocupou todo o dia em discussões na sociedade Rural de Caçapava. Entre os principais assuntos, segundo o divulgado, o Decreto da SUPRA, as desapropriações de terras, a reforma agrária, o estatuto do trabalhador rural, a nova lei de vendas e consignações e a taxa de cooperação ao instituto de carnes. A tônica, entretanto, foram as críticas ao Governo Federal e suas iniciativas. A maior veemência da FARSUL foi nas críticas à suposta “agitação” e desordem, que teriam sido promovidas pelas forças reformistas, com cumplicidade do Governo Federal.<sup>257</sup> Nos encaminhamentos, novas reuniões foram marcadas para prosseguir o processo de mobilização e organização da categoria dos grandes proprietários rurais pela sua entidade representativa. A próxima foi marcada para o dia 17 de março na cidade de Camaquã.<sup>258</sup>

Nessa reunião promovida pela FARSUL na cidade de Camaquã, continuação na etapa de mobilização da categoria, a tônica do discurso de necessidade e intenção de defesa da propriedade privada da terra, “a qualquer preço”, foi acentuada.<sup>259</sup> Ruralistas de vários pontos do Estado, capatazes e trabalhadores do campo participaram do encontro promovido para debater a crise política em crescente radicalização ideológica, e as propostas de reforma agrária do Governo Federal. A reunião, novamente, tinha o objetivo declarado de dar uma

---

<sup>257</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 13, p. 13.

<sup>258</sup> *Idem*.

<sup>259</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18, p. 7.

demonstração da classe rural da sua unidade, coesão e consciência da suposta responsabilidade que lhe cabia de defesa da propriedade. Esta foi mais uma etapa do processo de organização, unificação e mobilização dos ruralistas promovidas pela FARSUL, cada vez mais reconhecida e legitimada como entidade representativa, ideológica e politicamente, dos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul. Tanto, porque atuava cotidianamente na construção e uma opinião pública favorável aos interesses da sua classe, tentando apresentá-las como de interesse universal, aliás, como toda ideologia precisa fazer,<sup>260</sup> quanto, porque realmente atuava politicamente nas articulações políticas institucionais e na organização e mobilização, não só daqueles que representava, como das forças políticas e sociais aliadas aos seus interesses.

É importante mencionar que esse encontro ruralista já foi realizado após a realização do Comício da Central do Brasil, pelo Presidente João Goulart, e a proposta de reforma agrária, assim como outras reformas sociais, já havia sido enviada ao congresso nacional. Desta forma, a radicalização e polarização política já tinha se agravado ainda mais, e o que antes era um movimento defensivo, que em determinados momentos ainda poupava, pelo menos no discurso, a imagem do Presidente João Goulart, agora passava a ser um movimento de ofensiva, de embate aberto e de ataque direto não só aos comunistas, mas ao próprio Presidente, considerado agora, o grande líder do projeto de “subversão do Brasil”. Segundo o Presidente da FARSUL, Oscar Carneiro da Fontoura, quando o Presidente foi “à praça pública incitar a desordem”, então, cabia ao povo manter a ordem. O povo, aqui refere-se mais especificamente às forças sociais e políticas conservadoras, universalizados seus interesses no campo ideológico.<sup>261</sup> Disputava-se também, a própria concepção de povo. Mais ainda, tentava-se cooptar as classes subalternas para o projeto das classes produtoras, ou, mais claramente, das classes dominantes. Não cabe fazer, detalhadamente, a análise dos discursos políticos. Mas é importante apontar que as falas, principalmente do orador oficial da entidade nesse encontro, Almir Gonçalves girou em torno das críticas às propostas reformistas em discussão naquele contexto, que objetivavam, segundo sua concepção, à “perda da liberdade”

---

<sup>260</sup> MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*, op, cit.

<sup>261</sup> A atuação política da FARSUL se tornou tão intensa nestes dias e nos seguintes que, em 24 de março, o Dep. Antonio Visintainer, do PTB, pediu que fosse cassado o título de utilidade pública concedido a FARSUL em 1929. Para o parlamentar, “a entidade se desviou de sua finalidade inicial, *tratando, agora, exclusivamente de questões políticas, proibidas por seu estatuto*”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 25.

(aqui associada a liberalismo) e à ordem estabelecida, promovida por ‘idéias exóticas’, levadas a cabo por “uma minoria mal-intencionada” que agora agia sob os auspícios do Governo e do Presidente. No entanto, a tônica do encontro, foi a exortação à ação autônoma na “classe” e suas organizações. Os ruralistas, que já estavam convencidos da necessidade do embate público, partiam, definitivamente para o confronto político.<sup>262</sup>

A FARSUL, no entanto, não era uma entidade que pairava no espaço, ou isolada em sua ação. Seus discursos e suas ações estavam articuladas nacionalmente, onde o mesmo debate, sobre a reforma agrária e a propriedade privada da terra produzia enormes distúrbios e despertava paixões. Como já mencionado, a FARSUL se organizava, como parte das entidades representativas dos ruralistas, na CRB que estava, de igual forma, completamente imersa nos debates e no processo de luta política daqueles dias de radicalização. Em uma das suas reuniões semanais, em 20 e março de 1964, a direção da CRB debateu bastante a fundo o que compreendia ser “a grave situação do Brasil”, em referência a crise política aberta pelo embate entre os distintos projetos de sociedade naquela quara histórica. Em sua opinião, a luta por reformas sociais e a adesão do Presidente João Goulart a este projeto representavam “acontecimentos que ameaçam convulsionar os fundamentos da ordem democrática brasileira”. Por isso, o longo debate resultou em um “telegrama de congratulação” ao Senador Auro de Moura Andrade pelo seu discurso de abertura do ano legislativo, onde tecia fortes críticas ao governo e aos projetos de reformas sociais, reproduzia as teses de agitação e subversão da ordem, e colocava o congresso no campo oposto ao do Presidente João Goulart, como defensor da constituição e do que era para eles a ordem legal. A mensagem dada é clara: “A classe rural mostra-se extremamente apreensiva e está disposta a formar junto com aqueles que acreditem e defendem a liberdade, os direitos e a constituição a fim de lutar de modo decisivo na defesa das instituições democráticas.”<sup>263</sup>

Desta forma, a FARSUL, entidade representativa dos ruralistas foi um sujeito político fundamental na construção, ou na tentativa de construção de um consenso político em torno do projeto de sociedade dos liberais e conservadores, enfrentando, diretamente, as forças nacionalistas e reformistas, através de uma batalha de opinião pública, através e com apoio

---

262 *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18, p. 20. Não há mais referências ao orador, Almir Gonçalves.

263 *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 21, p. 4.

dos grandes meios de comunicação, da criação de um clima de instabilidade e desconfiança contra o Governo Federal e as forças reformistas, taxadas de agitadoras e comunistas, do trabalho articulado com os partidos conservadores organizados na ADP e, fundamentalmente, com o governo do Estado na gestão de Meneghetti (PSD), mas também, e por fim, da ação direta de organização da categoria, tida e auto identificada como classe ruralista. Sempre organizados e articulados às demais organizações das *classes produtoras*, ou classes conservadoras sul-rio-grandenses como se auto identificava a classe dominante do Rio Grande do Sul, quais sejam, principalmente, FIERGS e FEDERASUL, além de outras organizações auxiliares e de menor expressão.

Entidades e organizações que passarão a ser tratadas a seguir, como partes fundamentais do esteio da luta política na quadra histórica de construção do Golpe de 1964 e dos embates políticos que esses movimentos sociais e políticos conservadores patrocinaram contra as forças reformistas na construção da hegemonia política de seu projeto de sociedade, vitorioso com o Golpe de Estado que depôs o Presidente João Goulart. Se não venceram politicamente, contribuíram, na prática, para minar as forças políticas dos reformistas e neutralizar, no mínimo enfraquecer o poder de reação e o respaldo social das forças progressistas, ao contrário da grande resistência organizada em 1961 a partir do Rio Grande do Sul. E as forças conservadoras sabiam desse processo de mobilização do estado natal de João Goulart e reduto de força trabalhista e comunista. Portanto, enfrenta-las e enfraquece-las, política e socialmente, era tarefa precípua das forças que articulavam e construíam o Golpe de Estado civil-militar de 1964. E a reconstituição desse enfrentamento político que o trabalho continua a perseguir.

### **3.2 FIERGS e FEDERASUL: a Vanguarda Urbana**

Depois de acompanhar e reconstruir as ações políticas da fração eminentemente rural das *classes produtoras*, aqui, como a força política e fração da classe dominante mais atuante nesse processo de disputas sociais e políticas, se faz necessário reconstituir a atuação e a intervenção da fração urbana da classe dominante sul-rio-grandense, formada pelos industriais e pelos comerciantes organizados na FIERGS e na FEDERASUL. Estes, embora não tão



ativos e com menos exposição pública, no enfrentamento com as forças reformistas e nacionalistas, não deixaram de atuar fortemente na defesa de seus princípios, seu projeto de sociedade e seu programa político baseado no liberalismo econômico e na ordem conservadora que afastasse a política das classes subalternas, embora, ambas apresentassem contornos mais ideológicos e programáticos que sua correspondente rural. Ainda assim, apresentavam-se frequentemente nas discussões políticas e até político-eleitorais, mantiveram estreitos laços e afinamento político com os partidos conservadores aglutinados na ADP e, conseqüentemente, com o Governo Ildo Meneghetti (PSD) e sua plataforma política antirreformista e antinacionalista de enfrentamento aos movimentos e partidos de esquerda, fundamentalmente aos comunistas e trabalhistas.

Em assembleia geral, realizada no último dia do mês de julho de 1963, a ACPA elegeu sua nova diretoria tendo como presidente Fábio Araújo Santos. Em clima de unidade, a categoria realizou sua assembleia de balanço da última gestão e eleição da nova diretoria. O Presidente cessante Alvaro Coelho Borges, fez o balanço de sua gestão, uma avaliação do contexto e conclamou a unidade da categoria para enfrentar os novos desafios políticos, para ele, presidir a entidade exigia atitudes decididas, firmes e que transcendiam a condição de “simples homens de empresa para manter a salvo das implicações demagógicas e *agitacionistas* o patrimônio” das organizações comerciais e mesmo das próprias “instituições democráticas”.<sup>264</sup> Em seguida, faz um suposto alerta de que “em alguns setores da nossa vida pública se exercitam movimentos que pretendem alcançar a reforma de nossa estrutura econômica e, mesmo das políticas por meios estranhos as nossas concepções democráticas.(Sic)”<sup>265</sup> Prossegue, asseverando que a entidade, assim como a categoria não são contra as reformas, no entanto, reformas cristãs e dentro da ordem. Assim, avisa, “não estamos dispostos a abrir mão das nossas liberdades e nem pretendemos que essas reformas se façam empiricamente e ao sabor de ideologia que não se coadunem com as nossas concepções de vida, com as nossas peculiaridades de povo livre (...), enfim com nossa própria e singular maneira de ser.”<sup>266</sup> Para atingir seus objetivos, segundo o Presidente, grandes tarefas caberiam a sua organização, desde estudos e aviltamento das suas concepções, até “o enfrentamento das

---

<sup>264</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, agosto, 1, p. 7.

<sup>265</sup> *Idem*.

<sup>266</sup> *Idem*.

tendências impróprias que cara, ou sub-repticiamente se apresentam para a solução desses problemas.”<sup>267</sup> Por fim, Alvaro Borges, sustentando a tese de que a direção da entidade não seria capaz de agir sem a solidariedade e participação da categoria, portanto, fez um chamamento a todos os comerciantes a se unirem em torno da associação, pois só assim seria possível enfrentar os desafios e as contingências impostas, não só do ponto de vista financeiro, mas também representativo, exercendo vigilância e defendendo seu programa.<sup>268</sup>

Fica claro, por essa intervenção, a posição defendida nesse trabalho, que partilha a concepção da socióloga Denise Gros, do destaque, na FEDERASUL, de sua combatividade frente aos projetos e governos de orientação reformistas, pela defesa constante dos preceitos de uma economia de livre mercado baseada na propriedade privada, atribuindo inclusive à esses a essência da própria ordem democrática, identificando, também, os comunistas como os piores inimigos.<sup>269</sup> O encontro da democracia com o povo, ou mesmo políticas voltadas para a classe subalternada, eram concebidas como ameaça à ordem e à própria democracia. Ao menos, à sua concepção de democracia liberal e representativa. Posição ideológica que será o eixo dos discursos e ações políticas da categoria e da entidade ao longo desse processo político, apontando, tanto seu projeto, quanto seu lado nesse embate. Além, claro, da justificativa para o tipo de intervenção feita sistematicamente na imprensa e nos espaços públicos e do apoio e da participação no Golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

A classe dominante do estado era, como tenta demonstrar esse trabalho, bastante afinada com a imprensa. E embora não seja parte das entidades representativa das *classes produtoras* do Rio Grande do Sul, um episódio merece atenção. A Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT), em uma Assembleia Geral com mais de duzentos delegados, no dia 16 de setembro de sessenta e três, teve na sua tônica, o ataque ao Governo Federal, a sua entendida “defesa do Regime” e uma atuação com “todas as armas” para manter a ordem. O conclave, como foi designado, contou com representantes, diretores de

---

<sup>267</sup> Idem.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> GROS, Denise, op. cit.

emissoras e delegações de todo o País.<sup>270</sup> A atividade foi presidida pelo Deputado Pedro Calmon, que foi duro e enfático na defesa da necessidade de “união dos homens de rádio do Brasil, ultimamente ameaçados por uma serie de medidas governamentais restritivas ao livre exercício da rádio-difusão (Sic)” e foi mais enfático. Destacou “a disposição dos homens de rádio de resistir em qualquer terreno, usando todas as armas ao seu alcance, sob pena da asfixia das emissoras de rádio e televisão, primeiro passo para a liquidação das liberdades democráticas e do regime.”<sup>271</sup>

Um dos delegados mais destacados durante o encontro foi um dos representantes do Rio Grande do Sul, Flávio Alcaraz Gomes que, em nome da delegação gaúcha (qualificada pela própria imprensa como das mais numerosa e combativa do congresso), regozijou “o fato de que o espírito forte de luta do Rio Grande do sul tenha se estendido por todo o Brasil, transformando as emissoras num bloco monolítico a serviço da democracia e da liberdade da nossa pátria.” Com esta intervenção, o jornalista Flávio Gomes, ainda afirmou a disposição da imprensa em apoiar os “verdadeiros democratas” e combater o comunismo e os subversivos, aqui entendidos como todos aqueles que advogassem projetos de reformas sociais e propostas progressistas.

Tal evento, seu conteúdo e suas intervenções, mostram a disposição de luta, a organização nacional, o alinhamento ideológico e programático, bem como a face política do projeto defendido intermitente e incessantemente não só pelos jornalistas, pelas empresas de jornalismo e comunicação do estado, bem como do País, além claro, da possibilidade de intervenção e alinhamento político da representação dos jornalistas e empresa de comunicação do Rio Grande do Sul, foco desse trabalho. A semelhança entre os discursos das *classes produtoras* e dos sujeitos aqui em questão, setores representativos da imprensa, não é mera coincidência, assim como a intervenção pública, os editoriais, as abordagens e todo o trabalho de imprensa sul-rio-grandense nesse processo político e, fundamentalmente, nos momentos decisivos do Golpe Civil-Militar de 1964 contra o presidente João Goulart.

---

<sup>270</sup> Os estados representados eram Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Guanabara, Santa Catarina, Sergipe, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Goiás. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, setembro, 17, p. 22.

<sup>271</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, setembro, 17, p. 22.

A articulação das *classes produtoras* do estado, além da imprensa, estendia-se ao Exército. Ao menos, sabiam da necessidade do apoio das forças armadas ao seu programa e viam nelas, a possibilidade de legitimação de seu projeto político e seu programa conservador. Em dezenove de setembro de sessenta e três, o General Pery Bevilacqua, então comandante do II Exército, sediado em São Paulo, dirige aos exércitos uma nota de instrução “denunciando” o que chamou de “sindicalismo revolucionário e organismos extremistas espúrios que estariam se transformando em um ‘super-poder’” (sic), que seriam ameaças à constituição e as instituições e, portanto, deveriam ser combatidas, sempre em guarda, principalmente, pelas “forças democráticas” e pelo Exército.<sup>272</sup> O apoio das *classes produtoras* do Estado às posições e à atitude do General Bevilacqua, foi amplo. A par das várias manifestações de aplausos e solidariedade partidas do Rio Grande do Sul, segundo o *Correio do Povo*, a FIERGS, tentando capitanear o processo político, remeteu telegrama ao General manifestando seu integral apoio e encontro de posições políticas:

Coincidindo o pensamento da indústria com as manifestações de v. Exa. publicadas na imprensa, a respeito dos ajuntamentos ilegais e espúrios que se erigem em um super-poder, vimos expressar-lhe nossos calorosos aplausos e sinceros cumprimentos por aquele patriótico e oportuno pronunciamento, e reiterar o propósito da Indústria de apoiar sistematicamente medidas que visem fortalecer o princípio da autoridade. (sic)<sup>273</sup>

Tais argumentos contra o movimento sindical e um suposto superpoder da principal central sindical, a CGT, são bastante conhecidos. Chama atenção, no caso, o apoio tão decidido ao pronunciamento militar do comandante do Exército da Região Sudeste, principal Região golpista, bem como o apoio sistemático dos empresários da Indústria ao fortalecimento do “princípio da autoridade”, entendida pelo dirigente da FIERGS como fortalecimento da hierarquia, da ordem conservadora e do enquadramento do povo, dos movimentos sociais que os sustentam. Subentendido, também, o combate aos ideais defendidos por tais forças. Ademais, as *classes produtoras* entendiam, nesse contexto, as forças armadas como um “poder moderador”, um fiel institucional da sua ordem. Era importante, para eles, legitimar-se, junto com o Exército e junto ao Exército, mostrando sua

---

<sup>272</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, setembro, 20, p. 18.

<sup>273</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, setembro, 24, p. 22. A nota foi assinada pelo Presidente em exercício da FIERGS, Breno Sassem.

lealdade e ganhando estes para o seu projeto de derrubada das forças reformistas e nacionalistas.

Outra entidade, pouco participativa neste contexto, também se posiciona publicamente, a Federação do Comércio Atacadista do Rio Grande do Sul. Mesdiante telegrama, “cumprimenta” o general Bevilacqua, “pela sua coragem cívica denunciando os focos de subversão da ordem no país”, e avoca-se o direito de falar pelo povo brasileiro: “Pode estar certo V. Exa. de que contará sempre com o apoio do povo brasileiro, o qual comunga com V. Exa. da necessidade de assegurar o respeito à Carta Magna e aos poderes constituídos”.<sup>274</sup> Simultaneamente, qualifica o Exército como patriótico e cívico, em oposição ao campo impatriótico e internacionalista dos responsáveis pela subversão do País. A publicização de posições via telegramas e notas públicas amplamente divulgadas pela imprensa, contrapondo sempre atitudes aprováveis e reprováveis é uma estratégia bastante utilizada nesse embate político contra as forças reformistas.

No episódio já conhecido e narrado de tentativa de decretação de Estado de sítio pelo presidente João Goulart, motivada pelas declarações alarmistas de Carlos Lacerda, pela atitude denunciante de parte das forças conservadoras e da reação adversa de setores das Forças Armadas, as entidades vinculadas às *classes produtoras* atuaram conjuntamente.<sup>275</sup> Publicaram, assim, uma nota oficial, recendo fortes críticas contra o Governo Federal e o Estado de Sítio, posicionando-se junto ao Governo Meneghetti e às Forças Armadas:

As entidades que esta subscrevem, cômicas de suas responsabilidades e do relevante papel que desempenham na comunidade rio-grandense, e sinceramente desejosas de prosseguir sem sobressaltos, em comunhão com as demais classes, seu trabalho construtivo em prol da prosperidade e do bem-estar do povo brasileiro, vem de público declarar que reina a mais absoluta ordem no Estado e tranquilidade em todos os setores das atividades produtivas, para o que contribuí decisivamente a firme atuação do Governo do Estado e das Forças Armadas aqui sediadas. Por essas razões, manifestam igualmente seu desacordo com a pretendida implantação do Estado de sítio que viria a perturbar o ritmo desse trabalho e tolher as liberdades individuais, essenciais à democracia.<sup>276</sup>

---

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Fico, além de narrar aponta uma significativa bibliografia sobre os diferentes temas. Outra obra de referência é a coletânea sobre o período: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3. A experiência democrática.

<sup>276</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, outubro, 6, p. 52.

A reafirmação da ordem e a confiança declarada no Governo do Estado e nas Forças Armadas já é bastante indicativo da posição da elite sul-rio-grandense. Diferente do clima de intranquilidade sempre alegadas por essas mesmas forças, neste momento, e só nesse momento, as *classes produtoras* do estado afirmam a “tranquilidade” e a ordem na produção e no conjunto do estado do Rio Grande do Sul. Uma mudança bastante significativa de opinião para defender seus aliados. Embora a preocupação alegada fosse a proteção das liberdades individuais e da democracia, na prática, o receio era quanto às suas organizações e seus aliados golpistas e conspiradores. Significativo, também, é a importância atribuída a si mesmos pelas entidades em questão e o papel central que julgavam desempenhar. Essa era a imagem pública que tentavam construir para legitimar suas posições e sua atuação:

As entidades signatárias entendem que o Estado de sítio não constitui remédios para os nossos problemas que só terão solução no trabalho ordeiro, dentro de um plano de governo austero e firme, fixado sobretudo no combate inflexível ao déficit orçamentário e num programa de desenvolvimento das atividades produtivas, única forma de assegurar o trabalho a todos e de criar as condições básicas para as modificações e reformas exigidas pela realidade nacional. Estas primeiro devem definir-se e depois realizar-se num clima de ordem, livre da ação de organismos que vivem as margens da lei e com um só objetivo: a extinção das liberdades cívicas e a destruição das instituições democráticas./ Neste momento, os focos de perturbações da ordem são de fácil identificação e não são, em absolutos, os apontados pelas mensagens ministeriais e que propõem a decretação do estado de sítio. O governo no uso de suas atribuições normais e ordinárias, poderá eliminá-los sem afeiar as liberdades fundamentais e sem arranhar a necessária e intocável autonomia das unidades federativas. (Sic)<sup>277</sup>

A crítica e a oposição ao Governo Federal é explícita. Divulga-se que só há erros na condução do País. Primeiro indício significativo. Por outro lado, as entidades aproveitam para defender e reforçar, tanto seu programa econômico de combate à inflação, aos gastos públicos, calcado na doutrina liberal, quanto seu programa político, de ordem, hierarquia e contra a atuação dos movimentos sociais populares, acusados de pretender “extinguir a democracia”. Por fim, é importante ponderar que a defesa da autonomia das unidades federativas significava defender os governadores aliados das forças conservadoras que frequentemente enfrentavam o Presidente, como Carlos Lacerda na Guanabara e Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul.

---

<sup>277</sup> Idem.

Por fim, a articulação empresarial faz um chamamento de extrema importância: “para que todos, através de seus organismos profissionais e de classe manifestem, também, sua opinião, nesta hora de tamanhas apreensões e incertezas porque está atravessando nossa pátria.”<sup>278</sup>

Assinam a FEDERASUL e a ACPA, pelo seu Presidente, Fábio Araújo Santos, a FIERGS, pelo Presidente em exercício Breno Sassem, o CIERGS, pelo Vice Presidente em exercício Nery Marques, a FARSUL, pelo Presidente Oscar Carneiro da Fontoura e o Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul, também pelo seu Presidente em Exercício Francisco de Garcia. Chama a atenção que a signatária é a entidade, em primeiro lugar e não seu representante, para lançar mão do respaldo institucional das organizações das *classes produtoras* do estado.

Parece, conseguinte, que as entidades signatárias da presente notam tentam deixar claro a sua intenção de formar opinião e criar uma corrente de opinião e insatisfação. Mais que isso, organizar, incitar ações semelhantes e criar o clima de instabilidade e insatisfação frente ao Governo Federal e o Presidente João Goulart. A vanguarda da classe dominante sul-rio-grandense mostrou-se, mais uma vez, disposta a liderar um movimento de crítica e ação contra o Governo e seu programa reformista, bem como às forças nacionalistas e reformistas que o apoiavam.

Entretanto, a posição das *classes produtoras* era absolutamente distinta em relação ao governo do estado, na gestão da ADP, liderada pelo PSD. A articulação com os partidos conservadores agrupados na ADP e com o Governo Meneghetti era evidente e fica clara durante todo este trabalho, como uma de suas teses centrais. Assim, no dia doze de outubro de sessenta e três, por exemplo, a FIERGS congratula publicamente o governo do estado e o governador Meneghetti pelo fim das greves na capital e tece grandes elogios à administração estadual e sua condução política, numa estridente demonstração de afinidade e cumplicidade. O motivo, a intermediação das autoridades estaduais e do próprio governador que teria levado a um acordo entre trabalhadores e empregadores dos bancos, para por fim às greves. De fundo, a mesma concepção de relação com o movimento sindical e suas paredes, na defesa das *classes produtoras*, da hierarquia e da disciplina, baseada na concepção de ordem

---

278 Idem.

conservadora.<sup>279</sup> A mesma posição que levou, por exemplo, a FIERGS se declarar contra a proposta de regulamentação do direito de greve, no dia doze de novembro de sessenta e três. Posição semelhante à dos partidos que compunham a ADP, embora declarassem tal posição de forma mais velada e cautelosa.<sup>280</sup>

Mesmo com o enfrentamento por parte da classe dominante do estado, em vinte e nove de fevereiro de sessenta e quatro, o Ministro da Fazenda de João Goulart, Ney Galvão, ainda tenta uma reconciliação com esses seus opositores, em visita à capital, Porto Alegre, pedindo que a classe dominante e a livre empresa restituíssem a confiança ao governo. Sua missão em Porto Alegre foi solicitada pela própria FIERGS, junto com as *classes produtoras* do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo que também enviaram seus representantes para o Estado, escolhido para sediar o encontro. Como parte de sua agenda, o ministro participou de uma reunião com delegados dos sindicatos dos bancos do Rio Grande do Sul, FARSUL, FIERGS e FEDERASUL. Uma reunião fechada, provavelmente com o propósito de convencer esses setores políticos a apoiar o governo e mudar sua postura de enfrentamento. Presente também, nos encontros, o governador Meneghetti, em mais um sinal de alinhamento político e cumplicidade entre ele e os produtores do estado. As entidades, ambigualmente, ao final do processo de encontros, declararam apoio à política econômica seguida pelo governo, embora criticassem as suas medidas reformistas e sua condução política.<sup>281</sup>

Em mais uma demonstração da articulação nacional de suas forças e do alinhamento político e ideológico dessas forças, em onze de março de sessenta e quatro é criado na Guanabara, pelas Associações Comerciais e Industriais de todo o País, o Comando Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), com um programa de defesa da “livre iniciativa”. A criação é marcada pela queixa da indiferença das autoridades em relação às reivindicações e propostas das *classes produtoras*. O presidente das Associações comerciais de São Paulo, Paulo de Almeida Barbosa, afirmou que era necessária a “união das classes conservadoras,

---

<sup>279</sup> Atingidos em seu próprio discurso, os empresários tiveram que passar à defensiva. Seus termos agressivos contra o governo foram evidentes. No entanto, quando ocorria o contrário, ou seja, quando as esquerdas se mostravam mais duras contra os conservadores, isso constituía ameaças à ordem e subversão. As classes produtoras se percebiam inquestionáveis. Não era “subversão”. Embora, uma subversão conservadora, como fora o golpe de 1964. *Correio do Povo*, outubro, 13, p. 52.

<sup>280</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>281</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre:1964, fevereiro, 19, p. ?



porque os empresários devem tomar parte ativa e enérgica na política nacional.” Tal comando é a expressão da articulação nacional de classe, como um grupo de pressão em torno das propostas defendidas por elas. Não há registro na imprensa de participação de gaúchos nesse movimento nacional, entretanto, é bastante provável. O importante, neste Comando é a clara expressão de interesses coletivos em torno da Classe Conservadora. No ato de criação, os discursos já davam uma amostra do clima dos empresários no aspecto político. Jorge Behring de Matos, do Centro das Indústrias do Rio de Janeiro, foi o mais radical. Defendeu a criação de “núcleos de defesa” e sugeriu aos empresários que “ensinassem suas mulheres e filhos a manejarem com armas, pois há nove mil comunistas, só na Guanabara, com missões previamente especificadas, para o momento da revolução.” Na argumentação dos empresários, eles eram os autênticos homens de produção que criavam a prosperidade e a riqueza da nação, por isso teriam maiores direitos na condução dos rumos da política nacional.<sup>282</sup>

O tom de enfrentamento, inclusive armado, com os núcleos de defesa, fala por si só. A noção clássica dos empresários como os verdadeiros produtores de riqueza, expressava o sentimento de superioridade e acima de tudo, mostra que seu projeto de identidade coletiva, construtor de um projeto político é diretamente relacionado à sua experiência de classe. Experiência como o espaço de mediação entre o ser social, e a consciência social.<sup>283</sup> O enfrentamento direto das *classes produtoras* com os movimentos sociais, principalmente, o sindical era nítido. Segundo a própria percepção contemporânea, o Comando Geral dos Trabalhadores e o Comando das Classes Produtoras se configuravam como uma nítida luta de classes aberta; em defesa de interesses e objetivos coletivos. Oposição que ia do nome idêntico e oposto até a disputa radical nos idos de março de 1964.

As *classes produtoras* queriam fazer, mas não arcar com as consequências. O presidente da FEDERASUL saiu em defesa das entidades empresariais do Rio de Janeiro que, segundo ele, estariam ameaçadas de intervenção federal por “fazer pregação subversiva contra o governo”, O Governo Federal, todavia, acenava, não com a intervenção direta, mas sim com o acionamento judicial da entidade pela Lei de Segurança Nacional, por incitação à violência

---

<sup>282</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 12, p. 14.

<sup>283</sup> THOMPSON, Edward Palmer, op., cit.

armada conta o governo; portanto, subversão da ordem. Finalmente o governo tomara uma atitude e reagira. Entretanto, Fabio Araújo Santos, da FEDERASUL, tergiversou afirmando que era normal que os ânimos se exaltassem “no calor dos acontecimentos e frente à crise política” mas que os produtores são antissubversivos e não subversivos.<sup>284</sup> As classes conservadoras não estavam, portanto, ao menos momentaneamente, dispostos a assumir suas reais intenções.

Fábio Araújo Santos, Presidente da ACPA e da FEDERASUL, ao retornar da reunião convocada pela Associação comercial do Rio de Janeiro. Mostrou-se surpreso com a possibilidade de intervenção do Governo Federal naquela instituição. Em sua versão, seria “lógico”, que “numa reunião dessa natureza, com o debate de assuntos de tanta gravidade, que os ânimos se exaltassem e houvesse algum pronunciamento de maior violência, mas a tônica, no entanto, embora de dura e franca, foi no sentido de respeito à ordem e à autoridade”.<sup>285</sup> Contudo, não houveram maiores desdobramentos, e o episódio caiu no esquecimento. Ao menos no silêncio público, com apoio e cumplicidade da imprensa, e provavelmente, com vacilação do Governo de enfrentar o desafio imposto. Entretanto, o episódio mostrava uma nova face das tensões existentes. Atingidos em seu próprio discurso, os empresários tiveram que passar à defensiva. Seus termos agressivos contra o governo foram evidentes. No entanto, quando ocorria o contrário, ou seja, quando as esquerdas se mostravam mais duras contra os conservadores, isso constituía ameaças à ordem e subversão. As *classes produtoras* se percebiam inquestionáveis. Não era “subversão”. Embora, uma subversão conservadora, como fora o Golpe de 1964.

Não é possível deixar de mencionar, mesmo num trabalho que tenha como foco as forças conservadoras, e não as reformistas, que no próprio campo conservador, o comício da Central do Brasil, realizado no dia treze de março de sessenta e quatro, foi um grande marco.<sup>286</sup> Marcou a opção de Goulart pelos movimentos nacional-reformistas. Marcou também, para eles, “sua adesão ao comunismo”, o que, somado a outros episódios de igual importância, como a revolta dos sargentos, em Brasília e, por fim, a revolta dos marinheiros

---

<sup>284</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre:1964, março, 13, p. 4.

<sup>285</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre:1964, março, 14, p. 4.

<sup>286</sup> Sobre o comício da central e seu contexto muitas obras já se debruçaram sobre o tema.

na Guanabara, se constituiu o pretexto ideal e “indiscutível” para partir à ação cada vez mais radical e frontalmente contra o Governo Goulart. Agora, na opinião dos movimentos conservadores, estava encarnado tudo aquilo que eles combatiam: as reformas, o comunismo, a demagogia, a subversão, além de seu próprio golpismo. Se parecia que o clima de radicalidade política e de confronto aberto não poderia piorar, de fato ele piorou. A tensão chegou a limites extremos.

As demais reações também são imediatas. Tanto o discurso político conservador, quanto o da imprensa, afirmava que ninguém discordaria da necessidade da realização das reformas sociais, mas “dentro do possível, sem engodos nem embustes”. Outra coisa seria alimentar “reformismos de praça pública, demagogicamente formando grupos de onze, assinando decretos e mais decretos, em praça pública, se assessorar de comunas e pelegos, aliciar marginais para invasões de terra, etc.”. As críticas ao presidente por omissão e displicência com a inflação e o aumento do custo de vida se avultam. Tudo passou a ser culpa de inépcia, ineficiência e demagogia do governo e do Presidente.<sup>287</sup> As únicas reformas aceitas pelos setores conservadores eram aquelas que pudessem ser realizadas dentro dos marcos de sua ordem legal e dos seus preceitos políticos. Mudanças mais profundas, como a redução de desigualdade social e a inclusão do povo na política, através de suas organizações não seriam toleradas. Publicamente, as forças liberais e conservadoras não admitiam ser contra as reformas sociais, mas criavam subterfúgios, argumentos e ações políticas para mascarar sua opção, como por exemplo, defender mudanças de ação administrativa e defesa de destinação de recursos para determinado setor, sempre produtivos, como se fossem reformas. O que não eram. Misturavam posições religiosas com políticas, sempre na defesa de valores cristão-católicos. Tudo para se colocar como defensores das “verdadeiras reformas” ou “verdadeiros valores” para o Brasil.

O decreto da encampação das refinarias também foi duramente atacado pelas *classes produtoras*. Considerado uma afronta, pois foi ao âmago do questionamento aos valores da propriedade privada das riquezas do País, e da livre iniciativa. Plínio Kroeff, Presidente da FIERGS, por seu próprio caráter, a principal interessada neste debate, em declarações a imprensa, criticou veementemente a encampação das refinarias, pois, em seu argumento a

---

<sup>287</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 15, p. 4.

ineficiência do governo e da administração pública, prejudicaria o setor, prejudicaria as próprias refinarias e assim aceleraria a inflação, pela sua incorreta condução econômica. Classificou, ainda, os atos de João Goulart, como “um verdadeiro atentado a livre empresa”, para ele, como um liberal e conservador, “a base do regime democrático”. Liberalismo confundido, intencionalmente no discurso político, com democracia. Acusou, também, o governo de estar sendo demagógico ao invés de administrar. Assim, estaria enviando um emissário a São Paulo a fim de acertar o início de um *movimento de opinião nacional das classes produtoras a propósito da atual situação do país*.<sup>288</sup> Embora esse movimento constante já estivesse em prática a certo tempo, a declaração da atitude a ser tomada mostra a metodologia de atuação e a disposição do enfrentamento político e o instrumento utilizado de batalha pela opinião pública.

Por sua vez, Oscar Carneiro da Fontoura, Presidente da FARSUL, também qualificou as ações do governo como um “legítimo golpe à iniciativa privada.” E que seria o ponto de partida para outras ações do governo destinadas a atingir diversos setores da economia nacional. Sobre o “decreto da SUPRA”, declarou que o objetivo do governo, “era de criar celeuma e agitação no meio rural”.<sup>289</sup> Tais argumentos, cada vez mais recorrentes, tornariam exaustiva a análise de sua significação. Mas é preciso reafirmar que tal manifestação mostra claramente a centralidade da preocupação com o plano econômico, materializado na defesa do liberalismo econômico, no esteio da garantia da iniciativa e da propriedade provada da produção e apropriação do lucro. No plano político, a manutenção da ordem era o fio condutor do discurso que se opunha a mobilização popular por reformas.

Fábio Araújo Santos, Presidente da FEDERASUL, em março de sessenta e quatro explicou, na cidade de Bagé as posições do encontro nacional da categoria, na Guanabara e as perspectivas de atuação da categoria no estado. No final do encontro, a reunião aprovou o envio de um telegrama ao Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, manifestando-se solidários à “defesa do regime democrático e dos mandatos conferidos pelo povo”.<sup>290</sup> Tal postura se tornou corrente, na tentativa de construir um total antagonismo, no

---

<sup>288</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 16.

<sup>289</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>290</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 15, p. 4. Depois de ser homenageado, participou de um encontro onde falou sobre “temas relacionados a defesa das classes produtoras e do regime democrático”

plano do discurso político, entre o governo de Goulart, demagógico, subversivo e aliado dos comunistas e o Congresso Nacional, símbolo da democracia e dos representantes legítimos do povo. A manobra era construir a oposição entre Goulart, os movimentos nacionalistas e reformistas e a “democracia”, pelo menos o conceito de democracia que eles defendiam. Nas suas intervenções, as forças liberais e conservadoras deixavam claro que os “mandatos do povo” eram legítimos, mas “o encontro da democracia com o povo”, não seria tolerado, pois o sistema político brasileiro era uma democracia representativa e não, direta. A manobra, e a tática de telegramas particulares, tornados públicos, continuaria corrente.

Foi o caso, mais uma vez, da própria FEDERASUL, por Fábio Araújo Santos, o qual remeteu telegrama, no dia dezessete de março de sessenta e quatro, aos presidentes da Câmara Federal e do Senador Federal, declarando integral apoio ao Congresso Nacional. O teor do telegrama, amplamente divulgado pela imprensa, reforçava a oposição falaciosa entre o Governo Federal, que estaria tentando impor as reformas sociais, e o Congresso Nacional, de maioria conservadora, como defensor da democracia e das instituições:

A Federasul e a ACPA têm a honra de dirigir-se ao congresso nacional, no sentido de reiterar sua irrestrita solidariedade, para a manutenção das instituições democráticas e intangibilidade da constituição da república, confiando ao mesmo tempo, no indesmentido patriotismo, e no espírito público dos congressistas, no sentido de imediata votação das reformas estruturais reclamadas pela consciência nacional...<sup>291</sup>

No entanto, sua proposta já defendia a necessidade de aprovação de projetos de leis substitutivos de deputados conservadores em detrimento aos projetos do executivo e/ou de deputados reformistas, como por exemplo, o substitutivo do deputado Aniz Brada ao projeto de estatuto da terra do deputado Milton Campos e do Deputado José Maria Alckmin à proposta de reforma do sistema bancário, todos condizentes com seu programa político.<sup>292</sup>

Da mesma forma agiu o CIERGS, ao enviar telegrama aos mesmos presidentes da Câmara Federal e do Senado, de conteúdo muito similar só que um tanto mais incisivo e defensor de uma atitude mais forte. O mais intrigante é a certeza apontada pelo texto que diz:

---

<sup>291</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18, p. 3. A atitude foi uma deliberação da reunião da diretoria, do conselho deliberativo da associação comercial de porto alegre e em seguida do conselho de delegados da federação, onde foram debatidas a conjuntura política e a posição das entidades no contexto de embate político.

<sup>292</sup> Idem.

O CIERGS, órgão representativo da classe industrial do estado, diante das constantes ameaças de quebra de prestígio e de atentados à autoridade do poder legislativo, leva a vossa excelência, sua irrestrita solidariedade, confiando que os nobres parlamentares saberão manter-se firmes na defesa do mandato que lhes foi outorgado através de eleição livre e democrática e da sobrevivência da própria democracia brasileira. Da nossa parte, temos convicção de da ação conjunta do parlamento com os verdadeiros democratas, breve surgirá um período de tranquilidade que permita ao nosso grande país prosseguir em sua irresistível arrancada como nação democrática, ordeira e progressista.<sup>293</sup>

A mensagem contrapõe ao executivo nefasto, o parlamento, com ambos presidentes conservadores, seria a “salvação da democracia brasileira”. A reivindicação pela união dos “verdadeiros democratas”, aqui significando sinônimo à conservadores e liberais, no mínimo anticomunista e antirreformas, é acentuado. E dessa união apontaria para um “breve período de tranquilidade, ordem e progresso”, o que coincidentemente ou não, aponta no sentido do que a Ditadura terá para a classe dominante. Coincidências a parte, o envio de ambos telegramas com termos de irrestrita solidariedade, permitem concluir pela existência de uma atitude articulada e orquestrada para repercutir politicamente e demonstrar, o que a própria imprensa percebeu, uma posição unificada das chamadas *classes produtoras* do estado na suposta defesa do Congresso, e no propósito mais explícito de manifestar sua oposição ao Governo Goulart e sua tendência ditatorial e antidemocrática.

No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti, por sua vez, em dezesseis de março de sessenta e quatro, enviou um telegrama ao Presidente do Senado Auro de Moura Andrade, com cópias ao presidente da Câmara Ranieri Mazzilli e a todos os governadores do País, numa manobra política de tentar se colocar acima de interesses políticos, e principalmente, partidários para construir uma imagem desvinculada de interesses específicos, mas apenas como um governante a serviço da população, o que evidentemente não correspondia a realidade política. No telegrama, que logrou forte repercussão deixou clara sua adesão pública a conspiração e ao golpismo, antes inibido, agora aberto. Ele é fundamental para o desdobramento político da conjuntura e unificou politicamente, rumo ao Golpe, os partidos da ADP, o Governo Meneghetti e as *classes produtoras* do estado e será retomado de forma aprofundada no capítulo sobre os Partidos Políticos e o Governo Meneghetti. O que

---

<sup>293</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18, p. 3. A mensagem que mostra o tipo de relação e compreensão da entidade é assinada pelo Presidente, Plínio Kroeff.

interessa nesse momento é o total apoio empenhado pelos líderes da classe dominante sul-riograndense à atitude e à posição do Governador. O grau de unidade política e afinidade de atuação logrado pelas organizações da sociedade civil e, política dessa classe dominante.

Assim, que logo imediatamente à divulgação do telegrama, Plínio Kroeff e Fabio de Araújo Santos, presidentes, respectivamente da FIERGS e da FEDERASUL, foram ao palácio Piratini para demonstrar solidariedade e dar apoio ao governador, em nome das classes que representavam. Reuniram-se para fazer um balanço e uma projeção da conjuntura política a partir dali. Bem como, os termos de um manifesto de apoio das entidades ao governador. Segundo os líderes das entidades de classe a mensagem do governador “expressa com fidelidade o pensamento das *classes produtoras* do Rio Grande do Sul.” Da mesma forma o Governador passa a receber muitas manifestações de apoio de entidades, políticos e militares de todo o Brasil.<sup>294</sup> Quanto ao conteúdo do telegrama será retomado em momento oportuno, no próximo capítulo. Por hora, importa tanto a ação do governador, de uma ação pública mais intensa contra o Governo de João Goulart, quanto as articulações e o apoio recebido da classe dominante do Rio Grande do Sul.

As entidades das *classes produtoras gaúchas*, em forte grau de coesão interna, logo no dia seguinte a manifestação do governador, lançam um manifesto, alinhadas ideologicamente ao Governo Meneghetti, que será central neste processo de combate aberto ao governo. Afirmava, inicialmente, que as entidades representativas das classes empresariais, consciente de suas responsabilidades como “forças vivas da nação, sentiram-se no dever de se manifestar frente generalizada apreensão” e em função das medidas tomadas pelo Governo Goulart.

As entidades representativas das classes empresariais, cômicas de suas responsabilidades como forças vivas da nação, julgam-se no dever de, na oportunidade em que se observa generalizada apreensão diante das medidas que vem sendo tomadas e propostas pelo Executivo Federal, manifestar à opinião pública do Estado e do país:

1 - Seu veemente protesto contra o clima de agitação provocado em todos os setores da vida pública nacional, criando situação de intranquilidade, incerteza, e sobretudo, de insegurança que impede o normal desenvolvimento de todas as atividades e consequentemente, põe em risco, não só a prosperidade da nação, como a própria sobrevivência das suas instituições;

---

<sup>294</sup> AHSM. *Correio do Povo*, 17 de março de 1964, p. 24.

2 – Que dentro de suas próprias finalidades, entre outras, de órgãos destinados a promover a expansão econômica, jamais omitiram a colaboração necessária no estudo de medidas e na apresentação de sugestões visando as soluções mais adequadas aos problemas nacionais. Imbuídas desse mesmo espírito jamais deixaram de expressar seu integral apoio à todas as providências acertadas propostas pelo governo, a exemplo do que ocorreu com o chamado plano trienal, hoje completamente esquecido, no qual a nação depositou grandes e fundadas esperanças;

3 – Que diante das condições acima referidas, as entidades sentem-se tranquilas e moralmente amparadas para sustentar sua atual posição de protesto à orientação governamental, pois parece-lhes que dentro da própria administração federal existe atuação deliberada de boicote aos acertos, para depois os pregoeiros da desordem alardearem que ‘os métodos clássicos não produzem bons resultados’ e que se faz necessário o estabelecimento de uma ‘nova ordem’ das coisas;

4 – Que, todavia, não pretendem, com sua atitude, alimentar a ação daqueles que, pela subversão pretendem solapar o regime através do descrédito e da destruição das instituições. Pelo contrário, sua palavra orientadora, nessa grave fase que atravessa o país, é a de que todos devemos dedicar-nos cada vez mais ao trabalho, que propicia o desenvolvimento, a prosperidade e o bem-estar social, e que por isso constitui o único e eficiente meio de nos contrapor à ação dos agitadores, que só alcançam êxito em suas ambições em meio ao desassossego e à descrença popular;

5 - Que, finalmente, renovam sua plena confiança no Congresso Nacional, autêntico representante do povo brasileiro e inquestionável interprete de suas legítimas aspirações, e bem assim, dos demais poderes constituídos da nação, que ao de saber, estão certas, preservar a integridade do regime democrático, dentro dos princípios formadores, de nossa origem cristã e de nossas tradições de nação livre.<sup>295</sup>

O documento foi assinado por FIERGS e CIERGS, FEDERASUL e ACPA, FARSUL e Sindicato dos Bancos, através de seus presidentes, respectivamente Plínio Kroeff, Fábio Araújo dos Santos, Oscar Carneiro da Fontoura e João da Costa Ribeiro.<sup>296</sup>

No manifesto, as entidades deixaram claro a posição e a indicação da atuação que tomariam nesse momento. Além da franca cumplicidade e aliança política com o governo do Estado, destaca-se seu eixo programático e argumentativo: o combate à participação popular na política (percebida como subversão), reforço de uma artificial oposição entre Congresso Nacional, (entendido como legítimo representante do povo) e o Governo Federal (entendido como comunista e “subversivo à ordem”). As entidades signatárias amparam-se na sua suposta “autoridade moral” e no “papel central” que desempenhariam na “vida da nação” como “homens de produção”, que na prática esconde publicamente o argumento baseado na sua condição de classe proprietária dos meios de produção. O texto reafirma e reivindica,

---

<sup>295</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 24.

<sup>296</sup> *Idem*, p. 24.



ainda, a postura do governo gaúcho do governador Meneghetti. O próprio texto, surgindo no dia seguinte manifesto do governo do Estado, após uma reunião entre ambos, é uma manifestação de solidariedade e apoio, para não permitir que Meneghetti caísse no isolamento, abrindo a trincheira para novos apoios e pavimentando o caminho para o Golpe de Estado no Rio Grande do Sul. Este episódio marcou o enfrentamento político e público final das forças liberal-conservadoras no Rio Grande do Sul contra as forças reformistas sintetizadas, nesse momento, na imagem do Governo Federal e do presidente João Goulart. Os caminhos para o Golpe estavam abertos, ou ao menos trilhados.

FIERGS, FARSUL e FEDERASUL tentaram por diversos meios construir uma opinião pública favorável ao seu programa político liberal-conservador, baseado na livre iniciativa no plano econômico e numa organização política restritiva e elitista no plano político, avesso à mudanças, reformas ou a própria participação popular. Para isso precisavam também combater as ideias e as próprias forças nacional-reformistas e o governo do Presidente João Goulart que, ao empunhar a bandeira das reformas sociais e incentivar a participação do povo na política, foi identificado como o principal inimigo a ser enfrentado. Era perigoso demais que o programa reformista estivesse personificado no centro do governo do País. Na presidência da República. Dessa forma que a classe dominante do Rio Grande do Sul, alinhada com as forças golpistas do País, exerceram, juntamente com os partidos conservadores, o momento do consenso no Golpe de 1964. Exerceram a função de disputar a consciência pública, através do convencimento da sociedade de seu programa econômico, social e político para o Brasil, e para o Rio Grande do Sul, e assim combatendo o projeto político adversário, aquele que defendia o nacionalismo e as reformas sociais. Mas não bastava somente vencer a guerra de posição pela opinião pública, para usar o conceito de Gramsci, mas era preciso também, combater frontalmente o adversário, desqualificando-o ao máximo e justificando a necessidade de uma intervenção mais forte, nesse caso das forças armadas, contra ele.

Porém, como se pode perceber, embora a questão política atravessasse o discurso da classe dominante do estado, ela foi focada na questão econômica e social, defendendo se modelos de sociedade, combatendo o programa reformista e a atuação política em torno dele. No entanto, coube aos partidos conservadores aglutinados em torno da ADP, atuar na defesa do programa político conservador e disputar a opinião pública e a hegemonia no Brasil nesse

período, em torno de um projeto político conservador e liberal, baseado nas mesmas premissas já apontadas. Este é o tema do próximo capítulo, portanto.

#### 4. OS PARTIDOS POLÍTICOS E O GOVERNO MENEGHETTI

No capítulo anterior o objeto de estudo foi a atuação da classe dominante do Rio Grande do Sul, auto identificadas como *classes produtoras*, fundamentalmente, através de suas organizações de vanguarda, no processo político de construção do Golpe Civil-Militar de 1964, na batalha pela disputa da opinião pública e na defesa de seu projeto de sociedade, fundamentado nos princípios liberais e conservadores. Sua atuação marcava fortemente a disputa por um consenso negativo contra as propostas reformistas, nacionalistas e contra a participação popular na política. Ou, como diziam elas, contra a agitação das massas e a subversão. No entanto, seu foco era a defesa dos princípios da livre iniciativa no plano econômico, e na democracia representativa e liberal, confundida, intencionalmente, com a democracia em si. Sua atuação era extremamente vinculada e complementar à atuação dos partidos políticos e, principalmente, do Governo Ildo Meneghetti. A convergência e consequente aliança política e programática de ambos foi muito forte e fica evidente neste estudo. Agora, por isso, é fundamental a análise da atuação dos partidos políticos identificados com o projeto liberal conservador, sua organização e sua ação política, e fundamentalmente, política-institucional. E este é o tema desse terceiro e último capítulo.

Entremos agora no cerne da questão. Esse capítulo final trata da atuação dos partidos políticos alinhados ao campo conservador e, conseqüentemente, sua ascensão ao governo do Estado em 1963, com Ildo Meneghetti, e o papel dessa gestão na construção do Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul. O interesse específico é a atuação política e política institucional dessas organizações. Ou, dito de outra forma, como os partidos liberais-conservadores atuaram no sentido de criar condições políticas e sociais para intervenção contra João Goulart e tentar reduzir a capacidade de reação das forças nacionalistas e reformistas no estado, berço do Presidente deposto, de Leonel Brizola e de forte tradição trabalhista e mesmo, de esquerda. A dimensão pública, ou, a dimensão de construção do consenso político em torno da necessidade de combate às esquerdas e de intervenção contra o governo de Goulart, é a matiz que interessa mais diretamente a esse estudo, conforme já apontado metodologicamente.

No Rio Grande do Sul, a grande especificidade em relação ao cenário nacional, é a ativa participação, grande legitimidade, fortes definições programáticas e ideológicas e um profundo respaldo social dos partidos políticos. Foram organizações combativas e centrais na

defesa de seus projetos de sociedade. Representativos dos seus segmentos, e reconhecidos como tais, estabeleceram uma polaridade marcante tendo como corte divisor sua posição frente aos projetos reformistas nesse contexto de radicalização política e ideológica da década de 1960. Mesmo polarizados, e aglutinados em frentes, os partidos mantiveram especificidades importantes que os caracterizavam.

No campo conservador, ou mais especificamente liberal-conservador, o PSD assumiu o papel de grande partido aglutinador das forças conservadoras que, em nível nacional, era desempenhado pela UDN. O PSD se apresentava como o maior partido do campo conservador e tinha na sua base, as elites regionais remanescentes do Estado Novo, grandes proprietários rurais e uma fatia de profissionais liberais, identificados com o projeto conservador. O PSD nasce como o partido getulista formado pelos herdeiros das elites regionais do Estado Novo. No Rio Grande do Sul, sua precoce “desgetulinização” o leva precocemente ao campo conservador, deixando a marca do getulismo, no Estado, sob tutela do PTB. Como grande partido, sofreu algumas crises, e divisões importantes quanto a candidaturas e alianças. A seção do Rio Grande do Sul era bastante rebelde em relação as orientações nacionais e não raro descumpria a linha do partido, sempre negando alianças com o PTB e alinhando-se ao campo conservador e suas candidaturas, mesmo contra candidatos do seu próprio partido, como foi o caso do apoio à Jânio Quadros, contra a candidatura de Lott (PSD) ou o apoio à candidatura de Carlos Lacerda (UDN) contra a pré-candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD).

Já a UDN, no estado, possuía menor expressão, e aglutinava forças mais ortodoxamente liberais, alguns empresários e profissionais liberais. Foi o aliado mais fiel do PSD na frente antireformas. De pouca força política, costumava adotar uma postura mais combativa e de enfrentamento ideológico contra as forças nacionalistas e reformistas, em torno dos preceitos da economia liberal de mercado, o direito à propriedade à democracia representativa restritiva, ou declaradamente contrária à participação popular na política.

O PL, liderado por Raul Pilla, era ideologicamente parlamentarista, embora também não possuísse grande estatura política e eleitoral. Contava com algumas lideranças respeitadas, além de Pilla, como Paulo Brossard, que era, segundo Dreifuss, um dos contatos dos articuladores golpistas no Rio Grande do Sul. Não raro adotava uma postura independente mesmo frente aos aliados de ADP, chegando a romper com o governo de Ildo Meneghetti, o

qual tinha ajudado a eleger. Suas posições públicas causavam bastante eco na imprensa por ser considerado um partido de ideologia “forte” e ponderado, essencialmente centrista, como prezava-se naquele momento de radicalização. No entanto, nunca deixaram de se alinhar aos partidos conservadores e liberais quando necessário e nos momentos de enfrentamento às forças reformistas. Foi um partido importante na campanha contra Goulart, Brizola e pelo Golpe de 1964.

O PRP, herdeiro do integralismo, que tinha ainda em Plínio Salgado sua principal liderança. De razoável força no estado, possuía votações e bancadas maiores que a UDN, por exemplo. Foi decisivo na vitória e no governo de Brizola e teve atuação destaca na articulação e conspiração golpista entre 1962 e 1964, principalmente pela sistemática propagação do anticomunismo e a permanente afirmação de uma concepção excludente de democracia, cumprindo ainda, forte papel mobilizador e militante de um segmento conservador da sociedade. Teve em Antonio Pires, Secretário de Administração de Ildo Menehgetti, um dos principais articuladores do golpe no Estado e em Plínio Salgado, um dos seus principais ideólogos.<sup>297</sup>

Por fim, o PDC, sem maiores definições ideológicas além do exacerbada defesa da religiosidade cristã e da moral, foi um partido fiel e aguerrido do campo conservador, combatendo frontal e fortemente os partidos e forças reformistas, mas principalmente, eram anticomunistas ferrenhos e identificavam, em qualquer proposta de reforma social, a ação dos comunistas ateus e “traidores da pátria”. E assim contribuíram muito, pública e ideologicamente, na construção do Golpe Civil-Militar, no campo político. Estes compõem o quadro dos partidos identificados com o projeto conservador de sociedade, embora não fossem todos liberais, unificavam-se na defesa do modelo econômico capitalista, antissocialista e antirreformas.

Inicialmente estes partidos compuseram de forma frágil e incipiente, uma aliança basicamente eleitoral, mas já com fortes traços de alinhamento programático, a FD, ainda em 1960; já em 1961 se concretiza oficialmente o que na prática já existia, a ADP. Assim irrompe uma frente partidária, política e parlamentar formada pelos partidos conservadores e

---

<sup>297</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010. Também, CALIL, Gilberto G. Os integralistas e o Golpe de 1964. In: *História e Luta de Classes*. Nº 1. 1964: Golpe de Estado. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

antirreformistas para enfrentar, no estado, a maioria trabalhista e nacionalista. Essa aliança, composta por PSD, UDN, PL, PDC e PRP acumulava muita força e expressão política, elegendo a maioria da bancada da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1963, e o governador, Ildo Meneghetti, derrotando o PTB e o então governador Leonel Brizola.

A especificidade do quadro partidário sul-rio-grandense exige retomar mais acuradamente uma questão importante, já apontado por muitos estudiosos: a prematura “desgetulinização” do PSD, em função do forte crescimento do PTB, ainda no final da década de 1940. Tal especificidade auxiliou as grandes disputas entre ambos, o que inviabilizou a repetição, no plano regional, da aliança nacional responsável por expressivas vitórias eleitorais e políticas entre PTB e PSD, ao contrário, o PSD-RS se aliou, desde cedo, ao campo liberal-conservador.<sup>298</sup> Por fim, de todos os partidos políticos, a posição mais ambígua foi a do MTR, dissidência trabalhista, liderada por Fernando Ferrari, que ora se alinhava ao campo conservador, ora se afastava. Essa ambiguidade, inclusive, foi a marca da atuação do MTR quando da deflagração do Golpe de 1964.

Diferentemente das *classes produtoras*, os partidos políticos do campo liberal conservador tiveram o foco na luta política institucional, defendendo seu projeto de sociedade, claro, fundamentado nos princípios liberais e conservadores, mas com enfoque político, e mais especificamente, político-institucional. Além, claro, dos mesmos espaços públicos de convencimento da sociedade, próprio da atuação política em si. No entanto, o governo do Estado, na gestão dos partidos da ADP, sob comando de Ildo Meneghetti foi o principal articulador e sujeito político do Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul.

---

<sup>298</sup> Sobre os partidos no Rio Grande do sul: FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007. Também, BODEA, Miguel, 1992, op. cit.

#### 4.1 Ação Democrática Popular: a Vanguarda Partidária

A Ação Democrática Popular, ou ADP, formada quase como homônima do bloco parlamentar federal de oposição ao Governo Goulart, Ação Democrática Parlamentar, surgiu no processo de construção de uma candidatura de oposição ao Governo Brizola no Rio Grande do Sul, em 1962.

Não haviam, segundo Mercedes Cânepa, candidatos naturais nas eleições ao governo do Estado em 1962, ao contrário de 1958. As definições no caso que nos interessa aqui, do bloco de partidos conservadores, que são a oposição ao Governo Brizola, então, constituíram um longo processo de articulações e negociações que se estenderam de final de 1961 até próximo à eleição, em maio de 1962. O esforço era para lançar um candidato único da oposição formada por PSD, UDN, PRP, PCD, PL e MTR, incluindo os dissidentes do PTB, Loureiro da Silva e Fernando Ferrari. A iniciativa foi tomada pelos líderes da então Frente Democrática PSD, UDN e PL, embrião da ADP, junto aos representantes de PRP, PDC e MTR. Aproximação razoavelmente natural em função das posições assumidas pelos parlamentares do partido, na ALERGS e pelas linhas políticas assumidas por eles nesse contexto, marcada pelo anticomunismo e pela posição anti-PTB e antirreformas. No quadro político do Rio Grande do Sul, o PTB caminhava para o isolamento das demais forças político-partidárias, ao mesmo tempo em que se observava a radicalização política à nível nacional.<sup>299</sup>

Em janeiro de 1962, entretanto, quando avançam as conversações dos representantes da FD com os demais partidos em torno da candidatura de oposição ao Governo do Estado, essa alternativa era tida quase como “natural”, mas o nome a ser escolhido, não. Mesmo dentro da FD: PSD e UDN indicavam Tarso Dutra, que também contava com a preferência do PRP, enquanto o PL e PDC defendiam Loureiro da Silva. Foi criada uma comissão interpartidária para mediar e encaminhar as negociações em torno do candidato único. O MTR insistia na realização de uma pesquisa para definir o nome do candidato, enquanto

---

<sup>299</sup> CÂNEPA, Mercedes. Op., cit., pp. 296-300.

indicava Fernando Ferrari, até que em três de abril rompeu com a Frente Interpartidária e anunciou que lançaria candidatura própria.

É nessa reta final, então, que em quatro de abril os partidos de oposição (PSD, UDN, PDC, PL e PRP), à exceção do MTR, firmam o protocolo criando a Ação Democrática Popular (ADP), lançando, assim, um manifesto publicado pela imprensa no dia seguinte. Mas é somente em doze de abril que resolve-se a questão do nome do candidato ao Piratini. Não havendo fórmula para resolver o impasse entre Tasso Dutra e Loureiro da Silva, a interpartidária, agora ADP, então chegou ao consenso por uma terceira opção, Ildo Meneghetti, ex-governador, que unificou os partidos em questão, apenas com uma pequena resistência do PRP, que logo cedeu em nome da unidade. Portanto, nesse processo de negociação, a oposição se dividiu em dois candidatos: Ildo Meneghetti, pela ADP, que logrou manter a maioria dos partidos, e Fernando Ferrari, pelo MTR.

A recém-formada ADP, em sete de maio de 1962 realiza sua convenção para lançar as candidaturas de Ildo Meneghetti (PSD) ao Governo do Estado, de Daniel Krieger (UDN) e Mem de Sá (PL) ao Senado. Os partidos convencionados firmaram um protocolo que estabelecia, entre outras coisas:

“Os partidos... obrigam-se a assumir, em igualdade de condições a responsabilidade coletiva do Governo, pela participação efetiva de representantes seus nos setores da administração em geral - pela formação de um Bloco Parlamentar no Legislativo estadual, que apoie e defenda a orientação governamental, resultante do consenso comum, pela coordenação das atividades do Poder Executivo e do aludido bloco governamental - pela colaboração dos seus representantes no Congresso Nacional e dos seus ocupantes de funções administrativas federais.”<sup>300</sup>

O acordo previa, ainda, que na ALERGS o Bloco Parlamentar da ADP seria coordenado por uma comissão de Líderes de Bancada e que passaria a funcionar imediatamente, com o objetivo de representar as opiniões do bloco, observando o critério de rodízio partidário na constituição da respectiva mesa. Tal complexidade do acordo leva Mercedes Cânepa a afirmar que tratava-se quase da formação de um novo partido através da

---

<sup>300</sup> APUD: CÂNEPA, Maria Mercedes. Idem, pp. 302-303.



fusão dos integrantes dos partidos do bloco, embora esta ideia não tenha sido mencionada por nenhum dos seus integrantes.<sup>301</sup>

Na campanha eleitoral, a ADP apresentou seu programa baseado no discurso conservador já trabalhado ostensivamente até aqui. Sua campanha se pautou pelo anticomunismo, pelo combate ao que chamou de reformismo demagógico e pela defesa de ordem e produção. Sustentado sistematicamente pelos representantes da classe dominante do Estado. Com a divisão do campo trabalhista e reformista, com as candidaturas de Egydio Michaelsen, do PTB, completamente isolado por seu radicalismo crescente, e do dissidente trabalhista, Fernando Ferrari, que tentou se apresentar como uma terceira via, pelo MTR, Meneghetti saiu vitorioso, mesmo que por uma apertada margem de 1,64% dos votos sobre o candidato trabalhista. No resultado final Meneghetti obteve 502.356 votos, 37,10% do total. Michaelsen, 480.131, 35,46% do total, enquanto Fernando Ferrari, 290.384, 21,45% dos votos. Esse resultado mostra o equilíbrio da disputa, ou, por outra leitura, a superioridade trabalhista sobre os conservadores, que chegaram a vitória apenas com a divisão dos primeiros que, juntos, obtiveram quase 800.000 votos, ou próximo a 57% do total. Muito acima dos números do candidato conservador da ADP. Como o objetivo do trabalho não é estudar o processo político eleitoral resta indicar a leitura do completo trabalho de Mercedes Cânepa sobre o período.<sup>302</sup>

A divulgação do resultado para as eleições de Porto Alegre, primeiro teste político do Governo de Ildo Meneghetti e sua base política, desfere um duro golpe na ADP que sofreu estrondosa e fragorosa derrota. Com quase 100 mil votos, Sereno Chaise, do PTB, foi eleito Prefeito com folga, cerca de 50 mil votos a mais que o candidato da ADP, Sinval Guazzeli, que, com 50 mil votos ainda ficou em terceiro lugar, atrás mesmo de Cândido Norberto, do

---

<sup>301</sup> Foram signatários do protocolo, em nome dos partidos: Ariosto Jaeger, Celestino Goulart, Ary delgado, Lauro Leitão, Luciano Machado, Décio Martins Costa, J.P. Coelho de Souza, Romeo Ramos, Honório Severo, Carlos de Brito Velho, Heitor Galant, Alberto Hoffmann, Nestor Pereira, Mário Maestri, Affonso Anschau, Antônio Pires, Arthur Bachini, Júlio Brunelli, Potty Medeiros, Synval Guazzeli, Manoel Augurto de Godoy Bezerra, José Zachia, Mário Mondino, Fernando Gay da Fonseca, Arnaldo da Costa Preto e José Sanseverino. Ibid. pp. 303.

<sup>302</sup> IBID, pp. 363-375. Outro dado interessante é que em Porto Alegre, o candidato da ADP (26,1%) obteve menos votos que ambos os candidatos trabalhistas, do PTB (35,3%), o vitorioso na capital, e MTR (32,1%).

MTR, que fez 55 mil votos. O PTB também elegeu o vice-prefeito, Ajadil de Lemos. A ADP tentou contornar esse resultado e a crise alegando, através do chefe da casa civil do Governador Menegheti, Plínio Cabral, que a Frente de partidos que a formavam havia vencido a eleição na maioria dos municípios do interior do estado, elegendo prefeitos em mais de 100 municípios, incluindo cidades importantes, como Canoas, o que a fortaleceria politicamente no conjunto do estado, mesmo com a perda da capital.

No entanto, mesmo no interior, podemos avaliar que a coligação perdeu força, ao ser vencida em cidades importantes como Santa Maria, que elegeu Paula Lauda e Adelmo Simas Genro, e Rio Grande. Ambas para o PTB. O estremecimento provocado pela derrota, e pela condução da campanha, levou a UDN a cogitar deixar a ADP, como já o havia feito o PL, para manter independência em relação ao governo e ter mais autonomia na arena partidária. Porém, essa especulação perdeu força e não voltou ao debate. Fraca, no Rio Grande do Sul, a UDN teria muitas dificuldades políticas caso se isolasse, na medida em que a tendência era o agrupamento político e ideológico, tema que será retomado oportunamente. Ainda assim, é preciso mencionar que o trabalhismo, mais ou menos comprometido com as reformas de base, com PTB e MTR, elegeu também a maioria da bancada da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, centro político do estado. O PTB elegeu oito (8) vereadores e o MTR, seis (6). Enquanto o PSD, três (3); o PDC, dois (2); a UDN, dois (2) ; PL e PR um (1) cada.<sup>303</sup>

As articulações políticas perpassaram todos os assuntos de interesse público do estado e tornaram-se fonte de disputas programáticas. Em novembro de 1963, foi aprovado o orçamento do estado pela Assembleia Legislativa, mas com um déficit previsto na ordem de quarenta e dois bilhões de cruzeiros, o que acabou gerando uma crise com o governo e dentro do próprio governo. O governo Meneghetti já tinha tentado atenuar o rombo orçamentário do estado apelando para a criação de mais um imposto, a da taxa de desenvolvimento econômico e social. Esta proposta gerou e aprofundou o afastamento do PL, partido aliado de primeira hora do governo. Depois de uma série de resistências, e negociações, o fundo foi aprovado com votação contrária apenas do PL.<sup>304</sup> A relação do governo com a Assembleia não foi

---

<sup>303</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, novembro, 14, p. 7 e 16.

<sup>304</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 1, p. 56.

tranquila. Meneghetti reclamou do orçamento aprovado com déficit estimado de 42 bilhões de cruzeiros para 1964. Reclamava também publicamente a situação financeira do estado que estaria cada vez mais grave. Repassava a culpa pelo problema no orçamento e pela falta de recursos do Governo Federal, à inflação, aos deputados que aprovaram o orçamento, mas não assumia sua responsabilidade administrativa. Ocorreram, inclusive, vários momentos de impasse entre Executivo e Legislativo, sobre a aprovação de projetos de leis necessários ao Poder Executivo. Mas sem dúvida, a principal crise e foco de tensionamento, entre a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, foi em relação à aprovação do orçamento, que estrangula investimentos, mesmo propostos pelos deputados. Esta tensão ia além da oposição, e afetava o centro da base política do próprio governo.

Em dezessete de dezembro de 1963, o orçamento do estado foi promulgado pelo Presidente da Assembleia, Cândido Norberto, porque o governador o devolveu a casa sem sanção ou veto. Meneghetti, tentando se eximir do déficit e dos problemas administrativos decorrentes do desequilíbrio entre receitas e despesas, deixou de se pronunciar. Posteriormente, ao criticar o orçamento, culpabilizou os deputados por prever despesas sem as respectivas fontes de arrecadação. No entanto, preferiu evitar o confronto direto, apenas jogando com a opinião pública, principalmente a partir de um apoio velado dos jornais, que nunca o responsabilizaram pela má administração dos recursos. Os deputados insistiram, quando da promulgação do orçamento, na tese de que ao não se manifestar, Meneghetti indicava concordar com o projeto de orçamento. Tendo, por conseguinte, tanta responsabilidade neste, quanto os deputados.<sup>305</sup> Este episódio de crise entre Legislativo e Executivo, mostra as complexas tramas que envolveram o confronto político naquele momento, bem como os arranjos institucionais nela imbricados. A própria relação entre as forças políticas aliadas não era livre de tensionamentos e disputas internas. Mostra, também, além da crise econômica, a inaptidão administrativa da gestão de Meneghetti à frente do governo do Estado, sua dificuldade de diálogo com o Legislativo e até com seus próprios aliados. Ildo Meneghetti havia administrado o Estado entre 1950 e 1954, portanto, não era inexperiente, conhecia os caminhos a serem percorridos.

---

<sup>305</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 18, p. 18.

Este episódio alertou o governo da ADP para a ausência de uma maioria política estável e confiável na ALERGS. Em meados de dezembro, portanto, logo após a derrota no orçamento, o governo começou a trabalhar para criar essa maioria estável para aprovar projetos de seu interesse (reforma tributária, fundo RS e o orçamento de 1965), reaproximando-se do PL, e restabelecendo o diálogo com PSP e MTR.<sup>306</sup> No entanto, essas tentativas parecem evoluir pouco. Voltarão a pauta de discussão e se concretizarão apenas às vésperas do Golpe, quando a polarização estará bem definida.

Em dezenove de dezembro, reagindo à aprovação e promulgação do orçamento pela Assembleia, o governo do estado sinalizava cortes no orçamento, a partir do estudo da Secretaria de Administração e Planejamento, visando conter despesas em 1964. Uma das principais medidas era reduzir pessoal variável, os contratados, obras e serviços. O déficit orçamentário chegaria a 52 bilhões de cruzeiros, acima dos 42 bilhões previstos inicialmente, conforme o Governo. Os cortes decisivos, bem como os seus critérios ficariam, por fim, a cargo do próprio governador.<sup>307</sup> Mesmo com todos os seus percalços e as crises financeiras, os jornais, e em especial o *Correio do Povo*, passavam a imagem de Meneghetti como um governador preocupado com o funcionalismo, com o povo, competente, que se esforçava pra resolver os problemas, mas que não tinha responsabilidade pelas dificuldades financeiras e orçamentárias. Dava a entender que os problemas eram simples reflexos conjunturais, ou decorrência de um orçamento mal formulado pelo Legislativo.<sup>308</sup> Depreende-se dessa leitura, que o Governador Brizola, verdade que em outro momento, conseguiu administrar as dificuldades financeiras já existentes, porém, no seu caso, foi duramente atacado pela imprensa, o que permite aferir a cumplicidade ideológica e política entre imprensa e Governo Meneghetti, o qual era poupado de críticas, eximido de responsabilidades e tinha sua imagem preservada junto à opinião pública. Mais ainda, teve reforçada uma imagem de administrador sério, acima dos interesses partidários e comprometido com a “democracia” e com o seu estado, contribuindo para consolidar sua liderança entre as hostes conservadoras e os setores

---

<sup>306</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 19, p. 7.

<sup>307</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 20, p. 20.

<sup>308</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 25, p. 20

que, progressivamente, foram afastando-se do campo reformista para compor o bloco conservador.<sup>309</sup>

Mesmo sofrendo pesadas críticas do Governo Estadual e com as transferências de responsabilidade, o Governo Federal se empenhou para colaborar com a crise financeira do Rio Grande do Sul. Ainda em dezembro de 1963, o Ministro da Fazenda, Nei Galvão, se reuniu, no Rio de Janeiro, com José Mansur Filho, Diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para negociar a liberação de um empréstimo de quatro bilhões de cruzeiro, para pagar os salários atrasados dos funcionários do estado; o Governo Federal já havia emprestado dois bilhões de cruzeiros poucos meses antes.<sup>310</sup> Apesar das diferenças ideológicas e da oposição de Meneghetti, o Governo Federal aportou uma série de recursos no estado e tentou tratar a situação com a seriedade que merecia. Entretanto, a mesma atitude da União em relação aos estados opositores, não tinha reciprocidade, pois as diferenças políticas ficavam sempre em primeiro plano por parte dos governadores, os quais não hesitavam em criar constrangimentos à administração Goulart.

Antes do ano acabar, Daniel Faraco, secretário da economia gaúcha, prestou contas da viagem oficial que fizera aos EUA para divulgar o estado no exterior para as autoridades dos EUA que conheciam apenas Rio de Janeiro e São Paulo, e tentar captar recursos. Não houve de imediato, nenhum anúncio prático, nem maiores detalhes, o que levanta algumas questões. Por exemplo, haveria relação dessa viagem com as articulações internacionais dos conspiradores, e com o governo dos Estados Unidos, fato amplamente comprovado por Carlos Fico e René Dreifuss? Buscar investimentos foi o objetivo declarado, mas não houve

---

<sup>309</sup> Alguns desses assuntos estão em: LAMEIRA, Rafael. *Os movimentos sócio-políticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Santa Maria: UFSM, 2008.

<sup>310</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 27, p. 18. Isso não quer dizer que os funcionários estivessem passivos com a situação. Apenas, este não é o recorte deste trabalho, mas, por exemplo, no mesmo dia em que o governo federal sinaliza com o empréstimo, os funcionários do estado, através de várias de suas entidades representativas divulgam um manifesto criticando o governo do estado pelo atraso no pagamento de vencimentos do funcionalismo. O manifesto põe em destaque o dissabor de passar o pior natal que se tem lembrança, contrastando com a alegria dos outros assalariados, aquinhoados com o 13º e com pagamento em dia. Depois de criticar o governo pelas promessas não cumpridas e pelas técnicas de governo, e pelo atraso de vencimentos, fez um apelo à opinião pública para pressionar o poder público, obrigando a pagar seus servidores. Uma assembleia, culminando com uma passeata até o Piratini, estava programados para o dia 27 de dezembro do mesmo ano. São recorrentes, aliás, as mobilizações, reivindicações e atuações dos funcionários. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 27, p. 13. No entanto é preciso mencionar que todas essas iniciativas são escamoteadas e tratadas com desdém por boa parte da imprensa, que nem ao menos termina as coberturas.

detalhes quanto das negociações. Haveria relação desse financiamento buscado com o patrocínio das atividades conspiratórias no estado? O que foi verificado ainda em dezembro, com ampla repercussão, que o Rio Grande do Sul estaria se beneficiando dos recursos da Aliança para o Progresso, através de dois projetos principais: o financiamento das estradas da produção, e a hidrelétrica de Passo Real, totalizando 35 milhões de dólares. Também foi divulgado pela imprensa, depois, um empréstimo de 1,6 bilhão de cruzeiros concedidos pela AID, através do BNDE ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) para ajudar a média indústria dos três estados sulinos. Esses recursos da AP e da AID podem estar vinculados com o financiamento que, segundo Dreifuss, os EUA proporcionavam a seus aliados, entre esses, governadores de oposição, no Brasil, com objetivo de fortalecê-los e desgastar os grupos nacionalistas.<sup>311</sup>

Em reunião do secretariado, o governo Meneghetti retomou, em fevereiro de 1964, o tema orçamentário e a crise econômica do estado, vinculando-a a uma necessária contenção de despesas para 1964.<sup>312</sup> Coube ao chefe da Casa Civil e braço direito do governador Meneghetti, Plínio Cabral, a apresentação das três providências do governo para tentar enfrentar o déficit: 1) contenção das despesas de capital (obras e serviços); 2) manutenção do investimento no tripé básico da administração: energia, estradas e comunicações; e 3) plano específico de corte de despesas em cada secretaria, a ser definida em conjunto entre secretários e o governador. Segundo Cabral, nos dias subsequentes a reunião, o governador e o secretário de fazenda analisariam os casos de cada secretaria com seus respectivos titulares para sacramentar o plano. Os cortes estavam estimados em até 40% dos gastos. A seguir, o deputado Daniel Faraco, demissionário da secretaria da economia, aproveitou para despedir-se do secretariado. Em sua justificativa, voltaria a assumir o mandato federal. Contudo,

---

<sup>311</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 29, p. 19. Ver DREIFUSS, René Armand, op.Cit. e FICO, Carlos, op. cit.

<sup>312</sup> O responsável pela apresentação das contas do estado foi o secretário de fazenda José Antonio Aranha, que analisou o projeto financeiro e apontou um déficit da ordem de 52 bilhões de cruzeiros, superior aos 42 bilhões projetados pelo orçamento da Assembleia, acentuando que a nova lei federal sobre impostos e consignações que determinaria o desconto do imposto na fonte, agravaria ainda mais a situação deficitária do estado, classificando-a como um instrumento altamente perigoso para a economia do estado, “uma lei com malícia jurídica, difícil de interpretar-se” Mesmo com as reclamações o estado indicou dois técnicos para compor o grupo de trabalho do conselho nacional de economia que iria estudar os impactos da nova lei federal.

pairava sob si a suspeita de incompetência administrativa, e descontentamento do Governador com a atuação do secretário no enfrentamento da crise.<sup>313</sup>

No decorrer do processo político, as discussões sobre a situação orçamentária e financeira do estado continuaram na pauta, porém, começaram a ficar em segundo plano, suplantadas pela radicalização política crescente, alimentada pela crescente polarização ideológica entre as forças em confronto. Por um lado, isso foi um alívio para o Governo Estadual, que teve sua exposição reduzida. Esta discussão está inserida, aqui, para o entendimento do processo político, da relação do governo com o Legislativo e o próprio dinâmica administrativa da ADP, que será aprofundada na próxima parte do capítulo. Fica a centralidade da questão econômica, estabelecendo os limites possíveis da ação política e exercendo pressões às administrações e aos partidos. Não só não questão orçamentária, que é sim fundamental, mas também no alinhamento político e ideológico das forças em disputa.

Seguindo no estudo da atuação política dos partidos da ADP e de suas lideranças, é importante mencionar uma manifestação que não é local, mas parece pautar outra intervenção regional importante. Em vinte e seis de novembro de 1963, o deputado Armando Falcão (UDN) acusou publicamente João Goulart de ter tentado desferir um golpe militar no Presidente Juscelino Kubitschek, ainda enquanto era vice-presidente, para por em prática as reformas de base. A tentativa teria se dado enquanto Juscelino Kubitschek viajava a Portugal e seria desfechada com apoio de uma força militar ligada aos nacionalistas, liderada pelo Gen. Osvino Alves, com participação de Brizola e de sindicatos, que decretariam greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. Falcão acusou ainda João Goulart de sempre ter sido “inimigo da Constituição” e das leis do País.<sup>314</sup> A falta de reação do Presidente e do governo foi surpreendente. Como fora constante, contudo, durante a maior parte desse processo político, frente aos ataques desferidos contra ele e seu governo.

Na mesma linha de intervenção, em um artigo de opinião, Raul Pilla, comenta as declarações do Ministro da Justiça de Jango, Abelardo Jurema, que teria formulado denúncias sobre conspirações contra o Governo Federal e a possível ameaça de um golpe de Estado.

---

<sup>313</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 2, p. 20.

<sup>314</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, novembro, 26, p. 7

Pilla, grande personalidade do PL, disse não duvidar que se estivesse conspirando no País, ante ao “descalabro nacional e a subversão da ordem constitucional”, abertamente pregada e progressivamente realizada pelo Presidente da República. Ainda, segundo ele, perante “a completa falência do mecanismo de defesa previsto pela própria Constituição, morto estaria o sentimento democrático, se alguma reação não se esboçasse contra o estado miserando a que foi reduzido o país”. Admitia que “algures” se esteja conspirando, mas se assim, o ministro deveria revelar nomes ou vigiar os conspiradores. Revelar informações assim, vagamente, significaria simplesmente tentar assustar os supostos conspiradores, manifestar o temor dessa conspiração ou “preparar a opinião pública para a subversão das instituições, que seria assim apresentada, não como um golpe de Estado, mas como um *golpe preventivo*, legitimado pelo direito de defesa”. Essas três teses, claro, serviram somente para legitimar sua opinião de que esta última era a mais provável, a partir das manifestações do próprio Presidente, que se dizendo portador de “missão providencial” ameaçava “destruir a estrutura política e social brasileira” que ele acusava de ser “arcaica e obsoleta”. Sua conclusão é taxativa: o grande conspirador, portanto, seria João Goulart, se por conspiração se entendesse uma “ação sistemática e desenvolvida mais ou menos as claras” contra as instituições do País. Os outros conspiradores nada seriam ou nada valeriam diante deste conspirador teoricamente onipotente. E ainda ironiza: “Tranquilize-se o Sr. Aberlardo Jurema...”<sup>315</sup>

Em artigo de três de março de 1964, Raul Pilla, um dos maiores ideólogos desse bloco conservador durante este processo de crise política, tornou a defender que o Golpe de Estado já estaria em andamento, ao apontar que as Forças Armadas não aceitariam mais os desmandos do Presidente. Não o golpe formal, mas a destruição do regime e das “instituições republicanas”, operada por dentro delas próprias, de acordo com a “conhecida tática comunista, planejada pelos soviéticos nos países que caíram sob seu domínio”. Este trabalho teria sido iniciado com a posse de Goulart e continuaria a se desenvolver sob o conhecimento e omissão dos responsáveis. Pilla mostra-se responsável por fornecer argumentos que embasaram o avanço dos grupos e forças políticas que defendiam a opção do golpe militar, sob o pretexto de defesa legítima das instituições. Esses argumentos se tornaram cada vez mais correntes nos debates políticos e nos discursos, falas e intervenções das forças e partidos

---

<sup>315</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 31, p. 4.



conservadores. Pilla pode não ter elaborado esses argumentos, mas certamente foi um dos seus maiores defensores, e um dos mais fortes ideólogos do golpe no Estado, exercendo, no plano hegemônico, o papel que Meneghetti desempenhou no plano prático, como Governador de estado, articulando politicamente as forças de oposição a Goulart no Rio Grande do Sul. Mais ainda, Pilla não se restringia a participação teórica, mas agiu também na prática. Deputado, articulador, ideólogo, foi figura central no processo de construção do Golpe de Estado de 1964, no estado.<sup>316</sup>

Na prática, os golpistas faziam exatamente aquilo que eles acusavam o Presidente Goulart e as forças reformistas de fazer, preparar um golpe preventivo para, supostamente, salvar as instituições. Ou, nas palavras do próprio Pilla: “preparar a opinião pública para a subversão das instituições, que seria assim apresentada, não como um golpe de Estado, mas como um *contra-golpe preventivo*, legitimado pelo direito de defesa”.<sup>317</sup> Assim, as forças conservadoras legitimariam a sua intervenção militar. O que mais chama a atenção, no entanto, é a patente ausência de reação tanto de Goulart e do governo, quando das forças nacionalistas aos constantes e incontáveis ataques sofridos, que são incontáveis e dificilmente caberiam todos aqui para serem analisados. Nem reações políticas, ideológicas ou mesmo oficiais, como a interpelação dos acusadores. Nada. Nem mesmo resposta.

Retomando o tema das articulações políticas com foco na Assembleia Legislativa, e da atuação dos partidos políticos neste processo, a ADP passou a costurar acordos, ainda em março de 1964, para eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa, enquanto o PTB parecia desinteressado nessa disputa. A ADP tentava ampliar seu quadro partidário, recosturar acordos e reintegrar partidos, como o PL, que havia se afastado do governo e da aliança por desentendimentos políticos. Na eleição da mesa diretora dos trabalhos, interessava ao Governo Estadual, além da maioria no parlamento, ter o controle das votações dos projetos de seu interesse para estabilizar sua administração e recompor a base de sustentação parlamentar,

---

<sup>316</sup> Raul Pilla era professor universitário e político que, membro do PL, era respeitado por todas as forças que compunham a ADP e o bloco conservador, também, por sua autoridade intelectual. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, março, 3, p. 4.

<sup>317</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 31, p. 4.

após a crise provocada pelo orçamento do Estado para 1964 e o confronto entre Executivo e Legislativo, que quase ruiu o governo da ADP.

Uma boa prévia da polarização política que estava sucedendo no panorama político nacional e sul-rio-grandense, na abertura do ano legislativo de 1964, em quatorze de março, aconteceu a eleição da mesa diretora da ALERGS. A bancada da ADP, atuando em bloco, garantiu a sua vitória, indicando o deputado Solano Borges, do PL, à Presidência da casa. Esta manobra foi uma tentativa clara de comprometer o PL, sempre vacilante com sua posição em relação ao bloco. Reintegrar o PL na ADP era de suma importância para manter a maioria da casa e reestruturar o Governo do Estado no campo político.<sup>318</sup> Como consequência, a ADP recompôs sua base de sustentação na Assembleia ao reincorporar o PL, com a Presidência do Legislativo, mesmo não sendo a maior bancada. O PTB, por sua vez, apesar de ser a maior bancada, continuava isolado, com exceção da aliança com a Aliança Republicana Socialista (ARS) (que possuía apenas um deputado, o comunista Lauro Hagemann, eleito sob esse guarda chuva). O MTR se comportou de forma dúbia, como continuaria fazendo, não se comprometendo com nenhum dos blocos no intento e se tornar um fiel da balança. Mesmo assim, a situação de equilíbrio permanecia. A relação de forças políticas permanecia muito equilibrada entre os campos em disputa.

#### 4.1.1 Candidaturas à Presidência da República: Projetos em Disputa

Uma das principais questões políticas do processo em curso foram as discussões em torno das candidaturas à Presidência da República, a serem realizadas em 1965, que por seu caráter acabou polarizando e dando os contornos programáticos aos embates do momento. Na medida em que o PSD tentava consolidar a candidatura de Juscelino Kubitschek, as esquerdas divididas não conseguiam encontrar um nome, embora o mais forte na disputa fosse Leonel

---

<sup>318</sup> A chapa obteve a vitória com vinte e oito (28) votos da bancada da ADP, contra vinte e quatro (24) da chapa de oposição formada por PTB e ARS. Houve, ainda, três abstenções da bancada do MTR. O quadro de alianças para essa eleição reproduziu e foi representativo do que viria por demonstrar o corrente jogo e equilíbrio de forças políticas no estado. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964. Março. 10 e 15, p. 7.

Brizola, enquanto isso, as forças liberais e conservadoras tentavam se unificar em torno da candidatura de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, membro da UDN, e uma das principais e mais radicalizadas lideranças de direita da ADP. Essas discussões foram lançadas muito precocemente, ainda em finais de 1963, mas começaram a tomar forma mais clara quando passaram a ser relacionadas diretamente à polarização política e aos contornos ideológicos daquele momento. Esse debate será tratado pelo prisma do Rio Grande do Sul.

O PL, por exemplo, começou a se definir no início de 1964, tendo como porta-voz seu presidente regional Orlando Carlos, encaminhava-se para declarar apoio à candidatura de Lacerda, como apontou a maior parte do partido no estado, bem como suas bases. O que foi comunicado à direção nacional do partido. Decisão encaminhada para a convenção de abril, que contaria com a presença do próprio Lacerda para sacramentar a aliança, que tinha como principal defensor o histórico libertador e profundo anticomunista e mesmo antireformista Raul Pilla.<sup>319</sup>

Já o PDC do Rio Grande do Sul, decidiu apoiar a prorrogação da decisão partidária sobre a eleição presidencial de 1965, marcada pelo partido para início de fevereiro. Decidiu ainda, aprovar a moção nacional que impedia seus parlamentares de participarem isoladamente de organizações políticas extra partidárias. O objetivo dessa decisão era vetar a participação de alguns de seus quadros, alinhados ideologicamente a esquerda, na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e na Frente de Mobilização Popular (FMP), organizações de esquerda e reformistas, na medida em que o partido alinhava-se, em vários estados, inclusive no Rio Grande do Sul, com a ADP e existia uma forte tendência de a maioria da direção do partido a compor o bloco conservador e anti Goulart nacionalmente.<sup>320</sup> O PDC com esses dois movimentos tentava evitar a fragmentação partidária e sua divisão interna, mantendo, entretanto, as possibilidades de diálogo com seus aliados preferenciais. O partido apontava, pela maioria de suas lideranças e dirigentes, o apoio à candidatura de Carlos Lacerda, embora tentasse manter sua independência no cenário político e eleitoral.

---

<sup>319</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, janeiro, 30, p. 7.

<sup>320</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 4, p. 7.

No centro da linha política do PDC, estava a oposição frontal ao governo Goulart, ao PTB e às forças reformistas e nacionalistas. Em vinte de fevereiro de 1964, Jozé Zachia, Presidente do PDC no estado criticou fortemente o Governo Federal e acusou a formação da chamada frente única pelas reformas de base (articulada por Santiago Dantas), que, na sua perspectiva, apenas causaria mais tumulto no já tumultuado País. Segundo o argumento conservador, o Brasil estava “as portas da convulsão social” e governo não agiria com eficiência quanto aos problemas supostamente reais, mas apenas criando, ou contribuindo na criação de uma frente política e ideológica que só convulsionaria ainda mais o cenário político, influenciando negativamente o povo. No seio da polemica, a possível proposta de legalização do Partido Comunista, principal foco de tensão entre os possíveis membros dessa aliança. A própria frente era, para seus críticos mais vorazes, apenas mais um instrumento de agitação e desordem. Zachia criticou também a proposta de convocar um plebiscito para decidir pela realização das reformas de base. No centro de seu argumento, mais uma vez, a democracia representativa e liberal, nesse caso restritiva, pois os parlamentares tinham a legitimidade, como representantes eleitos do povo, de tomar qualquer decisão acerca do tema, portanto, para analisar e decidir sobre as propostas de reformas sociais. O povo deveria confiar naqueles a quem elegeu. E contra-ataca argumentativamente ao suposto autor da proposta, questionada a legitimidade dos parlamentares, o povo deveria também se manifestar sobre o mandato do Presidente, nesse caso, o questionado João Goulart.<sup>321</sup> Mais uma vez focava-se a concepção de participação política restritiva, de distância do povo das decisões políticas e a grande oposição a uma possível tentativa de popularizar a democracia. Desta forma, as forças que patrocinavam e defendia essa inclusão e inserção do povo diretamente nas decisões do País deveriam ser enfrentadas e combatidas, na concepção conservadora, pois, tirar as decisões políticas do âmbito das elites era inaceitável.

Contudo, certamente, um dos partidos que mais se movimentou no estado, pela eleição de 1965, contudo, sempre ancorado em sua força e prestígio nacional, na medida em que sua expressão real no Rio Grande do Sul era muito reduzida, foi a UDN. Em declarações de cinco de fevereiro de 1963, o deputado Alcides Flores Soares Junior, Presidente da UDN no estado, externou uma posição muito clara da posição e da atuação política da UDN naquela

---

<sup>321</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 21, p. 7.

conjuntura e no processo político em curso. Em seu argumento, o maior problema do País seria a inflação e com ela a carestia, que estaria levando a uma crise de tal monta que abriria espaço para a atuação dos comunistas. A partir disso, defendeu a mobilização de “todas as forças morais e democráticas para enfrentar a desagregação social, a subversão, a anarquia, a república sindicalista, a república popular ou socialista, em marcha acelerada”. E continuou, também elegendo aliados:

Devemos apelar para a igreja que é a maior força espiritual, para os professores, para os estudantes, para os operários da cidade, e dos campos, para os profissionais liberais, para os partidos políticos democráticos e para a imprensa. Esta hora grave está a reclamar a união de todos, em defesa da liberdade, em defesa dos direitos naturais, como a propriedade com sentido social, como a livre empresa a serviço da coletividade.<sup>322</sup>

Em seu argumento, no Brasil, a demagogia e a subversão nunca estiveram tão fortes quanto naquele momento, e que o País estaria “vivendo dias perigosos, com possibilidade de não viver o dia de amanhã”; “precisamos devolver a esperança ao povo brasileiro. A esperança de dias tranquilos e de segurança para todos quantos trabalham e produzem e enriquecem a nação” alegou o dirigente partidário. O mesmo deputado tratou ainda, na entrevista, da reunião do diretório da UDN que seria realizada no dia seguinte para escolha do novo secretário de segurança ao governador Meneghetti, que seria indicado pela direção do partido, dentro da coalizão governista, formada pela ADP.<sup>323</sup>

Em reunião do diretório estadual da UDN, em seis de fevereiro de 1964, sob a presidência do deputado Alcides Soares Junior, a primeira parte dos trabalhos foi dedicada à fala do presidente que, como não poderia deixar de ser, teceu profundas críticas ao Governo Federal e a crise política que País estaria atravessando, sob o comando de Goulart. A reunião acabou expondo uma grande divisão interna da UDN, desnudada por seus próprios membros.

---

<sup>322</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 6, p. 7. Na mesma linha, só que mais agressivo em relação ao Presidente, João Agripino, presidente da UDN da Paraíba, em declaração que repercutiu muito no estado, alegou que o Presidente só pensava em se manter no poder, até depois de janeiro de 1966. Quanto mais forte fosse a candidatura de Lacerda, mais o Goulart se empenharia para que não houvesse eleições. No entanto, disse acreditar que o Presidente não teria forças para subverter o regime face à disposição democrática e legalista das forças armadas. *Correio do Povo*. Porto Alegre: fevereiro. 5, p. 7.

<sup>323</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: Porto Alegre: 1964, fevereiro, 6, p. 7.

Dilermando Mota, Membro do diretório da UDN fez pesadas críticas a atuação do Presidente Soares por estar muito tempo em Brasília e desatento quanto às questões estaduais centrais, como a indicação do secretário de segurança ou a convenção partidária. Apesar da crise partidária, a reunião conseguiu aprovar uma moção de confiança ao Governo Meneghetti e o encaminhamento da indicação do deputado Poty Medeiros para a Secretaria de Segurança do Estado.<sup>324</sup> Vemos que o principal partido de oposição à Goulart no Brasil, no Rio Grande do Sul, era bastante frágil, pequeno, e vulnerável. Tal posto, no estado, era exercido pelo PSD, que se alinhava, diferentemente do partido em nível nacional, plenamente ao campo conservador e, assim, não permitiu a formação, no estado, da vitoriosa aliança nacional entre PTB e PSD, fornecendo à direita um partido mais forte e consistente, com trânsito mais ao centro que a UDN.

A candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República foi, certamente, a mais acompanhada pela imprensa no estado, pois tendia a unificar as forças conservadoras, enquanto as forças nacionalistas e reformistas estavam cada vez mais divididas. Principalmente, a imprensa seguia passo a passo as movimentações, apoios, discursos e avanços da candidatura Lacerda. O tom favorável era marcante, especialmente por parte do jornal *Correio do Povo*. Até metade de fevereiro, foi anunciado que Lacerda já contaria com o apoio de 16 dos 23 diretórios estaduais da UDN à sua candidatura à Presidência da República, entre eles, os maiores colegiados como São Paulo e Rio de Janeiro, além do próprio Rio Grande do Sul. Todos se manifestando pela antecipação da convenção da UDN e homologação da candidatura referida.<sup>325</sup> A UDN, no Rio Grande do Sul, dependia de articulações nacionais, para tentar se fortalecer, em vista de sua fragilidade. Em visita a Porto Alegre, o senador pela UDN de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, em doze de fevereiro, aproveitou para declarar que Lacerda seria aclamado candidato a presidente pela UDN. O Brasil, em sua opinião, atravessaria uma crise sem precedentes na sua História, e somente Lacerda poderia resolver seus problemas.<sup>326</sup> Lacerda foi o primeiro a se lançar candidato, sem vacilações, e muito cedo, ainda em finais de 1963 para a eleição que seria em 1965. Seu nome

---

<sup>324</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 7, p. 7.

<sup>325</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 9 a 17, passim.

<sup>326</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 13, p. 7.

tendia a unificar o bloco conservador e anticomunista pela atuação de destaque contra as reformas sociais, os comunistas e o governo Goulart.

Lacerda precisava ampliar seu apoio no Rio Grande do Sul, terra de João Goulart, Brizola e Getúlio Vargas, de forte expressão trabalhista, mas que também possuía um campo conservador em expansão e unificado através da ADP. O PSD, no estado estava disposto a lhe apoiar, mesmo contra uma provável candidatura nacional do seu próprio partido, com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Por isso, em fevereiro de 1964 foi destacada a notícia da visita de Lacerda ao estado, na cidade de Uruguaiiana, em campanha à Presidência da República, conforme comunicava ao seu aliado, o governador Meneghetti.<sup>327</sup> Marcou-se, assim, rebelião do PSD-RS em relação à direção nacional do partido. O próprio Meneghetti era simpático à candidatura Lacerda e trabalhava por ela. A população cidade escolhida, Uruguaiiana, era majoritariamente contra a reforma agrária, como Lacerda. Terra de grandes produtores havia enfrentado durante o governo Brizola, e agora com Goulart, conflitos em torno da reforma agrária, símbolo, para os conservadores, das reformas de base a que se opunham. O candidato conservador queria usar isso a seu favor e enviar um recado aos produtores, e mesmo aos antirreformistas, do Rio Grande do Sul. Suas chances eram a sua candidatura. Ele estava do seu lado.

Lacerda desembarcou no aeroporto local de Uruguaiiana no dia vinte e três de fevereiro de 1964, acompanhado por Armando Falcão, Hugo Levy e Abreu Sodré, lideranças nacionais da UDN, Lacerda encontrou duas mil pessoas a sua espera, onde assim, literalmente “caiu nos braços dos seus correligionários que ali o esperavam em grande número”. Teria repetido no trajeto ate o centro da cidade que a acolhida tinha superado as suas “mais otimistas expectativas”. Do centro da cidade deslocou-se a pé até o hotel onde se hospedou para preparar-se para o comício. No caminho, cumprimentou pessoas e beijou crianças. Antes do comício, recebeu delegações de “diversos municípios” que teriam comparecido para lhe declarar apoio. Em entrevista exclusiva ao jornal *Correio do Povo*, tecendo críticas à Petrobras e sua gestão (deveria produzir petróleo e não escândalos, em sua opinião) e ao salário mínimo (em que o aumento teria vindo tarde). O comício das 22h foi acompanhado

---

<sup>327</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 22, p. 7.

“por considerável numero de simpatizantes de sua candidatura”. Na avaliação do jornal, Lacerda, em seu discurso, causou boa impressão pela clareza de seus conceitos. Na manhã do dia seguinte, domingo, assistiu a uma missa e visitou a escola Nossa Senhora do Hôrto. Partiu em retorno à Guanabara ao final da manhã.<sup>328</sup> Tentava fortalecer a imagem de um religioso, cristão, portanto, anticomunista, conservador e fiel à moral. Queria demonstrar que era contra as reformas.

A simpatia da imprensa, pelos elogios, pelos comentários, pela aprovação da plataforma, pela divulgação e pelo espaço (que não era dispensado a nenhum outro candidato) ficava cada vez mais evidente. O *Correio do Povo*, jornal ao qual Lacerda concedeu a entrevista exclusiva, e talvez seu maior aliado na imprensa no estado, por exemplo, fez questão de mencionar que não houve manifestações de hostilidade ao governador da Guanabara e pré-candidato da UDN, nem cartazes ou faixas de protesto contra sua presença. Armando Falcão, que acompanhou o Governador, e estava cotado para ser o companheiro de chapa, como Vice-Presidente, reuniu-se com lideranças do PSD no estado que não aceitavam a direção nacional do partido e que estavam contrárias a indicação de Juscelino Kubistchek como candidato, tentando ganhar o apoio destes para Lacerda, o que parecia consolidado.<sup>329</sup>

O discurso de Carlos Lacerda, durante o comício, durou cerca de uma hora e foi longamente tratado e descrito pelo jornal. Tratou da “situação nacional” e dos “pontos de sua administração”, se eleito presidente da república. Disse da satisfação de estar em Uruguaiiana por onde passou seu pai, Mauricio de Lacerda, acompanhado de Assis Brasil e observado o “lenço dos maragatos”, “único vermelho que queremos no Brasil”. Sua tentativa de criar vínculos indenitários com a cidade ficava nítida. Lacerda fez, também, uma série de promessas de campanha e críticas a João Goulart, como não poderia deixar de ser, mas que não caberiam nos limites deste texto. Entre elas, seria o tratamento do Banco do Brasil como banco presidencial e de escassear o arroz no Rio de Janeiro como uma tática “stalinista” para enfraquecer o seu estado e seu governo. Como uma jogada de marketing eleitoral, disse que faria apenas uma promessa de campanha, segundo ele, a de “assegurar a liberdade”. Isso,

---

<sup>328</sup> *Correio do Povo*. 1964. Fevereiro. 25, p. 20 e 18.

<sup>329</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 25, p. 20 e 18.



depois de fazer uma série de outras promessas. Lacerda finalizou categoricamente: “a agitação não ajuda aos que querem liberdade. A oposição pede ordem e o governo promove a agitação”.<sup>330</sup> A demarcação contra o governo, e o estabelecimento dos dois campos se repete no discurso do Governador da UDN. *Liberdade*, sinônimo de liberalismo, conservadorismo e antirreformismos, contra *Agitação*, como sinônimo de participação popular na política, democracia ampliada e reformas sociais. Os dois campos distintos e em combate nesse processo histórico. A identificação da agitação com o governo e da ordem com a oposição não é fortuita. Fazia parte, também, da estratégia de enfrentamento e de enfraquecer o governo perante os setores conservadores, e mesmo aqueles identificados com o centro político, zelosos da moderação e da ponderação, associando o Presidente Goulart com os comunistas e “agitadores”, tentando enfraquecer sua base social e política, esvaziando seu apoio ao centro e em camadas temerosas das mudanças, da “agitação”, ou mais profundamente, do comunismo.

Mesmo com a consolidação da candidatura de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e também pré-candidato filiado à UDN, parecia ainda não ter desistido da sua candidatura. Tentou adiar a convenção da UDN, mas só obteve apoio do partido no seu próprio estado. Ante esse impasse, circulou o boato sobre a criação de um novo partido sob seu comando. Seria o Partido Trabalhista Católico (PTC). Informação esta negada por líderes da UDN, mas que gerou certa tensão em setores conservadores da sociedade, pela possibilidade da divisão das forças liberais e conservadoras para enfrentar os trabalhistas, ou a frente PSD-PTB, já bastante vitoriosa nas eleições presidenciais durante essa experiência democrática desde 1945. Os deputados Aleomar Baleeiro e Bilac Pinto, ambos da UDN, demonstraram grande preocupação com essas notícias, tentando, porém, minimizar a informação e a possibilidade de concretização de tal partido dissidente.<sup>331</sup> O que acabou de fato, não se consolidando. O processo eleitoral fora obstado pelo Golpe Civil-Militar.

Apreensão, também, nas forças e partidos conservadores no Rio Grande do Sul causavam as notícias sobre divisões no seu campo em formação, em função das posições do PSD na Assembleia Legislativa, assim como uma possível aliança deste com o PTB para

---

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 23, p. 7.

eleição da nova mesa diretora da ALERGS, que poderia definir a prioridade de votação dos projetos no ano de 1964, e assim, causar desgastes na aliança que governava o Estado, a ADP. Ainda assim, influencia política do PTB poderia aumentar e ainda criar condições e poderes para interferir mais fortemente nas votações dos projetos do governo do Estado, já que como maior bancada já era motivo de muito trabalho aos aliados de Meneghetti.<sup>332</sup> Em meados de fevereiro de 1964 essas tentativas de acordo entre PTB e PSD foram capitaneadas por Sereno Chaise, Prefeito de Porto Alegre, por parte do PTB e Ary delgado, pelo PSD.<sup>333</sup> Essas tratativas provavelmente são parte de uma profunda crise, com fortes divisões e disputas internas em que o PSD se encontrava naquela quadra histórica e que precisa ser considerada nessa análise. Representou, também, o risco de reproduzir no estado a vitoriosa aliança em nível nacional que acumulou vitórias desde 1945 no Brasil. O que era o maior pesadelo dos conservadores gaúchos.

Em oito de fevereiro repercutiu, no País, a intenção da “ala agressiva do PSD” (um grupo tido como mais progressista) de lançar um manifesto declarando integral apoio a candidatura de Juscelino Kubitschek a Presidência da República, da participação na frente parlamentar de Santiago Dantas, pela aprovação das reformas de base, e pelo direito de voto aos analfabetos em 1965. Teria este, a assinatura de trinta e seis deputados e exigiria a convocação da bancada para discutir a proposta de Dantas, inclusive a legalização do PCB.<sup>334</sup> Também no mesmo dia teve grande destaque público um encontro entre parlamentares de PSD e PTB para debater a frente partidária proposta por San Tiago Dantas, para encaminhamento e realização das reformas de base, o chamado “esquema Dantas”.<sup>335</sup>

É o mesmo PSD-RS que mostra suas divisões internas, quando em três de março, um grupo de “prestigiosos pessedistas”, segundo a imprensa, em manifesto dirigido a seus correligionários, defendeu a tese de que o senador Juscelino Kubitschek estaria longe de ser o candidato que ao PSD cumpriria indicar, defendendo, ainda, que não havia “motivos para que se altere a conduta que adotaram em 1955 ao recusar apoio ao referido candidato”. Tais

---

<sup>332</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 9, p. 7.

<sup>333</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 13, p. 7.

<sup>334</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 8, p. 7.

<sup>335</sup> *Idem*.

líderes, que encabeçaram o movimento, disseram-se satisfeitos com as assinaturas recolhidas no primeiro dia, principalmente nas cidades do interior do estado. Porém, deixaram claro que o manifesto de repúdio a candidatura Juscelino Kubitschek era apenas a primeira etapa de um plano a ser executado no estado, com “vistas a sucessão federal” à Presidência da República. A segunda etapa seria, provavelmente, depois do congresso nacional do PSD, o anúncio do apoio deste grupo à candidatura de Carlos Lacerda da UDN. O jornal fez a defesa do grupo dizendo que estes colocavam o problema da fidelidade ideológica acima da fidelidade partidária, e com razão, para o articulista do periódico. Foram signatários do manifesto, inicialmente, Walter Jobim, Firmino Paim Filho, Glycerio Alves, João Dentice, Arthur Ferreira Filho, Nicanor Kraemmer da Luz, Hugo Haase, Renato Costa, Emanuel da Costa e Silva, Floriano Peixoto Sobral, Libório Albuquerque, Abilio da Silva Moraes, Cesar Pestana, Nestor Azambuja Guimarães, Pio Muller da Fontoura, Helio Saraiva, Tancredo Vicial, Archimedes Aambuja, Miguel Costa e Renato Giovanini. Da nominata o jornal aponta um grande numero de pessedistas ligados a Walter Perachi Barcellos, que liderou uma dissidência do partido no Rio Grande do Sul.<sup>336</sup> Não foi à toa, ainda, que o articulista do periódico considerou correta e apoiou a fragmentação do PSD, pois, a linha do jornal era de apoio à Lacerda e manutenção da solidez e estabilidade da ADP no estado. Para isso, o partido do próprio governador era fundamental.

Para o deputado Alexandre Machado da Silva (PSD), entretanto, a possível divisão “área democrática”, como ele definiu, entre as candidaturas de Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek era perigosa diante da necessidade de coesão na “batalha contra a comunização do país”. Defendendo assim, um candidato comum que deveria varrer do planalto os comunistas que estariam “amargurando e infelicitando a vida do país”. Essa divisão das “forças democráticas” poderia facilitar a eleição de um candidato comunista, apoiado por CGT, PUA e UNE, provavelmente, o próprio Brizola a quem o deputado classificou como o inimigo nº 1 da democracia brasileira. Mais uma vez, a manobra política era de estabelecer dois campos distintos, identificando os conservadores com a democracia, e as forças reformistas, com o próprio Governo, com o comunismo.

---

<sup>336</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 4, p. 7.

A crise dentro do campo conservador no Rio Grande do Sul continuou. Em março de 1964, foi João Dentice, Secretário Geral do PSD estadual que renunciou à executiva e na própria direção estadual do partido. O motivo foi o mesmo dos afastamentos anteriores: a discordância da candidatura de Juscelino Kubitschek, em 1965, e o apoio deste à candidatura de Carlos Lacerda, da UDN. Soma-se, portanto, às renúncias de Peracchi Barcellos e Ildefonso de Albuquerque, que tomaram a mesma atitude, poucos dias antes. Dentice relembra que já havia sido dissidente, em 1955, juntamente com "milhares de pessedistas do Rio Grande do Sul". Na essência do desagrado ao dirigente renunciante, estavam plataformas progressistas básicas, vistas hoje, como a concessão de voto aos analfabetos (o que para ele nivelaria por baixo a política), a política externa independente, a promoção da subversão da hierarquia e de desordem nas Forças Armadas, a ligação com sindicatos e organizações sociais (cita CGT e PUA, que são apresentados como órgãos dirigidos por comunistas). O PSD deveria ser, em seu argumento, contra os extremismos, portanto, democrata e cristão. O termo extremismo se refere diretamente às forças de esquerda, como já demonstrado, prática corrente naquele momento histórico. A candidatura de Juscelino Kubitschek seria, portanto, para o ex-dirigente pessedista, incolor, sem um lado definido, por não ter se posicionado claramente contra as políticas de João Goulart e do PTB.<sup>337</sup>

Na essência dessa concepção conservadora e elitista, a participação na política de entidades representativas da classe dominante como FIERGS, FEDERASUL e FARSUL não só não eram vistos como problemas, mas eram, inclusive, exaltadas, incentivadas e vistas com bons olhos. Ao contrário, a participação na política de entidades representativas das classes dominadas, como sindicatos e organizações reformistas, era vista como sinal de agitação, anarquia e problema para a sociedade, a democracia e os valores morais do Brasil e das suas instituições. Na verdade, tal participação colocava em risco, sim, os interesses dessa própria classe dominante que tentava fazer com que seus interesses parecessem interesses gerais da sociedade. As forças políticas que desafiassem esse princípio precisavam ser combatidas fortemente, com todas as armas possíveis.

---

<sup>337</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 5, p. 7. A carta renúncia finalizava ainda, reafirmando a necessidade de "proteger os valores, o modo de vida e as instituições brasileiras", o que Juscelino não seria capaz, nem o faria.

Na mesma data, o deputado Afonso Anschau (PRP) defendeu que as cúpulas partidárias não podiam deter a penetração popular e o avanço político da candidatura Lacerda para 1965, referindo-se claramente à postura de parte da direção do PSD no estado, que defendia a fidelidade à posição nacional do partido. Os defensores da Candidatura Lacerda apostavam na divisão do PSD gaúcho. Para ele, os insucessos administrativos teriam levado a vida da população ao caos e isso teria acabado com a credibilidade e confinamento nos grandes partidos. Juscelino teria enriquecido uma minoria e disparado a inflação, enquanto o governo “nacionalista vermelho” do Presidente João Goulart estava tomado por comunistas que dominariam a administração. Goulart, até esse momento, era mostrado como um ingênuo criador de ovelhas do que como presidente de uma nação conturbada como o Brasil, alvo da cobiça “comuno-castrista”. Goulart seria despreparado e não estava em consonância com a “aspiração democrática” da maioria da população. Assim, as promessas e cargos não enganariam ou manipulariam mais a população.<sup>338</sup> Mais uma vez, vemos reproduzidos os argumentos contra Goulart, as forças de esquerda e o perigo comunista usado como argumento de justificação a unificação das forças conservadoras, além, claro, de promover o seu candidato e o seu partido. A inevitabilidade de Lacerda pode ser lida na perspectiva de unidade anticomunista que extrapolava as fronteiras partidárias, pela força do elemento ideológico como já demonstrava o PSD, e a força feita por partidos como PL e PDC. Anticomunista que beirava a histeria, Lacerda, era um líder forte, que tendia a unificar religiosos, conservadores, e o espectro anticomunista, assustado com o avanço das propostas de reformas sociais e da esquerda, mesmo que estes não fossem comunistas, sempre eram associados a eles. Não no sentido de um projeto político comunista, do Partido Comunista, mas do que seria um projeto comunista segundo a ideologia elaborada pelo anticomunismo do que seria o comunismo, mau, ateu, cruel, dominador, etc.

O líder do PSD na Assembleia do Rio Grande do Sul, Ary Delgado, como resposta a estas movimentações e às pressões de parte do seu próprio partido no estado, defendeu publicamente, e de forma incisiva, que a candidatura de Lacerda era a maior expressão do antipessedismo no Brasil, alertando seus correligionários sobre a inconveniência de apoiá-la sob qualquer pretexto, criando novas dissidências na seção regional do partido no estado. O

---

<sup>338</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 5, p. 7.

deputado negou qualquer expressividade eleitoral aos signatários do manifesto divulgado no dia anterior contra o apoio a candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República. Ele argumentou, também, que não havia nenhuma conveniência partidária em apoiar uma candidatura udenista que vomitava ódios e que precipitaria a convulsão social no Brasil; assim, a tarefa dos pessedistas seria fortalecer o seu próprio partido, que ainda seria uma força moderadora no País, para ponderar as forças de direita e de esquerda. Ele acreditava que o manifesto não fortaleceria, nem contribuiria com o partido. Por fim, tentou reduzir a importância real de tais manifestações alegando que, no interior, e na maioria do partido, o sentimento era de unidade em torno de Juscelino.<sup>339</sup> O deputado cumpriu, aqui, sua função de dirigente, amenizando a crise, diminuindo a importância política da cisão e defendendo a unidade e fortalecimento do seu partido.

Finalmente, na reunião oficial diretório estadual do PSD no estado, em cinco de março, acolhe, por maioria, a candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República, em 1965, por 52 votos contra 3. Os membros contrários a essa indicação não compareceram à reunião, participando assim apenas 56 dos 110 membros do diretório. O que indica que o nível de divergência e a divisão interna estavam muito acentuados. É preciso considerar que o PSD enfrentava, também, outra crise de ordem institucional, no diretório de Porto Alegre, que será considerada logo a seguir. Contudo, o quadro foi grave: apenas metade do diretório do partido aprovou a deliberação. Metade da direção do partido deixou de participar da reunião. Essa mesma reunião aprovou, também, uma moção de apoio ao governo de Ildo Meneghetti, saindo em defesa de seu governador, contra uma moção de críticas da seção regional do PTB. Os membros da direção que permaneceram fiéis às deliberações da direção nacional do partido, defenderam a total integração do PSD, em nível regional, com o partido, em nível nacional. Parte dos pronunciamentos dos dirigentes regionais, mostrando um pouco da cultura política regional interferindo nas articulações políticas gerais, mostram grandes resistências e mesmo divergências quanto à uma possível aliança com o PTB para as

---

<sup>339</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 5, p. 7.

eleições, mesmo que federais.<sup>340</sup> O constrangimento, na avaliação do PSD gaúcho, era estar lado a lado, na campanha para Presidente, do seu maior adversário no plano local.

Pode-se perceber, portanto, que a maior parte das discussões em torno das candidaturas à presidência para a eleição de 1965, desde o quadro de alianças eleitorais até mesmo os programas ideológicos, que envolviam a disputa, passavam diretamente pelos temas e contradições relativas ao processo de disputa e radicalização política colocada pela conjuntura. Principalmente no tocante à candidatura de Lacerda, que estava colocada como aglutinadora das forças conservadoras em torno da bandeira central do anticomunismo e da manutenção das estruturas sociais vigentes, com um programa contrário as reformas e à ampliação da participação popular na política. A candidatura de Juscelino Kubitschek, mesmo sendo de um partido do campo conservador, foi duramente atacada pela simpatia que exercia em setores do campo reformista, e pela simpatia deste pela aliança com o PTB. Mesmo que uma possível candidatura das forças de esquerda, mesmo do PTB não tivessem entrado em pauta, a polarização ideológica ficou clara nas polêmicas, argumentos e nas propostas das duas candidaturas colocadas.

#### 4.1.2 As articulações nacionais

O Rio Grande do Sul estava no centro das articulações políticas nacionais, e ao mesmo tempo, sofria os efeitos das disputas ideológicas travadas no âmbito federal. Os líderes da ADP sempre dispensavam uma atenção especial ao estado, como na visita de Lacerda, em campanha aberta à Presidência da República. Constantes articulações eram realizadas pelas forças políticas, e não raramente, desdobravam-se na prática. Em dezessete de março, o deputado federal Carlos Brito Velho, líder libertador (PL) veio a Porto Alegre para seguir as articulações políticas. Em sua fala, argumentava que o PL e as “forças democráticas” (se referindo à ADP) não seriam contra as reformas, mas sim “contra aqueles que as apregoam sem acreditarem nelas”, e conclamava, mais uma vez, à “união de todos os democratas, contra

---

<sup>340</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 6, p. 7.

a subversão”. Este chamado tornou-se, definitivamente, um bordão. Um mantra dito e repetido aos quatro cantos. Um chamamento que parecia funcionar, também, como uma chave de identificação dos articuladores políticos da ADP. Para o deputado o comício do dia 13 de março demarcou, no Brasil, dois campos políticos: de um lado, os que tentavam “a qualquer preço a derrocada das normas constitucionais, para implantar no Brasil, um Governo totalitário do tipo esquerdista”; do outro, “autênticos democratas” que acreditavam “na liberdade e, dentro da ordem, na possibilidade de fazer as reformas” que o País precisava. Duas forças que se defrontavam, irreconciliáveis em sua opinião. Sob a bandeira do reformismo, prossegue o deputado, uma dessas forças, agressiva e organizada, avançaria para destruir os últimos valores que tentariam deter o caos, em que se vivia o País naquela conjuntura. Organizada e agressiva deveria ser, também, a força que “defenderia a democracia”. Completa: “União para mim é a palavra de ordem, a palavra galvanizadora de todas as vontades sinceramente amantes da liberdade e da democracia.” Se o inimigo e a ameaça eram comuns, o combate deveria ser comum, para salvar a democracia.<sup>341</sup>

Parece que a visão arguta do líder conservador captou em linhas gerais a essência do embate político daquele momento. O que mostra a aguçada visão política da ADP e como ela estava, de forma clara, fomentando essa polarização em campos distintos para tentar se fortalecer, a partir dessa batalha semântica. Eles, os autênticos democratas dispostos a tudo para salvar a democracia, mesmo que a custa dela própria, contra os subversivos e esquerdistas que não tinham apreço pelas normas constitucionais. Se o “ataque” esquerdista era organizado e agressivo, e o inimigo comum, organizada, agressiva e unida deveria ser a reação. Mais uma vez, aqui aparece a importância da disputa da opinião pública, o convencimento social da necessidade de agir e a articulação política das forças que progressivamente se alinhariam e radicalizariam no combate ao campo reformista e nacionalista, identificado pelos conservadores como comunistas e subversivos. Por fim, uma menção importante, no embate forçado pela ADP, entre legislativo e executivo, é o da invocação de Deus, que estaria do lado das forças anticomunistas, portanto, cristãs.

---

<sup>341</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 7.



Em quinze de março, as atenções estavam completamente voltadas às repercussões do comício do dia treze, na Central do Brasil, com grande destaque aos decretos assinados pelo Presidente, as manifestações, a presença de lideranças de esquerda e, fundamentalmente, às críticas da oposição e da imprensa ao Presidente e suas ações. O mais emblemático fora, e mais uma vez, Carlos Lacerda, enfático ao acusar Goulart, de ter desencadeado a guerra revolucionária no Brasil, atentando contra a constituição. Lamentou a presença de setores das forças armadas no comício, e desferiu seu ataque:

Acho que o congresso deve levantar-se e defender o que resta da liberdade e da paz nesse país. Então as Forças Armadas compreenderão o que o povo já sentiu: que acima das ambições e leviandades de uma pessoa ocasional estão a constituição e a paz do povo brasileiro.<sup>342</sup>

O recado estava claro. O apelo, provavelmente, era para que o congresso sustentasse politicamente o golpe já em articulação. E para as forças militares golpistas, que agissem. E mais uma vez, nenhuma reação do Governo Federal ou de Goulart. Nem mesmo das forças reformistas e nacionalistas. Apenas silêncio e apatia.

A instalação dos trabalhos do ano legislativo de 1964 no Congresso Nacional e a mensagem presidencial que ela comportou se transformaram em palco de debates entre governo e oposição. Depois da leitura da carta do presidente, levada pelo chefe da casa civil, Darcy Ribeiro, os deputados de oposição, Adauto Cardoso e Pedro Aleixo (UDN) líderes da UDN e da minoria, através de questões de ordens, (erroneamente colocadas) teceram críticas pesadas ao governo e à mensagem, que fugiria das normas tradicionais de harmonia entre executivo e legislativo. A resposta coube aos deputados Tancredo Neves e Doutel de Andrade que defenderam as reformas da estrutura econômica e social do País através das reformas de base, bem como a legitimidade do Presidente para fazê-las. A mensagem de João Goulart conclamava o congresso a aprovar as reformas de base porque o País “necessitaria” e o povo “clamaria”. Já o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, apesar de fazer um discurso em tom conciliador, e se colocar a disposição para negociar com o Executivo, depois de uma ampla defesa do congresso e dos deputados, pintados com as cores mais democráticas possíveis, afirmou que os parlamentares fariam todos os esforços para evitar a

---

<sup>342</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 15, p. 7.

desgraça “da perda da constituição” para evitar “a desordem, o abalo à tranquilidade do povo e o avanço do comunismo”.<sup>343</sup> Também, na reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa do estado, em dezesseis de março, o tema do Comício da Central e a crise política nacional foram os temas predominantes, divididos os parlamentares em atacar e defender o presidente e seus atos, bem como a crítica e a defesa do governo do estado. De um lado a ADP. De outro, os deputados oposicionistas do estado, PTB e ARS. Os termos, em nada diferentes do debate nacional.<sup>344</sup>

Comentando o processo político em curso, o deputado gaúcho Peracchi Barcellos, um dos líderes da ADP, afirmou à imprensa que o Brasil vivia em estado de guerra revolucionária, e por isso, impor-se-ia de imediato a “união das forças democráticas”, para salvar o regime. Cogitou a possibilidade da criação de um novo partido para a luta contra o “extremismo”: “Ao congresso e aos verdadeiros democratas cabe agir, no sentido de esclarecimento do povo, inclusive para a realização de grandes comícios que contariam com a presença de candidatos a presidência da república que defendessem a democracia brasileira”; Afirma, também, que Brizola cometera um crime passível de punição e, por fim, que o impeachment de Goulart já deveria ser analisado seriamente. Declara, ainda, não haver mais acordo político e parlamentar entre PTB e PSD. Termina pelo comum apelo da “união das forças democráticas contra o extremismo e a agitação”.<sup>345</sup> A ofensiva estava cada vez mais clara. A deposição do Presidente Goulart também fica mais nítida nas intervenções e por isso esta declaração está em destaque, pois sintetiza o argumento da união das forças anti-Goulart, resistentes às reformas, para agirem conjuntamente em nome de um plano comum, que já incluiria a deposição de João Goulart, tema até então, posto de forma mais reservada ou até evitado. Isso, apenas até o Comício do dia 13, que teve como consequência imediata a recolocação das forças políticas e a desinibição daqueles que ainda não haviam anunciado abertamente a luta contra o Presidente e a favor de sua deposição, com a exceção de alguns ideólogos mais convictos e exaltados como o libertador Raul Pilla.

---

<sup>343</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 15, p. 7.

<sup>344</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 7.

<sup>345</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18, p. 7.

As articulações para o Golpe de Estado se aceleraram nessa conjuntura. No dia dezoito de março, às 21h, desembarcaram em Porto Alegre, representantes do governador do Paraná, Ney Braga, para tratar das articulações com o governador Ildo Meneghetti. O Vice-governador do Paraná Afonso Camargo Neto e o secretário particular do governador, Antonio Brunetti, se reuniram com o Governador no Palácio Piratini, e com seus assessores diretos, o Cel. Orlando Pacheco, chefe da Casa Militar, e Mário Mondino, secretário de interior e justiça. A justificativa oficial era tratar da conjuntura política brasileira, após o comício da Central e as medidas tomadas pelo presidente. Ney Braga tentava colocar-se como articulador político da oposição, pois, já havia se reunido com Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo, e Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, além de “outras lideranças nacionais”. Todos reconhecidos e fortes opositores do Presidente. Ney Braga criticava a condução do processo político pelo presidente, acusando-o de dividir o País, ao invés de “uni-lo pelas reformas”. Justificava que as mesmas não eram conduzidas dentro do quando constitucional vigente, insinuando que as intenções de Goulart eram contrárias a isso. Em sua opinião, o “povo queria paz e reformas, dentro da ordem”. Sua meta, portanto, era articular com governadores opositores de Goulart e lideranças políticas do País, para buscar “posições certas e homogêneas, sem agitação ou subversão em nome de uma democracia que precisava ser preservada a todo custo”.<sup>346</sup>

As declarações e atitudes do governador do Paraná parecem fornecer fortes indícios, das articulações que vinha realizando e do seu objetivo imediato. Suas visitas a líderes de oposição de reconhecida participação no Golpe de Estado de 1º de abril, pode ser interpretada como tentativa de capitanear, politicamente, o movimento já em curso. Sua fala, de que realizava articulações políticas para encontrar “soluções” a que o Brasil “retornasse à tranquilidade” mostra que as mesmas, estavam no sentido de conspirar contra o governo, unindo líderes opositores, e unificar o discurso e a ação das forças conservadoras, contra Goulart e as forças reformistas, identificadas por ele como “promotoras da desordem e da intranquilidade política do país”, a fim de “preservar a democracia a todo custo”, o que demonstra a disposição de embate cada vez mais clara e forte nos líderes conservadores. Enfrentamento passa a ser a tônica dos discursos e das ações. E as ações são cada vez mais

---

<sup>346</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 19, p. 18.

concretas e claras, no plano político e mesmo, público do que antes se tramava as escuras, como demonstrou Dreifuss.<sup>347</sup> Aqui reside o foco deste trabalho, entender essa passagem de articulação e conspiração ao enfrentamento político aberto no sentido de conquistar a opinião pública e a hegemonia política para as forças golpistas.

Em visita ao Rio Grande do Sul, a convite de estudantes da PUC, Ademar de Barros, então Governador de São Paulo, comentou à imprensa que sugeriu a Meneghetti, reservadamente, a realização de uma reunião de governadores de estado para uma “tomada de posição diante da onda comunizante (sic)” que estaria se alastrando pelo País. Porém, pediu, também, que Meneghetti tomasse a iniciativa, na medida em que ele não poderia fazê-lo, como candidato, ou pré-candidato a presidência da república. Ademar, também buscava, como Ney Braga, tomar pra si a liderança da oposição, com a intenção clara de ser o próximo presidente. O mesmo Ademar de Barros criticou, na sequência da entrevista, a política econômica do governo, principalmente as emissões (de papel moeda) que aumentaram o meio circulante de 300 para 850 bilhões de cruzeiros, classificando-a de criminosa e irresponsável, e causa do desequilíbrio orçamentário dos governos municipais e estaduais. Para o encontro de governadores que planejava, a meta seria “defender o regime” fortalecendo o congresso nacional e o impedimento da reforma constitucional pretendida pelo Governo Goulart. Assim, a defesa do regime, passava por legitimar o congresso de maioria conservadora contra o presidente e barrar as reformas sociais. Para isso estava se articulando e trabalhando junto a ADP e suas principais lideranças. E, dentro dessa articulação, Barros anunciou que seu governo, do estado de São Paulo, estaria ajudando o Rio Grande do Sul através de financiamentos para as obras, como as de recuperação do Vale dos Sinos. Interessante é o fato de o próprio jornal mencionar que os jornalistas do Rio Grande do Sul foram surpreendidos pelas “sugestões” do “*staff*” do governador para conduzir a entrevista, indicando que perguntas fazer. O próprio governador buscava, assim, pautar o rumo da entrevista a seu favor e aos assuntos que lhe convinha.<sup>348</sup>

---

<sup>347</sup> DREIFUSS, René, op. cit.

<sup>348</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 24, p. 7.

## 4.2 O Governo Ildo Meneghetti: o Poder Institucional

Em quatorze de dezembro de 1963, o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti (PSD) divulgou uma manifestação contundente, declarando claramente a sua opção na luta política em curso e seu posicionamento do lado golpista e frontalmente contra o governo Goulart. Nesse manifesto político, estrategicamente chamado de “manifesto dirigido à nação brasileira e ao povo Sul-rio-grandense” afirmava que o Rio Grande do Sul não estava sendo e não seria convulsionado por forças a serviço da “demagogia inconsequente” e da desordem irresponsável, e que o estado só precisava de tranquilidade e ordem para trabalhar e produzir. O manifesto, segundo declarou, tinha um sentido mais amplo, quando se dirigia ao povo brasileiro, e um sentido mais restrito, quando o apelo era endereçado não só aos sul-rio-grandenses, mas também, aos responsáveis pelos partidos políticos aos dirigentes, às classes mais favorecidas (leia-se classe dominante), alertando-as que chegava a hora de “salvar as instituições”, a ordem social vigente e o futuro dos “seus próprios filhos”. O posicionamento político, ideológico e de classe estava evidente e aberto. Não era a toa que o manifesto era dirigido às classes dominantes, ou “classes mais favorecidas” na sua expressão. O governador se declarou totalmente contrário a extremismos ou golpes de Estado, de esquerda ou de direita, tentando colocar-se, publicamente, no campo discursivo conservador, porém, no centro do espectro político, auto referindo-se, também, como democrata, como era corrente aos políticos não identificados com a esquerda, nem com as reformas sociais, mas que não se admitiam de direita. Em seu texto, a inflação aparece como o problema mais sério do País. Ademais, alegava que não poderia ficar indiferente ao clima de intranquilidade que assaltava a nação naquele momento, supostamente, a beira de uma guerra civil. Essa argumentação já foi bastante analisada até aqui. Nem mesmo os políticos conservadores admitiam-se como de direita, embora assumissem seu conservadorismo. O termo *democrata* ganhou o significado que aglutinava esse espectro anticomunista. “Chegou a hora de salvar as instituições brasileiras e o futuro de nossos próprios filhos, evitando o solapamento da democracia, a

implantação de uma ditadura terrorista, de direita ou de esquerda, e a inconcebível luta de irmãos contra irmãos”.<sup>349</sup>

Mais ainda, para ele, era inadmissível que, naquele momento grave, se ficasse indiferente às sucessivas crises políticas e sociais que ameaçavam, cada vez mais, as instituições brasileiras e minariam a própria fé do “povo” no País. Surgiria, assim, desse quadro trágico, os salvadores de última hora, homens sem princípios que aventariam soluções radicais e inaceitáveis, cuja única ambição seria galgar o poder a qualquer custo. As convulsões sociais crescentes significariam, desta forma, o fim do Brasil como nação independente, levando ao derramamento de sangue e à anarquia. Esses salvadores, para Meneghetti, eram as forças reformistas, que deveriam ser desmascarados e combatidos.

Teria chegado, continuou o governador, a hora da “união das forças democráticas” para combater os *extremismos* e resolver, efetivamente, os problemas da nação. A deterioração da autoridade significaria a deterioração da própria democracia e das instituições brasileiras. Declara o governador, à Nação brasileira, que o Rio Grande do Sul, e o seu governo, fieis as tradições que a sua História consagraria, estaria disposto a colaborar com as autoridades constituídas para encontrar soluções exequíveis aos problemas brasileiros e permaneceria intransigente na defesa da democracia, da liberdade e dos poderes legitimamente constituídos. Ou seja, contra as reformas sociais, a participação popular na política e as forças de esquerda, bem como a qualquer mudança na constituição. Afirmou, ainda, que todos que julgassem possível a derrocada da democracia encontrariam pela frente, assim “como no passado”, um Rio Grande vigilante, atuante e combativo, e firmemente disposto a defender as instituições, a autoridade legítima do presidente, dos governadores eleitos, do poder legislativo e do poder judiciário. Provavelmente, a citação ao Presidente fosse para escamotear o confronto direto nesse momento, evitando embates frontais com João Goulart. Talvez, também, não estivesse claro para a ADP, no estado, a viabilidade de enfrentar João Goulart na conspiração e no Golpe de Estado. Ainda sim, não havia consenso, pelo que se pode depreender de outras intervenções políticas, que serão tratadas posteriormente, sobre a participação de Jango na suposta “agitação subversiva” e do suposto

---

<sup>349</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 15, p. 32.

plano de *comunização* do Brasil como era chamada. Para Meneghetti, ademais, o Rio Grande do Sul não seria convulsionado pelas “forças a serviço da demagogia inconsequente, da desordem irresponsável”, e contrárias ao que denominou “a nossa formação histórica”, provavelmente se referindo a chamada “tradição ordeira e cristã do povo brasileiro”, já citada anteriormente. Reafirmou, por fim, a necessidade de buscar soluções aos problemas brasileiros e que o Rio Grande do Sul desejaria tranquilidade para “trabalhar”.<sup>350</sup>

Este manifesto alcançou grande repercussão, no estado, acirrando, os ânimos e os debates políticos, como se fosse um sinal verde para a radicalização do confronto político e ideológico, por parte do seu campo conservador. Já no dia seguinte o manifesto do governador era incluído nos anais da Assembleia Legislativa do estado por iniciativa do deputado Arthur Bachini, da UDN, e muito debatido em plenário. Foi o próprio deputado que partiu para o ataque, cerrando fileiras integralmente aos termos colocados pelo governador. O manifesto foi interpretado literalmente pelos partidos da ADP como a posição do governo, e não apenas do governador. Na ALERGS, o debate girou em torno das acusações do bloco da ADP às forças partidárias das reformas sociais, tidas como agitadoras e subversivas, e conclamando, como já se tornara praxe no discurso conservador, a “união das forças democráticas contra a agitação” e o comunismo. Os parlamentares do PTB, muito timidamente é verdade, e estranhamente, criticaram a postura de Ildo Meneguetti, mas mantendo cautela em enfrentar o governador, e os partidos do governo, conduzindo a intervenção no sentido de exigir provas e nomes, supostamente envolvidos na “agitação e subversão”, citados pelo governador, bem como na opinião de que este, estaria mudando o foco do debate, dos problemas sociais e da necessidade das reformas de base, bem como dos problemas administrativos do estado, para o alarmismo e denunciamento infundado.<sup>351</sup>

Já no dia vinte e um de dezembro, em nome da mesa diretora do PSD, Adail Moraes e Ariosto Jaeger, 3º e 4º vice-presidentes do Partido, entregaram ao governador Meneghetti, no Palácio Piratini, a mensagem de solidariedade do PSD do Rio Grande do Sul ao referido manifesto que, na interpretação do partido, reafirmou sua decisão de “intransigente defesa dos

---

<sup>350</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 15, p. 56 e 32. Assina Ildo Meneghetti, Governador do Rio Grande do Sul.

<sup>351</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 17, p. 7.

princípios constitucionais e de firme oposição a toda tentativa de destruir a estrutura jurídica do país”. Sua mensagem de apoio expressava caloroso aplauso ao seu “maior correligionário” pelo pronunciamento em que teria reafirmado sua “posição ao lado da democracia, seu propósito de trabalhar para resolver os problemas econômico-sociais da população”, e sua posição de repulsa a “métodos que ignorassem os textos constitucionais”, significassem o “primado da demagogia”, do “tumulto sobre a ordem”, e traduzissem o “império das paixões e ressentimentos sobre a razão, a inteligência e o patriotismo”. A mensagem afirma que o pronunciamento “traduziu e refletiu a linha partidária exata e precisa de apoio e sensibilidade para as angustias de milhões de brasileiros”. Ressaltou, também, o texto, a suposta posição do PSD, auto assumida no discurso político, de “fiel interprete dos anseios populares”, revigorada gora, pela confiança, eloquentemente manifestada pela maioria absoluta dos municípios do Rio Grande do Sul, onde a legenda do PSD demonstrou sua crescente projeção na opinião pública. O partido reafirma-se por fim, como a força da manutenção democrática.<sup>352</sup> Meneghetti liderou, portanto, as forças do governo e do seu partido. Como liderança, sintetizava a expressão política das forças que o sustentavam e o reconheciam como liderança. Aqui, não o indivíduo apenas, mas o conjunto de forças sociais que se reconheciam na liderança e atuavam através de uma visão de mundo compartilhada e que orientava sua ação política. Neste caso, de embate direto ao projeto reformista tido como “irresponsável, subversivo e inaceitável”. O processo político caminhava a passos largos para uma crescente e acirrada polarização, cada vez mais expressa nos discursos e ações dos sujeitos sociais e políticos organizados.

Poucos dias depois, em vinte e oito de dezembro, o governo do estado, através do Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, fez novas e pesadas acusações ao jornal *Correio do Povo*, em entrevista exclusiva. Tais declarações poderiam ser mais claramente consideradas denúncias, pelo seu teor agressivo, e sem provas, mas tomados como fatos objetivos e referendados pelo periódico. Ainda sim, a exclusividade talvez se deva por ser o maior jornal do estado, ou por ter uma linha editorial colaborativa. Plínio Cabral declarou que estaria “em marcha” no País “um movimento revolucionário”. Seus articuladores teriam marcado até mesmo a data da eclosão do movimento, adiando-a por duas vezes no mês de dezembro. Em

---

<sup>352</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 22, p. 7.



ambas as ocasiões, frisou ele, o governo do Estado estava vigilante, adotando secretamente as medidas necessárias para reprimir qualquer tentativa de subversão da ordem ou de golpe contra o regime. Depois de fazer referências a fontes secretas e de confiança do governo, acrescentou Plínio que “os aventureiros” pretendiam levar o plano a cabo, novamente, nos próximos primeiros dias de janeiro. Externou, a partir disso, sua posição de suposto “descrédito em soluções extra institucionais”, principalmente em função das debilidades financeiras do País. Mas, segundo ele, sempre existiriam os “pregoeiros das soluções de força”, e que, desta forma, no Brasil, estaria recrudescendo o “fascismo com todas as suas características: reacionário e ditatorial, escondido sob uma fraseologia de esquerda”. Os mais afoitos chegariam, como já denunciado em seu próprio argumento, a marcar datas para seus movimentos subversivos. Mas em que pese “o ridículo dos revolucionários”, segundo ele, dada a instabilidade da situação e as pretensões de alguns saudosistas, o Rio Grande do Sul estaria preparado para qualquer emergência, dentro do seu espírito “legalista e rigorosamente constitucional”. “Mais preparado do que se possa pensar”, acrescentou o braço direito do governador. Qualquer atentado “violento a constituição, a autoridade do presidente e dos governadores, ao congresso e ao poder judiciário”, teria do estado uma resposta esmagadora, e definitiva.<sup>353</sup>

A entrevista foi encerrada quando o chefe da casa civil tratou das finanças estaduais. O governo não pagava o funcionalismo há quase dois meses, porque simplesmente não tinha dinheiro, segundo ele, e as pressões políticas, e mesmo trabalhistas por parte das categorias, não forneceriam os recursos necessários ao referido pagamento. Afirmou ainda que estaria fazendo todos os esforços para conseguir o dinheiro, inclusive tratando diretamente com o Governo Federal e com o Presidente Goulart. Assegurou conseguinte, que confiava que Goulart atenderia as necessidades de sua terra natal. Contudo, Cabral transfere a responsabilidade pela falta de pagamento para a conjuntura nacional. O principal problema do estado seria decorrente da situação nacional, e não da própria administração do estado, que nenhuma responsabilidade teria na crise financeira. Diante da pressão inflacionária, nada o Governo Estadual poderia fazer, segundo ele. O pior seria a falta de soluções no curto prazo. “Temos sugerido reiteradas vezes, um plano nacional de recuperação econômica. Do Rio

---

<sup>353</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 29, p. 48.

Grande do Sul partem sempre as grandes ideias, os grandes movimentos. Chegou a hora de liderarmos um movimento de recuperação econômica no país.” Independente das divergências partidárias, desde que no mesmo campo ideológico, segundo o jornalista e Secretário de Estado, Plínio Cabral.<sup>354</sup>

As declarações de Plínio Cabral provocaram grandes repercussões e tomaram o centro do debate político. A comissão Representativa da Assembleia Legislativa, em função do recesso parlamentar da própria casa, foi convocada extraordinariamente para debater as acusações. Logo após a publicação do jornal, os deputados trabalhistas tentaram convocar a reunião. No entanto, as manobras da base governista, conseguiram adiar a reunião da referida comissão até que houvesse tempo do presidente da Assembleia, Cândido Norberto, retornar de viagem e conversar com o Governador Meneghetti, antes de enfrentar o debate em plenário. Os trabalhistas pediram apuração e comprovação das denúncias de Plínio Cabral. Já o Presidente Cândido Norberto tentou amenizar a discussão. Em seu argumento, o governo do estado, há tempos obtinha informações sobre uma campanha contra as instituições democráticas, promovidas por elementos “espúrios”, o que não seria nenhuma novidade, na medida em que era de conhecimento público.<sup>355</sup> Nada foi encaminhado, ou votado. A disputa limitou-se ao debate assente nos mesmos termos anteriores e que tomaria longos espaços públicos. Sereno Chaise (PTB), Prefeito eleito de Porto Alegre, no entanto, foi mais incisivo. Afirmando a gravidade das acusações, desafiou o acusador de comprovar as suas denúncias, fundamentando-as de forma empírica e inequívoca.<sup>356</sup>

Ante a repercussão das declarações de Plínio Cabral, em nome do governo, jornalistas de todo o estado e também de outros estados da federação procuraram o acusador para tentar esclarecer ou obter mais informações acerca de suas denúncias, em torno do suposto plano revolucionário que estaria prestes a ser deflagrado no País. Cabral, ante a incredulidade de alguns jornalistas reafirmou “tudo o que disse” de forma integral. Admitindo que a repercussão foi além da expectativa, disse não ver razão para “celeuma” na medida em que o

---

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 31, p. 22.

<sup>356</sup> Idem.

que dissera já estava todos os dias na imprensa, e que não teve intenção alarmista, até porque, em suas palavras, não se poderia “alarmar mais uma população já alarmada pelos pregoeiros da baderna”. Ele foi categórico: “temos que por um ponto final nessa agitação criminosa que está levando nosso País à ruína e ao descrédito”. Embora, para ele, essa movimentação fosse “ridícula”, pois infrutífera, poderia ser perigosa, caso alcançasse ressonância, especialmente pelo que seria seu caráter, essencialmente fascista que, escondido sob uma fraseologia progressista, traria um conteúdo reacionário e ditatorial. Tal agitação e subversão prejudicavam profundamente o País, gerando forte clima de instabilidade, entorpecendo a produção, fomentando a inflação e anulando o salário da classe operária. Um governo consciente deveria estar preparado para defender a legalidade constitucional, pois Hitler também era “ridículo” e “todos sabem como a sua aventura acabou.”<sup>357</sup> Cabral foi enfático. Sua declaração tinha endereço certo: “alertar a opinião pública e desmascarar o caráter desse movimento agitador”, e asseverar, como já havia feito o governador em seu recente manifesto:

(...) estamos preparados para defender a democracia, a legalidade constitucional, a autoridade legítima do presidente da República, dos governadores e dos mandatos legislativos. Enfim era algo que alguém precisava dizer, e eu disse e voltarei a dizê-lo tantas vezes quanto for necessário. Nunca nos esqueçamos que a vitória dos aventureiros deve-se, quase sempre, à omissão dos homens de bem.<sup>358</sup>

Para o chefe da casa civil de Meneghetti, a calma ainda reinaria no estado, em que pese toda a “pregação em prol da desordem” e, mais ainda, enquanto Meneghetti fosse governador a ordem seria mantida “a qualquer preço”. Poderiam os rio-grandenses, pois, festejar tranquilamente a passagem de ano. Seu recado final não poderia ser mais incisivo: “Nossas forças valem pela tranquilidade dos lares gaúchos e nossos homens estão sempre a postos para denunciá-los em suas maquinações, como acabei de fazer, frustrando assim, muitos planos e sonhos loucos de candidatos a Ditador.” (sic)<sup>359</sup>

---

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 31, p. 22.

<sup>359</sup> Idem.

O Governador Meneghetti, no entanto, preferiu não se pronunciar oficialmente à imprensa. Afirmou seu propósito de aguardar primeiramente o pronunciamento dos parlamentares que se reuniram no dia anterior, em sessão extraordinária da comissão representativa da Assembleia Legislativa. Porém, o deputado Alexandre Machado da Silva, porta-voz do governo do legislativo estadual revelou que o chefe do executivo dissera a deputados situacionistas que reuniram-se com ele, na manhã do dia anterior, que “ratificava os termos da entrevista do seu chefe da casa civil ao *Correio do Povo*”, acentuando que ele “*falou em nome do governo do Estado*”.<sup>360</sup>

No entanto, Gilberto Calil já nos demonstrou como esse episódio da denúncia foi forjado e levado a cabo pelos integralistas, aqui organizados no PRP, sob a égide de Plínio Salgado, e executado por Antônio Pires, então secretário de administração de Meneghetti e um dos maiores articuladores do golpe no Estado. A repercussão do Secretário da Casa Civil alcançou proporções maiores que a esperada a priori por seus idealizadores. Instaurada a crise política, os secretários de Justiça e Segurança Pública foram convocados para prestar esclarecimentos sobre o caso na Assembleia Legislativa, o que foi recusado pelos mesmos, visto que já sabiam que as denúncias eram forjadas. Desta forma, Antonio Pires, ofereceu-se para responder pela secretaria de Segurança Pública, e pelo Governo, e assim comparecer à ALERGS, junto com José Antonio Zuza Aranha, que passou a responder pela Secretaria de Justiça, conforme relatado pelo próprio Pires em depoimento ao Centro de Documentação AIB/PRP:

“Fui preparar-me para o embate que ocorreu dia 8 de janeiro. Os subsídios fornecidos por Plínio foram apoucados. Havia tiros de festim e escassa munição. O importante era aproveitar a oportunidade para agitar ideias e pregar na ofensiva. Assim procedi, como relataram os jornais da época. [...] No único e ligeiro encontro entre eu, José Antonio Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e o nomeou Oswaldo em vez de Otávio. Tive de confirmá-lo. [...] O certo é que nunca existiu nem Otávio, nem Oswaldo. Foi coisa de fértil imaginação... O relevante é que temos aproveitado a ocorrência da opinião pública para o que se passava [Sic]. Foi um alerta.”<sup>361</sup>

---

<sup>360</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1963, dezembro, 31, p. 22. Grifo meu.

<sup>361</sup> CALIL, Gilberto Grassi. Os integralistas e o Golpe de 1964. In: *História e Luta de Classes*. Nº 1. 1964: Golpe de Estado. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

Tratou-se, como ficou claro pelas declarações do líder integralista, de uma manobra dos integralistas e do governo do Estado para tentar alarmar a opinião pública, aumentar a tensão existente, bem como o medo, em parcelas da população, de uma atuação ou insurreição comunista ou esquerdista, aguçando ainda mais o anticomunismo que pairava naquela conjuntura política e unificando as forças conservadoras. Mostrou a disposição do Governo Meneghetti de conspirar pelo golpe a qualquer custo, através de denúncias e factoides inventados e infundados para disseminar o alarmismo. Mais significativo é que nenhuma providência foi tomada a respeito. Não foram cobradas provas, nem indícios. O governo não foi interpelado para esclarecer os fatos. A maioria na Assembleia e a imprensa contribuíram muito para isso.

Em doze de fevereiro de 1964, também, o General Argemiro de Assis Brasil, então Chefe da Casa Militar de João Goulart, esteve no Rio Grande do Sul, em visita ao Governador Ildo Meneghetti, recepcionado com um jantar no Piratini, junto com os chefes das casas civil e militar do Governador, Plínio Cabral e Orlando Pacheco. Nenhum assunto debatido na visita vazou à imprensa ou foi tornado público. O que leva a supor o teor sigiloso da conversa. Nas palavras de Cabral, tratar-se-ia apenas de uma visita protocolar, o que parece difícil de ser verídico naquela conjuntura de crise. O General estaria, supostamente, na capital visitando a família naquela semana e aproveitado o ensejo para uma visita de cortesia. Contudo, diante dos ataques do Governador pode-se supor que o general tivesse o objetivo de tentar amenizar o clima de tensão com o Governado gaúcho, ou informar-se sobre os objetivos dos mandatários do executivo do estado.<sup>362</sup>

Já em dezoito de fevereiro assumia o novo Secretário de Segurança Pública do estado, o Deputado Poty Medeiros, da UDN, que viria a ter papel destacado nas articulações golpistas desde então. Foi ressaltado, pela imprensa, que ele estaria, a partir daquele momento, no comando das forças policiais no estado, como já havia estado em outras ocasiões. A sua concepção de segurança ficou veementemente clara: repressão. Deve ser salientado o grande

---

<sup>362</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964. fevereiro. 14, p. 20.

número de entidades e lideranças sociais e políticas presentes, segundo a imprensa. A cerimônia foi comandada pelo próprio Governador Meneghetti.<sup>363</sup>

Provavelmente, no esteio das articulações anticomunistas internacionais, em vinte e dois de fevereiro de 1964, é noticiada a destinação de recursos da *Aliança para o Progresso* ao Rio Grande do Sul. Enquanto isso, o governador realizava um esforço de percorrer o interior do estado para articular politicamente seu governo e “ouvir” as demandas regionais. Entre elas, principalmente, as regiões de Passo Fundo e Erechim. Em sua argumentação, tratava-se apenas de administração, negando de forma tão veemente e convicta que se tratasse de política. “Em nenhum momento tratou-se de política apenas de administração”. Por outro lado, sua evasiva era absurda, como se administração pública não fosse política, ou se tratar de política fosse uma atividade ilícita ou ruim. O governador anunciou, em ato político, a destinação de recursos da *Aliança para o Progresso* para três operações na Região do Alto Uruguai, embora não as especificasse naquele momento quais eram as destinações. Disse que aceitaria todos os recursos de ajuda ao estado, desde que “dentro dos princípios que devem ser feitas as operações financeiras”, seja lá o que isso significasse.<sup>364</sup> Na prática, tentava dissociar essa operação das denúncias de financiamento ilegais por meio de entidades como o IBAD, à políticos e administradores adversários de João Goulart.

As forças conservadoras do estado continuavam a agir, politicamente, de forma intensa, em consonância e de forma articulada ao governo do Estado e seu mandatário Meneghetti. Em três de março de 1964, a FARSUL enviou mensagem ao Presidente da República e aos Presidentes da Câmara e do Senado Federal manifestando sua discordância em relação ao Decreto da SUPRA, de desapropriação de terras às margens de rodovias e áreas federais.<sup>365</sup> Temendo uma reforma agrária, ainda mais após o anúncio da desapropriação de terras às margens das rodovias estaduais, os ruralistas passariam a denunciar constantemente um suposto clima de tensão no “meio rural.” Alertavam, também, para as supostas condições de “insegurança para o trabalho” e para produção que isso estava gerando. Em face destes

---

<sup>363</sup> Idem, p. 18.

<sup>364</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, fevereiro, 22, p. 16.

<sup>365</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 4, p. 20.

temores, os proprietários rurais afirmavam a disposição de se organizar para defender a propriedade e as instituições “a qualquer custo”. Tal decreto, que já havia dando bastante “pano pra manga” nas discussões, agora passaria a entrar mais fortemente nas discussões políticas, pois também, ganharia o apoio do governador do Estado.

Em apoio aos ruralistas, e seus parceiros políticos da FARSUL, no mesmo dia, em tom dramático, o governador Ildo Meneghetti sai ao ataque contra as medidas do Governo Federal no tocante a reforma agrária, principalmente, mirando, sobretudo o Presidente João Goulart. Respondendo aos anseios dos ruralistas, o Governador gaúcho declarou a eles que garantiria a ordem, a tranquilidade e o direito a propriedade privada em todo o estado do Rio Grande do Sul a todo custo.<sup>366</sup> Declarou textualmente que seria "doloroso, mas o governo do Rio Grande do sul garantirá a ordem, a tranquilidade e o direito a propriedade privada em todo o Estado".<sup>367</sup> Segundo o Governador o decreto da SUPRA era vago e não esclarecia sobre as desapropriações. Os representantes da FARSUL, "em nome da classe rural" manifestaram solidariedade ao Governo do Estado na defesa da ordem e no combate as “agitações”. Oscar Fontoura deixou claro que os ruralistas estavam se organizando para auxiliar o Governo Estadual na defesa das "instituições". A reportagem é taxativa, "não agredirão ninguém, mas deixam claro que defender-se-ão, de qualquer investida e *de qualquer maneira*".<sup>368</sup>

A posição do governador e da ADP estavam explicitadas, portanto. Nestes momentos antecedentes ao Golpe, a ADP e Meneghetti mostraram total articulação com as *classes produtoras* do Estado, sobretudo, as rurais. Seriam ambos, as principais lideranças da conspiração e da sedição golpista no estado. Das denúncias iniciais, os partidos e o governo partiriam para o enfrentamento aberto aos movimentos sociais, às forças reformistas e ao Governo Goulart, identificados agora com o comunismo e os comunistas, e com a subversão.

Já no dia seguinte a essas declarações, o governo do Estado, amplia e fortalece a ofensiva, divulgando uma nota pública a respeito da polêmica envolvendo o projeto de reforma agrária do Governo Federal, identificado com o chamado *Decreto da SUPRA*. Em sua

---

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Idem.

<sup>368</sup> Idem, grifos meus.

nota o governo assegurou que não admitiria invasões de terras que, em seu argumento, seriam o “desvirtuamento do decreto (da SUPRA) por parte de elementos irresponsáveis com propósitos demagógicos”. O decreto seria divulgado dia treze de março, mas o governo gaúcho se antecipou. Na nota, os argumentos davam conta que 1 - a simples promulgação do decreto (da SUPRA), declarando as terras de utilidade pública não autorizavam a invasão das mesmas terras por “elementos estranhos”, porque elas continuariam sendo de domínio privado; 2 - que a desapropriação só seria efetivada mediante acordo ou decisão judicial; 3 - que não admitiria, conforme a constituição, qualquer perturbação da ordem que alterasse a tranquilidade do estado e que empregaria *todos os meios necessários* para conter qualquer violência ou invasão de terras de domínio privado.<sup>369</sup>

Nessa conjuntura, mesmo no campo conservador no plano institucional, o comício da Central do Brasil foi considerado um grande marco. Marcou a opção de Goulart pelos movimentos nacional-reformistas. Marcou também, para eles, “sua adesão ao comunismo” que, somado a outros episódios de igual importância, como a revolta dos sargentos em Brasília e, por fim, a revolta dos marinheiros na Guanabara, estaria dando o pretexto ideal e “indiscutível” para partir à ação cada vez mais radical e frontalmente contra o Governo Federal. Agora, na opinião dos movimentos conservadores, estava encarnado, supostamente no poder central, tudo aquilo que eles combatiam: a defesa das reformas, o comunismo, a demagogia, a subversão. Se parecia que o clima de radicalidade política e de confronto aberto não poderia piorar, de fato ele piorou. A tensão chegou a limites extremos.

Para tentar desgastar o Governo Federal, o governador Meneghetti, anunciou, em onze de março de 1964, quando os preparativos ao comício da Central estavam no fim, que o estado enfrentava séria crise de abastecimento de combustíveis, sugerindo incompetência de Goulart e, principalmente, da Petrobrás, em momento de denúncias contra aquela estatal (ver capítulo anterior). Ironicamente, pressionado pelo Governo Goulart e questionado pela própria estatal, no outro dia o governo do estado anunciou a resolução do problema. O General Osvino Alves, Presidente da Petrobrás, reclamou que o governo do Rio Grande do Sul não o tinha procurado para tratar de nenhum problema, e que o abastecimento estava normal. O problema teria sido apenas o aumento natural do consumo, sendo necessário

---

369 *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 6, p. 18. Grifo meu.



apenas, portanto, aumentar o abastecimento. Para Osmino a crise não era real, mas fabricada.<sup>370</sup> Meneghetti ainda tentou tergiversar e afirmar que a crise era deveras real, mas que havia sido solucionada porque o Conselho Nacional do Petróleo, e não a Petrobrás, para tentar não dar crédito à estatal, tomou as providências cabíveis.<sup>371</sup> Tudo em apenas um dia?

Esta crise fabricada parece estar em consonância com a postura dos partidos da ADP em nível nacional. A tática era desgastar Goulart, seu governo e seus aliados. Em resposta ao comício de treze de março, os deputados da UDN realizaram uma “vigília cívica na Guanabara” contra a subversão e de solidariedade ao Governador Lacerda, liderada pelo deputado Antonio Carlos Magalhães. Segundo este, estavam sendo realizados levantamentos das propriedades de Goulart no Brasil, a fim de sugerir que elas também fizessem parte da reforma agrária. Tudo isso para tentar intimidar o presidente. Por sua vez, o deputado Aleomar Baleeiro (UDN), em alusão aos planos em curso, afirmou que o discurso do presidente deixou a mostra “seu eixo comunista” e que havia se colocado acima da lei fazendo supostamente um comício político em local proibido, sem autorização da polícia. Fez uma analogia entre Goulart com a princesa Isabel, pois quando esta começou a participar ativamente da vida política, em contato com o povo, com a finalidade de salvar o império, isso só serviu para “apressar o advento da república”. O recado estava dado e com muita clareza. A aproximação da política e do próprio Presidente com “o povo” não seria tolerada pelas forças conservadoras e pelas classes dominantes, portanto, seria o suicídio político de Goulart. Os setores conservadores, mesmo os mais moderados, não aceitariam tal postura. O desafio era aberto e a ameaça estava colocada. Na analogia, Goulart estaria “acelerando o fim de seu governo”, na imagem comparativa com a Princesa Isabel. Armando Falcão (PSD), a fim de desqualificar o ato político defendeu a opinião de que no comício não estava o povo, mas sim, “os pelegos do partido comunista” e que o dinheiro dos impostos públicos servia apenas, na gestão de Goulart, para financiar os sindicatos domesticados, como demonstração de força e poder pessoal.<sup>372</sup>

---

<sup>370</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 11 e 12, passim.

<sup>371</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 13, p. 7.

<sup>372</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 14, p. 18 e 4.

Prosseguindo na análise do processo de construção do Golpe, na Sessão Solene de instalação dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em quinze de março de 1964, o Governador Ildo Meneghetti, em seu discurso protocolar, dava o tom do que seria sua atitude doravante: “Na harmonia e independência dos poderes constitucionais reside o equilíbrio da democracia. Porém na hora conturbada que vivemos, faz parte das nossas prerrogativas a busca também comum de soluções para os problemas que a nação enfrenta.”<sup>373</sup> Transforma, portanto, o seu discurso numa peça de crítica ao Governo Federal, somado a uma capa de projeto de desenvolvimento e enfrentamento dos problemas econômicos e sociais. Tentando ocupar um espaço crítico ao governo, veste uma roupagem reformista, mas opondo-se a Goulart e suas soluções. Pouco tratou, o Governador gaúcho, porém, do seu próprio governo. Anunciou, entretanto, uma profunda crise econômica do estado, com déficit anual previsto de 42 bilhões de cruzeiros, e elegeu, apesar do discurso reformista, como *prioridades do próximo ano de sua gestão, os transportes, as comunicações e a energia*.<sup>374</sup> Pontos um tanto distantes dos temas relacionados às reformas das estruturas econômicas e sociais do País e do Rio Grande do Sul. Em uma manobra política, e também argumentativa, Meneghetti não tratou das dificuldades políticas e econômicas do estado, ou o faz como apenas desdobramentos das deficiências e problemas nacionais, tentando mascarar as deficiências e fragilidades de sua administração. O mesmo continuou apelando para a tática de tentar se colocar acima de interesses políticos, e principalmente, partidários para construir uma imagem desvinculada de interesses específicos, mas apenas como um governante a serviço da população, o que não correspondia à realidade. Este representava um projeto, e era em nome dele que agia com todas as implicações advindas desta compreensão. Pensava, planejava e agia conforme sua visão de mundo e os interesses da classe, e do projeto político que representava, e assim participou ativamente da conspiração que desferiu o Golpe de estado contra Goulart e as instituições democráticas, bem como, das articulações prévias necessárias, e da construção política para tentar legitimar o Golpe de 1º de abril de 1964.

Como desdobramento e exemplo desta opção de Ildo Meneghetti, e seu governo, já em dezesseis de março de 1964, o governador gaúcho enviou um telegrama ao Presidente do

---

<sup>373</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 7.

<sup>374</sup> *Idem*.

Senado, Auro de Moura Andrade, com cópias ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, e a todos os governadores de estado do País, no mesmo tipo de manobra a pouco descrita. No telegrama que alcança gigantesca repercussão nacional, ele “definiu” sua posição em face da “situação nacional” e ao comício da Central. O telegrama marcou sua adesão pública a conspiração e ao golpismo, antes inibido, agora aberto. O texto é um pouco longo, mas vale a citação:

Neste momento em que a nação assiste alarmada e inquieta a tantos e tão graves ataques às instituições dirijo-me a Vossa excelência para hipotecar em nome do Rio Grande e em meu próprio irrestrita solidariedade ao Congresso Nacional que agora reabre seus trabalhos. A adoção das medidas que visem a modificar a estrutura econômica do país a fim de que ela possa atender aos legítimos anseios do povo, pode e deve ser feita ao amparo das leis e da constituição, pois a democracia constitui exatamente o meio e o caminho para a solução de todos os conflitos. / ante os ataques ao Congresso Nacional, lamentavelmente feitos na presença de autoridades responsáveis pela salvaguarda da lei e da legalidade, não posso deixar de exprimir minha indignação e o protesto do povo rio-grandense. Assim como em mais de uma oportunidade, defendi a legitimidade integral do mandato do senhor presidente da república, quando esta foi questionada, agora defendo com a mesma firmeza, o direito, as prerrogativas, e a dignidade do Congresso Nacional. A inquietação e a insegurança, que vem solapando a todos os setores da vida nacional, põem em grave risco as instituições democráticas. / Reafirmo a vossa excelência que o Rio Grande do Sul, fiel a suas tradições reagirá a qualquer atentado à constituição, parta de onde partir, e defenderá a legitimidade dos mandatos seletivos em qualquer circunstancia e por qualquer meio a seu alcance. / De outra parte estou certo que os senhores senadores e deputados saberão defender o prestígio do mandato popular, com serenidade e clarividência, correspondendo aos legítimos anseios da Nação, que deseja Reformas com Paz, respeito às Leis, às instituições e a Federação, que é o esteio da própria República.<sup>375</sup>

Logo as primeiras horas da noite, do mesmo dia, os principais líderes da classe dominante gaúcha, Plínio Kroeff e Fabio de Araújo Santos, presidentes, respectivamente da FIERGS e da FEDERASUL, foram ao palácio Piratini, ao encontro do governador, para demonstrar solidariedade e levar seu apoio à Meneghetti, em nome da classe e das categorias que representavam. Segundo os líderes das entidades de classe a mensagem do governador “expressa com fidelidade o pensamento das *classes produtoras* do Rio Grande do Sul.” Da mesma forma o Governador passa a receber muitas manifestações de apoio de entidades,

---

<sup>375</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 24.

políticos e militares de todo o Brasil, alinhados a estratégia conservadora e mesmo à conspiração golpista.<sup>376</sup>

Para se somar ao coro do governador, as *classes produtoras*, em grande sintonia, prepararam um manifesto divulgado no dia seguinte. Esse documento é central neste processo de combate aberto ao Governo Federal e ao movimento político de defesa das reformas sociais. Afirmava, inicialmente, que as entidades representativas das classes empresariais, consciente de suas responsabilidades como “forças vivas da nação, sentiram-se no dever de se manifestar frente generalizada apreensão” e em função das medidas tomadas pelo Governo Federal. Assim manifestaram:

(...) seu veemente protesto contra o clima de agitação provocado em todos os setores da vida pública nacional, criando situação de intranquilidade, incerteza, e sobretudo, de insegurança que impede o normal desenvolvimento de todas as atividades e conseqüentemente, põe em risco, não só a prosperidade da nação, como a própria sobrevivência das suas instituições. (sic)<sup>377</sup>

As entidades defenderam também, que nunca teriam negado a colaboração na resolução dos problemas nacionais, apoiando as medidas corretas do Governo Federal, como o Plano Trienal, e que, diante de tais posturas, sentiam-se “moralmente amparadas e tranquilas” para emitir tais opiniões. Contudo, era preciso uma *nova ordem das coisas* e que não continuariam alimentando a ação dos que “procuram solapar o regime através da subversão”. E concluem:

(...) finalmente, renovam sua plena confiança no Congresso Nacional, autêntico representante do povo brasileiro e inquestionável interprete de suas legítimas aspirações, e bem assim, dos demais poderes constituídos da nação, que ao de saber, estão certas, preservar a integridade do regime democrático, dentro dos princípios formadores, de nossa origem cristã e de nossas tradições de nação livre.<sup>378</sup>

---

<sup>376</sup> *Idem.*

<sup>377</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 24.

<sup>378</sup> *Idem.* Assinam: Plínio Kroeff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; Fábio Araújo dos Santos, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e da Associação Comercial de Porto Alegre, Oscar Carneiro da Fontoura, Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e João da Costa Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul.

Os caminhos para os ataques ao Governo Federal e ao Presidente estavam inteiramente abertos. O jornal *Correio do Povo*, também, fez violentas críticas, acusando Goulart de agitador, violador da democracia, demagogo e, por fim, de querer instalar um “*neoperonocastrismo*” no Brasil. Provavelmente, uma mistura de críticas que vinham sendo utilizada por Lacerda e a imprensa do centro do País nos ataques, principalmente, a Brizola, agora direcionadas, também, ao Presidente.<sup>379</sup> Referia-se aos supostos planos dos comunistas de criar, no Brasil, um regime comunista aos moldes “caudilhescos” e populistas dos pampas. Uma mistura de Perón e Fidel Castro. Dois dos maiores pesadelos das direitas latino-americanas.<sup>380</sup>

O PRP do Rio Grande do Sul, por sua vez, declarou total apoio às posições e ao manifesto do Governador Meneghetti e culpou, como não poderia deixar de ser, o Governo Goulart pela inflação e por tentar, na esteira desta, instaurar um “clima de agitação” com objetivos continuístas.<sup>381</sup> A bancada do PRP na Assembleia Legislativa, hipotecou total apoio às declarações do Governador gaúcho, manifestando solidariedade e aplausos a sua iniciativa de “defesa do congresso nacional e das instituições democráticas, agredidas pelo Presidente no comício do dia 13”. Colocando-se, também, do lado da luta em “defesa do congresso” contra o governo, *denunciando-o e responsabilizando-o perante a opinião pública sul-riograndense, como o responsável pelo ataque totalitário a democracia*. O Partido denunciou, ainda, que o instrumento de ação do Governo Federal era a máquina da inflação exasperada, chamado por este, de “instrumento diabólico de supressão da autonomia dos estados e municípios” que não teriam condições de acompanhar o ritmo de desvalorização da moeda, provocada pela máquina de fazer dinheiro, comparada a uma “máquina da escravidão” do Governo Federal. O resultado, no Rio Grande do Sul, seria o atraso nas obras, não atendimento de reivindicações da população e atrasos no pagamento do funcionalismo. O PRP deixou claro que esse *pronunciamento se destina ao povo, para que medite sobre as causas reais das dificuldades do País*.<sup>382</sup>

---

379 Estas tiveram que ser, infelizmente, deixadas de lado, em função do espaço, do tempo e do recorte espacial.

380 *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 4.

381 *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 7.

<sup>382</sup> *Idem*.

Na esteira da crise política, os líderes dos partidos políticos da ADP (PSD, UDN, PL, PRP, PDC), marcaram uma reunião para tarde do dia dezessete de março, com a presença de Mario Mondino, secretário de Interior e Justiça de Meneghetti, a fim de traçar uma tomada de posição e um plano de ação conjunta, supostamente frente às “medidas do Governo Federal” e a crise política já em curso, o governador realizou, ainda, três outras reuniões com os partidos de sua base aliada a fim de preparar a ação conjunta e discutir as questões políticas nacionais e regionais. Fica evidente a preocupação da ADP com sua articulação e unidade na ação e no discurso. A crise política suscitava toda a preocupação necessária. O embate político se acirrava progressivamente.<sup>383</sup>

A partir de então a crise política passou a ser objeto de todos os debates e discursos na Assembleia Legislativa. A ADP no ataque a Goulart, ao Governo Federal e as reformas de base, enquanto o PTB e a ARS tentavam se manter firmes na defesa dessas reformas sociais, de João Goulart e seu governo. A polarização política era uma realidade agravada. Na ALERGS, a bancada da ADP, por iniciativa do deputado Paulo Brossard, tentou votar um requerimento manifestando solidariedade ao Congresso Nacional contra o Presidente Goulart, nos termos já colocados pelo governador. Já o PTB, a ARS e o MTR em contraposição tentaram colocar em votação um requerimento pedindo ao Congresso para ser sensível as dificuldades do povo e a necessidade de aprovação das reformas sociais de forma democrática e popular. Na radicalização, no debate e nos subterfúgios regimentais, nenhum dos dois requerimentos foi votado. Na outra sessão, no entanto, a moção da ADP foi vitoriosa por 27 votos contra 26.<sup>384</sup> Este episódio demonstra um claro equilíbrio de forças políticas dos dois campos aqui analisados, no plano da representação política institucional, com pequena vantagem para a ADP. Isto indica que a propalada superioridade conservadora é um equívoco, no mínimo, exagero do discurso político partidário. Contudo, demonstra também, que na terra do trabalhismo, do varguismo, do brizolismo, de João Goulart e da Legalidade, as forças conservadoras estavam muito fortes para fazer frente ao campo reformista.

Sentindo a necessidade de unificação e coordenação nas atividades políticas, deputados e líderes políticos da ADP, passaram a fazer constantes pronunciamentos em defesa

---

<sup>383</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 17, p. 7.

<sup>384</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, de março, 18 e 19, p. 7.

da “união dos democratas para salvar a democracia do comunismo e da demagogia”. O presidente e as forças reformistas são constantemente atacados por supostamente “criar uma situação que paralisava atividades vitais”, numa série de ultimatos que fazem parte de uma campanha aberta contra as instituições. O Governo Goulart e as esquerdas teriam feito, no discurso conservador/golpista, um ultimato a democracia e isso não seria tolerado.<sup>385</sup> Se o ataque era unificado, a defesa, também deveria o ser, no argumento conservador. E mais, em sua estratégia argumentativa é feito uma inversão. O ataque teria partido das forças nacionalistas e reformistas, contra as instituições e a própria democracia, e a atuação das forças liberais e conservadoras seria somente, portanto, de defesa. Isso para legitimar sua atuação e o próprio ataque posterior à ordem institucional.

Agir unificadamente foi o que os próprios partidos da ADP passaram a fazer neste momento, de forma cada vez mais acentuada, pondo em prática aquilo que seu discurso político já havia preconizado. Na reunião já previamente noticiada e amplamente propalada, em dezessete de março de 1964, os partidos da ADP, articulados pelo Governo do Estado, já preparavam e começavam a executar sua ação conjunta. Reunidos por todo o dia, com a presença do governador e do secretário Mario Mondino, que nesse momento estava assumindo uma importante função de articulação política e institucional dos partidos políticos, as agremiações presentes, PSD, UDN, PRP, PL e PDC dão os toques finais ao que já existia há alguns dias, para a divulgação final do manifesto conjunto dos partidos aliados, que, como não poderia deixar de ser, e na mesma linha do Governador, criticava duramente o a forças reformistas, chamadas de “agitadores”, o programa de reformas sociais, o Governo Federal, o próprio Presidente e o comício da Central do Brasil, e, conseqüentemente, os atos de João Goulart, identificados pelos conservadores como “atentados ao regime e às instituições democráticas”. Além dos partidos da base, MTR e PSP foram convidados a assinar o Manifesto, redigido por Orlando da Cunha Carlos, Presidente do PL no RS.

Mas para chegar a este entendimento e ao manifesto, um processo de discussão e negociação foi necessário. Mario Mondino foi o responsável por articular e equacionar as divergências dentro da própria ADP, como já referido. Reunido com as principais lideranças

---

<sup>385</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18 e 19, p. 22.

dos partidos da Base, tentava convence-los da necessidade da ação mais efetiva e incisiva. Mondino estava tratando diretamente com Tarso Dutra (PSD), Jose Zachia (PDC), Sinval Guazzeli (UDN), Orlando da Cunha Carlos (PL) e Bernardino Conte (PRP). Ao final da reunião, os partidos concordaram com os argumentos do governo e declararam apoio integral a mensagem enviada por Meneghetti ao congresso nacional e definiram a elaboração de um manifesto próprio dos partidos políticos que compunham a ADP, tentando assim, demonstrar sua independência em relação ao Governo Estadual, para firmar sua posição frente a crise política e a sucessão de acontecimentos. Simbolicamente, após a discussão, os líderes foram ao Palácio Piratini, encontrar com o próprio governador que já os esperava, para levar sua solidariedade. Em sua fala, Meneghetti foi claro e ressaltou “a gravidade do momento, que exigia a coordenação das forças democráticas em defesa do regime.” O recado era claro, Era hora definitiva de organização, unidade e ação de ataque.<sup>386</sup>

No dia seguinte é finalmente divulgado o manifesto conjunto dos partidos da ADP propondo um “Estado de alerta para evitar o golpe”, que viria do próprio Presidente da República e das forças e partidos políticos que o sustentavam. Afirmava que o governo da República se caracterizava pela “inaptidão ao sistema constitucional e legal que disciplina(va) as instituições democráticas brasileiras”. Tal governo, ao não cumprir suas obrigações básicas, nem mesmo conter a inflação, fugia a sua responsabilidade para atribuí-las a outrem. Acrescentava ainda, que:

as greves comandadas por organismos espúrios e insuflados por agentes do próprio governo, afetando serviços públicos essenciais, decretadas por motivos políticos e paralisando a vida da nação; a agitação dos meios rurais, com o desestímulo da produção, a organização dos grupos de guerrilha revolucionária, ostensivamente proclamada e tolerada pelo governo; a pregação aberta ao fechamento do congresso, feita em comício frente as mais altas autoridades da república; as ameaças de controle, supressão ou monopolização dos meios de publicidade e comunicação, além de outros fatos significativos, estão a indicar um processo subversivo das nossas instituições. Há, incontestavelmente, uma infiltração comunista em todos os setores do governo.<sup>387</sup>

O manifesto encerrava de forma incisiva, com uma declaração de intenções muito clara: “Na defesa intransigente das instituições, *os partidos políticos*, que somam a maioria

---

<sup>386</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 18 e 19, p. 7.

<sup>387</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 20, p. 7 e 16.



esmagadora da opinião pública rio-grandense, *unem seus esforços, sob uma única bandeira, e conclamam seus correligionários à resistência até o último sacrifício*".<sup>388</sup> Defesa das instituições, opinião pública e resistência até o último sacrifício, são as palavras chaves presentes no texto dos partidos conservadores, elementos que resumem com grande precisão o que está em jogo nesse momento de crise política e institucional que antecede o Golpe de 1964 e que conforma o foco de análise que vem sendo defendida neste trabalho. Não somente porque sintetiza a dimensão da luta política daquela conjuntura, como também, porque fornece os elementos teóricos fundamentais para a compreensão do processo de construção política da mudança de regime.

Em vinte dois de março, dando continuidade as articulações das forças conservadoras, Ademar de Barros, governador de São Paulo, realizou uma agenda política no Rio Grande do Sul, para discutir com Ilgo Meneghetti a crise política em curso, o manifesto do governador gaúcho e os termos de um manifesto a ser redigido em conjunto pelos governadores de oposição, sobre os mesmos temas. Em Porto Alegre afirmou textualmente que sabia que haveria eleições em 1965, *mas tinha dúvidas se seria Goulart que as presidiria*.<sup>389</sup> Tais termos não deixam dúvida do estágio avançado da conspiração e da intenção deliberada e manifesta de depor o Presidente.

Provavelmente, os dois governadores estariam acertando os termos da conspiração, pois já em vinte e quatro de março tornou-se público o manifesto dos generais golpistas "alertando" sobre os perigos representados pelo Presidente da República. Poucos dias depois, eclode, embora de forma precipitada, o movimento golpista que depõe João Goulart da Presidência da República.

Aqui, naquela conjuntura, há um relativo hiato da atuação das forças conservadoras do estado, pois, todas as atenções foram voltadas para a crise política, considerada por muitos pesquisadores, como um dos momentos centrais da tomada de posição do conjunto do Exército pela deposição de Goulart, a revolta dos Marinheiros e a subsequente anistia concedida pelo governo aos marinheiros revoltosos. O que representaria, para a instituição militar, a completa subversão da autoridade, base da hierarquia militar.

---

<sup>388</sup> Idem, p. 7 e 16. Grifos meus.

<sup>389</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, março, 22, p. 48.

### 4.3 O Golpe de Estado

Na manhã do dia trinta e um de março de 1964, véspera do Golpe de Estado, o Governador Ildo Meneghetti convocou uma reunião a portas fechadas com os chefes de partidos e líderes das bancadas da ADP no legislativo estadual. Presentes a reunião, Mário Mondino, Secretário de Interior e Justiça, e coordenador do encontro, José Zachia e Nelson Marchesan pelo PDC, Orlando da Cunha Carlos e Paulo Brossard, pelo PL, Derly Monteiro e Heitor Campos pelo PSP, José Mansur e Sinval Guazelli pela UDN, Bernardino Conte e Antônio Mesquita pelo PRP, Adail Moraes e Hed Borges pelo PSD. Na justificativa oficial, comunicada pelo porta voz do Governo, Mario Mondino, a pauta era o encontro de governadores que fora convocado para o dia dois de abril, em Porto Alegre. Na reunião, Meneghetti tratou da convocação dos chefes de executivos estaduais, e da tentativa de encontrar uma solução para a crise política através da negociação e da conciliação. Entretanto, do tema básico fluiu naturalmente um debate sobre a situação política nacional e a crise instalada no Brasil. Quiçá, por trás da justificativa oficial, a própria crise política e a possível movimentação da conspiração golpista fossem, de fato, a pauta principal do encontro. Todavia, certamente, foi a oportunidade das forças dos governos de oposição traçarem uma posição e acertar a ação conjunta.<sup>390</sup> Já deveria, a esta altura, saber da eclosão do movimento militar e deveria estar acionando seu dispositivo político e militar para executar sua função na deflagração do Golpe de Estado, a fim de tentar que o estado berço de João Goulart desempenhasse novamente, o papel de resistência ao Golpe, em 1961. A Campanha da Legalidade estava viva na memória dos partidários do Golpe, que tomaram todas as medidas possíveis para tentar que uma nova campanha da legalidade, naqueles moldes fosse mobilizada.

Destarte, no dia 1º de abril de 1964 noticiava-se a deflagração do movimento militar golpista, partindo de Minas Gerais sob o comando do General Mourão Filho, com apoio do governador daquele estado, Magalhães Pinto. De imediato, o comandante do II Exército,

---

<sup>390</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 1, p. 7.

Amauri Kruel aderiu ao Golpe. Na justificativa deste, o movimento sedicioso se dava pela preservação da liberdade e da democracia, contra a conspiração comunista, em curso no País. Os acontecimentos já são bastante narrados e conhecidos. Aqui, concentrar-se-á no desenrolar dos acontecimentos no estado do Rio Grande do Sul.<sup>391</sup>

Para fazer frente ao levante golpista, João Goulart nomeou o general Ladário Pereira Telles, homem de sua inteira confiança e reconhecido legalista para assumir o comando do III Exército. A mesma unidade que garantiu sua posse na tentativa de Golpe militar em 1961. O Presidente sabia que novamente essa unidade, assim como seu estado natal e berço político seriam fundamentais para resistir ao Golpe. O novo comandante chegou a Porto Alegre nas primeiras horas do dia 1º de abril, quando foi recepcionado pelo Prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise (PTB), que assumira a liderança da resistência no estado. Neste mesmo momento, em Brasília, o General Jair Ribeiro, recém operado, reassumiu o Ministério da Guerra, para tentar articular uma contra ofensiva. Ao chegar no Rio Grande do Sul, o General Ladário Telles lançou uma proclamação política e militar concitando o III Exército a permanecer fiel à legalidade e ao mandato constitucional do Presidente João Goulart, ao lado do povo e da resistência civil, como fizera em 1961. Os jornais ressaltaram, porém, a falta de informações que deve ter dificultado, naquele momento, uma visão geral da crise e seus desdobramentos. O Governo Federal, no entanto, acreditava ter a situação sob controle, ou pelo menos, afirmava ter, garantindo também, que iria reprimir a rebelião, confiando, igualmente, no espírito legalista das Forças Armadas e na crença democrática do povo.

O governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, na liderança do movimento golpista no estado, e como um dos principais articuladores deste em nível nacional, tomou uma série de medidas a fim de hipotecar apoio aos golpistas e garantir o sucesso da investida. Requisitou de imediato, por decreto, as emissoras de rádio e televisão sediadas na capital, sob a justificativa de “evitar a sua utilização para a difusão de pronunciamentos que possam, de qualquer modo, perturbar a tranquilidade reinante no nosso estado”. Afirmou também que, diante da crise, continuaria a manter a ordem em todo o Rio Grande do Sul.<sup>392</sup> O objetivo era muito claro, evitar que a Cadeia da Legalidade, organizada por Brizola ante a tentativa de

---

<sup>391</sup> Todas as referências a seguir são relacionadas ao *Correio do Povo*, entre 1º e 5 de abril de 1964.

<sup>392</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 1, p. 11.

Golpe de 1961 fosse repetida, tratando-se, na prática, de censura e do controle estatal sobre os meios de comunicação, a fim de evitar a reação das forças contrárias ao Golpe no estado. No plano militar, o Governo colocou a Polícia Militar e a Polícia Civil de prontidão. A guarnição da sede do governo foi reforçada e a área adjacente ao Palácio Piratini foi interditada ao trânsito. Setores do governo adotaram medidas a fim de colocar todos os veículos disponíveis em prontidão na necessidade de utilizá-los para deslocar tropas ou materiais.<sup>393</sup>

O Palácio Piratini, sede do governo do estado, foi novamente transformada em quartel general, protegida por barricadas, como em 1961, só que desta vez, a favor do Golpe e contra a ordem constitucional, embora o discurso dos sediciosos tentasse dizer o contrário. Não deixa de chamar a atenção que mesmo o governo afirmando que as medidas eram apenas preventivas e que reinaria a calma no estado, tais medidas visavam a repressão rápida dos focos de resistência. O III Exército também entrou em prontidão. Da mesma forma, a 5ª Zona Aérea. Estes, no entanto, majoritariamente, como será retomado posteriormente, no lado legalista.

Ante a profusão de manifestos dirigidos genericamente à “Nação”, em meio aos de Mourão Filho, Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, e os editoriais de jornais de grande circulação no País, exigindo a deposição do Presidente, chama a atenção, no estado, a tomada de posição do *Correio do Povo*. Em manifesto, com um tom de dramaticidade latente, denominada *Pela Lei e Pela Ordem*, o jornal afirmou que frente aos “graves acontecimentos de caráter político militar” deveria se manifestar.

Este jornal, fiel a linha que traçou seu fundador Caldas Junior, como órgão independente, sem filiações partidárias, nem vinculação de nenhum tipo, com grupos ou organizações de qualquer natureza [sic], segue, no entanto, acima de qualquer injunção uma impessoal postura programática: a defesa das instituições democráticas e da ordem constitucional que as exprime. Mas da verdadeira ordem constitucional, daquela que está não apenas na letra, mas também e mais importante e decisivamente, no seu espírito e no seu exato e profundo significado, o qual não se compadece com atentados ou insuflamentos de atentados a própria dignidade das forças armadas e à própria autenticidade do regime, pela inversão da hierarquia e pela quebra de disciplina, com projeção na própria ordem institucional estabelecida.<sup>394</sup>

---

393 Idem.

<sup>394</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 1, p. 18.

Clamava ainda, pelas Forças Armadas para cumprir sua “histórica missão”, de serem “sustentáculos da lei e da ordem”, sob o espírito de sua vocação histórica, o cristianismo e o democratismo-liberal. O encerramento não poderia ser mais categórico:

O caminho a seguir nesta hora de decisão não comporta dúvidas ou vacilações: é o do saneamento ético das cúpulas políticas e administrativas e da anulação dos inimigos da pátria e da democracia, que se encastelaram funestamente na própria cidadela do poder.<sup>395</sup>

Está presente, neste manifesto, boa parte do discurso golpista, tornando necessário infringir a Constituição “pelo seu próprio bem e pela manutenção da ordem”. Tal movimento revela que a ação teve, como sempre ocorreu historicamente, fundo político. A legalidade deveria estar a serviço daqueles que realmente poderiam ter o poder de decidir o que é a “verdadeira ordem constitucional”. Também, e retomando o argumento do primeiro capítulo, põe por terra o argumento de suposta neutralidade da imprensa e manifesta sua tomada de posição inequívoca, que pode ser percebida correntemente, e acentuada efusivamente nesse momento da deflagração do movimento golpista.

Mesmo quando percebia que sua manobra de requisitar as emissoras de telecomunicações falhava, pois elas haviam sido ocupadas por tropas do III Exército leais a Goulart, e que se encontrava com pouca base social e política em Porto Alegre, Ildo Meneghetti declarou-se aliado das forças sediciosas contra Goulart, e tomou uma medida de emergência. Na ocasião, ainda em 1º de abril, por volta das 11h30min da manhã, transferiu a sede do Governo Estadual para Passo Fundo, no 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar.<sup>396</sup> Neste momento, ele lançou mais um manifesto nesta batalha de opinião pública. Nas constantes manobras do campo semântico, ele se declara na resistência contra os inimigos da democracia, e conclama pela organização do povo gaúcho contra Goulart.

A situação do Governador iria se agravar ainda mais. Ao entrar em contato com o então comandante do III Exército, General Galhardo, soube que este estava disposto a apoiar o movimento golpista e anunciou que o Presidente já havia nomeado o General Ladário

---

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> Sob pressão do III Exército e do Movimento Civil pela Legalidade, o governador Meneghetti transferiu a sede do governo para o interior do estado, em local secreto revelado apenas posteriormente.

Pereira Telles para substituí-lo no comando, mas afirmou a disposição de prender este general quando se apresentasse. No entanto, o general Ladário Telles foi confirmado e assumiu efetivamente o comando do III Exército, com o apoio de seu comando. Este, por sua vez, ocupou as emissoras de rádio, com tropas fieis à legalidade, dando oportunidade para que as forças civis de apoio a João Goulart dessem início ao levante popular, sob a liderança de Leonel Brizola e Sereno Chaise, tentando repetir a Campanha da Legalidade de 1961. Um grande número de pessoas, embora não especificado o número, marchou para a Praça da Matriz, a fim de depor o governador Meneghetti e entregar o poder a Leonel Brizola. O clima no Palácio Piratini era de extrema tensão. A tropa de choque da Brigada Militar foi acionada e tomou posição defensiva. O impasse e a tensão foram atenuados quando Sereno Chaise convocou a população que se mobilizava junto ao Prefeito para acompanhar os acontecimentos no Paço Municipal.

Ainda na manhã do dia primeiro, o cerco contra o governador estava se fechando. O governo, entretanto, encontrou uma brecha legal para negar o pedido do General Ladário Telles de requisição da Brigada Militar, uma vez que esta poderia ser feita através de decreto do Presidente, que já não tinha condições políticas de fazê-lo. O novo comandante do III Exército ainda tentou proclamar a Brigada Militar, convocando os soldados fiéis à legalidade a lutar ao lado das tropas leais a Goulart, apelando, assim, para o histórico espírito legalista da corporação. No entanto, tal apelo não surtiu efeito. A situação se complicaria ainda mais, pois o comando do general não era plenamente reconhecido, sendo que, parte das tropas sediadas em Santa Maria, Alegrete e Uruguaiana, não obedeciam ao novo comando, estando, também, sublevadas.

A efetivação da transferência da sede do Governo do Estado para Passo Fundo, no dia 1º de Abril, quando o General Ladário assumiu o comando do III Exército “contra todas as expectativas”, segundo a imprensa, já que se acreditava que a vitória do Golpe seria fácil, também no estado. As 10h e 30min do dia 1º de abril, através de uma saída pelos fundos do palácio, que sai pelo colégio Paula Soares, o governador Meneghetti embarcou em um volkswagen verde, placa particular (para se disfarçar), de propriedade do Capitão Jesus Guimarães, da Casa Militar do Palácio. Acompanhavam o governador, além do Capitão que dirigia o carro, o Cel. Orlando Pacheco, Chefe da Casa Militar e seu assessor Muniz Reis. A intenção era ganhar a estrada antes que esta fosse interceptada pelo Exército sob o comando

de Telles. Meneghetti, literalmente, fugiu do Palácio Piratini pela porta dos fundos. Na Avenida Farrapos, uma freada forte para não se chocar com um carro a frente, fez com que o veículo em que viajava o governador fosse atingindo por trás, com violência por outro carro. Mesmo assim, o Wolkswagen verde conseguiu seguir viagem, para dar prosseguimento à fuga. No entanto, o carro parou de funcionar a mais ou menos 5 km de Estrela, deixando a comitiva à beira da estrada. Muniz Reis foi até a cidade de Estrela buscar um novo veículo, cedido pelo Prefeito da cidade, um Chevrolet 1948. Neste automóvel, Meneghetti seguiu viagem, passando por Soledade e a noite chegando definitivamente em Passo Fundo, onde José Antônio Aranha já havia providenciado a instalação do governo, provisoriamente. Toda a logística e a preparação prévia demonstram que todos os planos foram anteriormente traçados, já prevendo estes desdobramentos, face ao Golpe em articulação. O jornal *Correio do Povo* classifica como uma pequena odisséia, tentando heroicizar Meneghetti, por ter passado “maus momentos”, “sem proteção militar”, enquanto teria o Exército regular em seu encalço. No entanto, sua narrativa e riqueza de detalhes nos permitem compreender o trabalho de organização, embora um tanto atrapalhada, da fuga, mostrando sua construção prévia. E mais, deixa visível que o governador fugiu do Palácio Piratini, pela porta dos fundos e disfarçado. Sua fuga pode ser compreendida pela força dos trabalhistas na capital, Porto Alegre, e pela fidelidade de parte do III Exército, principalmente do seu comando, a Goulart.<sup>397</sup>

Enquanto Meneghetti transferia o governo para Passo Fundo, as forças civis partidárias de Goulart se articulavam em torno da Prefeitura Municipal, sob a liderança de Sereno Chaise. De posse das rádios gaúchas, a Cadeia da Legalidade foi reeditada, divulgando notas e proclamações de entidades, conclamando o povo à resistência contra o “golpe dos gorilas”. O movimento culminou com a realização de um comício no Largo da Prefeitura que contou com oradores como Leonel Brizola, Álvaro Ayala, Vilson Vargas, Floriano D’ávilla e o próprio Sereno Chaise. Todos pediram a união das forças populares contra o Golpe às instituições. O prefeito permaneceu em seu gabinete desde o início da crise, atento ao desenrolar dos acontecimentos, cercado por seus auxiliares e por “elevado número de populares”, que se colocaram em frente ao prédio da Prefeitura. Desde então, o Prefeito

---

<sup>397</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 10, p. 7. O jornal publicou a narrativa da fuga do Meneghetti, muitos dias depois, pois, segundo o jornal, passada a crise, começavam a ser desvendados alguns momentos importantes do episódio.

recebeu manifestações de apoio e solidariedade de inúmeras organizações e entidades: Comando de Reivindicações dos Servidores do Estado, Comando Nacionalista de Guarujá, Frente Nacionalista do Magistério Gaúcho, Conselho Sindical Feminino, Comando dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, Comissão dos Profissionais Liberais, Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre, funcionários da Prefeitura Metropolitana, do MASTER, Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Similares, Associação dos Funcionários da CEEE e Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica em Porto Alegre. Contavam, também, com “mais de uma dezena de outras entidades de classe”, levando ao “chefe do executivo porto-alegrense, estendendo-a ao Presidente da República, sua solidariedade”.

A UEE divulgou nota, ainda no dia primeiro, manifestando seu apoio à manutenção da democracia, pela garantia dos direitos constitucionais, e contra o Golpe, conclamando pela realização das Reformas de Base. Por sua vez, uma desconhecida “Mocidade Livre e Democrática do Rio Grande do Sul” lançou manifesto apoiando o Golpe, nos mesmos discursos brandidos pelos sediciosos. A sociedade estava dividida. Por sua vez, os titulares dos órgãos federais no Rio Grande do Sul, sediados na capital, reunidos em Assembléia deliberaram criar uma “força de vanguarda subordinada ao III Exército, com o objetivo de participar da luta em defesa das instituições democráticas. Na mesma ocasião, foi lançado um manifesto assinado por cinquenta titulares dos órgãos federais declarando apoio e confiança no Presidente João Goulart e nos poderes constituídos. Importantes debates foram travados na Assembleia Legislativa do Estado, mas nenhuma resolução foi aprovada, a despeito dos esforços dos deputados trabalhistas em tentar aprovar uma moção de apoio ao Presidente, o mesmo acontecendo na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. As forças políticas, também estavam divididas.

As informações dão conta de que a tensão da crise político-militar, como estava sendo tratada, foi aliviada quando João Goulart deixou o Palácio das Laranjeiras, na Guanabara, às 12h30min. do dia 1º de abril, partindo em sua Mercedes preta para tomar o “Viscont” presidencial no aeroporto Santos Dumont, em direção à Brasília. A tensão foi aliviada para os golpistas, no entanto, que avaliaram a retirada do Presidente como uma vitória tática. Os golpistas tentaram transformar sua vitória tática numa vitória geral, como se tivesse abrandado os “momentos de ansiedade e expectativa vividas” por toda a população carioca.



Na versão mais amplamente divulgada, e tomada naquele momento, como a grande justificativa para a deflagração do Golpe, até ali, com sua face militar mais destacada, a insubordinação dos fuzileiros e marujos, terminada na sexta-feira do dia vinte e sete de março, teria sido o grande estopim da sedição. Esta, não teria tido a punição disciplinar esperada pelo Almirantado, agravada, também, com a nomeação do novo Ministro da Marinha, exposto como “elemento sem qualquer prestígio e simpatia da oficialidade naval”, o que teria determinado a inquietação e grande desgosto no seio dos escalões superiores da Marinha Brasileira, culminando com duas notas divulgadas no dia vinte e oito, a primeira assinada por mais de 20 almirantes da ativa e cerca de 200 oficiais, dizendo ser necessário “manter a disciplina na Marinha punindo os elementos insubordinados”. A segunda nota foi emitida pelo Clube Naval apoiando e reforçando a primeira. Neste mesmo sábado, o Gal. Magessi, Presidente do Clube Militar divulga um manifesto de apoio à atitude do Clube Naval e, logo após isso, toda a diretoria do Clube Militar visitava o Clube Naval, que estava em Assembleia Permanente, para hipotecar-lhe irrestrita solidariedade.

Na segunda, dia trinta de março, a tensão agravava-se quando Goulart compareceu ao Automóvel Clube onde era comemorado o aniversário da Associação dos Sargentos, e onde o Presidente fez um discurso violento e agressivo, transmitido por todas as emissoras do País. Já na terça-feira, dia trinta e um, o governador Magalhães Pinto lançou o seu manifesto, nesta batalha de opinião pública, acusando o Presidente de “perturbar a ordem e a paz da família brasileira”; e assim, “lançou suas tropas para defender a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República”, na versão corrente, divulgada pela imprensa, cúmplice daquele Golpe de Estado. Ao mesmo tempo, os generais Mourão Filho, comandante da Região Militar de Minas Gerais, e Guedes, comandante da 1ª Divisão de Infantaria, sediada em Belo Horizonte, lançaram um manifesto, colocando-se contra o Presidente João Goulart.

A partir de então, diversos acontecimentos tiveram sequência de forma caótica e confusa. Lacerda protegeu o Palácio da Guanabara com cerca de setecentos (700) homens da Polícia Militar da Guanabara e funcionários de seu governo “fortemente armados”. Bloqueando, também, as ruas ao redor do Palácio com caminhões de limpeza pública. Já Goulart montou seu esquema de segurança no Palácio das Laranjeiras com tropas de fuzileiros navais, que “agora se sabem eram as únicas em quem confiava”. Outros grupos de fuzileiros ocuparam militarmente as rádios e emissoras que não eram pró-governo para não permitir, na versão da própria imprensa, a qual estava favorável ao Golpe, a divulgação de qualquer

noticiário que não fosse o determinado pelo Governo Federal, tentando imputar uma acusação de censura, para reforçar a imagem antidemocrática do Governo. Paralelamente as emissoras tidas como “pró-governo” (Nacional e Mayrink Veiga, as mais conhecidas) incitavam o povo contra os revoltosos, dizendo que o governo deteria rapidamente os revoltosos de Minas Gerais e que as tropas da I Região Militar, fiéis ao governo, já estavam a caminho de deter os insurgentes. Líderes sindicais, o Ministro da Justiça e outros políticos do Governo Federal ocupavam o microfone para fazer a defesa do Presidente Goulart e tentar mobilizar a população para defender o governo. Boatos, sem fontes indicadas, informavam que os fuzileiros, por ordem de Goulart, iriam invadir o Palácio da Guanabara.<sup>398</sup>

Já em dois de abril, diante da notícia de que Goulart abandonara Brasília, se anunciava a vitória do “movimento rebelde”. No entanto, às 3 horas e 15 minutos de dois de abril, o Presidente João Goulart desembarcava no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, acompanhado por ministros e auxiliares, junto com o General Assis Brasil. Cerca de duzentas pessoas esperavam Jango, recepcionando-o com “vivas ao Presidente do Brasil”. Depois de ser cumprimentado pelo comandante do III Exército, Ladário Pereira Telles, pelo prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise e pelo deputado Leonel Brizola, bem como por diversos deputados estaduais, João Goulart foi escoltado por vários tanques e por membros da companhia de guarda até a residência do comandante do III Exército, na rua Cristóvão Colombo. Um dos oficiais que acompanhavam o presidente afirmou que ele estava no Rio Grande do Sul para dar prosseguimento à luta pela retomada do poder.<sup>399</sup> De fato, o estado foi o epicentro do movimento que garantiu sua posse em 1961; e sua maior esperança era reencontrar a sua base social e militar para deflagrar uma resistência efetiva contra o Golpe. Em torno das 8h e 15min. da manhã, o presidente recebeu a imprensa e concedeu uma entrevista coletiva, reafirmando que reagiria ao Golpe (chamado de revolução já pelos jornais), e que ainda era de fato, o presidente da República. Questionado sobre a posse de Mazzilli, respondeu enfaticamente:

Estou em território nacional e estritamente dentro das atribuições constitucionais. Em tais circunstâncias, não houve abandono de cargo. Somente haveria justificativa

---

<sup>398</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 3, p. ?. Nessa edição foi publicado um resumo dos eventos que seguiram no Golpe de 1º de abril que é muito útil em termos de narrativa a ser interpretada.

<sup>399</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 2, p. 7.

para tal medida se eu estivesse no estrangeiro, como se propalou por ai. Considero, pois, tudo isso, uma enorme farsa.<sup>400</sup>

Jango, como era conhecido carinhosamente no estado, agradeceu Porto Alegre, seu povo e seu exército pela lealdade na defesa da democracia, trazendo para o Exército do Sul a hierarquia e a disciplina, já que como presidente, ainda era o Chefe das Forças Armadas. Reafirmou acreditar que o Golpe foi motivado pelas medidas que tomou em favorecimento do povo e da recuperação econômica e social do País, a partir de medidas como a regulamentação da remessa de lucros ao exterior, a encampação das refinarias, etc. que desencadearam a reação, porque contrariaram interesses poderosos. Pelo tom do discurso, ele já sabia que não conseguiria resistir ao Golpe e que seus recursos estavam se esgotando.

Isto porque, mesmo no III Exército, a situação militar estava ficando cada vez mais desfavorável. Em 1961, a unidade do III Exército foi fundamental para a resistência ao Golpe, e os líderes da resistência em 1964, incluindo o presidente, sabiam disso. Por isso fizeram o possível para manter o controle deste Exército. Mesmo com o Quartel General anunciando que exercia controle sobre todo o território do Rio Grande do Sul, os jornais indicavam que as tropas da Divisão de Cavalaria, com sede em Uruguaiana, a 3ª Divisão de Cavalaria, com sede em Bagé, e a 3ª Divisão de Infantaria, com sede em Santa Maria, não recebiam ordens do III Exército, estando sublevadas. O General Newton Barra que viajou para assumir o comando em Santa Maria não conseguiu fazê-lo, tendo que retornar a Porto Alegre. Acredito que a divisão de Bagé estar sublevada não seja coincidência, pois devemos considerar a intensa campanha realizada pela FARSUL, contra a “agitação rural” naquela cidade. Já em relação a cidade de Santa Maria, apesar de estar dividida entre sua histórica tradição nacionalista consubstanciada no forte movimento sindical (liderado pelos trabalhadores da ferrovia) e no movimento estudantil, e sua forte tradição conservadora, expressa desde sua formação com grande presença militar e religiosa, acabou prevalecendo a força dos partidários do Golpe, amparados nas armas a 3ª DI, comandada pelo Gen. Mario Poppe Figueiredo, que por sua

---

<sup>400</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre: 1964, março, 3, p. 7.

decidida ação, foi nomeado comandante do III Exército após a vitória do movimento golpista.<sup>401</sup>

Mais preocupante ainda, para a resistência, a 5ª Região Militar que controlava o Exército, no estado do Paraná, subordinada ao III Exército, comandado pelo General Dario Coelho, também se sublevou, declarando adesão ao movimento golpista. O general Cristiano Figueiredo, que deveria assumir esse comando, não obteve êxito. As tropas sediadas em Santa Catarina aderiram ao comando do 5º Distrito Naval, cerrando fileiras ao levante. A notícia acalentadora era que a 5ª Zona Aérea, comandada pelo Brigadeiro Othelo Ferraz, se declarou fiel ao III Exército e à Constituição. A Brigada Militar, que em 1961 também foi importante para a resistência, manteve-se fiel ao Governador Meneghetti, e não aceitou nem a requisição da tropa feita pelo General Telles, nem o apelo feito pelo mesmo, a fim de que se unissem à resistência pela legalidade.

Num duro golpe ao Presidente, o Comandante do II Exército, General Amauri Krueel, amigo e compadre de João Goulart, tido como seu homem de confiança, cerrou fileiras na defesa do movimento sedicioso. Em dois de abril, divulgou uma nota definindo sua posição ao lado do Golpe de Estado, dizendo se dirigir ao povo e aos seus companheiros de armas, demonstrava alívio por não precisar entrar com suas tropas no Rio Grande do Sul, num misto de defesa do Golpe e tom otimista de vitória, que já se encaminhava na prática. Se dizendo gaúcho de nascimento e de coração, fiel às tradições do estado, afirmava ter tomado a decisão junto com os comandantes do I e IV Exércitos, do Comandante Militar da Amazônia e a maioria das grandes unidades do II Exército, a decisão de

restaurar em nossa pátria a legitimidade e autenticidade do regime democrático, conspirado por agitadores e agentes do comunismo internacional, que procuravam minar a unidade das Forças Armadas através da intromissão e da ingerência de elementos estranhos aos quadros militares, com o objetivo de destruir os alicerces em que se apóia a estrutura militar: hierarquia e disciplina.<sup>402</sup>

---

<sup>401</sup> KONRAD, Diorge Alceno, op. cit. , 2006.

<sup>402</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 3, p. 1.

Ele faz sua própria defesa através de um histórico de luta pela legalidade como em 1961, mas reafirma que seu compromisso de brasileiro, de militar lhe impediriam de “fortalecer aqueles que procuram destruir as legítimas tradições nacionais pregando a luta fratricida, provocando o ódio entre irmãos, insuflando brasileiros à prática de assassinio, numa repetição do episódio comunista de 1935.” E continua:

as forças armadas do Brasil também são povo. Seus objetivos são aqueles que convém a todos os brasileiros que trabalham, principalmente aqueles que mais sofrem. A vitória conseguida será instrumento de defesa das aspirações populares. Não transigiremos com a corrupção e o negociismo. Camaradas do II Exército! Concito-vos a, irmanados, expurgarmos os inimigos da pátria e restabelecer a ordem e a tranquilidade da família brasileira, desejosa de poder trabalhar e construir a grandeza e a prosperidade da Nossa grande Pátria. (Sic)<sup>403</sup>

A dois de abril de 1964, as tropas de Mourão Filho, estavam em Duque de Caxias, prontas a entrar na Guanabara, em poucas horas. Para saudar esse momento, “todas as autoridades, lideradas pelo Gov. Lacerda foram ao encontro das tropas de Mourão”; já se espalhava pela imprensa a versão de que a população do Rio comemorava a “vitória da democracia” em todo o País, com levantamento da censura supostamente imposta pelo Governo Federal. A festa foi comparada a um carnaval do povo, saldando as tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica, com chuva de papeis picados nos edifícios nas avenidas Atlântica, Copacabana e Barata Ribeiro. Bairros nobres do Rio de Janeiro, que provavelmente estavam realmente festejando. Por volta das 18h, o Forte de Copacabana no posto 6 anunciava, com uma salva de canhões, a aproximação das tropas do General Krueel, que chegaria a Guanabara nas últimas horas da tarde do dia 2 de abril. Anunciava-se, já no dia 3, a normalidade da situação em Copacabana. No Rio de Janeiro e no País, a situação se definia. Goulart não conseguiria mais reagir. Os sediciosos controlavam o centro político do País.<sup>404</sup>

Apenas com a mobilização popular do Rio Grande do Sul, e com o controle de apenas parte do Exército sediado no Rio Grande do Sul, o presidente Goulart avaliou que não teria condições de resistir ao Golpe com as condições militares e políticas que dispunha naquele momento. Recusou-se, por sua vez, a distribuir armas à população que estava disposta a

---

<sup>403</sup> Idem.

<sup>404</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 3, p. 1.

resistir, como fizera Brizola em 1961. E assim, às 11h45min, do dia dois de abril, vôou de Porto Alegre para o exílio, segundo os jornais, acompanhado por auxiliares e militares, entre eles, quinze oficiais superiores. Não sem antes agradecer lealdade do povo gaúcho e ss forças do III Exército, como baluartes na defesa da legalidade e da democracia.

Mesmo sendo anunciada a vitória do Golpe e os sediciosos iniciando as ações de limpeza (prisões e cassações), ainda durante os dias 3 e 4 de abril, movimentos contrários aos golpistas e ao Governo foram tentados no estado, mas como mostra do que viria a seguir, foram duramente reprimidos pela Brigada Militar. Com a situação segura, o governador Meneghetti voltou para Porto Alegre, junto com o novo comandante nomeado para o III Exército, o General Poppe de Figueiredo. Os apoiadores e partidários de Meneghetti, então, começaram a aparecer e organizaram a “festa da vitória da democracia”, consubstanciada num comício realizado pelo governador e pelas autoridades militares. O Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, a maioria da imprensa e as entidades das *classes produtoras* manifestaram apoio em face da vitória e o desejo da reorganização e “limpeza” da nação.

Fez-se mister narrar estes acontecimentos a fim de esclarecer e problematizar uma tese que há muito frequenta a historiografia brasileira. A versão corrente, criada ainda durante a Ditadura, dá a entender que não houve resistência ao Golpe. Este foi um consenso nacional, portanto, a fim de salvar a democracia dos comunistas, das esquerdas, da demagogia e da corrupção. Como em muitos outros elementos tomados como explicativos do Golpe, a versão dos sediciosos se assentou como verdade histórica. Por outro lado, mostra que as versões que tomam como explicativos da totalidade, os casos de Rio de Janeiro e São Paulo, não são suficientes. A sorte da limitada democracia brasileira foi decidida no Rio Grande do Sul, onde a resistência depositou suas últimas esperanças.

Imediatamente após o Golpe, a nova fase política que marcaria o Brasil começava a tomar contornos. Centenas de pessoas foram presas, inclusive o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, mesmo sob veementes protestos de vereadores e deputados. Leonel Brizola teve de fugir e se esconder. Ministros de Goulart, lideranças de esquerda e opositores do Golpe foram presos. Goulart, depois de tentar se refugiar em uma de suas fazendas, em território nacional, como fizera Vargas em 1945, teve de rumar para o exílio no Uruguai. A Região do Rio do Sinos foi colocada sobre intervenção militar, com várias pessoas presas a

fim de evitar “desordens”. Em nível nacional e estadual, teve início o período de acusações, expurgos e perseguições políticas. O clima de triunfalismo dos golpistas era evidente.

\* \* \*

Às 18 horas e 10 minutos do dia três de abril de 1964, o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, fazia sua entrada em Porto Alegre, capital do estado, em pose triunfal. Sentia-se um vitorioso e assim sua imagem deixava transparecer. Estava acompanhado do novo comandante do III Exército, general Mário Poppe Figueiredo, que trajava seu uniforme militar verde de campanha, como quem tivera enfrentado uma dura batalha. Mais que enfrentara, vencera. Suas poses e seus amplos sorrisos transpareciam suas satisfações, políticas e pessoais. Ambos retornavam de Passo Fundo, em um veículo militar de combate, liderando um cortejo de viaturas militares que conduziam forças do Exército e da Brigada Militar. Chegaram, junto a estes, o Comandante da Brigada Militar, coronel Otávio Frota, o Chefe da Casa Civil do governo, Plínio Cabral, e o Chefe da Casa Militar, coronel Orlando Pacheco.

O tom triunfal marcado pela cena apoteótica do simbolismo militar ficava por conta do êxito do Golpe de Estado que, no plano político mais visível, derrubou o então Presidente constitucional do Brasil, e democraticamente eleito, João Belchior Marques Goulart. A pose vitoriosa de ambos, do Governador e do General, deveu-se ao fato de que ambos foram, no Rio Grande do Sul, as principais lideranças deste movimento civil-militar que, embora heterogêneo, aspirava comumente, frear o processo de lutas políticas em curso. Representavam a essência do movimento conspirador, em suas faces civil e militar. Por isso, esta cena apoteótica sintetiza a essência do Golpe Civil-Militar de 1964, consumado no estado do extremo sul brasileiro apenas às 11 horas e 45 minutos do dia 2 de abril, quando o presidente João Goulart retirou-se de Porto Alegre, voando em seu avião, rumo ao seu exílio no Uruguai, aonde chegou somente no dia quatro de abril, e de onde jamais retornaria em vida. Nesta cidade, Jango, como era popularmente conhecido, tentou estabelecer sua última tentativa de resistência ao levante. Fracassara, entretanto.

Com o regozijo público das forças vitoriosas, de imediato saudadas por seus apoiadores e sustentáculos políticos de primeira hora, como as autodenominadas *classes produtoras*, como se auto identificavam os membros das organizações empresariais, FIERGS, FEDERASUL e FARSUL, grande parte da imprensa e a Igreja Católica, na figura do

Arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer, ficava mascarado, entretanto, o incômodo fato de que, dois dias antes, o próprio governador Meneghetti tivera que fugir de Porto Alegre diante do temor ao avanço da mobilização das forças de oposição ao Golpe. A Vitória estava concretizada e o passado passaria a ser reescrito. O Brasil emergia, assim, em mais de vinte anos de arbítrio e de Terrorismo de Estado, iniciava a Ditadura Civil-Militar, sob os louros e louvores de uma “nova democracia”.

\* \* \*

De imediato, a defesa da Constituição cedeu lugar à necessidade de concretizar o projeto político conservador. Em 10 de abril de 1964 em entrevista à imprensa, Plínio Cabral, afirmava claramente que a Constituição era um estatuto político que deveria adaptar-se a revolução. A declaração foi dada quando este estava voltando do Rio, cuidando dos interesses do Rio Grande do Sul no encontro de governadores na Guanabara, onde estava sendo selado o futuro político do País, em desdobramentos políticos já bastante narrados e conhecidos. Goulart tentou reformar a Constituição para concretizar as reformas de base. Isso era inaceitável na concepção conservadora, como o próprio Meneghetti declarou inúmeras vezes. Porém, agora, dada a vitória conservadora, a constituição deixava de ser inviolável e deveria ser adaptada aos interesses dos vitoriosos. Uma contradição evidente.<sup>405</sup>

Em onze de abril de 1964, o governador Meneghetti realizou uma visita oficial ao Quartel General da Brigada Militar, acompanhado de seus chefes da Casa Civil e Militar, foi recebido pelo comandante da Brigada Militar, coronel Otávio Frota, e pelo Cel. Raul Oliveira, chefe do Estado Maior. Agradecendo, aos chefes e comandantes da Corporação pelo apoio durante o Golpe, pintando assim, a Brigada nas cores democráticas de defesa da ordem e das instituições. Invertendo a lógica, parabenizou o Comando por se negar a requisição de dar o Golpe pretendido pelo Presidente, mantendo assim, uma tradição legalista. Em sua versão, na tentativa de justificar a sua fuga de Porto Alegre durante o Golpe, para evitar um derramamento de sangue, Meneghetti alegou ter se deslocado para Passo Fundo a fim de

---

<sup>405</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 11, p. 7.



“organizar a resistência democrática e retomar Porto Alegre das forças da subversão”, o que “felizmente”, não teria sido necessário.<sup>406</sup>

Uma percepção pública, amplamente divulgada, ajuda a compreender uma das hipóteses deste trabalho. Desde o início da crise política no País, que o Governo Meneghetti estreitou suas relações com os partidos aliados e suas lideranças. Segundo o *Correio do Povo*, tornaram-se comuns e assíduas as conversas do Executivo gaúcho com as lideranças dos partidos que o elegeram, em amplas reuniões destinadas a acertar uma linha de ação unificada e negociada, nas decisões e nos momentos mais difíceis. Assim, naquele período, os líderes legislativos e os dirigentes de PSD, UDN, PRP, PDC, PSP e PL participavam de constantes reuniões com o governo, ora representado pelo próprio governador, ora pelo titular da pasta política, Mario Mondino, coordenador político dos partidos durante a crise. Reuniões essas que tinham, segundo a versão aqui tratada, propiciado solidez às posições assumidas pelo bloco partidário conservador. Já com o Golpe consumado, essas reuniões prosseguiram, demonstrando a disposição do Governo de manter o entrosamento com as lideranças partidárias. Certamente, essa coordenação contribuiu fundamentalmente para unificação e atuação orgânica dos partidos políticos conservadores e do Governo do Estado, liderado por Meneghetti, no processo de construção do Golpe de Estado.<sup>407</sup>

Consequente, diante dessa reconstituição da atuação do governo de Ildo Meneghetti, dos partidos políticos conservadores (PSD, UDN, PRP, PL e PDC) e da frente política formada por estes, a ADP, seja plausível asseverar que a mais visível particularidade do caso do Rio Grande do Sul, frente aos trabalhos desenvolvidos acerca da construção do Golpe Civil-Militar de 1964, se refere à intensa participação da esfera política institucional no processo de organização e desfecho do Golpe. Os partidos políticos, em geral, mas os conservadores como objetos de estudo, tiveram ativa participação, grande legitimidade, fortes definições programáticas e ideológicas e um grande respaldo social. Foram organizações combativas na defesa de seus projetos de sociedade. Representativos, estabeleceram uma polaridade marcante tendo como corte divisor sua posição frente aos projetos reformistas

---

<sup>406</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 12, p. 7.

<sup>407</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre: 1964, abril, 17, p. 7.

naquela conjuntura. Mesmo polarizados, e aglutinados em frentes, os partidos não perderam suas especificidades, nem foram enfraquecidos nesse processo.

É possível, por fim, respaldar a hipótese já desenvolvida por Mercedes Cânepa de que a dinâmica do sistema partidário gaúcho, nesse período, refuta de forma consistente a interpretação de partidos desvinculados de suas bases sociais, funcionando apenas em coligações pragmáticas ou fruto de estratégias imediatistas (ganhar eleições), sem fundamentos políticos de caráter ideológico. Para ela, desde suas fundações, os partidos passam por transformações que caminham na direção de aumentar a consistência na relação representante-representado, tornando-se mais legível para ambos.<sup>408</sup> Este estudo, mesmo sem o alcance e a profundidade do trabalho da referida autora, caminha no sentido da mesma conclusão. É essa força dos partidos políticos que os inserem de forma decisiva no jogo de forças políticas em disputa na construção do Golpe de Estado no Rio Grande do Sul. Tanto em suas esferas de atuação partidária, quanto em sua ação enquanto poder institucional, consubstanciada na atuação programática do Governo Ildo Meneghetti. E, assim, os partidos do campo conservador organizaram suas bases sociais, disputaram espaços políticos e agiram no sentido de construir um consenso em torno da negatividade do projeto do campo reformista e da necessidade de depor Goulart e agiram institucionalmente, no Governo do Rio Grande do Sul, na articulação do Golpe e na sua efetivação estrutural.

---

<sup>408</sup> CÂNEPA, Mercedes, M. L. *Partidos e representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (194-1965)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2005, p. 417.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao fim de um trabalho longo nunca é uma tarefa simples. Cabe, nessas considerações finais, um balanço das hipóteses levantadas e conclusões alcançadas durante o desenvolvimento da pesquisa. Diga-se de passagem, que enfrentar o próprio trabalho não é fácil, mas um exercício de autocritica academicamente muito importante.

Esta dissertação partiu do objetivo inicial de tentar compreender os movimentos sociais e políticos conservadores e liberais que atuaram na construção e consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964, a partir de sua atuação no campo da política, no campo hegemônico e no plano político institucional. O recorte espacial foi o caso do Rio Grande do Sul e o ponto de partida foi a derrota da tentativa golpista de 1961, quando a Campanha da Legalidade parecia ter mostrado que soluções de força extra institucionais não seriam mais aceitas pela sociedade brasileira.

É fundamental deixar claro a perspectiva que embasa o estudo de que o Golpe de 1964 não pode ser entendido em termos de binômios explicativos. Tratou-se, ao mesmo tempo, em termos conjunturais, de um golpe preventivo contra a ascensão de um projeto político reformista e de amplos movimentos sociais e políticos que o sustentavam. Mas fora, também, resultado de um amplo movimento social e político que aglutinou amplos setores conservadores e liberais, em torno de um projeto político de reorganização do Estado brasileiro baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, resultado de um intenso trabalho conspiratório e de conquista de hegemonia política para efetivação desse programa de desenvolvimento econômico e modernização autoritária.

O objeto de estudo foi, portanto, os movimentos sociais e políticos liberais e conservadores, tanto em sua dimensão de sociedade civil organizada, quanto de sociedade política. Ambas agindo articuladamente em todo o processo. Mais precisamente, inicialmente o foco foi colocado na vanguarda política da classe dominante gaúcha, autodenominada classe produtora - numa expressão de definição de consciência de classe e dos seus interesses corporativos e políticos. Nesse sentido, ressaltamos o papel e a atuação das vanguardas urbanas e rurais da classe dominante do Rio Grande do Sul. A FIERGS, e a FEDERASUL,

representaram a fração urbana e tiveram papel destacado principalmente nas disputas ideológicas no sentido de conquistar hegemonia para seu projeto político, através de embates públicos, sobretudo através da imprensa, mas atuaram na esfera política através de sua influência e articulação com os partidos conservadores e com os governos desse signo político-doutrinário, de maneira especial com seu aliado, o governo Meneghetti. Por outro lado, encontramos a vanguarda rural, aglutinando os produtores, de forma mais direta os grandes proprietários, organizados em torno da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), protagonista mais destacada na defesa dos interesses da classe dominante, no embate contra os projetos de reformas sociais que tinham como carro chefe, a reforma agrária. No estado onde a propriedade da terra faz parte da identidade de boa parte de sua classe dominante, em torno da qual giram parte das mais significativas atividades econômicas, se não a principal, não é difícil entender a centralidade dessa organização, ainda mais se considerarmos que, na década de 1960, o Rio Grande do Sul era eminentemente rural. Não é a toa que à FARSUL correspondeu papel ideológico e organizativo central.

Neste processo, a Igreja Católica desempenhou importante papel ideológico através do Arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, desde o anticomunismo religioso, trabalhando para construir na opinião pública posição contrária aos projetos reformistas e às reformas em andamento, sempre associados ao comunismo, e aos setores políticos que os propunham. Dom Vicente usava sua autoridade moral e religiosa, por meio de seu programa de rádio e coluna de jornal, além dos discursos nas missas, para cumprir um papel político muito importante, em um estado de ampla maioria católica.

Contudo, a grande marca do processo político gaúcho foi a ativa participação e centralidade da atuação dos partidos políticos na construção do Golpe de Estado, além da já demonstrada centralidade da classe dominante, por meio de um consenso negativo em torno das reformas e dos movimentos reformistas, bem como do consenso positivo sobre a necessidade de um desenvolvimento autoritário. PSD, PRP, PL, PDC e UDN atuaram por meio de suas organizações, suas bases eleitorais e de simpatizantes, da imprensa, das organizações conservadoras da sociedade civil e, também, da esfera do poder institucional, quando chegaram ao governo do Estado na gestão de Ildo Meneghetti, em 1963. Foram a expressão da classe dominante e dos movimentos sociais e políticos conservadores da sociedade política. Suas forças se ampliaram quando formaram uma frente partidária, a Ação Democrática Popular, a ADP, que amplificou sua esfera de atuação e aumentou

consideravelmente sua influência na sociedade. Tal influência foi amplamente reconhecida e legitimada por aqueles que a percebiam como legítima representante do campo conservador e liberal da sociedade.

O cimento ideológico que unificava as forças conservadoras, apesar de sua multiplicidade, no enfrentamento aos projetos reformistas era o anticomunismo. Este só pode ser entendido no contexto da *Guerra Fria* e dos embates entre socialismo e capitalismo naquela conjuntura. O anticomunismo serviu para legitimar o Golpe de Estado que teria por objetivo a construção de um consenso em torno da necessidade de depor o Presidente influenciado pelos comunistas, e expurgar estes últimos da vida política do País. Por isso, o capítulo primeiro foi voltado aos temas referentes ao anticomunismo, à *Guerra Fria* e aos embates ideológicos e políticos advindos desse contexto que produziu uma polarização crescente nas forças políticas brasileiras. Fé cristã, ordem e defesa da pátria foram o tripé central que sustentou a construção anticomunista no estado, tendo na Igreja Católica e na imprensa seus principais veículos de transmissão.

No segundo capítulo, o objeto de estudo foi a vanguarda política do segmento conservador da sociedade civil organizada, basicamente, na classe dominante gaúcha, em especial, as auto identificadas *classes produtoras*, lideradas na sua dimensão urbana, pela FIERGS e FEDERASUL, e na dimensão rural, pela FARSUL, a grande protagonista no embate político contra os projetos reformistas. A centralidade da produção rural e, conseqüentemente, a importância destacada do debate em torno da Reforma Agrária no Estado, e o peso dessa classe dominante rural, proporcionou à sua organização uma força descomunal na luta política, tanto por seu peso na sociedade, quanto pelo seu enraizamento em todo o Estado, eminentemente rural nos anos 1960, através dos sindicatos rurais, presentes na maior parte dos municípios gaúchos. Nenhuma outra organização, nem os partidos políticos, possuíam tamanha capilaridade. FIERGS e FEDERASUL, embora um pouco menos envolvidas diretamente nos temas políticos, foram as grandes defensores dos princípios liberais e conservadores de sociedade, da livre iniciativa, da restrição de direitos políticos e no enfrentamento às reformas de base. No momento decisivo, também, se somaram à FARSUL e aos partidos políticos no confronto político ao Governo Goulart e na legitimação do Golpe de Estado. Essas organizações construíram sua autoridade no fato de se arrogarem como produtores da riqueza do Estado e, em torno disso, amparados pelos discursos da imprensa e pela ação dos partidos políticos de extração conservadora. Assim, acumulavam legitimidade

para intervir no processo político, na construção de uma hegemonia social para fazer com que os seus interesses se tornassem os interesses gerais da sociedade. Encontraram nos partidos conservadores e no Governo Meneghetti, seus grandes aliados nesse embate.

No terceiro capítulo estudamos a atuação política institucional das forças liberais e conservadores para apoiar e legitimar o Golpe Civil-Militar de 1964, através dos partidos políticos PSD, UDN, PDC, PRP e PL, sua frente política, a ADP, e o fator decisivo na deflagração do Golpe de Estado, o governo Ildo Meneguetti, que dispôs da máquina estatal para sustentar o movimento sedicioso. Sua atuação foi além do campo hegemônico e programático, e entrou pelo campo conspiratório e institucional. É na atuação destacada dos partidos políticos que reside a especificidade da construção do Golpe no Rio Grande do Sul, em relação ao que é apontado pela produção historiográfica em relação à conjuntura nacional. Encontramos elementos suficientes para discordar das teses acerca da fragilidade dos partidos e seus programas e para apontar o papel decisivo jogado por estes na disputa da sociedade gaúcha para a deflagração do Golpe Civil-Militar de 1964, por meio de sua legitimidade e representatividade nos segmentos que por eles, sentiam-se representados. Tais partidos mobilizaram suas bases, organizaram sua atuação, construíram um discurso unificado e consistente, e atuaram institucionalmente pelo enfrentamento aos projetos e organizações reformistas e pela deposição de João Goulart, em nome do seu programa de desenvolvimento e modernização e autoritária.

Organizados e unificados em torno da ADP, esses partidos conservadores aumentaram sua força e poder de influência na sociedade, fazendo parte, desde 1963, da base de apoio do governo Ildo Meneghetti (PSD). Com a máquina do governo na mão, e o respaldo social conferido pela legitimidade da institucionalidade, a ADP teve sua influência, seu raio de atuação e seu poder amplificados. O governo Meneghetti foi fundamental e decisivo para o sucesso do Golpe de Estado no Rio Grande do Sul, tanto no tocante a sua dimensão política, pela conquista hegemônica do seu projeto, quando pela sua dimensão pragmática, porque participou da conspiração, pôs sua estrutura e sua força militar, a Brigada Militar, a serviço do movimento sedicioso. Além disso, ressalte-se que ao dividir politicamente o estado berço do trabalhismo e de Goulart (vanguarda do movimento pela Legalidade em 1961), ADP e Governo do Estado foram decisivos para o sucesso do Golpe Civil-Militar. Por fim, e não menos importante, Meneghetti, articulado ativamente com os demais governadores de

oposição, empenhou toda sua autoridade e liderança como mandatário do estado na construção política do Golpe de 1964.

Portanto, esta dissertação teve como foco, a dimensão política e ideológica da construção do Golpe Civil-Militar de 1964. Tentamos demonstrar como os movimentos sociais e políticos liberais e conservadores atuaram na construção e sustentação do movimento golpista, a partir da sua atuação política no campo das ideias, da opinião pública e político institucional. Se podemos pensá-lo como um golpe preventivo, pois, tratou-se de uma ação imediata deflagrada contra a ascensão das lutas dos movimentos sociais e políticos nacionalistas e reformistas, e seu programa, é importante destacar que, dialeticamente, tratou-se de um movimento sócio-político que aglutinou amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Resultado de um intenso trabalho conspiratório e de conquista da hegemonia política para efetivação do programa de desenvolvimento econômico e modernização autoritária. A tomada de poder somente foi possível por este trabalho arduamente desenvolvido e que permitiu que boa parte da sociedade brasileira aceitasse, naqueles idos de 1964, o projeto de desenvolvimento autoritário.

Dialeticamente, portanto, o Golpe Civil-Militar foi, ao mesmo tempo, a culminância de um amplo movimento político baseado no programa de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no plano conjuntural e, no plano processual, uma reação da classe dominante ao avanço do processo de lutas sociais por direitos, desencadeado e promovido pelas forças nacional-reformistas em meio ao contexto de polarização da *Guerra Fria*. Entender a complexidade deste processo passa pelo entendimento desta dupla dimensão. Ou ainda, a dupla perspectiva da ação política, em suas faces de consenso e força. E foi nessa esfera, do campo político e hegemônico, que este trabalho foi situado.

Cabe ressaltar, conseguinte, o que pode ser percebido como maior fragilidade da pesquisa: a limitação do escopo das fontes utilizadas, consubstanciada basicamente na fonte periódica imprensa, o jornal *Correio do Povo*. Tal limitação refere-se, também, a uma contingência prática. Não há outro tipo de fonte que trate diretamente do tema objeto de análise que não a cobertura política trabalhada. No entanto, teoricamente, trabalhamos para atenuar essa limitação através da devida crítica da fonte, na acuidade do estudo, e na complexidade da abordagem permitida pela mesma, como já apontado nas referências

teóricas, a partir dos elementos apresentados pela história política renovada praticada pelos historiadores há alguns anos e que muito tem acrescentado à produção acadêmica. Não é a fonte que fala ao historiador, é este que ausculta a fonte a partir da pesquisa empírica e das ferramentas teóricas e metodológicas utilizadas. Se a ausência de uma base documental tradicional e oficial pode ser apontada com correção, a produção historiográfica já oferece ferramentas suficientes para o trabalho com essas fontes diversas. Mesmo para o objeto da análise, a fonte jornal se apresentou a mais rica, por captar as disputas públicas, a complexidade da conjuntura e a ação pública dos sujeitos atuantes.

Por fim, resta apontar que deste estudo algumas questões ficam colocadas e passíveis de aprofundamento. Esta dissertação destaca a participação desses sujeitos políticos na construção e sustentação da Ditadura que seguiu ao Golpe de 1964. Se é majoritária na historiográfica a compreensão de que o Golpe foi uma construção civil e militar, ainda persiste a tese de que a Ditadura foi exclusivamente militar, embora alguns trabalhos estejam, recentemente, apontando na direção contrária. E é nessa direção, de compreender a participação civil e política, dessa vanguarda política da classe dominante, na Ditadura de Segurança Nacional que seguiu ao Golpe, que o trabalho tende a caminhar a partir daqui.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050- 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.

BENEVIDES, Maria V. M. de. *A UDN e o Udenismo: as ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Àgnes; TÉTART, Phillip (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

BORON, Atílio. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: BORON, Atílio Et. ali. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

\_\_\_\_\_. Os integralistas e o Golpe de 1964. In: *História e Luta de Classes*. Nº 1. 1964: Golpe de Estado. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

CÂNEPA, Mercedes, M. L. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (194-1965)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique. Et alli. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo: Ensaio, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. O significado da Ditadura Militar. In: TOLEDO, Caio N. (org.). *1964: Visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (b).

\_\_\_\_\_. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

\_\_\_\_\_. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Entre a história e a memória: João Goulart. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos (a). *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_ (b). Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

\_\_\_\_\_. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1964-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do Golpe*. Democracia e reformas do populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FREDERICO, Celso. 40 anos depois. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

GERTZ, René. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 4. República (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1963-1985)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

JENNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: Unicamp - IFCH, 2004. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. *Sequelas de Santa Maria: Memórias de Apoio e de Resistência ao Golpe de 1964*. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone-Sul*. Porto Alegre: CORAG/Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura, 2006.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho*. Campinas: Unicamp, 2006. Tese de Doutorado.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os movimentos sócio-políticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Santa Maria: UFSM, 2008.

\_\_\_\_\_ ; PADRÓS, Enrique. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique. Et alli. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Àgnes; TÉTART, Phillip (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

MARSHAL. T. A. *Cidadania, classes sociais e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do Golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. Moscou: Progresso, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução e organização: Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 28, n. 55, Jan.-Jun., 2008.

MORAES, João Quartim de. Em torno de 1964: Contra-revolução liberal, Golpe de Estado e Ditadura. In: *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp, IFCH, 2001. Coleção Trajetória; 7

MORAES, Thiago Aguiar. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

PADRÓS, Enrique. América Latina: ditaduras, segurança nacional e terror de Estado. In: *Revista História & Luta de Classes*. Dossiê América Latina Contemporânea, n. 4. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, Julho de 2007.

\_\_\_\_\_. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, janeiro/dezembro. 2004.

\_\_\_\_\_ (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone-Sul*. Porto Alegre: CORAG/Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODEGUERO, Carla. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1954-1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

\_\_\_\_\_. Regime Militar e oposição. In: GERTZ, René. *História Geral do Rio Grande do Sul*. República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (19630-1985). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul*. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Wanderley G. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, IUPERJ: Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes. In: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo 1930-1964*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução: Valtensir Dutra. [Porto Alegre]: Edição Independente, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do Golpe*. Democracia e reformas do populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, Enrique. Et alli. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.